

# OURINVEST FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS FINANCEIROS - SupplierCard

CNPJ/MF nº 08.692.888/0001-82

## Classificação da Moody's para as Quotas Seniores:

Escala Nacional Brasileira "Aa2.br" e

Escala Global de Moeda Local "Ba2"

## Registro de distribuição na CVM: CVM/SRE/RFD/2007/015 em 03/04/2007

O Ourinvest Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Financeiros - SupplierCard ("Fundo"), constituído sob a forma de condomínio aberto em 06 de março de 2007, por meio do "Instrumento Particular de Constituição de Fundo de Investimento em Direitos Creditórios", é administrado pela Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., sociedade anônima, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 500, bloco 13, grupo 205, Condomínio Downtown, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 36.113.876/0001-91 ("Administradora").

O Fundo é regido pelas disposições de seu regulamento, pela Resolução CMN nº 2.907, de 29 de novembro de 2001, pela Instrução CVM nº 356, de 17 de dezembro de 2001, conforme alterada, e pelas demais disposições legais e regulamentares aplicáveis. O Fundo foi constituído em 06 de março de 2007, tendo sido seu Regulamento registrado na mesma data, sob o nº 863081, e suas alterações de 29 de março de 2007, 1º de junho de 2007, 06 de julho de 2007, 27 de outubro de 2008, 05 de novembro de 2008, 04 de maio de 2009, 17 de junho de 2009 e 22 de outubro de 2009, sob os números 865245, 871039, 874132, 908375, 908822, 920464, 922182 e 936802, respectivamente, todos no 3º Ofício de Registro de Títulos e Documentos do Rio de Janeiro ("Regulamento").

O Fundo emitirá 1 (uma) classe de Quotas Seniores, divida em, no mínimo, 100.000 (cem mil) e, no máximo, 10.000.000 (dez milhões) de Quotas Seniores.

*"As informações contidas neste Prospecto estão sob análise da Comissão de Valores Mobiliários, a qual ainda não se manifestou a respeito".*

*Os investidores devem ler a Seção "Fatores de Risco", nas páginas 77 a 82 deste Prospecto.*

*Antes de investir no Fundo leia com atenção os outros avisos importantes na página 1 deste Prospecto.*

*"A Comissão de Valores Mobiliários – CVM não garante a veracidade das informações prestadas e, tampouco, faz julgamento sobre a qualidade das quotas a serem distribuídas".*



Prospecto de acordo  
com Código ANBID de  
Regulação e Melhores  
Práticas para os Fundos  
de Investimento

*"Este prospecto foi preparado com as informações necessárias ao atendimento das disposições do Código ANBID de Regulação e Melhores Práticas para os Fundos de Investimento, bem como as normas emanadas da Comissão de Valores Mobiliários. A autorização para funcionamento e/ou venda das Quotas deste fundo de investimento não implica, por parte da CVM e da ANBID, garantia de veracidade das informações prestadas ou julgamento sobre a qualidade do Fundo, da Administradora e das demais instituições prestadoras de serviços".*

Cedente



BANCO OURINVEST

Administradora do Cartão

SupplierCard

Estruturador, Coordenador e Líder de Distribuição



BANCO OURINVEST

Agente Cobrador Bancário



Bradesco

Administradora

OLIVEIRA TRUST

Custodiante



Empresa de Auditoria



Assessor Legal

MOTTA, FERNANDES ROCHA  
ADVOGADOS

Agência Classificadora de Risco



Moody's América Latina Ltda.

## AVISOS – ANBID

*“A RENTABILIDADE OBTIDA NO PASSADO NÃO REPRESENTA GARANTIA DE RENTABILIDADE FUTURA”.*

*“AS INFORMAÇÕES CONTIDAS NESTE PROSPECTO ESTÃO EM CONSONÂNCIA COM O REGULAMENTO, PORÉM NÃO O SUBSTITUI. É RECOMENDADA A LEITURA CUIDADOSA TANTO DESTE PROSPECTO QUANTO DO REGULAMENTO, COM ESPECIAL ATENÇÃO PARA AS CLÁUSULAS RELATIVAS AO OBJETIVO E À POLÍTICA DE INVESTIMENTO DO FUNDO, BEM COMO ÀS DISPOSIÇÕES DO PROSPECTO QUE TRATAM DOS FATORES DE RISCO A QUE O FUNDO ESTÁ EXPOSTO”.*

*“O INVESTIMENTO NO FUNDO APRESENTA RISCOS PARA O INVESTIDOR. AINDA QUE O GESTOR DA CARTEIRA MANTENHA SISTEMA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS, NÃO HÁ GARANTIA DE COMPLETA ELIMINAÇÃO DA POSSIBILIDADE DE PERDAS PARA O FUNDO E PARA O INVESTIDOR”.*

*“O FUNDO UTILIZA ESTRATÉGIAS COM DERIVATIVOS COMO PARTE INTEGRANTE DE SUA POLÍTICA DE INVESTIMENTO. TAIS ESTRATÉGIAS, DA FORMA COMO SÃO ADOTADAS, PODEM RESULTAR EM PERDAS PATRIMONIAIS PARA SEUS QUOTISTAS”.*

*“ESTE FUNDO MANTÉM UMA CARTEIRA DE ATIVOS (EXCLUÍDOS DIREITOS CREDITÓRIOS) COM PRAZO MÉDIO SUPERIOR A 365 DIAS, O QUE PODE LEVAR A UMA MAIOR OSCILAÇÃO NO VALOR DA QUOTA SE COMPARADA À DE FUNDOS SIMILARES COM PRAZO INFERIOR”.*

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

## ÍNDICE

GLOSSÁRIO .....	8
1. CARACTERÍSTICAS DA DISTRIBUIÇÃO DAS QUOTAS .....	23
1.1. CARACTERÍSTICAS BÁSICAS DA DISTRIBUIÇÃO DAS QUOTAS .....	23
1.2. DEMONSTRATIVO DO CUSTO DA DISTRIBUIÇÃO .....	23
2. VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES .....	26
3. CARACTERÍSTICAS DA OFERTA .....	28
3.1. INFORMAÇÕES SOBRE A OFERTA .....	28
3.2. CRONOGRAMA DA OFERTA .....	29
3.3. MODIFICAÇÃO DA OFERTA .....	29
4. SUMÁRIO DAS CARACTERÍSTICAS DA ESTRUTURA DO FUNDO .....	31
4.1. O FUNDO E SEU PÚBLICO-ALVO .....	31
4.2. FATORES DE RISCO .....	32
4.3. A ADMINISTRADORA .....	32
4.4. OUTROS PRESTADORES DE SERVIÇOS .....	32
4.5. O CUSTODIANTE .....	33
4.6. COBRANÇA .....	35
4.7. SERVIÇOS DE COBRANÇA DOS DIREITOS CREDITÓRIOS INADIMPLENTES .....	35
4.8. DOS DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS .....	36
4.9. CUSTÓDIA DOS OUTROS ATIVOS DE TITULARIDADE DO FUNDO .....	36
4.10. REMUNERAÇÃO DA ADMINISTRADORA E ENCARGOS DO FUNDO .....	36
4.11. REMUNERAÇÃO DEVIDA AOS DEMAIS PRESTADORES DE SERVIÇOS DO FUNDO .....	37
4.12. POLÍTICA DE INVESTIMENTO, COMPOSIÇÃO E DIVERSIFICAÇÃO DA CARTEIRA .....	38
4.13. POLÍTICA DE UTILIZAÇÃO DE INSTRUMENTOS DERIVATIVOS .....	38
4.14. PORTFÓLIO DO FUNDO EM 30 DE SETEMBRO DE 2009 .....	39
4.13. METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DOS ATIVOS DO FUNDO .....	39
4.15. GERENCIAMENTO DE RISCOS .....	40
4.15 VALORES MÍNIMOS PARA APLICAÇÃO, PARA SOLICITAÇÃO DE RESGATE E SALDO MÍNIMO DE PERMANÊNCIA NO FUNDO .....	40
4.16. RESGATE DE QUOTAS SENIORES E DE QUOTAS SUBORDINADAS .....	41
4.17. TRIBUTAÇÃO .....	41
4.18. ATENDIMENTO AO QUOTISTA .....	42
4.19. CRITÉRIOS DE DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES AOS QUOTISTAS .....	43
4.20. CONSELHO CONSULTIVO .....	43
5. OPERAÇÕES COM CARTÃO DE CRÉDITO .....	46
6. DISPOSIÇÕES GERAIS DO CONTRATO DE CARTÃO DE CRÉDITO E DO CONTRATO DE CARDMEMBER .....	49
6.1. RESUMO DAS “NORMAS GERAIS PARA A CONCESSÃO DE LIMITE DE CARTÃO DE CRÉDITO” .....	49
6.2. RESUMO DO “CONTRATO PARA EMISSÃO DE CARTÕES DE CRÉDITO SISTEMA SUPPLIERCARD” .....	49
7. POLÍTICA DE CONCESSÃO DE CRÉDITO AOS TITULARES E PROCEDIMENTOS DE COBRANÇA .....	52
7.1. POLÍTICA DE CONCESSÃO DE CRÉDITO .....	52
7.2. POLÍTICA DE COBRANÇA .....	55
8. CARACTERÍSTICAS BÁSICAS DO PROGRAMA DE SECURITIZAÇÃO .....	57
8.1. RESUMO DA ESTRUTURA .....	57

8.2.	DESENHO ESQUEMÁTICO DO PROGRAMA DE SECURITIZAÇÃO.....	57
8.3.	PROCEDIMENTOS DE RECEBIMENTO DE VALORES E ROTINAS DE REPASSE.....	58
8.4.	PROCEDIMENTO DE OFERTA DE DIREITOS CREDITÓRIOS E DE FORMALIZAÇÃO DA CESSÃO .....	59
8.5.	CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE E CONDIÇÃO DE CESSÃO.....	61
8.6.	VERIFICAÇÃO DOS CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE E DA CONDIÇÃO DE CESSÃO.....	62
8.7.	INEXISTÊNCIA DE CO-OBRIGAÇÃO.....	62
8.8.	PREÇO DE AQUISIÇÃO DOS DIREITOS CREDITÓRIOS ELEGÍVEIS.....	62
8.9.	TAXA MÍNIMA DE DESCONTO .....	63
8.10.	OPÇÕES DE COMPRA E MODIFICAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE REMUNERAÇÃO DOS DIREITOS CREDITÓRIOS DE TITULARIDADE DO FUNDO.....	64
8.11.	PROCEDIMENTOS DE REGISTRO .....	65
8.12.	CONDIÇÕES RESOLUTIVAS DA CESSÃO .....	65
8.13.	EVENTOS DE REVISÃO.....	66
8.14.	EVENTOS DE RESGATE ANTECIPADO.....	68
8.15.	EVENTOS DE LIQUIDAÇÃO DO FUNDO .....	69
8.16.	RAZÃO DE GARANTIA, ALOCAÇÃO MÍNIMA DE INVESTIMENTO E EXCESSO DE <i>SPREAD</i> .....	70
8.17.	ÍNDICES DO FUNDO EM SETEMBRO DE 2009.....	70
8.18.	RE-ENQUADRAMENTO DA RAZÃO DE GARANTIA E DA ALOCAÇÃO MÍNIMA DE INVESTIMENTO .....	71
8.19.	RESGATE ANTECIPADO COMPULSÓRIO .....	71
8.20.	PROCEDIMENTOS DE DAÇÃO EM PAGAMENTO .....	72
8.21.	ORDEM DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS .....	73
8.22.	DIREITOS CREDITÓRIOS .....	74
9.	AS QUOTAS .....	82
9.1	CARACTERÍSTICAS DAS QUOTAS SENIORES .....	82
9.2	CARACTERÍSTICAS DAS QUOTAS SUBORDINADAS .....	82
9.3	VALORIZAÇÃO DAS QUOTAS SENIORES E SUBORDINADAS .....	83
9.4	VALOR BRUTO DE RESGATE E TAXA DE SAÍDA.....	84
9.5	RESGATE DAS QUOTAS .....	86
10.	FATORES DE RISCO .....	91
10.1	INTRODUÇÃO.....	91
10.2	RISCOS ASSOCIADOS AO INVESTIMENTO NO FUNDO .....	91
10.3	RISCOS ASSOCIADOS AOS DIREITOS CREDITÓRIOS.....	95
11.	CONFLITOS DE INTERESSE.....	98
12.	UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS.....	101
13.	CEDENTE .....	103
13.1.	INTRODUÇÃO.....	103
13.2.	ESTRUTURA DE CAPITAL E CONTROLADORES .....	104
13.3.	ADMINISTRAÇÃO.....	104
13.4.	EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL E FORMAÇÃO ACADÊMICA DOS DIRETORES E DEMAIS ADMINISTRADORES DA CEDENTE .....	104
13.5.	ACORDO DE ACIONISTAS .....	106
13.6.	DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES DA CEDENTE .....	106
13.7.	AMBIENTE REGULATÓRIO.....	106
13.8.	PRINCIPAIS PENDÊNCIAS JUDICIAIS E ADMINISTRATIVAS.....	110
13.9.	INFORMAÇÕES FINANCEIRAS SELECIONADAS E ÍNDICES FINANCEIROS.....	111

14.	SUPPLIER .....	116
14.1	INTRODUÇÃO.....	116
14.2	ESTRUTURA DE CAPITAL E CONTROLADORES .....	116
14.3	ADMINISTRAÇÃO.....	116
14.4	EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL E FORMAÇÃO ACADÊMICA DOS DIRETORES E DEMAIS ADMINISTRADORES DA SUPPLIER .....	117
14.5	DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES DA SUPPLIER.....	117
15.	ADMINISTRADORA .....	118
15.1.	HISTÓRICO .....	118
15.2.	ESTRUTURA E ADMINISTRAÇÃO .....	118
15.3.	ADMINISTRAÇÃO DE FUNDOS DE INVESTIMENTO.....	118
16.	CUSTODIANTE .....	121
16.1.	INTRODUÇÃO.....	121
16.2.	COLABORADORES E POLÍTICA DE RECURSOS HUMANOS .....	121
16.3.	TECNOLOGIA E SISTEMAS .....	121
16.4.	SISTEMA DE <i>BACK-UP</i> .....	122
16.5.	POLÍTICAS DE <i>COMPLIANCE</i> E CONTROLES INTERNOS .....	122
	Anexos.....	124
	Relatório de Revisão Especial da KPMG Auditores Independentes.....	126
	Súmula da Agência de Classificação de Risco.....	128
	Regulamento .....	130

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

## GLOSSÁRIO

Para fins deste Prospecto, as definições contidas nesta Seção, no singular ou no plural, salvo se outro significado lhes for expressamente atribuído, têm os seguintes significados:

Aceite Eletrônico de Cessão	arquivo eletrônico no qual se encontram definidas as condições aplicáveis a cada cessão de Direitos Creditórios da Cedente ao Fundo, nos termos do Contrato de Cessão.
Administradora	Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., instituição financeira com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 500, Bloco 13, Grupo 205, Condomínio Downtown, inscrita no CNPJ sob o nº 36.113.876/0001-91.
Afiliada	a(s) Pessoa(s), direta ou indiretamente, controlada(s) pela respectiva Pessoa, Pessoa(s), direta ou indiretamente, controladora(s) da respectiva Pessoa, sociedade(s) que seja(m) controlada(s) pelo mesmo controlador, direto ou indireto, da respectiva Pessoa, sendo, para todos os fins e efeitos dos Documentos de Securitização, a Supplier, considerada uma sociedade Afiliada da Cedente.
Agência de Classificação de Risco ou Moody's	Moody's América Latina, sociedade limitada, com sede na Avenida Nações Unidas, 12.551, 16º andar, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ sob o nº 02.101.919/001-05, ou sua sucessora, contratada pela Administradora, por conta e ordem do Fundo, responsável pela classificação de risco das Quotas Seniores.
Agente	qualquer acionista, administrador, empregado, prestador de serviços, preposto ou mandatário de qualquer Pessoa que tenha sido expressamente autorizado a atuar em nome da referida Pessoa.
Agente Cobrador Bancário	(i) o Banco Bradesco S.A., instituição financeira com sede no núcleo administrativo "Cidade de Deus", S/N, na Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ sob nº 60.746.948/0001-12; e/ou (ii) qualquer outra Instituição Autorizada que tenha celebrado contrato, cujo objeto e atribuições sejam substancialmente equivalentes às avenças contidas no Contrato de Cobrança Bancária.
Aldo Componentes	Aldo Componentes Eletrônicos Ltda.
Alocação Mínima de Investimento	fração cujo numerador é equivalente ao valor contábil dos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo e o denominador equivalente ao valor do Patrimônio Líquido, apurada diariamente pelo Custodiante (exemplo: se Alocação Mínima de Investimento – 0,50, então Alocação Mínima de Investimento – 50%).
Anexo	anexos ao Regulamento, cujos termos e condições são suas partes integrantes e complementares.



ANBID	Associação Nacional de Bancos de Investimento.
Apólice de Seguro	apólice de seguros da Euler Seguros de Crédito - Seguradora Internacional.
Apontamentos	os seguintes apontamentos constantes do “Sistema-Serasa”: (i) “protesto”; (ii) “concordata preventiva requerida”; (iii) “concordata preventiva deferida”; (iv) “falência decretada”; e (v) “concordata suspensiva”.
Assembleia Geral	assembleia geral de Quotistas do Fundo.
Aviso de Desenquadramento	aviso preparado na forma do Regulamento, a ser enviado pela Administradora à Cedente no caso de haver a necessidade de re-enquadramento da Razão de Garantia e/ou da Alocação Mínima de Investimento, nos termos das condições do Regulamento.
Bacen	Banco Central do Brasil.
Base de Dados do Fundo	base de dados, atualizada diariamente pelo Custodiante, contendo certas informações relacionadas aos Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo, identificadas nos modelos de relatórios definidos no Regulamento.
BM&F	Bolsa de Mercadorias & Futuros.
Bovespa	Bolsa de Valores de São Paulo.
Bunge	Bunge Alimentos S.A..
Capítulo	cada um dos capítulos do Regulamento.
Cartão	“Cartão de Crédito SupplierCard”, emitido substancialmente nos termos do Contrato de Cartão de Crédito e do Contrato de CardMember.
C&C	C&C - Casa e Construção Ltda.
Cedente	Banco Ourinvest S.A., instituição financeira com sede na Avenida Paulista, nº 1728, sobreloja, 1º, 2º, 10º e 11º andares, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ sob o nº 78.632.767/0001-20.
CETIP	Câmara de Custódia e Liquidação.
Circulação	número de Quotas devidamente subscritas, integralizadas e não resgatadas, nos termos do Regulamento, referente a cada classe de Quotas em cada ocasião ou evento a que se faça referência no Regulamento.
CMN	Conselho Monetário Nacional.
CNPJ	Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da

	Fazenda.
COFINS	Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social.
Condição de Cessão	condição a ser observada pela Cedente, quando da cessão de Direitos Creditórios ao Fundo.
Condições de Derivativos	hipóteses, previstas no Regulamento, necessárias para a contratação, pela Administradora, por conta e ordem do Fundo, de operações com instrumentos derivativos.
Condições Resolutivas da Cessão	cada um dos eventos definidos no Contrato de Cessão que, quando ocorrido, será considerada resolvida a cessão correspondente feita ao Fundo, nos termos do Contrato de Cessão.
Conselho Consultivo	conselho consultivo composto na forma do Regulamento, responsável pela aprovação de política de investimento, contratação de operações de derivativos, dentre outros assuntos, conforme indicado no Regulamento.
Conta Centralizadora	conta corrente nº 2723-5, no banco 237 (Banco Bradesco S.A.), na agência 2374-4, de titularidade da Cedente, para a qual todos os recursos oriundos dos pagamentos feitos pelos Titulares, em relação a cada um dos Direitos Creditórios de titularidade da Cedente ou cedidos, nos termos do Contrato de Cessão, ao Fundo, serão transferidos, para conciliação e posterior repasse à Conta do Fundo, nos termos do Convênio de Cobrança.
Conta da Cedente	conta corrente de titularidade da Cedente, mantida no Custodiante, na qual serão creditados os valores devidos pelo Fundo à Cedente em razão da aquisição dos Direitos Creditórios.
Conta do Fundo	conta corrente nº 57.504-8, mantida junto ao Custodiante, banco 341 (Banco Itaú S.A.) na agência 2001, de titularidade do Fundo.
Contrato de CardMember	“Normas Gerais para a Concessão de Limite de Cartão de Crédito”, as quais estabelecem as disposições gerais acerca da utilização do Cartão e do limite de crédito conferido pela Cedente a cada Titular, cujo modelo é parte integrante do Regulamento.
Contrato de Cartão de Crédito	“Contrato para Concessão de Limite de Cartões de Crédito Sistema SupplierCard” e/ou instrumento equivalente celebrado entre a Cedente, a Supplier e os Estabelecimentos, cujo modelo é parte integrante do Regulamento.
Contrato de Cessão	“Instrumento Particular de Contrato de Promessa de Cessão e Aquisição de Direitos Creditórios e Outras Avenças”, celebrado em 05 de abril de 2007, entre a Administradora, por conta e ordem do Fundo, a Cedente e a Supplier, com interveniência e anuência do Custodiante e aditado em 06 de

	<p>novembro de 2008, pelo “Instrumento Particular de Primeiro Aditamento ao Contrato de Promessa de Cessão e Aquisição de Direitos Creditórios e Outras Avenças”.</p>
Contrato de Cobrança	<p>“Contrato de Prestação de Serviços de Cobrança”, a ser celebrado entre a Administradora, por conta e ordem do Fundo, e a Cedente, com interveniência da Supplier, para a cobrança dos Direitos Creditórios inadimplentes que tenham sido cedidos ao Fundo, nos termos do Contrato de Cessão.</p>
Contrato de Cobrança Bancária	<p>“Contrato de Prestação de Serviços de Cobrança Bancária” a ser celebrado entre o Agente Cobrador Bancário, a Cedente, a Administradora, por conta e ordem do Fundo, e a Supplier.</p>
Contrato de Custódia	<p>“Contrato de Prestação de Serviços de Custódia e Controladoria de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios” a ser celebrado entre a Administradora, por conta e ordem do Fundo, o Custodiante e a Cedente.</p>
Contrato de Distribuição	<p>“Contrato de Distribuição Pública de Quotas Seniores e Subordinadas do Ourinvest Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Financeiros – Suppliercard” a ser celebrado entre a Administradora e o Banco Ourinvest S.A., na qualidade de distribuidor Líder das Quotas.</p>
Contrato de Adesão ao Contrato de Distribuição	<p>“Contrato de Adesão ao Contrato de Distribuição Pública de Quotas Seniores e Subordinadas do Ourinvest Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Financeiros – Suppliercard”, a ser celebrado entre a Administradora e o Banco Ourinvest S.A., na qualidade de distribuidor Líder das Quotas e o novo Distribuidor.</p>
Convênio de Cobrança	<p>“Convênio para Prestação de Serviços de Cobrança Bancária, Recebimento e Repasse de Valores” celebrado entre a Administradora, por conta e ordem do Fundo, e a Cedente, com interveniência da Supplier e do Custodiante.</p>
COSIF	<p>Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional editado pelo Bacen.</p>
CPF/MF	<p>Cadastro Nacional de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda.</p>
Crítérios de Elegibilidade	<p>crítérios a serem observados pelo Custodiante na aquisição de Direitos Creditórios pelo Fundo, conforme definidos no Regulamento e no Contrato de Cessão.</p>
Custodiante	<p>Banco Itaú S.A., instituição financeira com sede na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100, Torre Itaúsa, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ sob o nº 60.701.190/0001-04.</p>
CVM	<p>Comissão de Valores Mobiliários.</p>

Data de Apuração de Resgate de Quotas Seniores	datas finais para solicitar o resgate das Quotas Seniores, para que o correspondente resgate ocorra durante o Período de Efetivação do Resgate seguinte, observados os critérios estabelecidos no item (9.5) deste Prospecto e no Regulamento.
Data de Apuração de Resgate de Quotas Subordinadas	datas finais para solicitar o resgate das Quotas Subordinadas, para que o correspondente resgate ocorra na Data de Resgate de Quotas Subordinadas seguinte, observados os critérios estabelecidos no item (9.5) deste Prospecto e no Regulamento.
Data de Aquisição	data em que o Fundo efetua o pagamento pela aquisição de Direitos Creditórios Elegíveis à Cedente, em moeda corrente nacional, nos termos do Contrato de Cessão, e/ou quando ocorre o lançamento, na conta de valores mobiliários de titularidade da Cedente, de Quotas Subordinadas em razão de sua integralização, por meio da cessão de Direitos Creditórios Elegíveis ao Fundo, nos termos do Contrato de Cessão.
Data de Emissão	data em que são convertidos em Quotas os recursos em moeda corrente nacional ou em Direitos Creditórios, conforme aplicável, decorrentes da integralização de Quotas Seniores ou de Quotas Subordinadas, nos termos do Regulamento, a qual deverá ser, necessariamente, um Dia Útil.
Data de Oferta	data em que a Cedente envia a relação de Direitos Creditórios disponíveis para cessão ao Custodiante, nos termos do Contrato de Cessão.
Data de Resgate de Quotas Seniores	data em que ocorrer o resgate das Quotas Seniores Resgatadas e/ou das Quotas Seniores Resgatadas Postergadas a qual, no curso normal do Fundo, ocorrerá durante um Período de Efetivação de Resgate.
Data de Resgate de Quotas Subordinadas	90º (nonagésimo) dia após a respectiva Data de Apuração de Resgate de Quotas Subordinadas.
Data de Verificação	significa o 5º (quinto) Dia Útil de cada mês calendário.
DCV	fração informada pela Administradora, em cada Data de Verificação, (i) cujo numerador é igual ao somatório do valor nominal dos Direitos Creditórios referentes às Operações de Financiamento integrantes da Base de Dados do Fundo, que contenham, na respectiva Data de Verificação, qualquer Direito Creditório com data de vencimento até o último Dia Útil do mês calendário imediatamente anterior à respectiva Data de Verificação, vencido e não pago por prazo inferior a 30 (trinta) dias a contar da Data de Verificação, e (ii) o denominador o somatório do valor nominal dos Direitos Creditórios integrantes da Base de Dados do Fundo, excluindo o somatório do valor nominal dos Direitos Creditórios relativos às Operações de Financiamento Provisionadas integrantes da carteira do Fundo (se DCV for 0,19, então DCV = 19,00%).

DCV30	<p>fração informada pela Administradora, em cada Data de Verificação, (i) cujo numerador é igual ao somatório do valor nominal dos Direitos Creditórios referentes às Operações de Financiamento integrantes da Base de Dados do Fundo, que contenham, na respectiva Data de Verificação, qualquer Direito Creditório com data de vencimento até o último Dia Útil do mês calendário imediatamente anterior à respectiva Data de Verificação, vencido e não pago por prazo igual ou superior a 30 (trinta) dias e inferior a 120 (cento e vinte) dias a contar da Data de Verificação, e (ii) o denominador o somatório do valor nominal dos Direitos Creditórios integrantes da Base de Dados do Fundo, excluindo o somatório do valor nominal dos Direitos Creditórios relativos às Operações de Financiamento Provisionadas integrantes da carteira do Fundo (se DCV30 for 0,10, então <math>DCV30 = 10,00\%</math>).</p>
DCV120	<p>fração informada pela Administradora em cada Data de Verificação, (i) cujo numerador é igual ao somatório do valor nominal dos Direitos Creditórios referentes às Operações de Financiamento integrantes da Base de Dados do Fundo, que contenham, na respectiva Data de Verificação, qualquer Direito Creditório com data de vencimento até o último Dia Útil do mês calendário imediatamente anterior à respectiva Data de Verificação, vencido e não pago por prazo igual ou superior a 120 (cento e vinte) dias e inferior a 180 (cento e oitenta) dias a contar da Data de Verificação, e (ii) o denominador o somatório do valor nominal dos Direitos Creditórios integrantes da Base de Dados do Fundo, excluindo o somatório do valor nominal dos Direitos Creditórios relativos às Operações de Financiamento Provisionadas integrantes da carteira do Fundo (se DCV120 for 0,03, então <math>DCV120 = 3,00\%</math>).</p>
DCV180	<p>fração informada pela Administradora em cada Data de Verificação, (i) cujo numerador é igual ao somatório do valor nominal dos Direitos Creditórios referentes às Operações de Financiamento integrantes da Base de Dados do Fundo, que contenham, na respectiva Data de Verificação, qualquer Direito Creditório com data de vencimento até o último Dia Útil do mês calendário imediatamente anterior à respectiva Data de Verificação, vencido e não pago por prazo igual ou superior a 180 (cento e oitenta) dias a contar da Data de Verificação, incluindo o valor nominal dos Direitos Creditórios relativos às Operações de Financiamento Provisionadas que tenham sido cedidos pelo Fundo para qualquer terceiro, incluindo a Cedente, e (ii) o denominador o somatório do valor nominal de todos os Direitos Creditórios que tenham sido adquiridos pelo Fundo desde a 1ª (primeira) Data de Oferta, incluindo aqueles que tenham sido cedidos pelo Fundo para qualquer terceiro, incluindo a Cedente (se DCV180 for 0,02, então <math>DCV180 = 2,00\%</math>).</p>
Demonstrativo de Pagamento	<p>documento enviado pela Cedente a cada Titular, acompanhado da respectiva ficha de compensação bancária, no curso dos procedimentos previstos no Contrato de Cartão de Crédito e no</p>

	<p>Contrato de CardMember, cujo modelo é parte integrante do Regulamento, no qual são discriminados, entre outras informações, os débitos e créditos relativos às operações de aquisição de mercadorias realizadas pelos Titulares nos Estabelecimentos mediante a utilização do Cartão, o valor da Operação Parcelado Emissor, do Saque, assim como Encargos, pagamentos, estornos, ajustes, taxas, tarifas, valor mínimo de pagamento e avisos em geral.</p>
Dia Útil	<p>significa todo o dia, excetuados sábados, domingos e feriados nacionais.</p>
Direito Creditório	<p>cada contrato ou prestação pecuniária devido por Titular vinculado a: (i) Operação Parcelado Emissor; (ii) Operações de Desconto; (iii) Operação de Refinanciamento de Saldo Remanescente; e/ou (iv) Saque.</p>
Direito Creditório Adimplente	<p>cada Direito Creditório vincendo ou vencido, integrante da carteira do Fundo, e que não seja vinculado a uma Operação de Financiamento Inadimplente.</p>
Direito Creditório Elegível	<p>todo o Direito Creditório que atenda, cumulativamente, na respectiva Data de Aquisição, aos Critérios de Elegibilidade e à Condição de Cessão.</p>
Diretor Designado	<p>diretor da Administradora designado para, nos termos da legislação aplicável, responder civil e criminalmente pela gestão, supervisão e acompanhamento do Fundo, assim como pela prestação de informações relativas a esse.</p>
Distribuidores	<p>Banco Ourinvest S.A., na qualidade de instituição Líder de Distribuição e Reliance DTVM Ltda, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 04.215.594/0001-09, na qualidade de Distribuidor Contratado de Quotas. Qualquer outra instituição integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários, poderá ser contratada pela Administradora, por meio de adesão ao Contrato de Distribuição, desde que a contratação seja previamente aprovada pela CVM, mediante protocolo de pedido de Modificação da Oferta, nos termos do artigo 25 e seguintes da Instrução CVM nº 400.</p>
Documentos Comprobatórios	<p>são os documentos que evidenciam os Direitos Creditórios cedidos ao Fundo, quais sejam: (i) Contrato de Cartão de Crédito; (ii) Contrato de CardMember; e (iii) Cédula de Crédito Bancário.</p>
Documentos da Securitização	<p>são, conjunta ou isoladamente: (i) o Regulamento; (ii) o Contrato de Cessão; (iii) este Prospecto; (iv) o Contrato de Custódia; (v) o Convênio de Cobrança; (vi) o Contrato de Cobrança Bancária; (vii) o Contrato de Cobrança; (viii) o Contrato de Distribuição; (ix) o Contrato de Adesão ao Contrato de Distribuição; (x) os Termos de Cessão Consolidados; e (xi) os Aceites Eletrônicos de Cessão.</p>

Eletrodireto	Eletrodireto S.A. Central de Distribuição.
Empresa de Auditoria	auditor devidamente contratado pelo Fundo para a prestação de serviços de auditoria de sua carteira.
Encargos	somatório da taxa de juros, impostos, taxas, contribuições e demais tributos incidentes; bem como outras despesas, indicadas no Demonstrativo de Pagamento, decorrentes de Operações de Financiamento efetuadas pelo Titular por meio da utilização do Cartão.
ES ou Excesso de <i>Spread</i>	valor apurado pela Administradora, em cada Data de Verificação, mediante a utilização de expressão contida no Regulamento.
Estabelecimentos	Intersmart, C&C, KSR/Votorantim, Eletrodireto, Aldo Componentes e Bunge, estabelecimentos que celebraram o Contrato de Cartão de Crédito com a Cedente e a Supplier, sendo que, qualquer inclusão de novo estabelecimento deverá ser previamente informada à Agência de Classificação de Risco, com o envio dos documentos cadastrais e financeiros do respectivo Estabelecimento.
Evento de Liquidação	cada um dos eventos descritos no Regulamento, que , no caso de sua ocorrência, deverá ser suspensa a aquisição de Direitos Creditórios e, por conseguinte, ser realizado o resgate antecipado das Quotas Seniores.
Evento de Resgate Antecipado	evento que pode ensejar a liquidação antecipada do Fundo, a ser deliberada por Assembléia Geral, nos termos do Regulamento.
Evento de Revisão	cada um dos eventos definidos no Contrato de Cessão, cuja ocorrência poderá caracterizar um Evento de Resgate Antecipado, nos termos do Regulamento.
FGC	Fundo Garantidor de Créditos.
FS ou Fator de Saída	fator a ser aplicado na taxa de saída conforme o Tempo de Permanência do Quotista.
Fundo	Ourinvest Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Financeiros - SupplierCard.
IGP-DI	Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna, conforme calculado e divulgado pela Fundação Getúlio Vargas.
IGP-M	Índice Geral de Preços do Mercado, conforme calculado e divulgado pela Fundação Getúlio Vargas.
Índice de Refinanciamento	valor apurado em cada Data de Verificação pela Administradora, com base nas informações colocadas à disposição pelo Custodiante, mediante a aplicação de expressão contida no Regulamento.

Informações dos Direitos Creditórios	dados referentes aos Direitos Creditórios objeto dos procedimentos de cessão previstos no Contrato de Cessão e no Regulamento.
Início das Atividades	data da 1ª integralização de Quotas.
Instituições Autorizadas	instituições aptas a atuar como contraparte nas operações de <i>swap</i> contratadas pela Administradora em nome do Fundo, quais sejam: (i) União de Bancos Brasileiros S.A. - Unibanco; (ii) Banco Bradesco S.A.; (iii) Banco Itaú S.A.; (iv) Banco Itaú BBA S.A.; (v) Banco Santander Brasil S.A.; (vi) Banco Citibank S.A.; (vii) ING Bank N.V., Filial São Paulo; (viii) HSBC Bank Brasil S.A. - Banco Múltiplo; (ix) Banco ABN Amro Real S.A.; (x) Banco do Brasil S.A.; ou (xi) outras instituições de 1ª (primeira) linha que venham a ser aprovadas pelos titulares da maioria das Quotas Seniores, reunidos em Assembléia Geral, cuja deliberação seja condicionada a parecer emitido pela Agência de Classificação de Risco acerca da manutenção do <i>rating</i> em função da inclusão de tais outras instituições.
Instrução CVM nº 356	Instrução CVM nº 356, de 17 de dezembro de 2001, conforme alterada pela Instrução CVM nº 393, de 22 de julho de 2003, pela Instrução CVM 435, de 5 de julho 2006, pela Instrução CVM nº 442, de 8 de dezembro de 2006, e pela Instrução CVM nº 446, de 19 de dezembro de 2006.
Instrução CVM nº 400	Instrução CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, e suas alterações posteriores.
Interface de Cessão	conexão automática colocada à disposição da Cedente e da Administradora, pelo Custodiante, nos termos do Contrato de Custódia.
Intersmart	Intersmart Comércio, Importação, Exportação de Equipamentos Eletrônicos Ltda.
IPC	Índice de Preços ao Consumidor, conforme calculado e divulgado pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas – FINE.
IPCA	Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, conforme calculado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.
ISS	Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza.
KSR/Votorantim	KSR Papéis e Produtos Gráficos.
<i>Layout</i>	arquivo remessa enviado eletronicamente pela Cedente ou por seus Agentes ao Custodiante, nos termos do Contrato de Cessão, o qual contém os Direitos Creditórios oferecidos à cessão ao Fundo.



Liquidez	característica daquilo que se encontra claramente definido ou determinado.
KSR	KSR Papéis e Produtos Gráficos.
Operação de Desconto	operação de crédito realizada entre a Cedente e cada Estabelecimento, por meio da qual a Cedente adquire do Estabelecimento, mediante cessão, Direitos Creditórios, em moeda corrente nacional, decorrentes de operações de aquisição de mercadorias realizadas em cada Estabelecimento pelos Titulares por meio da utilização do Cartão, nos termos e condições do Contrato de Cartão de Crédito e do Contrato de CardMember, as quais são liquidadas por meio de Demonstrativos de Pagamento.
Operação de Financiamento	qualquer Operação Parcelado Emissor, Operação de Desconto, Operação de Refinanciamento de Saldo Remanescente e/ou Saque.
Operação de Financiamento Adimplente	Operação de Financiamento integrante da carteira do Fundo, que não contenha, na respectiva data de observação, qualquer Direito Creditório vencido e não pago, por prazo de até 30 (trinta) dias (inclusive).
Operação de Financiamento Inadimplente	Operação de Financiamento que contenha qualquer Direito Creditório vencido e não pago por prazo superior a 30 (trinta) dias.
Operação de Financiamento Provisionada	Operação de Financiamento cujos Direitos Creditórios tenham sido integralmente provisionados pelo Fundo.
Operação de Refinanciamento de Saldo Remanescente	operação financeira por meio da qual o Titular, caso esta opção lhe seja facultada, efetua o pagamento igual ou superior ao mínimo indicado no respectivo Demonstrativo de Pagamento, hipótese em que o Saldo Remanescente (i) será automaticamente financiado pela Cedente e (ii) ficará sujeito à cobrança de Encargos, contados a partir da data do vencimento do Demonstrativo de Pagamento.
Operação Parcelado Emissor	operações de crédito com a cobrança de Encargos, por meio da qual a Cedente financia a aquisição de mercadorias realizadas pelos Titulares nos Estabelecimentos, com a utilização do Cartão.
Outros Ativos	ativos financeiros, modalidades operacionais, incluindo operações com instrumentos derivativos, e recursos em moeda corrente nacional integrantes da carteira do Fundo, excluindo-se Direitos Creditórios.
Periódico	o periódico “Monitor Mercantil”, que deverá ser utilizado para a divulgação das informações do Fundo, nos termos do Regulamento.
Período de Efetivação do	período de 30 (trinta) dias corridos que se iniciará no 45º

Resgate das Quotas Seniores	(quadragésimo quinto) dia e terminará no 75º (septuagésimo quinto) dia, após a respectiva Data de Apuração de Resgate de Quotas Seniores.
Pessoas	peçoas naturais, peçoas jurídicas ou grupos não personificados, de direito público ou privado, incluindo qualquer entidade da administração pública, federal, estadual ou municipal, direta ou indireta, incluindo qualquer modalidade de condomínio.
PIS	Programa de Integridade Social.
Política de Cobrança	rotina e política de cobrança seguidas pela Cedente e pela Supplier, descritas resumidamente em Anexo do Regulamento e contidas em manual a ser entregue à Administradora, mediante protocolo de recebimento, na data de celebração do Contrato de Cessão.
Política de Concessão de Crédito	política de concessão de crédito seguida pela Cedente, descrita resumidamente em Anexo do Regulamento e contida em manual a ser entregue à Administradora, mediante protocolo de recebimento, na data de celebração do Contrato de Cessão.
Potencial de Cessão	valor das disponibilidades, em moeda corrente nacional, de titularidade do Fundo, apurado em cada Data de Oferta, que, a critério da Administradora e do Conselho Consultivo, possa ser utilizado para aquisição de Direitos Creditórios Elegíveis pelo Fundo.
Programa de Securitização	mecanismos e procedimentos definidos nos Documentos da Securitização, por meio dos quais a Cedente cede Direitos Creditórios Elegíveis ao Fundo, captando recursos para suas atividades.
Prospecto	o presente prospecto.
Quotas, Quotas Seniores e Quotas Subordinadas	as quotas, quotas seniores ou quotas subordinadas emitidas pelo Fundo, conforme o caso.
Quotas Seniores Postergadas	saldo das Quotas Seniores Resgatadas que superar o Valor Máximo de Resgate e que será resgatado na Data de Resgate de Quotas Seniores seguinte, nos termos do Regulamento.
Quotas Seniores Resgatadas	quantidade de Quotas Seniores solicitadas para resgate conforme vier a ser apurado pela Administradora em cada Data de Apuração de Resgate de Quotas Seniores, observado o Valor Máximo de Resgate.
Quotas Subordinadas Resgatadas	quantidade de Quotas Subordinadas solicitadas para resgate conforme vier a ser apurado pela Administradora em cada Data de Apuração de Resgate de Quotas Subordinadas.
Quotistas, Quotistas Seniores e Quotistas Subordinados	os titulares das Quotas, das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas, respectivamente.

Razão de Garantia	fração cujo numerador é equivalente ao somatório do valor atualizado das Quotas Seniores, deduzido do valor dos Outros Ativos, e o denominador o valor do patrimônio líquido, deduzido do valor dos Outros Ativos, apurada diariamente pelo Custodiante (exemplo: se Razão de Garantia for 0,80, então Razão de Garantia – 80%).
Regulamento	o regulamento do Fundo.
Reserva de Caixa	parcela do patrimônio líquido aplicada nas modalidades de investimento referidas no Regulamento, segregadas na contabilidade do Fundo, equivalente ao montante estimado dos encargos de responsabilidade do Fundo a serem incorridos nos 3 (três) meses calendários subsequentes à realização do respectivo provisionamento.
Reserva de Liquidez	parcela do patrimônio líquido do Cessionário equivalente a 3% (três por cento) do valor dos Direitos Creditórios integrantes da carteira do Cessionário, apurada na forma do Regulamento.
Resgate Antecipado Compulsório	resgate compulsório antecipado, inteiro ou fracionado, a ser realizado pela Administradora, independentemente de realização de Assembléia Geral, das Quotas Seniores em Circulação, para re-enquadramento da Razão de Garantia e/ou da Alocação Mínima de Investimento, nos termos do Regulamento.
Resolução CMN nº 2.682	Resolução nº 2.682, de 23 de dezembro de 1999, do CMN, conforme alterada.
Resolução CMN nº 2.207	Resolução nº 2.207, de 29 de novembro de 2001, do CMN.
Saldo Remanescente	diferença apurada entre o saldo efetivamente devido pelo Titular, conforme constante no respectivo Demonstrativo de Pagamento, e o valor pago pelo Titular, quando esse pagamento for maior ou igual ao pagamento mínimo autorizado pela Cedente e indicado no respectivo Demonstrativo de Pagamento.
Saque	operação de crédito, com a cobrança de Encargos, contratada pelo Titular, por meio da utilização do Cartão.
Seção	as seções deste Prospecto.
SELIC	Sistema Especial de Liquidação e de Custódia.
Serasa	Serasa – Centralização de Serviços de Bancos S.A..
SISBACEN	Sistema de Informações do Bacen.
SPC	Serviço de Proteção ao Crédito.
<i>Spread</i>	11 (onze) ou 15 (quinze), exclusivamente durante o período

	compreendido entre 04 de novembro de 2008 (inclusive) e 04 de novembro de 2010 (inclusive).
Supplier	SupplierCard Administradora de Cartões de Crédito S.A., sociedade anônima com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Paulista, 1728, 13º andar, inscrita no CNPJ sob o nº. 06.951.711/0001-28, administradora do Cartão.
Taxa de Administração	montante devido à Administradora, a título de honorários pelo desempenho de suas atribuições de administração do Fundo, definida no Regulamento, podendo parcela dessa taxa ser paga diretamente à terceiros, nos termos do Regulamento.
Taxa de Desconto	taxa de desconto, informada pela Cedente ao Custodiante e confirmada pela Administradora, por meio dos sistemas eletrônicos colocados à disposição para tanto.
Taxa de Saída	taxa de saída decrescente que recai sobre o valor das Quotas Seniores Resgatadas, calculada de acordo com o Tempo de Permanência.
Taxa DI	taxa média diária dos certificados de depósitos interbancários de 1 (um) dia, extra grupo, apurada e divulgada pela CETIP, válida por 1 Dia Útil, e capitalizada em base anual (considerando-se, para tanto, um ano de 252 Dias Úteis).
Taxa Mínima de Desconto	taxa de mínima de desconto a ser aplicada na cessão, a ser apurada pelo Custodiante conforme fórmula constante no item “Taxa Mínima de Desconto” da Seção “Características Básicas do Programa de Securitização” deste Prospecto.
TED	Transferência Eletrônica Disponível.
Tempo de Permanência	período compreendido entre a respectiva Data de Emissão das Quotas Seniores e a data de seu respectivo e efetivo resgate, inteiro ou fracionado.
Termo de Adesão	documento preparado na forma do Regulamento, a ser firmado pelos Quotistas, evidenciando sua adesão aos termos do Regulamento.
Termo de Cessão Consolidado	termo de cessão preparado e consolidado na forma do Contrato de Cessão.
Termo de Recompra	documento preparado substancialmente na forma do Contrato de Cessão.
Titular	pessoa física ou jurídica titular de Cartão, devidamente credenciada pela Cedente ou, por delegação da Cedente, pela Supplier, com sede/domicílio no Brasil, que realiza transações mediante a utilização do Cartão.
Valor Bruto de Resgate	valor efetivamente recebido pelo Quotista quando do resgate de suas Quotas, descontada a Taxa de Saída, observados, ainda,

eventuais tributos incidentes sobre o respectivo resgate.

Valor Máximo de  
Resgate

valor máximo pago quadrimestralmente pelo Fundo a título de resgate das Quotas Seniores Resgatadas, o qual corresponde a 20% (vinte por cento) do valor total das Quotas Seniores em Circulação, apurado na última Data de Apuração do Resgate de Quotas Seniores, nos termos do Regulamento.

Valor Referencial

valor apurado para a Quota Sênior na hipótese de ocorrência de procedimentos de dação em pagamento, conforme estipulados no Regulamento.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

## 1. CARACTERÍSTICAS DA DISTRIBUIÇÃO DAS QUOTAS

### 1.1. CARACTERÍSTICAS BÁSICAS DA DISTRIBUIÇÃO DAS QUOTAS

Emissor:	Ourinvest Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Financeiros - SupplierCard.
Cedente:	Banco Ourinvest S.A.
Classe de Quotas:	2 classes, sendo:  1 classe de Quotas Seniores; e  1 classe de Quotas Subordinadas.
Preço Unitário das Quotas Seniores:	R\$ 100,00 (cem reais) na 1ª (primeira) Data de Emissão.
Preço Unitário das Quotas Subordinadas:	R\$ 100,00 (cem reais) na 1ª (primeira) Data de Emissão.
Administradora:	Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.
Custodiante:	Banco Itaú S.A.
Empresa de Auditoria:	KPMG Auditores Independentes.
Agência de Classificação de Risco:	Moody's América Latina Ltda.
Data de Emissão:	data em que os recursos em moeda corrente nacional decorrentes da integralização de Quotas Seniores são colocados pelos investidores à disposição do Fundo, nos termos do Regulamento, a qual deverá ser, necessariamente, um Dia Útil.
Resgate de Quotas:	no curso normal do Fundo, o resgate de Quotas poderá ser solicitado a qualquer tempo, observadas as Datas de Apuração de Resgate e os Períodos de Efetivação do Resgate, períodos esses que ocorrerão três vezes ao ano, conforme disposto na Seção “Resgates de Quotas” deste Prospecto.

### 1.2. DEMONSTRATIVO DO CUSTO DA DISTRIBUIÇÃO

Custo	% em Relação ao Valor da Distribuição (*)	Montante (R\$)
Comissão de Estruturação (**)	0,027	22.259,32

Comissão de Distribuição (**)	de 0,5 a 1,5 do valor de cada subscrição	-*-
Taxa de Registro na Anbid	0,002%	2.000,00
Taxa de Registro na CVM	0,103	82.870,00
Despesas de Marketing (incluindo publicação de anúncios) (****)	0,025	20.000,00
Agência Classificadora de Risco	0,046	37.289,50
Empresa de Auditoria (**)	0,058	46.764,12
Outros Custos (****)	-*-	-*-
Total	0,26	211.182,94

Tabela 1: Custos de Distribuição.

(\*) Considerando, para tanto, uma distribuição inicial no valor de R\$ 80.000.000,00.

(\*\*) Valores arcados pelo Banco Ourinvest S.A.

(\*\*\*) Valores arcados pela SupplierCard Administradora de Cartões de Crédito S.A..

(\*\*\*\*) Valores estimados.

Valor Unitário Quota Sênior	% em relação ao valor unitário da Quota Sênior	Custo Unitário de Distribuição (R\$)(*)
R\$ 100,00	3,79%	3,79

Tabela 2: Custo Unitário de Distribuição.

(\*) Considerando, para tanto, uma distribuição inicial no valor de R\$ 80.000.000,00.



(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

## **2. VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES**

A Administradora é responsável pela consistência, qualidade, veracidade e suficiência das informações encaminhadas à CVM por ocasião do registro do Fundo e fornecidas ao mercado durante o prazo de distribuição das Quotas.

A Cedente declara que as informações contidas neste Prospecto, referentes às suas atividades e situações econômico-financeiras, são verdadeiras, consistentes e corretas.

Ainda, o Distribuidor Líder declara que emvidou os melhores esforços e agiu com elevados padrões de diligência para assegurar que as informações fornecidas acerca da presente Oferta fossem verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, nos termos do artigo 56 da Instrução CVM nº 400.

O registro não implica, por parte da CVM, garantia de veracidade das informações prestadas ou julgamento sobre a qualidade das Quotas a serem distribuídas e é concedido segundo critérios formais de legalidade.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

*As informações contidas neste Prospecto estão em consonância com o Regulamento, porém não o substituem. Potenciais investidores devem ler cuidadosamente este Prospecto e o Regulamento, com especial atenção às disposições relativas ao objeto e à política de investimento do Fundo, procedimentos e prazos de resgate de Quotas, assim como à descrição dos fatores de risco a que o Fundo e seus Quotistas estão expostos.*

### **3. CARACTERÍSTICAS DA OFERTA**

#### **3.1. INFORMAÇÕES SOBRE A OFERTA**

O Fundo emitira no mínimo 100.000 (cem mil) e no máximo 10.000.000 (dez milhões) de Quotas Seniores, com valor unitário inicial fixado em R\$ 100,00 (cem reais), e as Quotas Subordinadas, com valor unitário inicial fixado em R\$ 100,00 (cem reais). Cada Quota corresponde a uma fração ideal do patrimônio líquido do Fundo, nos termos descritos no Regulamento. Em 30 de setembro de 2009, o valor unitário da Quota Sênior e da Quota Subordinada era de R\$ 131,68811520 e R\$ 199,27236230, respectivamente.

Por se tratar de fundo aberto, as Quotas Seniores serão subscritas pelo seu valor nominal e serão distribuídas pelos Distribuidores durante todo o prazo de duração a contar da data do protocolo dos documentos do Fundo na CVM, sob o regime de melhores esforços, tudo nos termos do Regulamento. O valor mínimo individual de aplicação por Quotista será de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais).

As Quotas Seniores deverão inicialmente representar 80% (oitenta por cento) do patrimônio líquido do Fundo. Os 20% (vinte por cento) restantes serão representados por Quotas Subordinadas a serem subscritas pela Cedente ou por suas Afiliadas à medida que as Quotas Seniores forem sendo colocadas. A Razão de Garantia deverá ser observada, *pro forma*, a cada nova subscrição e integralização de Quotas Seniores.

No ato de subscrição de Quotas Seniores, o Quotista deverá assinar o Termo de Adesão e efetuar o pagamento da integralização de suas Quotas Seniores subscritas. Por meio de Termo de Adesão, o Quotista atestará que recebeu exemplar deste Prospecto e do Regulamento, que tomou ciência dos objetivos do Fundo, de sua política de investimento, da composição da carteira (inclusive quanto à possibilidade de utilização de instrumentos derivativos), da Taxa de Administração devida à Administradora, da Taxa de Saída, dos riscos associados ao seu investimento no Fundo e da possibilidade de ocorrência de variação e perda no patrimônio líquido do Fundo, bem como de perda do capital, parcial ou total, investido. Em caráter complementar, se for o caso, o Quotista deve assinar termo próprio declarando sua condição de investidor qualificado.

A integralização das Quotas Seniores somente poderá ser feita à vista, em moeda corrente nacional, por meio de TED, ou por outro mecanismo autorizado pelo Bacen. Somente as Quotas Subordinadas poderão ser integralizadas mediante entrega de Direitos Creditórios Elegíveis, os quais serão contabilizados com base nos critérios de precificação previstos no Contrato de Cessão.

As Quotas Seniores não poderão ser transferidas, ressalvados os casos de decisão judicial, execução de garantia ou sucessão universal.

A Oferta foi registrada na CVM nos termos da Instrução CVM nº 356 e da Instrução CVM nº 400.

### 3.2. CRONOGRAMA DA OFERTA

Evento	Data
Publicação do Anúncio de Início de Distribuição de Quotas Seniores	25/06/2007

Tabela 3: Cronograma da Oferta.

### 3.3. MODIFICAÇÃO DA OFERTA

Nos termos do artigo 25 e seguintes da Instrução CVM 400, a CVM, a seu juízo, poderá acatar pleito formulado pela Administradora de modificação ou revogação da Oferta, na hipótese de alteração substancial, posterior e imprevisível nas circunstâncias de fato existentes quando da apresentação do respectivo pedido de registro perante a CVM, ou que o fundamentem, acarretando aumento relevante dos riscos inerentes à própria Oferta. É sempre permitida a modificação da Oferta para melhorá-la em favor dos Quotistas. A revogação torna ineficazes a Oferta e os atos de aceitação, anteriores ou posteriores, devendo ser restituídos integralmente, aos aceitantes, os valores, bens ou direitos dados em contrapartida às Quotas ofertadas.

A modificação será divulgada imediatamente através dos mesmos meios utilizados para a divulgação do anúncio de início de distribuição das Quotas. A Administradora e os Distribuidores certificar-se-ão, assim como tomarão as devidas cautelas no momento do recebimento das aceitações da Oferta, de que o manifestante está ciente de que a Oferta original foi alterada e de que tem conhecimento das novas condições.

A Administradora comunicará diretamente os investidores que já tiverem aderido à Oferta a respeito da modificação efetuada, para que, no prazo de 10 (dez) Dias Úteis do recebimento da comunicação, confirmem, por correspondência à Administradora ou em sua sede, o interesse em manter a aceitação da Oferta, presumida a intenção de manutenção da mesma na hipótese de silêncio.

Na hipótese do investidor manifestar a intenção de revogar sua aceitação à Oferta, restituir-se-ão os valores aos investidores eventualmente adiantados.

Ressalta-se que os termos acima indicados só serão aplicados exclusivamente nos casos de modificação da Oferta pela Administradora, sendo que, qualquer alteração que venha a ocorrer em razão de deliberação dos Quotistas, o presente item não será aplicável.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

## **4. SUMÁRIO DAS CARACTERÍSTICAS DA ESTRUTURA DO FUNDO**

### **4.1. O FUNDO E SEU PÚBLICO-ALVO**

O Ourinvest Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Financeiros - SupplierCard é um fundo de investimento em direitos creditórios constituído sob a forma de condomínio aberto, com prazo de 20 (vinte) anos de duração, contado do Início das Atividades, e regido pela Resolução CMN nº 2.907, pela Instrução CVM nº 356 e pelo seu respectivo Regulamento.

Os documentos referidos nos § 1º do artigo 8º e §1º do artigo 20 da Instrução CVM 356 foram protocolados na CVM em 07 de março de 2007. Registro CVM: CVM/SRE/RFD/2007/015 em 03/04/2007.

O Fundo tem por objeto precípua proporcionar aos seus Quotistas a valorização de suas Quotas por meio da aplicação preponderante de recursos na aquisição de Direitos Creditórios do segmento financeiro, originados e cedidos pela Cedente, que atendam aos Critérios de Elegibilidade e à Condição de Cessão, observados todos os índices de composição e diversificação da carteira estabelecidos no Regulamento. Em caráter complementar, o Fundo aplicará seus recursos em Outros Ativos. A cessão dos Direitos Creditórios será realizada nos termos do Contrato de Cessão e do Regulamento, sem direito de regresso contra ou co-obrigação da Cedente, da Supplier e/ou de qualquer de suas Afiliadas. A Cedente, a Supplier e/ou qualquer de suas Afiliadas não respondem pelo pagamento dos Direitos Creditórios cedidos nem pela solvência dos Titulares ou dos Estabelecimentos, conforme o caso, inclusive na hipótese de a Cedente e/ou de a Supplier, por qualquer motivo, incluindo a decretação de intervenção, falência, recuperação ou liquidação (extrajudicial ou judicial), ou evento assemelhado, tornarem-se impedidas de oferecer o financiamento automático ao Titular, na forma prevista no Contrato de Cartão de Crédito. A Cedente é somente responsável pela existência, Liquidez e correta formalização dos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo, nos termos do Contrato de Cessão e do Regulamento.

*Vide Seção “Procedimento de Oferta de Direitos Creditórios e de Formalização da Cessão”, com referência aos procedimentos de constituição dos Direitos Creditórios e de sua cessão ao Fundo.*

O Fundo emitirá Quotas Seniores para captar recursos, em moeda corrente nacional, necessários à aquisição dos Direitos Creditórios e dos demais ativos integrantes de sua carteira.

As Quotas Subordinadas poderão ser integralizadas em moeda corrente nacional ou por meio da cessão de Direitos Creditórios Elegíveis ao Fundo.

O Fundo é destinado a quaisquer Pessoas que estejam habilitadas a adquirir quotas de emissão de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios de acordo com a regulamentação em vigor, nos termos de seus respectivos regulamentos, que busquem rentabilidade no médio e longo prazos condizente com a política de investimentos do Fundo, e que estejam dispostos a aceitar risco de crédito em suas aplicações.

As Quotas Seniores serão objeto de oferta pública de distribuição no mercado primário, com intermediação de instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários, segundo plano de distribuição elaborado pelo Coordenador e/ou pelo Distribuidor, que levará em consideração suas relações com clientes e outras considerações de natureza comercial ou estratégica.

As Quotas Seniores são intransferíveis, salvo por decisão judicial, execução de garantia ou sucessão universal.

#### 4.2. FATORES DE RISCO

Os Direitos Creditórios e os Outros Ativos integrantes da carteira do Fundo, por sua própria natureza, estão sujeitos, conforme o caso, a flutuações de mercado e/ou riscos de crédito das contrapartes que poderão gerar perdas até o montante das operações contratadas e não liquidadas. Mesmo que a Administradora mantenha sistema de gerenciamento de riscos, não há garantia de eliminação da possibilidade de perdas para o Fundo e para os Quotistas, não podendo a Administradora, o Custodiante, o(s) Distribuidor(es) ou qualquer de suas respectivas Afiliadas serem responsabilizados por qualquer depreciação ou perda no valor dos ativos integrantes da carteira do Fundo, pela inexistência de um mercado secundário para os Direitos Creditórios e Outros Ativos integrantes da carteira do Fundo, por eventuais prejuízos incorridos pelos Quotistas quando do resgate de suas Quotas, entre outros eventos, nos termos deste Prospecto e do Regulamento.

*Vide Regulamento, Capítulo XII – “Dos Fatores de Risco” e Seção “Fatores de Risco” deste Prospecto.*

#### 4.3. A ADMINISTRADORA

O Fundo é administrado pela Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., sociedade anônima, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 500, Bloco 13, Grupo 205, Condomínio Downtown, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 36.113.876/0001-91.

A Administradora tem por função praticar todos os atos de gestão ordinária do Fundo nos termos da Instrução CVM nº 356 e do Regulamento, de modo a manter sua boa ordem legal, operacional e administrativa. Os deveres e as obrigações da Administradora encontram-se definidos no Regulamento.

*Vide Regulamento, Capítulo VIII – “Da Administração do Fundo” e Seção “Administradora” deste Prospecto.*

#### 4.4. OUTROS PRESTADORES DE SERVIÇOS

Auditoria:	KPMG Auditores Independentes Rua Renato Paes de Barros, nº 33 04530-904 São Paulo – SP
Classificação de Risco:	Moody’s América Latina Ltda. Avenida Nações Unidas, 12.551 - 16º Andar 04578-903 São Paulo – SP
Custódia:	Banco Itaú S.A. Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha nº 100 – Torre Itaúsa 04344-902 São Paulo – SP



Cobrança dos Direitos Creditórios Inadimplente:	Banco Ourinvest S.A. Avenida Paulista, nº 1728, sobreloja, 1º, 2º, 10º e 11º andares 01310-200 São Paulo – SP
Estruturador:	Banco Ourinvest S.A. Avenida Paulista, nº 1728, sobreloja, 1º, 2º, 10º e 11º andares 01310-200 São Paulo – SP
Distribuidor Líder:	Banco Ourinvest S.A. Avenida Paulista, nº 1728, sobreloja, 1º, 2º, 10º e 11º andares 01310-200 São Paulo – SP
Distribuidor Contratado	Reliance Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. Rua dos Pinheiros, nº 870, 22º andar 05422-001 São Paulo - SP
Agente de Cobrança Bancária	Banco Bradesco S.A. Cidade de Deus, Vila Yara, s/n 06029-900 Osasco – SP

Tabela 4: Outros Serviços.

#### 4.5. O CUSTODIANTE

O Banco Itaú S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100 – Torre Itaúsa, inscrita no CNPJ/MF sob nº 60.701.190/0001-04, é a instituição custodiante do Fundo.

Sem prejuízo dos demais deveres e obrigações definidos na Instrução CVM nº 356 e no Contrato de Custódia, o Custodiante, diretamente ou por meio de seus Agentes, será responsável pelas seguintes atividades:

- verificar se os Direitos Creditórios a serem cedidos pela Cedente ao Fundo atendem aos Critérios de Elegibilidade;
- operacionalizar todos os procedimentos e rotinas definidos nos Documentos da Securitização que sejam de sua exclusiva responsabilidade;
- receber e analisar a documentação que evidencie o lastro dos Direitos Creditórios, sendo que a metodologia e os resultados obtidos deverão ser colocados à disposição da Administradora, Agência de Classificação de Risco, Empresa de Auditoria, Cedente e dos órgãos reguladores;
- movimentar as contas correntes de titularidade do Fundo, observadas as instruções passadas pela Administradora e os termos e condições dos Documentos da Securitização;
- receber e fazer a guarda e custódia física ou escritural dos documentos a seguir relacionados, diretamente ou por meio de seus Agentes, mantendo em arquivo físico ou eletrônico a documentação negocial e fiscal relativa a cada operação realizada pelo Fundo, pelo prazo da Administradora, ressalvado o prazo específico do subitem (ii) deste item:

- i) extratos das contas correntes de titularidade do Fundo;
  - ii) Aceites Eletrônicos de Cessão formalizando a cessão de Direitos Creditórios da Cedente para o Fundo e demais documentos relacionados às rotinas e aos procedimentos sob sua responsabilidade, definidos nos Documentos da Securitização, pelo prazo de 10 (dez) Dias Úteis;
  - iii) Documentos Comprobatórios referentes aos Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo que lhe tenham sido encaminhados pela Cedente ou por seus Agentes, observada, assim a sub-contratação estabelecida no Regulamento;
  - iv) Documentos Comprobatórios referentes aos Outros Ativos;
  - v) registros eletrônicos da Base de Dados do Fundo, relatórios preparados nos termos do Contrato de Custódia e demais documentos relacionados às rotinas e aos procedimentos definidos nos Documentos da Securitização que sejam de sua responsabilidade;
- f) entregar à Administradora, quando solicitado, os documentos referidos no item “i” do subitem “e” anterior;
- g) receber, diretamente ou por meio de seus Agentes, os valores relativos aos Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo, transferidos, a qualquer título, pela Cedente ou por seus Agentes, sendo que todas as quantias recebidas deverão ser creditadas única e exclusivamente em conta(s) corrente(s) de titularidade do Fundo;
- h) receber, diretamente ou por meio de seus Agentes, quaisquer rendimentos ou valores relacionados aos Outros Ativos, sendo que todas as quantias recebidas deverão ser creditadas única e exclusivamente em conta(s) corrente(s) de titularidade do Fundo;
- i) efetuar a liquidação financeira relativa à aquisição de Direitos Creditórios, observadas as instruções passadas pela Administradora e os procedimentos definidos no Regulamento e no Contrato de Cessão;
- j) calcular e colocar à disposição da Administradora, diariamente, o valor da Razão de Garantia e da Alocação Mínima de Investimento;
- k) colocar à disposição da Administradora, diariamente, relatórios para apuração da Reserva de Caixa, Reserva de Liquidez e do Excesso de *Spread*;
- l) colocar à disposição da Administradora, em cada Data de Verificação, relatórios para apuração do valor do DCV, do DCV30, do DCV120, do DCV180 e do Índice de Refinanciamento;
- m) colocar à disposição da Administradora o fluxo financeiro do Fundo com registro dos respectivos lançamentos, em base diária, de forma que o ele, o Fundo, possa cumprir pontualmente suas obrigações financeiras e contratuais; e
- n) processar, calcular e aplicar a Taxa de Saída quando da efetivação do Resgate das Quotas Seniores na respectiva Data de Resgate das Quotas Seniores.

Os deveres e obrigações do Custodiante encontram-se definidos no Regulamento e no Contrato de Custódia.

*Vide Regulamento, Capítulo XI – “Do Custodiante e Demais Terceiros Contratados” e Seção “Custodiante” deste Prospecto.*

#### **4.6. COBRANÇA**

No curso ordinário do Programa de Securitização, (i) a totalidade dos recursos decorrentes do pagamento, pelos Titulares, dos Demonstrativos de Pagamento vinculados aos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo, incluindo aqueles decorrentes de seu pagamento parcial, efetuados em dinheiro e/ou em cheque, serão: (a) acolhidos pelo Agente Cobrador Bancário, nos termos do Contrato de Cobrança Bancária; (b) repassados à Cedente nos termos do Contrato de Cobrança Bancária; e (c) transferidos, pela Cedente, nos termos do Convênio de Cobrança, para a Conta do Fundo, em até 1 (um) Dia Útil, contado da data em que os respectivos recursos encontrarem-se disponíveis para a Cedente; (ii) na hipótese de inadimplemento, pelos Titulares, dos Direitos Creditórios cedidos com co-obrigação, total ou parcial, dos Estabelecimentos, os valores pagos pelos Estabelecimentos serão: (a) acolhidos pela Cedente; e (b) transferidos para Conta do Fundo, nos termos do Convênio de Cobrança, em até 1 (um) Dia Útil, contado da data em que os respectivos recursos encontrem-se disponíveis para a Cedente; (iii) a totalidade dos recursos decorrentes do pagamento, pelos Titulares, dos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo, efetuados por meio de transferência eletrônica de fundos, serão acolhidos pela Cedente e subseqüentemente transferidos diretamente, pela Cedente, para Conta do Fundo, nos termos do Convênio de Cobrança, em até 1 (um) Dia Útil, contado da data em que os respectivos recursos encontrem-se disponíveis para a Cedente; e/ou (iv) a totalidade dos valores equivalentes ao refinanciamento automático do Saldo Remanescente, relativos aos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo, deverão ser creditados pela Cedente, diretamente na Conta do Fundo, no prazo de até 1 (um) Dia Útil, contado da data da concessão do financiamento automático do Saldo Remanescente, na forma prevista no Contrato de CardMember.

Nos termos do Convênio de Cobrança, caberá à Cedente identificar e segregar em seus respectivos sistemas de gerenciamento interno quais dos valores pagos pelos Titulares são de titularidade da Cedente ou do Fundo, quais Direitos Creditórios foram devidamente pagos com as verbas recebidas, se recursos por ela recebidos de cada Titular são equivalentes ao valor total do saldo devedor expresso no respectivo Demonstrativo de Pagamento.

A título de prestação de contas em razão da prestação de seus serviços, nos termos do Convênio de Cobrança, a Cedente deverá enviar ao Custodiante e à Administradora, por meio eletrônico, em cada data de transferência, relatório eletrônico, cujo formato será definido de comum acordo entre a Cedente e o Custodiante, contendo, no mínimo, as seguintes informações relativas a cada Direito Creditório de titularidade do Fundo que tenha sido liquidado com os recursos transferidos pela Cedente ao Fundo na respectiva data de transferência: (i) Titular do respectivo Direito Creditório, identificado por seu CNPJ/CPF; (ii) data de vencimento do Direito Creditório; (iii) data de pagamento dos valores devidos; e (iv) valores recebidos, incluindo o valor amortizado do Direito Creditório, juros moratórios e multas, e, conforme o caso, valor do Saldo Remanescente.

*Para mais informações, vide Seção “Características Básicas do Programa de Securitização – Procedimentos de Recebimento de Valores” deste Prospecto.*

#### **4.7. SERVIÇOS DE COBRANÇA DOS DIREITOS CREDITÓRIOS INADIMPLENTES**

A Cedente, na qualidade de mandatária do Fundo especialmente contratada pela Administradora, por conta e ordem do Fundo, nos termos do Contrato de Cobrança, será responsável pela implementação dos procedimentos de cobrança extrajudicial dos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo vencidos e não pagos. Os deveres e as obrigações da Cedente, relacionados aos serviços de cobrança dos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo vencidos e não pagos, encontram-se definidos no Contrato de Cobrança.

Vide Seção “Procedimentos de Cobrança” deste Prospecto.

#### 4.8. DOS DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS

Nos termos do Contrato de Custódia e do Contrato de Cessão, a Cedente, sem prejuízo das responsabilidades do Custodiante, na forma da regulamentação em vigor, será responsável pela guarda, custódia física, armazenagem e organização dos Documentos Comprobatórios referentes a Operações de Financiamento cujos Direitos Creditórios sejam cedidos pela Cedente ao Fundo.

#### 4.9. CUSTÓDIA DOS OUTROS ATIVOS DE TITULARIDADE DO FUNDO

Os Outros Ativos devem ser registrados, custodiados e/ou mantidos em conta de depósito diretamente em nome do Fundo, em contas específicas abertas no SELIC, no sistema de liquidação financeira administrado pela CETIP ou em instituições ou entidades autorizadas à prestação desse serviço pelo Bacen ou pela CVM, excetuando-se as quotas de fundos de investimento financeiro e de fundos de aplicação em quotas de fundos de investimento.

#### 4.10. REMUNERAÇÃO DA ADMINISTRADORA E ENCARGOS DO FUNDO

**Taxa de Administração:** remuneração mensal equivalente ao maior valor entre (i) R\$ 10.000,00 (dez mil reais) ou (ii) o valor correspondente a 0,20% (vinte centésimos por cento) ao ano sobre o valor do patrimônio líquido que atingir até R\$ 70.000.000,00 (setenta milhões de reais), acrescido do valor apurado pela aplicação do percentual de 0,15% (quinze centésimos por cento) ao ano sobre o montante que exceder os R\$ 70.000.000,00 (setenta milhões de reais) de patrimônio líquido, pagáveis mensalmente à razão de 1/12 (um doze avos), apurado no último Dia Útil de cada mês. A primeira remuneração devida à Administradora, nos termos do Regulamento, será paga no último Dia Útil do mês da 1ª (primeira) Data de Emissão e as demais no último Dia Útil dos meses subsequentes.

Sobre o valor da Taxa de Administração, serão acrescidos os valores, em moeda corrente nacional, equivalentes: (a) ao maior valor entre (i) o montante apurado de acordo com os parâmetros definidos na tabela a seguir, pagável mensalmente à razão de 1/12 (um doze avos), e (ii) R\$ 1.000,00 (mil reais) mensais; (b) à R\$ 2,45 (dois reais e quarenta e cinco centavos) por aplicação, resgate ou qualquer evento de Quotista no Fundo; e (c) à R\$ 0,60 (sessenta centavos de real) pela emissão de cada extrato de movimentação do Quotista. Os valores monetários ora referidos serão corrigidos anualmente nos termos do Regulamento.

Patrimônio Líquido (em mil reais)	Percentagem anual incidente sobre o patrimônio líquido
0,000 à 50.000	0,0240
50.001 à 100.000	0,0208
100.001 à 150.000	0,0200
150.001 à 200.000	0,0195
Acima de 200.001	0,0190

**Taxa de ingresso:** Não há.

Taxa de Saída:	Recairá sobre o valor das Quotas Seniores Resgatadas e das Quotas Postergadas uma taxa de saída decrescente, a ser calculada pelo Custodiante de acordo com o Tempo de Permanência e que resultará em nenhum decréscimo sobre o valor do resgate caso o Tempo de Permanência seja superior a 720 (setecentos e vinte) dias corridos. A Taxa de Saída irá reduzir o valor de resgate efetivamente pago às Quotas Seniores Resgatadas e às Quotas Seniores Postergadas, observados os critérios definidos na Seção “Taxa de Saída” deste Prospecto.
Taxa de performance:	Não há.
Encargos do Fundo:	(i) Taxa de Administração; (ii) taxas, impostos ou contribuições federais, estaduais, municipais ou autárquicas, que recaiam ou venham a recair sobre os bens, direitos e obrigações do Fundo; (iii) despesas com impressão, expedição e publicação de relatórios, formulários e informações periódicas, previstas no Regulamento ou na regulamentação pertinente; (iv) despesas com correspondências de interesse do Fundo, inclusive comunicações aos Quotistas; (v) honorários e despesas do auditor encarregado da revisão das demonstrações financeiras, das contas do Fundo, da análise de sua situação e da atuação da Administradora; (vi) emolumentos e comissões pagas sobre as operações do Fundo; (vii) honorários de advogados, custas e despesas correlatas feitas em defesa dos interesses do Fundo, em juízo ou fora dele, inclusive o valor da condenação, caso o ele venha a ser vencido; (viii) quaisquer despesas inerentes à constituição ou à liquidação do Fundo ou à realização de Assembleia Geral; (ix) despesas com a contratação de agência de classificação de risco; (x) despesas com o profissional especialmente contratado para zelar pelos interesses do Fundo, de acordo com o previsto no Regulamento; (xi) taxas de custódia de ativos do Fundo.

Tabela 5: Remuneração da Administradora e Encargos do Fundo.

#### 4.11. REMUNERAÇÃO DEVIDA AOS DEMAIS PRESTADORES DE SERVIÇOS DO FUNDO

Nos termos do Contrato de Cobrança, a Supplier faz *jus* a uma remuneração semestral no valor de R\$ 1.000,00, paga pela Administradora, às suas expensas.

Observado o disposto no Contrato de Custódia, o Custodiante faz *jus* a remuneração mensal, devida pelo Fundo, nos termos do inciso VIII do artigo 56 da Instrução CVM nº 356, equivalente ao valor aproximado de R\$ 26.000,00, dependendo do valor do patrimônio líquido do Fundo.

Nos termos do Contrato de Cobrança Bancária, o Agente Cobrador Bancário faz *jus* a uma remuneração semestral, devida pela Administradora, às suas expensas, equivalente a R\$ 1.000,00.

A Supplier, nos termos do Convênio de Cobrança, faz *jus* a remuneração semestral, devida pela Administradora, às suas expensas, equivalente a R\$ 1.000,00.

Observado o disposto no Contrato de Distribuição, o Distribuidor fará *jus* a uma remuneração anual referente à distribuição das Quotas Seniores, equivalente a 0,90% ao ano, considerando, para tanto, um ano de 365 dias, sobre o valor de cada integralização realizada por cada um dos subscritores.

Nos termos do contrato de prestação de serviços de auditoria independente específico, a Empresa de Auditoria, no exercício de 2008, fez *jus* à remuneração anual de R\$ 15.000,00, paga pelo Fundo, nos termos do inciso IV do artigo 56 da Instrução CVM nº 356.

Por fim, a Agência Classificadora de Risco fará *jus*, no exercício de 2009, à remuneração anual de R\$ 43.704,09, a ser paga às expensas do Fundo, nos termos do inciso X do artigo 56 da Instrução CVM nº 356.

#### **4.12. POLÍTICA DE INVESTIMENTO, COMPOSIÇÃO E DIVERSIFICAÇÃO DA CARTEIRA**

As aplicações do Fundo estarão sujeitas aos requisitos de composição e diversificação estabelecidos pelas normas regulamentares em vigor, sempre observados os termos e as condições do Regulamento.

Decorridos 90 (noventa) dias do Início das Atividades, o Fundo deverá ter alocado, no mínimo, 50% (cinquenta por cento), e, no máximo, 100% (cem por cento) de seu patrimônio em Direitos Creditórios, observada, ainda, a alocação de recursos para a Reserva de Liquidez e Reserva de Caixa.

O Fundo poderá manter ou aplicar seu patrimônio líquido de acordo com a tabela a seguir.

Composição da Carteira		Percentual em Relação ao Patrimônio Líquido	
		Mínimo	Máximo
a)	Direitos Creditórios;	50%	100%
b)	moeda corrente nacional;	0%	50%
c)	títulos de emissão do Tesouro Nacional ou do Bacen;	0%	50%
d)	quotas de fundo(s) de investimento classificados como renda fixa ou como referenciados, com liquidez diária, que tenha(m) seu(s) patrimônio(s) representado(s) por títulos ou ativos de renda fixa de longo prazo, pré ou pós-fixados, de emissão do Tesouro Nacional ou do Bacen, bem como quotas de fundo(s) de investimento em quotas desses fundos de investimento, e que sejam administrados por qualquer das Instituições Autorizadas; e	0%	50%
e)	operações compromissadas lastreadas em títulos públicos.	0%	50%

Tabela 8: Política de Investimento, Composição e Diversificação da Carteira.

O Fundo não poderá adquirir Direitos Creditórios que, no momento da cessão, encontrem-se vencidos e não pagos.

#### **4.13. POLÍTICA DE UTILIZAÇÃO DE INSTRUMENTOS DERIVATIVOS**

A Administradora, por conta e ordem do Fundo, poderá realizar, desde que atendidas as Condições de Derivativos, as disposições do Regulamento e a deliberação do Conselho Consultivo, operações com instrumentos derivativos com o objetivo único e exclusivo de proteger a rentabilidade dos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo das flutuações da taxa de juros, cuja remuneração estará, conforme o caso, vinculada a taxas pré-fixadas. As operações contratadas pelo Fundo com instrumentos derivativos poderão ser realizadas: (i) em mercado de balcão tendo como contraparte, necessariamente, 1 (uma) ou mais Instituições Autorizadas, sendo que tais operações deverão ser necessariamente registradas na BM&F sob a modalidade “sem garantia”, e/ou (ii) diretamente na BM&F, sob a modalidade “com garantia”, desde que tal modalidade de operação seja previamente autorizada, por escrito, pela Agência de Classificação de Risco. É expressamente vedada a

realização de operações de venda de opções de compra a descoberto e alavancadas, a qualquer título

Observados o disposto no Regulamento e a deliberação do Conselho Consultivo, a Administradora somente poderá proceder à contratação de operações com instrumentos derivativos, por conta e ordem do Fundo, desde que estejam presentes as seguintes Condições de Derivativos:

- a) existência de contraparte para realização da respectiva operação com instrumentos derivativos; e
- b) caso o Fundo tenha recursos livres e disponíveis para arcar com os custos de realização da respectiva operação com instrumentos derivativos.

Os recursos decorrentes de ajustes credores em operações de contratos futuros, celebradas pelo Fundo, deverão ser mantidos obrigatoriamente em (i) moeda corrente nacional, (ii) títulos de emissão do Tesouro Nacional ou do Bacen ou (iii) quotas de fundo(s) de investimento de renda fixa de perfil conservador, com liquidez diária, que tenha(m) seu(s) patrimônio(s) representado(s) por títulos ou ativos de renda fixa, pré ou pós-fixados, de emissão do Tesouro Nacional ou do Bacen, bem como quotas de fundo(s) de investimento em quotas desses fundos de investimento, e que sejam administrados por qualquer das Instituições Autorizadas; e (iv) operações compromissadas lastreadas em títulos públicos.

Todos os recursos devidos ao Fundo por conta da liquidação de operações no mercado de derivativos deverão ser creditados em conta corrente de titularidade do Fundo, devendo a Administradora fazer constar tal obrigação nos contratos porventura celebrados.

A Administradora não poderá contratar operações de *swap* caso os respectivos contratos estipulem: (i) direito de a contraparte rescindi-lo antecipadamente ; e/ou (ii) restrições ou limitações no direito de receber os valores devidos por conta dos ajustes positivos em favor do Fundo.

#### 4.14. PORTFÓLIO DO FUNDO EM 30 DE SETEMBRO DE 2009

Portfólio	R\$	% em relação ao patrimônio líquido do Fundo
Moeda Corrente Nacional	17.033,56	0,02%
Quotas de fundos de investimento	18.031.616,11	17,42
Títulos de emissão do Tesouro Nacional ou Bacen	1.846.175,30	1,78%
Provisão de Receitas / Despesas	(42.571,18)	(0,04)%
Direitos Creditórios:		
- Direitos Creditórios a vencer (valor presente)	79.508.759,07	76,79%
- Direitos Creditórios em atraso	6.603.937,72	6,38%
- PDD*	(2.429.834,26)	(2,35)%
<b>TOTAL</b>	103.535.116,32	100%

\* Provisão para Devedores Duvidosos.

Fonte: Administradora.

Tabela 7: Portfólio do Fundo em 30 de setembro de 2009.

#### 4.13. METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DOS ATIVOS DO FUNDO

Os ativos integrantes da carteira do Fundo deverão ser registrados pelo seu custo de aquisição e ter os seus valores ajustados de acordo com o disposto neste item, observadas as regras e os

procedimentos definidos pelo CMN e pela CVM, aplicáveis aos fundos de investimento em Direitos Creditórios.

Os rendimentos auferidos com os Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo, inclusive o ágio ou deságio apurado na sua aquisição, devem ser reconhecidos em razão da fluência de seus prazos de vencimento, computando-se a valorização em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa no resultado do período.

As perdas reconhecidas e as provisões realizadas com os Direitos Creditórios ou com os Outros Ativos serão registradas no resultado do período, observadas as regras e os procedimentos definidos no COSIF e na Resolução CMN nº 2.682. O valor ajustado em razão do reconhecimento das referidas perdas passará a constituir a nova base de custo, admitindo-se a reversão das perdas, desde que por motivo justificado subsequente ao que levou ao seu reconhecimento, limitada ao custo de aquisição, acrescida dos rendimentos auferidos e computando-se a valorização em contrapartida à adequada conta de receita no resultado do período.

É obrigatória a divulgação, em notas explicativas às demonstrações financeiras anuais do Fundo, de informações que abranjam, no mínimo, o montante, a natureza e as faixas de vencimento dos ativos integrantes da carteira do Fundo e os valores de custo e, caso aplicável, de mercado dos ativos, segregados por tipo de ativo, bem como os parâmetros utilizados na determinação desses valores.

#### **4.15. GERENCIAMENTO DE RISCOS**

A administração do Fundo orienta-se pela transparência, competência e cumprimento do Regulamento e da legislação vigente.

A política de investimento do Fundo, bem como o nível desejável de exposição a risco, definidos no Regulamento, são determinados em comitê do qual participam os diretores da Administradora, assim como pelo Conselho Consultivo.

A Administradora privilegia, como forma de controle de riscos, decisões tomadas pelos comitês referidos neste item, os quais traçam os parâmetros de atuação do Fundo acompanhando as exposições a riscos, mediante a avaliação das condições dos mercados financeiro e de capitais e a análise criteriosa dos diversos setores da economia brasileira.

Os riscos a que está exposto o Fundo, dentre os quais, exemplificativamente, os descritos na Seção “Fatores de Risco” deste Prospecto, e o cumprimento da política de investimento do Fundo, descrita no Regulamento, são monitorados por área de gerenciamento de risco. A área de gerenciamento de risco utiliza modelo de controle de risco de mercado, visando a estabelecer o nível máximo de exposição a risco.

A utilização dos mecanismos de controle de riscos aqui descritos não elimina a possibilidade de perdas pelos Quotistas. As aplicações efetuadas pelo Fundo de que trata este Prospecto apresentam riscos para os Quotistas. Ainda que a Administradora mantenha sistema de gerenciamento de riscos, não há garantia de completa eliminação da possibilidade de perdas para o Fundo e para seus investidores.

#### **4.15 VALORES MÍNIMOS PARA APLICAÇÃO, PARA SOLICITAÇÃO DE RESGATE E SALDO MÍNIMO DE PERMANÊNCIA NO FUNDO**



Aplicação Mínima por Investidor	R\$ 25.000,00
Solicitação Mínima de Resgate	R\$ 5.000,00
Saldo Mínimo	R\$ 25.000,00

Tabela 9: Valores Mínimos.

#### **4.16. RESGATE DE QUOTAS SENIORES E DE QUOTAS SUBORDINADAS**

*Para maiores informações vide Seção “As Quotas – Resgate de Quotas”.*

##### **4.16.1. Resgate de Quotas Seniores**

No curso normal do fundo, o resgate das Quotas Seniores poderá ser solicitado a qualquer tempo, sendo que somente será efetivado durante o Período de Efetivação de Resgate seguinte, observadas as Datas de Apuração de Resgate das Quotas Seniores.

Caso o valor do resgate solicitado pelos Quotistas Seniores seja superior ao Valor Máximo de Resgate, o saldo restante (Quotas Seniores Postergadas) será resgatado no Período de Efetivação de Resgate subsequente.

##### **4.16.2. Resgate de Quotas Subordinadas**

No curso normal do Fundo, o resgate das Quotas Subordinadas poderá ser solicitado a qualquer tempo, sendo que somente será efetivado na Data de Resgate das Quotas Subordinadas seguinte, observadas as Datas de Apuração de Resgate das Quotas Subordinadas.

O resgate das Quotas Subordinadas somente ocorrerá após resgatada a totalidade das Quotas Seniores Resgatadas, assim como a totalidade das Quotas Seniores Postergadas, observados os demais termos e condições do Regulamento.

#### **4.17. TRIBUTAÇÃO**

Para fins tributários, e de acordo com a composição de sua carteira, o Fundo será classificado como “fundo de investimento de longo prazo” conforme Artigo 1º, Parágrafo 1º, inciso I, da Instrução nº 487, de 30 de dezembro de 2004, da Receita Federal.

Até a data de preparação deste Prospecto, os rendimentos e ganhos líquidos auferidos pelas carteiras dos fundos de investimento são isentos do imposto de renda e não sofrem a incidência da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL, da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS e da Contribuição ao Programa de Integração Social – PIS. Os rendimentos e ganhos de capital auferidos nas transações com os ativos componentes das carteiras dos fundos de investimentos implicam, tão-somente, na valorização da totalidade das quotas dos fundos, sem efeitos tributários diretos.

Sobre os rendimentos e ganhos auferidos pelos quotistas incide o IR-Fonte. Para os rendimentos auferidos a partir de 01 de janeiro de 2005, as alíquotas são regressivas em razão da classificação do fundo como de longo prazo (carteira com prazo médio superior a 365 dias – excluídos para esse propósito os Direitos Creditórios) e após a definição da classificação do Fundo segundo este

critério, a alíquota varia, ainda, de acordo com o prazo de permanência da aplicação do investidor, conforme a seguir descrito.

Fundo de longo prazo:

- 22,5% - prazo da aplicação de até 180 dias;
- 20,0% - prazo da aplicação de 181 dias até 360 dias;
- 17,5% - prazo da aplicação de 361 dias até 720 dias; e
- 15,0% - prazo da aplicação acima de 720 dias.

Os prazos referidos são considerados a partir da data da aplicação.

Semestralmente, no último Dia Útil dos meses de maio e novembro de cada ano, é realizada pelo administrador do fundo a retenção do IR-Fonte (“come-cotas”), em valor equivalente a 20% (relativos a fundos de curto prazo) ou 15% (rendimentos relativos a fundos de longo prazo). Por ocasião do resgate das quotas é aplicada alíquota complementar, dependendo do prazo de aplicação, adotando-se a escala de alíquotas apresentada aqui.

Por fim, há incidência regressiva do Imposto sobre Operações Financeiras, Câmbio e Seguro – IOF sobre as quotas quando a amortização ou resgate ocorrer em prazo inferior a 30 (trinta) dias da data da aplicação.

#### **4.18. ATENDIMENTO AO QUOTISTA**

Para solicitar maiores informações sobre o Fundo, potenciais investidores e Quotistas poderão entrar em contato com:

**Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.**

Avenida das Américas, nº 500, bloco 13, grupo 205, Condomínio Downtown  
22640-100

Rio de Janeiro – RJ

Telefone: (21) 2493-7003

Fax: (21) 2493-4746 ou (21) 2493-4901

E-mail: agente@oliveiratrust.com.br

Site: www.oliveiratrust.com.br

**Banco Ourinvest S.A.**

Avenida Paulista, 1728, sobreloja, 1º, 2º, 10º e 11º andares  
01310-200

São Paulo – SP

Telefone: (11) 4081-4444

Fax: (11) 4081-4443

E-mail: alberto.alves@ourinvest.com.br

Site: www.ourinvest.com.br

At. Sr. Alberto José Bianchi Alves

**Reliance Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.**

Rua dos Pinheiros, nº 870, 22º andar  
05422-001

São Paulo – SP

Telefone: (11) 3089 9393  
Fax: (11) 3089 9395  
E-mail: carvalho@reliance.com.br  
Site: www.reliance.com.br  
At. Sr. Marcelo Andre Steuer

#### **Comissão de Valores Mobiliários - CVM**

Rua Cincinato Braga, 340 - 2º, 3º e 4º andares, Edifício Delta Plaza  
01333-010  
São Paulo - SP  
Telefone: (11) 2146-2000  
Fax: (11) 2146-2097  
Site: www.cvm.org.br

#### **4.19. CRITÉRIOS DE DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES AOS QUOTISTAS**

Salvo quando outro meio de comunicação com os Quotistas seja expressamente previsto no Regulamento, quaisquer atos, fatos, decisões ou assuntos, de qualquer forma relacionados aos interesses dos Quotistas, deverão ser ampla e imediatamente divulgados, às expensas do Fundo, por meio (a) de anúncio publicado, na forma de aviso, no Periódico “Monitor Mercantil”, ou (b) de *e-mail* enviado ao representante do Quotista indicado na forma do Regulamento. As publicações aqui referidas deverão ser mantidas à disposição dos Quotistas na sede da Administradora.

Observado o disposto no Regulamento, a Administradora deverá colocar à disposição dos Quotistas, em seu *website*, em base diária, (i) o número de Quotas de propriedade do respectivo investidor; (ii) o valor de cada Quota; (iii) a rentabilidade do Fundo e o comportamento da carteira de Direitos Creditórios, dos ativos financeiros e das demais modalidades operacionais integrantes da carteira do Fundo, abrangendo, inclusive, dados sobre o desempenho esperado e realizado, com base nos dados relativos ao último Dia Útil do mês imediatamente anterior, incluindo o valor do DCV, DCV30, DCV120, DCV180 e Índice de Refinanciamento e (iv) o valor da Razão de Garantia, da Alocação Mínima de Investimento, do Excesso de *Spread*, Reserva de Liquidez e da Reserva de Caixa. As informações referidas nos subitens “ii” a “iv” deste item deverão, também, ser colocadas à disposição da Agência de Classificação de Risco, em base diária.

A Administradora deverá divulgar em seu *website*, no prazo de 15 dias contado do término dos períodos encerrados em 31 de dezembro, 31 de março, 30 de junho e 30 de setembro, além de manter disponíveis em sua sede e nas instituições que coloquem Quotas, informações sobre o valor do Patrimônio Líquido, sobre o valor das Quotas, sobre a rentabilidade acumulada no respectivo trimestre e no ano civil a que se referirem e os relatórios preparados pela Agência de Classificação de Risco. A divulgação das informações poderá ser providenciada por meio de entidades de classe de instituições do Sistema Financeiro Nacional, desde que realizada em periódico de ampla veiculação.

#### **4.20. CONSELHO CONSULTIVO**

O Fundo terá um Conselho Consultivo composto por 3 (três) membros, sendo 2 (dois) deles necessariamente representantes da Administradora e o outro escolhido pelos titulares da maioria das Quotas Subordinadas, reunidos em Assembleia Geral, os quais definirão, por meio de

regimento interno, os procedimentos de convocação e deliberação do Conselho Consultivo. O Diretor Designado ou seu representante deverá necessariamente comparecer a todas as reuniões do Conselho Consultivo.

Os membros do Conselho Consultivo não serão remunerados.

As deliberações do Conselho Consultivo serão sempre tomadas por unanimidade de seus membros.

A Administradora, por conta e ordem do Fundo, somente poderá realizar os seguintes negócios jurídicos ou transações após sua aprovação prévia pelo Conselho Consultivo:

- observados os termos e condições do Regulamento, definir a política de alocação, aquisição e alienação de Outros Ativos;
- a contratação pelo Fundo de operações em mercado de derivativos, incluindo operações de *hedge*;
- deliberar sobre a antecipação do resgate das Quotas Seniores Postergadas e/ou das Quotas Seniores Resgatadas, na forma do Capítulo XIX do Regulamento; e
- definir o Potencial de Cessão antes de cada aquisição de Direitos Creditórios pelo Fundo.

As deliberações adotadas nas reuniões do Conselho Consultivo deverão ser lavradas em ata própria, assinada por todos os presentes, que deverá ser arquivada pela Administradora.

Considera-se o correio eletrônico (*e-mail*) como uma forma de correspondência válida nas comunicações entre os membros do Conselho Consultivo para fins das deliberações de que trata este Capítulo, aceitando-se, inclusive, a assinatura eletrônica, para os fins do disposto neste item.

Caberá ao Diretor Designado consolidar cada uma das deliberações realizadas e arquivá-las, nos termos do Regulamento.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

## 5. OPERAÇÕES COM CARTÃO DE CRÉDITO

A Cedente oferecerá ao Fundo Direitos Creditórios originados exclusivamente pela utilização dos Cartões pelos Titulares. Os Cartões podem ser utilizados exclusivamente para compras de mercadorias e serviços perante os Estabelecimentos.

Os débitos dos Titulares são representados nos Documentos de Pagamento, sendo que esses somente podem ser pagos na rede de compensação bancária. Em março de 2007, a média da carteira operacional de Cartões possuía aproximadamente 3.500 (três mil e quinhentos) contratos ativos, sendo o valor médio das parcelas aproximadamente R\$ 1.600,00 (mil e seiscentos reais).

Os Cartões são operados pela Supplier sendo que as operações de financiamento a eles vinculadas são realizadas exclusivamente pela Cedente. A Cedente é responsável por (i) prover financiamento para as Operações de Financiamento; (ii) autorizar, revisar e cancelar limites de crédito; (iii) contabilizar em seus livros os Direitos Creditórios em aberto; (iv) receber pagamentos dos Titulares; (v) controlar pagamentos, cobranças e valores em aberto de cada conta; (vi) processar e enviar Demonstrativos de Pagamento; (vii) cobrar inadimplentes; e (viii) atuar na recuperação de créditos vencidos. Já a Supplier é responsável por (i) disponibilizar os Cartões aos Titulares; (ii) operacionalizar o serviço de atendimento ao Titular; e (iii) manter e ampliar a rede de serviços com os Estabelecimentos.

O Cartão oferece ao seu respectivo Titular a utilização das seguintes Operações de Financiamento:

- a) Operação de Refinanciamento de Saldo Remanescente: operação financeira por meio da qual o Titular, caso esta opção lhe seja facultada, efetua o pagamento igual ou superior ao mínimo indicado no respectivo Demonstrativo de Pagamento, hipótese em que o Saldo Remanescente será automaticamente financiado pela Cedente e ficará sujeito à cobrança de Encargos, contados a partir da data do vencimento do Demonstrativo de Pagamento;
- b) Operação Parcelado Emissor: operação de crédito com a cobrança de Encargos, por meio da qual a Cedente financia a aquisição de mercadorias realizadas pelos Titulares nos Estabelecimentos, com a utilização do Cartão; e
- c) Saque: operação de crédito, com a cobrança de Encargos, contratada pelo Titular, por meio da utilização do Cartão.

Os seguintes estabelecimentos encontram-se até o momento conveniados:

- Aldo Componentes Eletrônicos Ltda., sociedade limitada inscrita no CNPJ sob nº 81.106.957/0001-19, com sede na Avenida Guaiapó, 4200, Cidade de Maringá, Estado do Paraná. Contrato celebrado em 15 de setembro de 2005.
- Bunge Alimentos S.A., sociedade anônima inscrita no CNPJ sob nº 84.046.101/0001-93, com sede na Rodovia Jorge Lacerda, km 20, Cidade de Gaspar, Estado de Santa Catarina. Contrato celebrado em 1º de outubro de 2005.
- C&C Casa e Construção Ltda., sociedade limitada inscrita no CNPJ sob nº 63.004.030/0001-96, com sede na Avenida Miguel Stéfano, 2394, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. Contrato celebrado em 30 de agosto de 2006.

- Eletrodireto S.A. Central de Distribuição, sociedade anônima inscrita no CNPJ sob nº 05.003.346/0001-67, com sede na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 18 andar, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. Contrato celebrado em 27 de janeiro de 2005.
- Intersmart Comércio, Importação, Exportação de Equipamentos Eletrônicos Ltda., sociedade limitada inscrita no CNPJ sob nº 05.996.801/0001-72, com sede na Avenida Independência, 1146, quadra 941 lote 20/21, Cidade de Goiânia, Estado de Goiás. Contrato celebrado em 23 de outubro de 2006.
- KSR Papéis e Produtos Gráficos, sociedade inscrita no CNPJ sob nº 60.643.228/0195-74, com sede na Rua Karam Simão Racy, 10, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. Contrato celebrado em 10 de maio de 2005.

Maiores descrições acerca da carteira de Direitos Creditórios, assim como os níveis de inadimplência, prazos médios de pagamento e *aging*, poderão ser obtidos no Anexo a este prospecto - “Relatório de Revisão Especial da KPMG Auditores Independentes”, dados esses referentes ao início das atividades do Fundo.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)



## **6. DISPOSIÇÕES GERAIS DO CONTRATO DE CARTÃO DE CRÉDITO E DO CONTRATO DE CARDMEMBER**

*A análise dos aspectos relacionados ao Contrato de Cartão de Crédito e ao Contrato de CardMember contida nesta Seção, não tem por finalidade oferecer qualquer tipo de aconselhamento jurídico para potenciais investidores do Fundo ou qualquer outra Pessoa. Potenciais investidores devem buscar orientação legal específica e independente antes de decidirem por efetuar aplicações de recursos no Fundo. Para mais informações, vide o Regulamento.*

### **6.1. RESUMO DAS “NORMAS GERAIS PARA A CONCESSÃO DE LIMITE DE CARTÃO DE CRÉDITO”**

A. Partes: (a) SupplierCard Administradora de Cartões de Crédito S.A.; (b) Banco Ourinvest S.A.; (c) Titular; e (d) Estabelecimento.

B. Objeto: regular as condições para a prestação dos serviços de administração do Cartão de Crédito, bem como as condições para (a) a realização de Transações no Estabelecimento e (b) a contratação de Operação de Crédito, ambas a serem feitas exclusivamente pelo Titular, conforme vier a ser autorizado pela Cedente e/ou pela Supplier, e as quais compreenderão: (i) a concessão do Limite de Cartão de Crédito, para aquisição de bens e serviços no Estabelecimento; (ii) a administração e gestão da utilização do Cartão de Crédito; (iii) a emissão do Demonstrativo De Pagamento; e (iv) demais serviços, inclusive financeiros, nesse caso a serem prestados pela Cedente, pela Supplier, ou por terceiros.

C. Utilização do Cartão de Crédito: o Cartão de Crédito poderá ser utilizado pelo Titular, desde que as respectivas modalidades de transações sejam previamente colocadas à sua disposição. Dentre as transações que podem ser disponibilizadas ao Titular destacam-se: (i) financiamento automático do Saldo Remanescente; (ii) Saque; (iii) “Operação Parcelado-Estabelecimento” - concessão, feita diretamente pelo Estabelecimento, da facilidade de pagamento a prazo, em 1 (uma) ou mais parcelas, das compras ali realizadas, desde que tal opção encontre-se disponível ao Titular no Sistema, e sobre as quais não incidirão juros remuneratórios, salvo na hipótese de inadimplência; e (iv) “Operação Parcelado-Emissor” - concessão, feita diretamente pela Cedente, da facilidade de pagamento a prazo, em 1 (uma) ou mais parcelas, mediante autorização prévia deste, na forma e condições admitidas pelo Sistema, hipótese em que ocorrerá a imediata contratação de uma operação de financiamento, sobre a qual incidirão Encargos, informados e devidos no momento da contratação.

D. Liquidação do Demonstrativo de Pagamento: o Titular deverá efetuar o pagamento dos valores constantes do seu Demonstrativo de Pagamento exclusivamente na rede de compensação bancária nacional.

### **6.2. RESUMO DO “CONTRATO PARA EMISSÃO DE CARTÕES DE CRÉDITO SISTEMA SUPPLIERCARD”**

A. Partes: Cedente, Supplier e Estabelecimento.

B. Objeto: disposições gerais sobre a emissão dos Cartões e forma que será regulada a concessão de crédito, limites e procedimentos operacionais na utilização do Cartão pelos Titulares, assim como as responsabilidades e obrigações das partes no que tange tal utilização.

C. Responsabilidades do Estabelecimento: dentre as responsabilidades do Estabelecimento destacam-se: (i) aceitar o sistema para aquisições de bens e/ou serviços por ele comercializados; (ii) disponibilizar as informações de seus clientes; (iii) verificar a veracidade das informações cadastrais passadas, bem como pela existência de poderes para os representantes efetuarem transações; (iv) estabelecer contato imediato com a Cedente, sempre que identificar ou suspeitar de irregularidade no uso do Cartão; (v) guardar todo e qualquer documento decorrente das transações, durante o prazo de 5 (cinco) anos fiscais contados de sua respectiva elaboração, incluindo, mas não se limitando a, nota fiscal de venda, devendo apresentar esses documentos em caso de solicitação pela Cedente, em até, no máximo, 48 (quarenta e oito) horas; (vi) não realizar nenhuma nova transação comercial com o Titular que apresentar saldo em atraso com a Cedente, por quaisquer meios de pagamento, com recursos próprios ou de terceiros; e (vii) manter cadastro físico do Titular, contendo, no mínimo, (a) a última alteração contratual consolidada, e (b) o cartão de CNPJ.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

## **7. POLÍTICA DE CONCESSÃO DE CRÉDITO AOS TITULARES E PROCEDIMENTOS DE COBRANÇA**

*O resumo dos procedimentos da política de concessão de crédito aos Titulares e dos procedimentos de cobrança apresentados nesta Seção destacam os principais elementos considerados relevantes para o entendimento do Programa de Securitização, não representando uma descrição exaustiva de todas as atividades e rotinas realizadas pela Cedente. É importante ressaltar que a Cedente continuará a realizar as rotinas descritas também com relação aos financiamentos de sua titularidade não cedidos ao Fundo, sendo que certos procedimentos podem não ser relevantes para o Fundo e o Programa de Securitização.*

### **7.1. POLÍTICA DE CONCESSÃO DE CRÉDITO**

#### **7.1.1. Parceria com Estabelecimentos**

A SupplierCard Administradora de Cartões de Crédito S.A. é a instituição do Grupo Ourinvest responsável pelo gerenciamento e controle dos cartões de crédito.

O público dos cartões de crédito é composto por pessoas jurídicas de pequeno e médio portes, clientes de empresas industriais e comerciais (Estabelecimentos), que demandam linhas de crédito para aquisição de bens produzidos e/ou comercializados por estas.

Dessa maneira, previamente à emissão do cartão ao cliente, são firmadas parcerias com os fornecedores. Para a concretização dessas parcerias, entre outros procedimentos envolvidos, os Estabelecimentos são submetidos à análise de crédito realizada pelo comitê de crédito da Cedente. Atualmente, a Supplier detém parcerias com os seguintes estabelecimentos:

- Aldo Componentes Eletrônicos Ltda.
- Bunge Alimentos S.A.
- C&C Casa e Construção Ltda.
- Eletrodireto S.A. Central de Distribuição.
- Intersmart Comércio, Importação, Exportação de Equipamentos Eletrônicos Ltda.
- KSR Papéis e Produtos Gráficos.

#### **7.1.2. Processo de concessão de limite de crédito**

Após a aprovação da parceira com os fornecedores, seus clientes passam a ser analisados.

A análise de crédito dos clientes dos Estabelecimentos inclui a troca de informações por meio de arquivos eletrônicos entre os fornecedores e a Supplier. São solicitadas, aos fornecedores, entre outras, as seguintes informações referentes à empresa:

- identificação da empresa;

- CNPJ;
- Razão Social;
- Inscrições Estadual E Municipal;
- número de funcionários;
- data de fundação;
- atividade jurídica;
- tipo de sociedade;
- endereço e telefone de contato;
- tempo no endereço;
- faturamento mensal;
- nome do contador da empresa;
- e-mail da empresa;
- referências bancárias;
- data da primeira compra do cliente no estabelecimento; e
- limite praticado pelo estabelecimento para o cliente.

Adicionalmente, são requisitadas aos fornecedores informações referentes aos avalistas/sócios da empresa:

- nome;
- CPF e RG;
- data de nascimento;
- sexo;
- telefone de contato; e
- endereço.

Dados de histórico de cliente para fins de análise de fluxo de caixa e performance de pagamentos também são solicitados:

- identificação da compra;
- data da compra;
- data de vencimento da compra;
- data de vencimento das parcelas;
- valor da compra no vencimento;
- data de pagamento;
- valor de pagamento; e
- tipo de liquidação pelo cliente.

De posse dos dados destacados, os arquivos eletrônicos, recebidos em padrão previamente acordado, são inseridos no “Autorizador de Crédito”. Esse programa realiza, mediante parâmetros preestabelecidos, a análise de crédito automática de cada um dos clientes do estabelecimento. Nessa etapa, são consultados, entre outros, os seguintes itens:

- confirmação do CNPJ na Receita Federal;
- cálculo de parâmetros de performance (dias de atraso, prazos de pagamento de parcelas, inadimplência, etc.);
- verificação de restrições em órgãos de proteção ao crédito da empresa e dos avalistas/sócios;
- verificação da existência de limite de crédito; e
- tempo decorrido desde a fundação.

Em seguida, para os clientes aprovados, são determinados os respectivos limites de crédito. Caso o cliente não tenha sido aprovado por alguma inconsistência na análise do “Autorizador de Crédito”, este tem seu crédito negado ou encaminhado à mesa de crédito. Segundo informações da

Administração, aproximadamente 20% (vinte por cento) dos clientes analisados são direcionados à mesa de crédito.

Na mesa de crédito são realizadas análises mais rigorosas do cliente, com o intuito de confirmar informações apresentadas. Podem ser solicitados:

- apresentação de documentos dos avalistas/sócios, tais como carteira de identidade civil, carteira dos conselhos estadual e federal, carteira nacional de habilitação, carteira funcional com fé pública, etc.;
- confirmação do CPF;
- apresentação de contrato social da empresa; e
- referências bancárias.

Além disso, pode ser feito um levantamento de problemas de inadimplência com o estabelecimento.

### **7.1.3. Requisitos mínimos para a concessão do Cartão**

Para clientes dos Estabelecimentos e futuros clientes do cartão, são obedecidos os seguintes requisitos mínimos:

- CPF dos sócios sem restrições relevantes;
- CNPJ da empresa sem restrições, tais como falência, recuperação judicial ou extrajudicial e ação executiva;
- Extrato(s) em aberto com tempo inferior a cinco dias;
- Maior dia de atraso histórico com tempo não superior a 40 dias.

Adicionalmente, para os novos clientes dos Estabelecimentos, é exigido tempo de fundação superior a seis meses.

### **7.1.4. Limites de crédito**

Os limites de crédito são determinados de acordo com o Estabelecimento envolvido na operação. Podem ser atribuídos os seguintes limites aos clientes:

- Limite de compra (sem interveniência): calculado com base no comportamento de compras/pagamentos, na classificação de risco do score de crédito de compra e nos restritivos externos de cada cliente;
- Limite de rotativo: é uma porcentagem do limite de compra, com base na classificação de risco do score de crédito de rotativo de cada cliente;
- Limite de interveniência: é o limite de compra que o cliente terá, o qual é amparado em respectivo contrato de adesão firmado entre as partes. O principal pagador e garantidor desse limite é o próprio estabelecimento;
- Limite de saque: é uma porcentagem do limite de compra, com base na classificação de risco do score de crédito de saque de cada cliente.

#### **7.1.5. Aumento do limite de crédito**

O aumento do limite de compra será feito sempre pelo Estabelecimento mediante análise do comportamento de compra dos últimos meses.

#### **7.2. POLÍTICA DE COBRANÇA**

O pagamento dos Direitos Creditórios adquiridos pelo Fundo será feito por cada Titular na rede de compensação bancária, conforme boleto bancário emitido pelo Banco Bradesco S.A.

Titulares em atraso têm bloqueadas suas novas compras de mercadorias junto ao Estabelecimento, conforme parâmetros estabelecidos por cada um dos Estabelecimentos.

Em caso de atraso, os seguintes procedimentos de cobrança são seguidos adicionalmente àqueles já adotados por cada Estabelecimento:

- a plataforma de cobrança da administradora faz ligações entre três e cinco dias após o vencimento do direito creditório, cobrando o saldo devedor em aberto;
- em até 15 dias do atraso, um arquivo com todos os Titulares nessa situação é enviado ao Serasa, que envia imediatamente uma comunicação a cada um dos Titulares, dando-lhes um prazo de 10 dias para que o saldo devedor em aberto seja quitado; e
- passado tal prazo, o nome do Titular passa a constar como devedor no PEFIN do Serasa.

A Cédula de Crédito Bancário (CCB) prevista no contrato de adesão do Titular é o instrumento de execução judicial.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)



## 8. CARACTERÍSTICAS BÁSICAS DO PROGRAMA DE SECURITIZAÇÃO

*O resumo da estrutura do Programa de Securitização apresentado nesta Seção possui apenas a finalidade de oferecer uma visão global dele, de modo que certos termos e condições, principalmente do Regulamento e do Contrato de Cessão, foram simplificados. Nenhuma decisão de investir nas Quotas deverá ser tomada baseada somente nas informações desta Seção. O resumo aqui apresentado deve ser cuidadosamente analisado tomando-se em consideração todas as informações contidas neste Prospecto.*

### 8.1. RESUMO DA ESTRUTURA

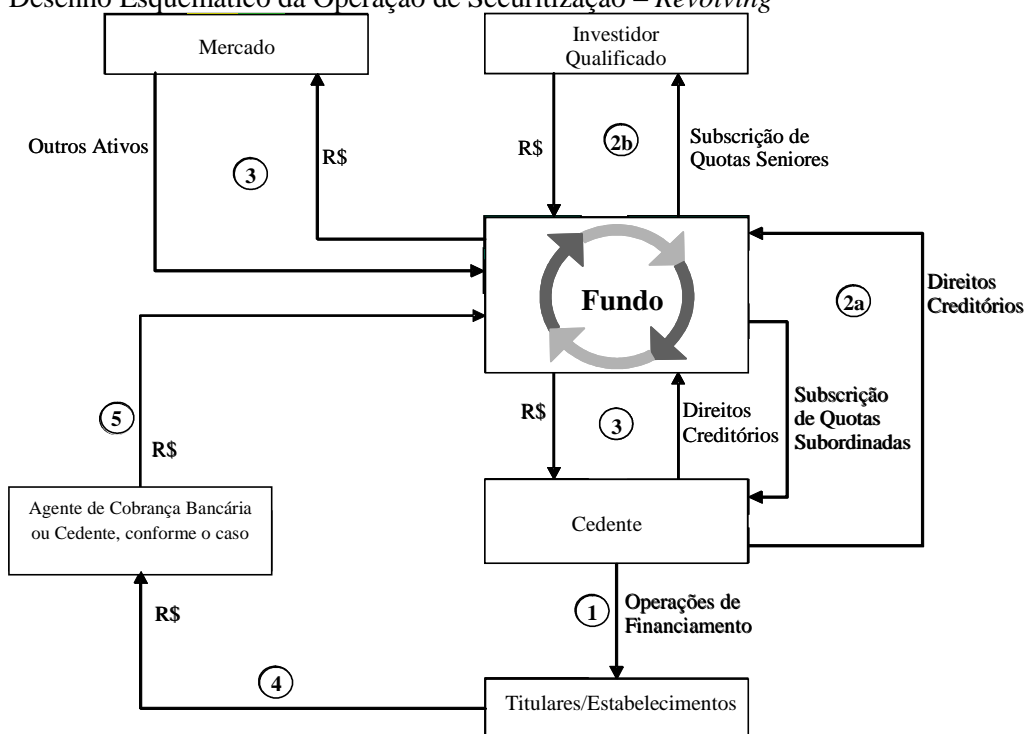
O Fundo tem como objetivo proporcionar a seus Quotistas, observados os termos e as condições do Regulamento, a valorização de suas Quotas mediante a aquisição pelo Fundo de Direitos Creditórios e de Outros Ativos. Os procedimentos para aquisição dos Direitos Creditórios pelo Fundo, incluindo os Critérios de Elegibilidade e a Condição de Cessão, encontram-se definidos no Regulamento e no Contrato de Cessão.

*Vide Seção “Características Básicas do Programa de Securitização – Procedimento de Oferta de Direitos Creditórios e de Formalização da Cessão” deste Prospecto.*

O Fundo adquirirá, em caráter continuado, Direitos Creditórios da Cedente utilizando-se dos recursos provenientes da integralização de Quotas e da liquidação dos ativos de sua titularidade pelas respectivas contrapartes.

### 8.2. DESENHO ESQUEMÁTICO DO PROGRAMA DE SECURITIZAÇÃO

Desenho Esquemático da Operação de Securitização – *Revolving*



Fluxo 2: Fluxo da Operação – “Revolving”.

1. Os Titulares/Estabelecimentos celebram com a Cedente Operações de Financiamento, vinculadas à utilização do Cartão pelos Titulares, nos termos do Contrato de Cartão de Crédito ou, nos caso os Titulares, refinanciam seu Saldo Remanescente.
2. (a) A Cedente subscreve Quotas Subordinadas por meio da cessão de Direitos Creditórios Elegíveis ao Fundo. (b) Posteriormente, o Fundo capta os recursos necessários para a aquisição dos Direitos Creditórios Elegíveis, a serem pagos em moeda corrente nacional, mediante a integralização de Quotas Seniores por investidores devidamente habilitados a adquirir as Quotas.
3. O Fundo adquire Direitos Creditórios e Outros Ativos utilizando-se das verbas recebidas em “2a” anterior e, no curso do Programa de Securitização, utilizando-se dos recursos provenientes do recebimento de valores decorrentes do pagamento de ativos de sua titularidade.
4. Os Titulares efetuam pagamento total ou parcial dos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo e/ou efetuam o refinanciamento automático do Saldo Remanescente (item 1).
5. Os valores pagos pelos Titulares são acolhidos diretamente pela Cedente, e coletados e posteriormente transferidos, pelo Agente de Cobrança Bancária, para a Conta Corrente Centralizadora, nos termos do Contrato de Cobrança Bancária e do Convênio de Cobrança. Os valores de titularidade do Fundo, depositados pelo Agente de Cobrança Bancária na Conta Corrente Centralizadora, são transferidos pela Cedente para a Conta do Fundo, nos termos do Convênio de Cobrança. Na hipótese de refinanciamento automático do Saldo Remanescente vinculados aos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo, os respectivos recursos são transferidos pela Cedente, nos termos do Convênio de Cobrança, diretamente para a Conta do Fundo.

O Fundo somente poderá emitir Quotas Seniores, desde que a Razão de Garantia computada, *pro-forma*, a integralização, total ou parcial, das respectivas Quotas Seniores, seja igual ou inferior a 80% (oitenta por cento).

A Cedente não se encontra obrigada a ceder Direitos Creditórios ao Fundo indefinidamente, tendo a prerrogativa de, a seu exclusivo critério, interromper os procedimentos de cessão. A ocorrência de tal evento poderá dar causa a um Evento de Resgate Antecipado e, por conseguinte, ao resgate antecipado das Quotas.

### **8.3. PROCEDIMENTOS DE RECEBIMENTO DE VALORES E ROTINAS DE REPASSE**

No curso ordinário do Programa de Securitização, os valores referentes aos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo serão acolhidos e transferidos pela Cedente ao Fundo, nos termos do Convênio de Cobrança, da seguinte maneira:

- a) a totalidade dos recursos decorrentes do pagamento, pelos Titulares, dos Demonstrativos de Pagamento vinculados aos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo, efetuados em dinheiro e/ou em cheque, serão: (i) acolhidos pelo Agente Cobrador Bancário, nos termos do Contrato de Cobrança Bancária; (ii) repassados à Cedente nos termos do Contrato de Cobrança Bancária; e (iii) transferidos, pela Cedente, nos termos do Convênio de Cobrança, para a Conta do Fundo, em até 1 (um) Dia Útil, contado da data em que os respectivos recursos encontrarem-se disponíveis para a Cedente;
- b) na hipótese de inadimplemento, pelos Titulares, dos Direitos Creditórios que contenham co-obrigação, total ou parcial, dos Estabelecimentos, os valores pagos pelos Estabelecimentos

serão: (i) acolhidos pela Cedente; e (ii) transferidos para Conta do Fundo, nos termos do Convênio de Cobrança, em até 1 (um) Dia Útil, contado da data em que os respectivos recursos encontrarem-se disponíveis para a Cedente;

- c) a totalidade dos recursos decorrentes do pagamento, pelos Titulares, dos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo, efetuados por meio de transferência eletrônica de fundos, serão acolhidos pela Cedente e subsequentemente transferidos diretamente, pela Cedente, para Conta do Fundo, nos termos do Convênio de Cobrança, em até 1 (um) Dia Útil, contado da data em que os respectivos recursos encontrarem-se disponíveis para a Cedente; e/ou
- d) a totalidade dos valores equivalentes ao refinanciamento automático do Saldo Remanescente, relativos aos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo, deverão ser creditados pela Cedente, diretamente na Conta do Fundo, no prazo de até 1 (um) Dia Útil, contado da data da concessão do financiamento automático do Saldo Remanescente, na forma prevista no Contrato de CardMember.

Conforme estabelecido no Contrato de Cobrança Bancária, na hipótese de ocorrência de qualquer Evento de Liquidação ou de um Evento de Resgate Antecipado, a Administradora, a seu exclusivo critério e independentemente de justificativa prévia, poderá solicitar ao Agente Cobrador Bancário que a totalidade dos valores por ele arrecadados nos termos do Contrato de Cobrança Bancária sejam creditados única e exclusivamente na Conta do Fundo.

Enquanto existirem Quotas em Circulação, a Administradora, por conta e ordem do Fundo, nomeia e constitui sua bastante procuradora a Cedente, para praticar os atos necessários à implementação da Política de Cobrança, incluindo os procedimentos referentes à cobrança extrajudicial dos respectivos créditos, sendo expressamente vedada a prática de qualquer ato ali não previsto.

A Cedente não poderá, sem a anuência prévia e por escrito da Administradora, conceder qualquer benefício aos Titulares, cujos respectivos Direitos Creditórios sejam de titularidade do Fundo, e que não esteja previsto na Política de Cobrança.

Caso os Titulares venham a efetuar pagamentos em valores inferiores aos indicados nos respectivos Demonstrativos de Pagamento, excetuados os casos de refinanciamento do Saldo Remanescente, a Cedente, nos termos do Contrato de Cartão de Crédito e do Contrato de CardMember, estornará o respectivo crédito em favor Titular, no Demonstrativo de Pagamento subsequente, e, portanto, não considerará qualquer valor pago. Nesse sentido, não repassará qualquer valor ao Fundo. Caso os Direitos Creditórios representados naquele respectivo Demonstrativo de Pagamento venham a ser considerados como perda, conforme os critérios contábeis estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.689, e existam recursos não estornados pela Cedente ao Titular, nos termos descritos neste item, caberá à Cedente repassar a eventual quantia não estornada ao Fundo, observado o critério pro rata com relação aos Direitos Creditórios representados naquele Demonstrativo de Pagamento não quitado.

#### **8.4. PROCEDIMENTO DE OFERTA DE DIREITOS CREDITÓRIOS E DE FORMALIZAÇÃO DA CESSÃO**

A Administradora, por conta e ordem do Fundo, somente poderá adquirir Direitos Creditórios Elegíveis da Cedente, observados os procedimentos definidos no Regulamento e no Contrato de Cessão, desde que, computada, *pro forma*, a aquisição dos respectivos Direitos Creditórios (i) em moeda corrente nacional e/ou (ii) por meio da emissão de Quotas Subordinadas, o Fundo atenda, cumulativamente, aos índices e parâmetros dispostos no Regulamento, observados os prazos para regularização definidos no Regulamento na hipótese de desenquadramento de quaisquer dos limites e parâmetros ora referidos.

No curso ordinário do Programa de Securitização, observado o disposto no Contrato de Cessão, a Cedente colocará à disposição do Custodiante, até às 11h30 (onze horas e trinta minutos) de cada Data de Oferta, o *Layout* contendo as Informações dos Direitos Creditórios oferecidos à cessão ao Fundo, inclusive indicando a existência ou não de co-obrigação por parte do Estabelecimento com relação a cada um dos Direitos Creditórios arrolados no *Layout*. Por conseguinte, a Administradora informará ao Custodiante, até às 11h00 (onze horas) de cada Data de Oferta, o Potencial de Cessão, a Taxa de Desconto, assim como as contrapartidas que serão utilizadas na aquisição dos Direitos Creditórios Elegíveis (i.e., moeda corrente nacional e/ou Quotas Subordinadas).

Após o recebimento das informações anteriormente referidas, o Custodiante (i) verificará quais Direitos Creditórios identificados no respectivo *Layout* atendem aos Critérios de Elegibilidade e (ii) colocará à disposição da Administradora e da Cedente, por meio da Interface de Cessão, a partir das 13h30min (treze horas e trinta minutos) da Data de Oferta, o Aceite Eletrônico de Cessão, contendo os termos e as condições da respectiva cessão, o relatório sintético com a relação dos respectivos Direitos Creditórios Elegíveis, individualmente identificados, no mínimo, pelas Informações dos Direitos Creditórios, a respectiva Taxa de Desconto (conforme previamente informada pela Administradora) e o respectivo Preço de Aquisição.

Após o envio do Aceite Eletrônico de Cessão, nos termos definidos anteriormente, a Administradora, por conta e ordem do Fundo, confirmará ao Custodiante, por meio da Interface de Cessão, sua concordância com a aquisição dos respectivos Direitos Creditórios Elegíveis e solicitará ao Custodiante para que efetue, por conta e ordem do Fundo, o pagamento do Preço de Aquisição, nos termos do Contrato de Cessão, que deverá ser feito até as 17h00 (dezesete horas) da Data de Oferta.

Quando da escolha dos Direitos Creditórios Elegíveis constantes do(s) *Layout*(s) enviado(s) pela Cedente, em cada Data de Oferta, o Custodiante partirá sempre do Direito Creditório de maior valor nominal e de prazo mais longo.

Caso o somatório do Preço de Aquisição dos Direitos Creditórios Elegíveis seja superior ao Potencial de Cessão aplicável na ocasião e o valor excedente ao Potencial de Cessão não seja integralmente utilizado como integralização de Quotas Subordinadas, a critério da Cedente, o Custodiante deverá excluir Direitos Creditórios, partindo sempre do último Direito Creditório Elegível escolhido, até que o Preço de Aquisição constante do relatório enviado à Cedente atinja valor igual ou imediatamente inferior ao respectivo Potencial de Cessão, acrescido do valor utilizado como integralização de Quotas Subordinadas na ocasião, se for o caso.

A cessão de Direitos Creditórios da Cedente ao Fundo será considerada perfeita e acabada somente após a impositação, pela Administradora, por meio da Interface de Cessão, de sua concordância com a aquisição dos respectivos Direitos Creditórios Elegíveis e do pagamento do Preço de Aquisição à Cedente, nos termos do Contrato de Cessão. É facultado à Administradora, por conta e ordem do Fundo, o direito de arrependimento na hipótese de ocorrência de qualquer Evento de Liquidação ou de Evento de Revisão anteriormente ao pagamento do Preço de Aquisição.

A cessão formalizada na forma descrita neste item transferirá ao Fundo, em caráter definitivo, sem direito de regresso ou co-obrigação da Cedente e de suas Afiliadas, a plena titularidade dos Direitos Creditórios e de todos e quaisquer direitos, garantias, privilégios, preferências, prerrogativas e ações a eles relacionados, inclusive seguros, ou títulos que os representem.

Efetuada o pagamento, a Cedente outorgará ao Fundo a mais ampla, geral, irrevogável e irretratável quitação para mais nada reclamar quanto ao pagamento da cessão dos Direitos Creditórios Elegíveis identificados no correspondente Aceite Eletrônico de Cessão.

Os Direitos Creditórios que não atendam aos Critérios de Elegibilidade poderão ser re-ofertados em data posterior, devendo, na ocasião, ser objeto de novo procedimento de verificação de atendimento aos Critérios de Elegibilidade e de formalização da cessão, nos termos do Contrato de Cessão e do Regulamento.

A Cedente e o Fundo poderão celebrar cessões de 1 (um) ou mais Direitos Creditórios referentes à mesma Operação Parcelado Emissor e/ou Saque. É vedada a realização de cessões de frações do valor nominal de Direitos Creditórios.

#### **8.5. CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE E CONDIÇÃO DE CESSÃO**

O Fundo somente poderá adquirir Direitos Creditórios cujas informações sejam transmitidas pela Cedente ao Custodiante, por meio eletrônico ou magnético, de acordo com os procedimentos definidos no Contrato de Cessão e no Contrato de Custódia, e que atendam, cumulativamente, na Data de Aquisição, aos seguintes Critérios de Elegibilidade:

- a) não terem prazo de vencimento superior a 180 (cento e oitenta) dias corridos, contado da Data de Aquisição, observado que é permitido que até 5% (cinco por cento) do patrimônio líquido do Fundo contenha Direitos Creditórios com prazo de vencimento de até 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias corridos, contado da Data de Aquisição;
- b) o respectivo Titular não se encontrar com uma Operação de Financiamento Inadimplente perante o Fundo;
- c) depois de computada, *pro forma*, a cessão pretendida, o percentual correspondente ao somatório do valor total de Direitos Creditórios de titularidade do Fundo, devido pelo respectivo Titular, resultar em um valor igual ou inferior a 0,75% (setenta e cinco centésimos por cento) do patrimônio líquido do Fundo na ocasião, caso o respectivo Titular não esteja coberto por Apólice de Seguro ou, (ii) 4% (quatro por cento) do patrimônio líquido do Fundo na ocasião, caso o respectivo Titular esteja coberto por Apólice de Seguro;
- d) depois de computada, *pro forma*, a cessão pretendida, o percentual correspondente ao somatório do valor total de Direitos Creditórios de titularidade do Fundo, originado pelo Estabelecimento Bunge, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 84.046.101/0001-93, resultar em um valor igual ou inferior a 80% (oitenta por cento) do patrimônio líquido do Fundo na ocasião;
- e) depois de computada, *pro forma*, a cessão pretendida, o percentual correspondente ao somatório do valor total de Direitos Creditórios de titularidade do Fundo, originado pelos demais Estabelecimento, resultar em um valor igual ou inferior a 50% (cinquenta por cento) do patrimônio líquido na ocasião, sendo que, passados 18 (dezoito) meses do Início das Atividades, esse percentual deverá ser, no máximo, 40% (quarenta por cento), observada a alínea (d) anterior;
- f) o respectivo Titular, na Data de Aquisição, não apresentar registros de apontamentos negativos de cadastro no Serasa, sendo que, no caso de protestos, não apresentar registros em valor agregado igual ou superior a R\$ 1.000,00 (mil reais); e
- g) o respectivo Estabelecimento não se encontrar inadimplente com o Fundo em relação a obrigação por esse prestada vinculada a Direito Creditório de titularidade do Fundo, seja integral ou parcial, por período igual ou superior a 30 (trinta) dias.

A verificação do atendimento dos Direitos Creditórios aos Critérios de Elegibilidade previstos nas alíneas (c) e (d) acima, serão efetuados pelo Custodiante, mediante identificação do Titular e/ou do Estabelecimento, conforme o caso, informados pela Cedente no respectivo Layout.

A verificação do atendimento dos Direitos Creditórios aos Critérios de Elegibilidade previstos nas alíneas (c) e (d) acima serão verificados pelo Custodiante, somente a partir de 01 de dezembro de 2008.

O Fundo somente poderá adquirir Direitos Creditórios com seguro, nos termos da alínea “c” do item 5.2. acima, que tenham sido selecionados previamente pela Cedente, que sejam cobertos por Apólice de Seguros (“Condição de Cessão”).

Caberá exclusivamente à Cedente, verificar se o Titular do respectivo Direito Creditório a ser ofertado ao Fundo está devidamente coberto pela Apólice de Seguro, bem como incluir tal informação no respectivo no Layout.

#### **8.6. VERIFICAÇÃO DOS CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE E DA CONDIÇÃO DE CESSÃO**

O Custodiante será responsável pela verificação do atendimento dos Direitos Creditórios aos Critérios de Elegibilidade e pela operacionalização de todas as rotinas e procedimentos necessários à aquisição pelo Fundo dos Direitos Creditórios Elegíveis, nos termos do Contrato de Cessão e do Regulamento, que sejam de sua estrita responsabilidade.

A Cedente será responsável pela verificação dos Direitos Creditórios à Condição de Cessão.

Desde que observados os termos do Contrato de Cessão e do Regulamento, a verificação do atendimento dos Direitos Creditórios aos Critérios de Elegibilidade, realizada pelo Custodiante, e da Condição de Cessão pela Cedente, será considerada como definitiva. A perda, por qualquer motivo, após a cessão ao Fundo, da condição de Direito Creditório Elegível, não dará ao Fundo qualquer pretensão ou direito de regresso contra a Administradora, o Custodiante, os Distribuidores, a Cedente, a Supplier, e/ou qualquer de suas Afiliadas.

#### **8.7. INEXISTÊNCIA DE CO-OBRIGAÇÃO**

A cessão de Direitos Creditórios ao Fundo será realizada sem direito de regresso contra ou co-obrigação da Cedente ou da Supplier. A Cedente, suas Pessoas controladoras, sociedades por estes direta ou indiretamente controladas, a esses coligadas ou outras sociedades sob controle comum não respondem pela solvência dos Titulares, sendo apenas responsáveis pela existência e correta formalização dos Direitos Creditórios adquiridos pelo Fundo, observados os termos do item (11.7.1) do Capítulo XI do Regulamento do Fundo.

#### **8.8. PREÇO DE AQUISIÇÃO DOS DIREITOS CREDITÓRIOS ELEGÍVEIS**

Pela aquisição de cada Direito Creditório Elegível, será pago pelo Fundo à Cedente, à vista, por meio das contrapartidas definidas no respectivo Aceite Eletrônico de Cessão, apurado pela Administradora e colocado à disposição das Partes pelo Custodiante na Interface de Cessão, o valor apurado de acordo com a seguinte expressão:

$$PADC = \frac{VDC}{\left[ (1 + TD)^{\frac{N}{252}} \right]} ;$$

onde:

PADC	=	Preço de Aquisição de cada Direito Creditório;
VDC	=	valor nominal de cada Direito Creditório;
TD	=	Taxa de Desconto, expressa na forma decimal ao ano (exemplo: para uma taxa de 20% ao ano, TD = 0,20); e
N	=	número de dias entre a data de vencimento do Direito Creditório e a Data de Aquisição, incluindo-se na contagem o 1º (primeiro) dia e excluindo-se o último dia do respectivo período.

Após a impositação, pela Administradora, por meio da Interface de Cessão, de sua concordância com a respectiva cessão de Direitos Creditórios, nos termos do Contrato de Cessão, o Custodiante, por conta e ordem do Fundo, observadas as condições estabelecidas pela Administradora no respectivo Aceite Eletrônico de Cessão, efetuará o pagamento do Preço de Aquisição, conforme o caso, em moeda corrente nacional, exclusivamente por meio de crédito das quantias devidas, na Conta da Cedente, e/ou lançará o respectivo número de Quotas Subordinadas na conta de depósito de titularidade da Cedente.

A parcela do valor total do Preço de Aquisição a ser paga à Cedente, em moeda corrente nacional, é limitada ao valor do Potencial de Cessão aplicável na ocasião.

Em 30 de setembro de 2009, para cálculo do Preço de Aquisição, o Fundo utilizava Taxa de Desconto equivalente a 31,45%.

## 8.9. TAXA MÍNIMA DE DESCONTO

Nas cessões do Fundo será observada a seguinte Taxa Mínima de Desconto:

$$TMD = (ESM + 1) \times \left\{ \left[ \left( \frac{DI_{T-1}}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1 \right] \times \left( \frac{Spread}{100} + 1 \right) + 1 \right\}^{252} - 1 ;$$

onde:

TMD	=	Taxa Mínima de Desconto, expressa na forma decimal ao ano.
ESM	=	Valor mínimo do Excesso de Spread, conforme estabelecido no Regulamento.
$DI_{T-1}$	=	Taxa DI referente ao Dia Útil anterior à data “t” de apuração da Taxa Mínima de Desconto. Exemplo: se a Taxa DI do Dia Útil anterior for 13,00% ao ano, então $DI_{T-1} = 13,00$ .
Spread	=	Valor atribuído ao Spread, conforme o Regulamento.

#### **8.10. OPÇÕES DE COMPRA E MODIFICAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE REMUNERAÇÃO DOS DIREITOS CREDITÓRIOS DE TITULARIDADE DO FUNDO**

Durante o prazo de vigência do Contrato de Cessão, a Cedente poderá adquirir do Fundo, a qualquer tempo e a seu exclusivo critério, qualquer Direito Creditório relativo a uma Operação de Financiamento inadimplente, desde que, considerada, *pro-forma* a cessão pretendida, o Fundo atenda à Razão de Garantia, à Alocação Mínima de Investimento e ao Excesso de *Spread* e não estejam sendo implementados quaisquer dos procedimentos resultantes da ocorrência de um Evento de Liquidação, Evento de Revisão e/ou Evento de Resgate Antecipado, devendo essa análise ser realizada pela Administradora. Caso a Cedente exerça a opção de compra aqui referida, ela deverá comunicar sua intenção à Administradora, por meio eletrônico, com cópia para o Custodiante, identificando quais Direitos Creditórios deseja adquirir e indicando o nome e a qualificação do fundo dos respectivos créditos, sempre observado o disposto no Regulamento. A aquisição dos Direitos Creditórios será formalizada por meio do Termo de Recompra.

Durante o prazo de vigência do Contrato de Cessão, a Cedente poderá adquirir do Fundo, a qualquer tempo e a seu exclusivo critério, qualquer Direito Creditório relativo a uma Operação de Financiamento Adimplente, desde que, considerada *pro-forma* a cessão pretendida, o Fundo atenda à Razão de Garantia, à Alocação Mínima de Investimento e ao Excesso de *Spread* e não estejam sendo implementados quaisquer dos procedimentos resultantes da ocorrência de um Evento de Liquidação, Evento de Revisão e/ou Evento de Resgate Antecipado e o valor agregado dos preços de aquisição dos Direitos Creditórios Adimplentes, adquiridos pela Cedente nos termos aqui descritos, calculado para o período de 90 (noventa) dias imediatamente anteriores à respectiva data de pagamento, não seja superior a 10% (dez por cento) do valor do patrimônio líquido do Fundo, apurado no último Dia Útil do mês calendário imediatamente anterior à respectiva data de pagamento, sempre observado o disposto no Regulamento, devendo essa análise ser realizada pela Administradora. Nesse sentido, a aquisição dos Direitos Creditórios será formalizada por meio do Termo de Recompra.

O preço de aquisição do Direito Creditório, para efeito do exercício das opções de compra ora previstas, será pago à vista, em dinheiro, na data de celebração do Termo de Recompra, por meio de crédito dos valores devidos na Conta do Fundo. O preço de aquisição dos referidos Direitos Creditórios Adimplentes será equivalente ao seu Preço de Aquisição ajustado pela mesma Taxa de Desconto aplicada quando de sua aquisição até a data de recompra. O preço de aquisição dos referidos Direitos Creditórios Inadimplentes será equivalente ao seu valor adquirido, já considerados os rendimentos apropriados até a data do pagamento e as respectivas provisões por atraso no pagamento definidas por meio da aplicação dos critérios estabelecidos no COSIF e na Resolução CMN nº 2.682, e suas alterações posteriores, sendo que ele, em nenhuma hipótese, poderá ser inferior a R\$ 0,01 (um centavo).

Sem prejuízo das opções de compra, a Cedente terá o direito de preferência, caso a Administradora deseje alienar quaisquer dos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo para qualquer terceiro. Neste caso, o preço de aquisição dos respectivos ativos pela Cedente deverá ser igual ou superior ao preço de compra oferecido à Administradora, em caráter vinculante e de boa fé pelo terceiro interessado, observado o disposto no Regulamento.

Caso (i) o cheque utilizado pelo Titular e/ou qualquer co-obrigado no pagamento dos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo seja, por qualquer motivo, devolvido e (ii) a Cedente informe ao Custodiante que o respectivo Demonstrativo de Pagamento foi devidamente liquidado total ou parcialmente e, conseqüentemente, nos termos do Convênio de Cobrança, transfira ao Fundo os valores equivalentes ao respectivo Demonstrativo de Pagamento, fica desde já estabelecido que, nos termos do disposto no inciso I do artigo 347 e no artigo 348 do Código Civil Brasileiro, a Cedente se sub-rogará em todos os direitos e prerrogativas do Fundo referentes ao respectivo



Direito Creditório, sendo assim, considerados como automaticamente cedidos à Cedente. Nesta hipótese, a Cedente deverá enviar ao Custodiante, no prazo de até 7 (sete) Dias Úteis, contado do crédito dos respectivos valores na Conta do Fundo, um relatório, cujo formato será definido de comum acordo entre a Cedente e o Custodiante, contendo as informações mínimas necessárias para que o Custodiante possa identificar em seus sistemas quais Direitos Creditórios foram objeto da sub-rogação indicada.

#### **8.11. PROCEDIMENTOS DE REGISTRO**

No curso do Programa de Securitização, a Administradora deverá providenciar, quinzenalmente, diretamente ou por meio de seus Agentes, a lavratura, por instrumento público, perante o 18º (décimo oitavo) Tabelião de Notas da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, de Termo de Cessão Consolidado, acompanhado de todos os demonstrativos colocados à sua disposição pelo Custodiante, pelo prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do Contrato de Cessão, contendo as Informações dos Direitos Creditórios cedidos, em cada período, pela Cedente ao Fundo.

A Administradora deverá providenciar a lavratura, por instrumento público, perante o 18º (décimo oitavo) Tabelião de Notas da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, de Termo de Cessão Consolidado, acompanhado de todos os demonstrativos colocados à sua disposição pelo Custodiante, pelo prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do Contrato de Cessão, contendo as Informações dos Direitos Creditórios cedidos pela Cedente ao Fundo, nos termos do Contrato de Cessão, referentes aos Direitos Creditórios que não tenham sido objeto dos procedimentos referidos, no prazo de até 2 (dois) Dias Úteis, contado da ocorrência de qualquer Evento de Liquidação ou de um Evento de Resgate Antecipado.

A Administradora poderá firmar os Termos de Cessão Consolidados, por conta e ordem da Cedente, utilizando-se dos poderes outorgados na Procuração Irrevogável, devendo encaminhar à Cedente cópia e/ou certidão do respectivo Termo de Cessão Consolidado, no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis, contado do recebimento de comunicação neste sentido enviada pela Cedente solicitando o envio dos respectivos documentos. Os custos relacionados com a preparação das cópias ou certidões, serão por esta prévia e integralmente adiantados à Administradora ou diretamente pagos pela Cedente.

#### **8.12. CONDIÇÕES RESOLUTIVAS DA CESSÃO**

Considerar-se-á resolvida a cessão de todos os Direitos Creditórios referentes a cada Operação de Financiamento, inclusive na hipótese de a respectiva cessão ter sido realizada em contrapartida à subscrição e integralização de Quotas Subordinadas, operada de pleno direito, independentemente de qualquer aviso, notificação à Cedente e sem qualquer ônus ou custo para o Fundo, nas seguintes hipóteses:

- a) cujo pagamento, até a respectiva data de vencimento, não venha a ser realizado pelo respectivo Titular em virtude (i) de rejeição ou devolução do produto cuja venda tenha originado tal Direito Creditório, por força de vícios ou defeitos, ocultos ou aparentes, de qualidade ou de quantidade, e/ou (ii) do não recebimento de tal produto;
- b) caso fique caracterizada a inexistência do negócio subjacente;
- c) que o respectivo Direito Creditório venha a ser reclamado por terceiro comprovadamente titular de direitos sobre tal crédito previamente à sua aquisição pelo Fundo;

- d) caso não seja verificada a constituição apropriada de documentos e/ou títulos para a sua cobrança, administrativa ou judicial; ou, ainda,
- e) nas hipóteses em que o pagamento de um Direito Creditório venha a se frustrar, por qualquer motivo que seja, desde que a Cedente tenha dado causa a esse fato.

A Cedente está obrigada a restituir ao Fundo, no prazo de 2 (dois) Dias Úteis, contado da data (i) em que a Cedente tiver tomado conhecimento da ocorrência de qualquer Condição Resolutiva da Cessão ou (ii) de recebimento de comunicação, encaminhada pelo Fundo, informando-a da ocorrência do respectivo evento, o Preço de Aquisição dos respectivos Direitos Creditórios, cuja cessão tiver sido resolvida, apurado na forma do Contrato de Cessão, atualizado *pro-rata temporis*, desde a respectiva Data de Aquisição até a data de restituição dos valores devidos, considerando-se a Taxa de Desconto utilizada na aquisição do respectivo Direito Creditório.

### **8.13. EVENTOS DE REVISÃO**

Conforme definidos no Contrato de Cessão, são considerados Eventos de Revisão quaisquer das seguintes ocorrências:

- a) qualquer evento que implique em modificação do Controle da Cedente e/ou da Supplier, em relação ao que prevalecia à época da celebração do Contrato de Cessão, à exceção de reorganizações societárias entre Pessoas do mesmo conglomerado econômico da Cedente e/ou da Supplier;
- b) caso se verifique qualquer falha, erro ou incorreção em quaisquer das declarações prestadas pela Cedente e/ou pela Supplier, nos termos do Contrato de Cessão, que possa comprometer, de maneira adversa, a exclusivo critério da Administradora, a boa ordem legal, administrativa, operacional e financeira do Programa de Securitização e os direitos, as garantias e as prerrogativas do Fundo;
- c) caso qualquer das alterações ao Contrato de Cartão de Crédito, ao Contrato de CardMember, à Política de Concessão de Crédito e/ou à Política de Cobrança, informadas pela Cedente à Administradora, nos termos do Contrato de Cessão, possa afetar, de maneira adversa, a exclusivo critério da Administradora, a boa ordem legal, administrativa, operacional e financeira do Programa de Securitização;
- d) caso qualquer das deliberações dos órgãos de administração da Cedente, informadas à Administradora, nos termos do Contrato de Cessão, possa afetar, de maneira adversa, a exclusivo critério da Administradora, a boa ordem legal, administrativa, operacional e financeira do Programa de Securitização;
- e) existência de indícios de que a Cedente tenha oferecido ao Fundo Direitos Creditórios em desacordo com o disposto no Contrato de Cessão;
- f) criação de novos impostos, taxas ou contribuições, elevação das alíquotas já existentes ou modificação de suas bases de cálculo, que possa comprometer, de maneira adversa, a exclusivo critério da Administradora, a boa ordem legal, administrativa, operacional e financeira do Programa de Securitização e os direitos, as garantias e as prerrogativas do Fundo;
- g) existência de indícios de que a Cedente e/ou qualquer de suas Afiliadas se encontre(m) inadimplente(s) no cumprimento de qualquer operação de natureza financeira em que qualquer das Pessoas referidas seja parte e/ou tenha sido declarado o vencimento antecipado

de qualquer dos negócios mencionados, cujo valor unitário ou total seja igual ou superior a 10% (dez por cento) do valor do patrimônio líquido da respectiva Pessoa, apurado em 31 de dezembro do ano civil imediatamente anterior à data de ocorrência do respectivo evento, excetuados os que (i) tenham sido objeto de medida judicial adequada para anulação e/ou (ii) tenham seus efeitos suspensos, nos termos da lei;

- h) tenham sido apresentados para protesto ou tenham sido protestados títulos emitidos pela Cedente ou sacados contra ela, e/ou qualquer de suas Afiliadas, cujo valor unitário ou total seja igual ou superior a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) ou o equivalente em outras moedas, excetuados os que (i) tenham sido objeto de medida judicial adequada para anulação e/ou (ii) tenham seus efeitos suspensos, nos termos da lei;
- i) caso seja ajuizada contra a Cedente e/ou qualquer de suas Afiliadas qualquer ação ou conjunto de ações de execução para pagamento de quantia certa, incluindo as execuções fiscais, cujo valor seja superior a 10% (dez por cento) do valor do patrimônio líquido da respectiva Pessoa, apurado em 31 de dezembro do ano civil imediatamente anterior à data de ocorrência do respectivo evento, excetuando os casos em que (i) tenham sido objeto de medida judicial adequada para anulação, (ii) tenham sido constituídas garantias e/ou (iii) tenham seus efeitos suspensos, nos termos da lei;
- j) descumprimento pela Cedente de qualquer de suas obrigações estabelecidas no Contrato de Cessão e nos demais Documentos da Securitização, que não seja um Evento de Liquidação, Evento de Revisão e/ou Evento de Resgate Antecipado, desde que tal descumprimento (i) não seja devidamente regularizado ou justificado dentro do prazo de 5 (cinco) Dias Úteis, contado do envio, pela Administradora, de notificação, por escrito, informando à Cedente da ocorrência do respectivo evento e (ii) possa, a exclusivo critério da Administradora, comprometer, de maneira adversa, a boa ordem legal, administrativa, operacional e financeira do Programa de Securitização e os direitos, as garantias e as prerrogativas do Fundo;
- k) caso os Titulares, por qualquer motivo, não possam efetuar o pagamento de seus Demonstrativos de Pagamento;
- l) caso ocorra a efetivação de arresto ou de penhora de bens da Cedente e/ou de qualquer de suas Afiliadas, cujo valor dos referidos bens seja superior a 10% (dez por cento) do valor do patrimônio líquido da respectiva Pessoa, apurado em 31 de dezembro do ano civil imediatamente anterior à data de ocorrência do respectivo evento;
- m) caso ocorra a concessão de qualquer medida cautelar, incluindo a medida cautelar fiscal de que trata a Lei Federal nº 8.397/92, que imponha restrição à alienação de ativos de titularidade da Cedente;
- n) caso os recursos acolhidos pelo Agente Cobrador Bancário não sejam transferidos para a Cedente e/ou para o Fundo, na forma estabelecida no Contrato de Cobrança Bancária;
- o) caso a Cedente deixe de cumprir as disposições referentes aos valores mínimos de capital e patrimônio líquido ajustado definidos pelas normas do Bacen e do CMN; ou
- p) a não entrega, pela Cedente, das notas fiscais que comprovem a aquisição das mercadorias pelos Titulares, nos termos do Contrato de Cessão.

Na hipótese de ocorrência de qualquer Evento de Revisão, deverão ser observados os procedimentos definidos no Regulamento.

#### **8.14. EVENTOS DE RESGATE ANTECIPADO**

Conforme definidos no Regulamento, são considerados Eventos de Resgate Antecipado quaisquer das seguintes ocorrências:

- a) inobservância pelo Custodiante de seus deveres e obrigações previstos nos Documentos da Securitização, desde que, notificado pela Administradora para regularizar ou justificar o descumprimento, não o faça no prazo de 30 (trinta) dias, contado do recebimento da referida notificação;
- b) inobservância pela Cedente de seus deveres e obrigações previstos nos Documentos da Securitização, desde que, notificado pela Administradora para regularizar ou justificar o descumprimento, não o faça no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis, contado do recebimento da referida notificação;
- c) inobservância pela Cedente, quanto à cessão ao Fundo, de Direitos Creditórios que não atenda à Condição da Cessão;
- d) rebaixamento da classificação de risco inicial das Quotas Seniores em mais de 2 (dois) sub-níveis, considerando-se a tabela de classificação da Agência de Classificação de Risco;
- e) resgate de Quotas Subordinadas em desacordo com os procedimentos definidos no Regulamento;
- f) resilição do Contrato de Custódia ou renúncia do Custodiante, com a não assunção de suas funções por uma nova instituição, nos termos ali definidos;
- g) resilição do Contrato de Cobrança ou renúncia da Cedente, com a não assunção de suas funções por uma nova instituição, nos termos ali definidos;
- h) resilição de qualquer dos Documentos da Securitização por qualquer Pessoa, sem que outra(s) Pessoa(s) assumam integralmente as atribuições ali estabelecidas nos termos ali definidos;
- i) descumprimento pelo Agente Cobrador Bancário de qualquer de suas obrigações definidas no Contrato de Cobrança Bancária, que não seja sanado nos prazos ali assinalados, que possa, a exclusivo critério da Administradora, comprometer negativamente a boa ordem legal, administrativa e operacional do Programa de Securitização;
- j) interrupção ou mudança significativa nos procedimentos de recebimento e transferência de valores previstos no Convênio de Cobrança e/ou no Contrato de Cobrança Bancária, e tal evento possa, a critério exclusivo da Administradora, afetar a boa ordem legal, administrativa e operacional do Programa de Securitização;
- k) renúncia da Administradora, com a não assunção de suas funções por uma nova instituição, nos termos do Regulamento, ou sua não substituição, nos termos do Regulamento;
- l) caso haja um acréscimo da Taxa DI acima de 50% (cinquenta por cento) em relação à Taxa DI do Dia Útil imediatamente anterior;
- m) caso o Fundo deixe de atender à Reserva de Caixa, à Reserva de Liquidez, à Alocação Mínima de Investimento, e/ou Razão de Garantia e tal evento não seja sanado no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis, contado da data em que se verificar o desenquadramento;

- n) caso o Fundo deixe de atender ao Excesso de *Spread* em 2 (duas) Datas de Verificação consecutivas ou 3 (três) Datas de Verificação alternadas, durante o período de 180 (cento e oitenta) dias imediatamente anterior à última data de apuração do Excesso de *Spread*. Não será exigido o atendimento da obrigação contida neste subitem durante os 2 (dois) primeiros meses subseqüentes à 1ª (primeira) Data de Emissão de Quotas Seniores;
- o) caso o DCV, o DCV30, o DCV120, o DCV180 ou o Índice de Refinanciamento, apurado pela Administradora em 2 (duas) Datas de Verificação consecutivas ou 3 (três) Datas de Verificação alternadas, seja superior a 15% (quinze e cinco por cento), a 10% (dez por cento), a 6% (seis por cento), a 7% (sete por cento) ou a 50% (cinquenta por cento), respectivamente;
- p) caso os Quotistas não consigam, por 2 (duas) Assembléias Gerais consecutivas, determinar um novo índice ou parâmetro de determinação do valor para as Quotas Seniores, nos termos do Regulamento;
- q) caso a Cedente deixe de responder o Aviso de Desenquadramento e/ou de enviar o *Layout* ao Custodiante, nos termos do Regulamento;
- r) caso a Cedente informe sua decisão de interromper definitivamente os procedimentos de cessão de Direitos Creditórios, conforme previsto no Regulamento;
- s) caso os Quotistas, reunidos em Assembléia Geral, deliberem que o fechamento do Fundo para resgates é um Evento de Resgate Antecipado, nos termos do Regulamento;
- t) caso ocorra qualquer Evento de Revisão, que não seja, caso aplicável, sanado nos prazos estabelecidos no Contrato de Cessão;
- u) existência de indícios de que a Cedente tenha cedido Direitos Creditórios sem lastro em uma Operação Parcelado Emissor, Operação de Desconto, Operação de Refinanciamento de Saldo Remanescente e/ou Saque; ou
- v) decretação de falência, de autofalência ou de recuperação judicial ou extrajudicial de qualquer Estabelecimento, desde que a soma dos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo e vinculados ao respectivo Estabelecimento represente 15% (quinze por cento) ou mais do total de Direitos Creditórios de titularidade do Fundo.

Na ocorrência de quaisquer dos Eventos de Resgate Antecipado, a Administradora deverá (i) dar ciência, por escrito, de tal fato aos Quotistas ou seus representantes, (ii) suspender, de imediato, o resgate de Quotas e o recebimento de quaisquer solicitações de resgate de Quotas; (iii) convocar a Assembléia Geral, nos termos do Regulamento, no prazo máximo de 2 (dois) Dias Úteis, a contar da data da ocorrência do respectivo Evento de Resgate Antecipado, para que ela se reúna no prazo máximo de 20 (vinte) dias; (iv) suspender, de imediato, a aquisição de novos Direitos Creditórios; e, (v) se assim dispuser a Assembléia Geral, iniciar os procedimentos para a liquidação do Fundo, conforme disposições constantes no Regulamento e na regulamentação vigente.

*Vide Regulamento – Capítulo XXIII – “Dos Eventos de Liquidação e Dos Eventos de Resgate Antecipado”.*

## **8.15. EVENTOS DE LIQUIDAÇÃO DO FUNDO**

São Eventos de Liquidação, os quais ensejam a liquidação automática do Fundo, a ser efetuada nos termos do Regulamento:

- a) caso o Fundo não possua recursos suficientes para realizar o resgate tanto das Quotas Seniores Resgatadas quanto das Quotas Seniores Postergadas, conforme solicitado pelos Quotistas, nas datas, prazos e termos constantes do Regulamento;
- b) caso o Contrato de Cessão seja, por qualquer motivo, resilido;
- c) requerimento de (i) autofalência, (ii) recuperação judicial ou extrajudicial, ou (iii) intervenção da Cedente e/ou de qualquer de suas Afiliadas, conforme o caso; e
- d) decretação de falência, intervenção, regime especial de administração temporária, liquidação, ou evento assemelhado da Cedente e/ou de qualquer de suas Afiliadas, conforme o caso.

A Administradora deverá, caso ocorra qualquer Evento de Liquidação: (i) dar ciência, por escrito, de tal fato aos Quotistas ou a seus representantes, (ii) suspender, de imediato, a aquisição de novos Direitos Creditórios; e, (iii) iniciar os procedimentos para a liquidação do Fundo, primeiramente efetuando o resgate das Quotas Seniores, considerado proporcionalmente os investimentos no Fundo, conforme disposições constantes do Regulamento e da regulamentação vigente, e por conseguinte, o resgate das Quotas Subordinadas. Nessa hipótese, o valor de cada evento de resgate fracionado por Quotista, tanto para os Quotistas Seniores quanto para os Quotistas Subordinados, não poderá ser inferior a R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais), ressalvado o caso em que o saldo e/ou a solicitação forem menores que esse valor.

Adicionalmente, a Administradora, em nome do Fundo, deverá iniciar os procedimentos de resgate para a liquidação acelerada do Fundo quando restarem 12 (doze) meses para o prazo final de duração do Fundo, conforme o Regulamento, observadas, se for o caso, eventuais prorrogações. Para tanto, a Administradora, no início do referido prazo, realizará *mutatis mutandis* os procedimentos definidos no parágrafo anterior até que se proceda ao completo resgate das Quotas, observados os demais termos do Regulamento.

*Vide Regulamento – Capítulo XXIII – “Dos Eventos de Liquidação e Dos Eventos de Resgate Antecipado”.*

#### **8.16. RAZÃO DE GARANTIA, ALOCAÇÃO MÍNIMA DE INVESTIMENTO E EXCESSO DE SPREAD**

Enquanto existirem Quotas Seniores em Circulação, a Razão de Garantia deverá ser equivalente a, no máximo, 80% (oitenta por cento), a Alocação de Investimento Mínima deverá ser, no mínimo, equivalente a 50% (cinquenta por cento) e o Excesso de *Spread* deverá ser, no mínimo, equivalente a 5% (cinco por cento) ao ano, todos calculados na periodicidade e na forma definidas no Regulamento.

#### **8.17. ÍNDICES DO FUNDO EM SETEMBRO DE 2009**

<b>Índice</b>	<b>%</b>	<b>Índice de referência no Regulamento</b>
Alocação de Investimento Mínima	80,83%	No mínimo 50%
Razão de Garantia	68,43%	No máximo 80%
Excesso de <i>Spread</i> *	28,59%	No mínimo 5% ao ano

Fonte: Administradora.

\* Calculado no 5º Dia Útil de Setembro de 2009

#### **8.18. RE-ENQUADRAMENTO DA RAZÃO DE GARANTIA E DA ALOCAÇÃO MÍNIMA DE INVESTIMENTO**

A Administradora deverá enviar à Cedente, por meio eletrônico, no dia em que seja verificado que o Fundo deixou de atender à Razão de Garantia e/ou à Alocação Mínima de Investimento, observado o disposto no Regulamento, Aviso de Desenquadramento, o qual deverá ser respondido pela Cedente à Administradora, imprerivelmente até o 2º (segundo) Dia Útil subsequente à data de seu recebimento. Quando do envio da resposta ao Aviso de Desenquadramento, a Cedente deverá:

- a) informar se a competente integralização de Quotas Subordinadas será realizada em moeda corrente nacional e/ou em Direitos Creditórios Elegíveis, observado o disposto no Contrato de Cessão, devendo, conforme o caso, enviar, concomitantemente, novo *Layout* ao Custodiante;
- b) informar sua intenção em re-enquadrar a Razão de Garantia e/ou a Alocação Mínima de Investimento aos parâmetros definidos no Regulamento, por meio do Resgate Antecipado Compulsório, observados os procedimentos definidos no Regulamento. Quando do envio de sua resposta ao Aviso de Desenquadramento, a Cedente deverá indicar o valor do Resgate Antecipado Compulsório, a ser implementado pela Administradora no curso dos procedimentos definidos no Regulamento, e o novo valor do patrimônio líquido em que a Cedente re-enquadrará o Fundo aos parâmetros definidos no Regulamento; ou
- c) interromper definitivamente os procedimentos de cessão definidos no Contrato de Cessão.

Na hipótese do subitem “a” deste item, a integralização das Quotas Subordinadas será realizada em moeda corrente nacional e/ou por meio da cessão de Direitos Creditórios Elegíveis ao Fundo, de forma que, considerada, *pro-forma*, a integralização pretendida, o Fundo atenda, concomitantemente, aos parâmetros definidos no Regulamento.

Na hipótese do subitem “b” deste item, a Administradora, caso necessário, dará início aos procedimentos estabelecidos no Regulamento, com vista ao Resgate Antecipado Compulsório.

*Vide Regulamento, Capítulo XXIV – “Do Re-enquadramento da Razão de Garantia, do Índice de Liquidez e da Alocação Mínima de Investimento”.*

#### **8.19. RESGATE ANTECIPADO COMPULSÓRIO**

Para o reenquadramento da Razão de Garantia e/ou da Alocação Mínima de Investimento, ou, ainda, para os termos e efeitos do parágrafo a seguir, a Administradora, a seu exclusivo critério, procederá ao resgate compulsório antecipado, inteiro ou fracionado, independente de realização de Assembleia Geral, de todas as Quotas Seniores em Circulação, concomitantemente e em igualdade de condições, por seu valor apurado nos termos do Regulamento, de forma que, computada, *pro-forma*, o resgate pretendido, o Fundo atenda, concomitantemente, aos parâmetros de enquadramento definidos no Regulamento.

A Cedente poderá notificar a Administradora acerca de sua pretensão, temporária, de não mais ceder Direitos Creditórios ao Fundo até que esse reduza, por meio de Resgate Antecipado Compulsório, seu patrimônio líquido ao patamar indicado na respectiva notificação, hipótese em que deverão ser observados os procedimentos definidos no parágrafo anterior.

Nos termos deste item, a Administradora deverá realizar o Resgate Compulsório Antecipado, inteiro ou fracionado, até que o patrimônio líquido do Fundo atinja o patamar indicado na mencionada notificação, sendo obrigatório, para que seja retomada a compra de Direitos Creditórios pelo Fundo, que se encontrem atendidos pelo Fundo, concomitantemente, aos parâmetros definidos no Regulamento.

Na hipótese de ocorrência de qualquer dos eventos descritos anteriormente, a Administradora deverá informar imediatamente aos Quotistas, ou a seus representantes, conforme endereço cadastrado na forma do Regulamento, mediante correspondência com aviso de recebimento, a ocorrência e a natureza do evento, assim como a razão da antecipação dos resgates, conforme o caso, e o valor total do respectivo resgate devido a cada Quotista.

*Vide Regulamento, Capítulo XXV – “Dos Eventos Antecipado Compulsório”.*

#### **8.20. PROCEDIMENTOS DE DAÇÃO EM PAGAMENTO**

Para efeito do disposto no inciso VI do artigo 24 da Instrução CVM nº 356, o Fundo deverá ser liquidado caso, no prazo de até 1 (um) ano contado da deliberação dos Quotistas Seniores referida no Regulamento, existam Quotas Seniores em Circulação. Nessa hipótese, a Administradora promoverá, a seu exclusivo critério, o resgate de todas as Quotas Seniores em Circulação, mediante dação em pagamento dos Direitos Creditórios e dos Outros Ativos de titularidade do Fundo, sempre até o limite do valor de cada Quota Sênior apurado, *pro-forma*, observado o disposto no Regulamento. Após a conclusão do resgate das Quotas Seniores, por meio dos mecanismos de dação em pagamento aqui previstos, o Fundo promoverá o resgate de Quotas Subordinadas, por meio da dação em pagamento do eventual saldo de ativos remanescente em sua carteira, se houver. As cessões de crédito realizadas nos termos aqui descritos deverão observar ao disposto no Regulamento.

Antes da realização dos procedimentos anteriormente mencionados, a Administradora deverá promover, às expensas do Fundo, procedimento de avaliação independente, objetivando determinar o valor de liquidação dos ativos integrantes da carteira do Fundo. Posteriormente, a Administradora deverá convocar uma Assembléia Geral com a finalidade de informar o resultado do processo de avaliação e proceder à eleição, pelos Quotistas, de um administrador para o condomínio civil a seguir referido.

Para fins do disposto neste item, os Direitos Creditórios dados em dação em pagamento pelo Fundo aos Quotistas Seniores e, conforme o caso, das Quotas Subordinadas, serão compulsoriamente mantidos em condomínio, nos termos da Seção I, do Capítulo VI, do Título III, do Livro III da Parte Especial do Código Civil brasileiro, a ser necessariamente constituído no prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias contado da realização da respectiva Assembléia Geral. O quinhão de cada Quotista será equivalente ao valor dos créditos a ele efetivamente atribuídos. Os termos e as condições da convenção de condomínio conterão avença assegurando aos condôminos, originalmente Quotistas Seniores, o direito de preferência no recebimento de quaisquer valores decorrentes da cobrança dos créditos mantidos em condomínio. Caso os Quotistas não procedam à eleição do administrador do condomínio civil, essa função será atribuída ao condômino que detenha, direta ou indiretamente, o maior quinhão.

O Custodiante, por meio de seu Agente contratado para prestação de serviço de custódia física, fará a guarda dos Documentos Comprobatórios relativos aos ativos mantidos em condomínio, pelo prazo de até 45 (quarenta e cinco) dias, contado de sua constituição. Ao término do prazo mencionado, o administrador do condomínio civil indicará à Administradora a hora e o local para a entrega dos referidos documentos. Expirado esse prazo ou caso os Quotistas Seniores, por qualquer motivo, não venham a constituir o condomínio civil e/ou a eleger o seu respectivo



administrador, a Administradora e o Custodiante poderão promover a consignação dos Direitos Creditórios e dos Outros Ativos de titularidade do Fundo e dos respectivos Documentos Comprobatórios, na forma do artigo 334 do Código Civil Brasileiro.

Antes da implementação dos procedimentos de dação em pagamento, a Cedente terá a opção de, a seu exclusivo critério, adquirir, em moeda corrente nacional, a totalidade dos Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo pelo Valor Referencial, deduzido dos Outros Ativos, se for o caso, e acrescido de todos os custos e despesas necessários à liquidação e extinção do Fundo, ainda que exigível em data posterior ao encerramento de suas atividades. A Cedente poderá exercer a opção de compra no prazo decadencial de 10 (dez) Dias Úteis, contado do recebimento de comunicação, enviada pela Administradora, informando a Cedente do respectivo evento. As cessões de crédito realizadas nos termos aqui descritos deverão observar o disposto no Regulamento. Na hipótese de a Cedente optar por não exercer a opção de compra aqui referida, a Administradora iniciará os procedimentos anteriormente referidos.

Os pagamentos de valores aos antigos Quotistas nos termos aqui descritos deverão observar, no que forem aplicáveis, a ordem de aplicação de recursos definida no Regulamento.

*Vide Regulamento, Capítulo XXVI – “Dos Procedimentos de Dação em Pagamento”.*

#### **8.21. ORDEM DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS**

A partir da 1ª (primeira) data de integralização de Quotas e até a liquidação do Fundo, sempre preservada a manutenção de sua boa ordem legal, administrativa e operacional, a Administradora obriga-se, por meio dos competentes débitos e créditos realizados nas contas correntes de titularidade do Fundo, a alocar os recursos decorrentes da integralização das Quotas e do recebimento dos ativos integrantes da carteira do Fundo, na seguinte ordem:

- a) no pagamento dos encargos de responsabilidade do Fundo, devidos nos termos do Regulamento e da legislação aplicável;
- b) na constituição ou enquadramento da Reserva de Caixa e da Reserva de Liquidez;
- c) no pagamento de dispêndios efetivamente incorridos a título de prestação de margens de garantia em espécie, ajustes diários, prêmios e custos operacionais, decorrentes da manutenção de posições em mercados de derivativos, inclusive os valores líquidos das operações;
- d) no resgate de Quotas Seniores Postergadas, observados os termos e as condições do Regulamento, conforme aplicável;
- e) no resgate de Quotas Seniores Resgatadas, observados os termos e as condições do Regulamento;
- f) no pagamento do Preço de Aquisição dos Direitos Creditórios Elegíveis, em moeda corrente nacional, sempre até o Potencial de Cessão;
- g) na constituição de reserva de pagamento relacionada à liquidação e extinção do Fundo, ainda que exigível em data posterior ao encerramento de suas atividades; e
- h) no resgate de Quotas Subordinadas, observados os limites, os termos e as condições do Regulamento.

*Vide Regulamento, Capítulo XXII – “Da Ordem de Aplicação de Recursos”.*

## **8.22. DIREITOS CREDITÓRIOS**

### **8.22.1. Pré-Pagamentos, Atrasos, Refinanciamentos, Perdas e Inadimplência dos Direitos Creditórios de Titularidade do Fundo**

A Cedente atua, por conta e ordem do Fundo, como agente cobrador dos Direitos Creditórios referentes às Operações de Financiamento inadimplentes. Nem a Administradora, nem a Cedente poderão atuar de forma diversa da disposta no Regulamento, no Contrato de Cobrança e na Política de Cobrança.

Quando há pré-pagamento, o Titular efetua o pagamento dos Direitos Creditórios ainda não vencidos, pelo seu respectivo valor presente na ocasião. Ainda, a Cedente não cobra qualquer taxa de liquidação antecipada das Operações de Financiamento, fato este que não resulta em impacto para o Fundo.

No refinanciamento, o Saldo Devedor é refinanciado mediante a celebração de nova operação. Nos termos do Regulamento, a totalidade dos valores equivalentes ao refinanciamento automático do Saldo Devedor, relativos aos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo, devem ser creditados pela Cedente, diretamente na Conta do Fundo, no prazo de até 1 Dia Útil, contado da data da concessão do respectivo refinanciamento, na forma prevista no Contrato de CardMember.

A quantidade de refinanciamentos dos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo é monitorada, em cada Data de Verificação, pelo Índice de Refinanciamento.

O Índice de Refinanciamento corresponde ao valor apurado em cada Data de Verificação pela Administradora, com base nas informações colocadas à disposição pelo Custodiante, no site *itaucustodia*, mediante a aplicação da seguinte expressão:

$$\text{Índice de Refinanciamento} = \text{SDCRF}/\text{SDCR},$$

onde:

**SDCRF** = somatório dos valores efetivamente recebidos pelo Fundo, decorrentes dos pagamentos dos Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo, por meio do procedimento de refinanciamento do Saldo Devedor, nos termos do Regulamento, durante o mês calendário imediatamente anterior à data de apuração do Índice de Refinanciamento; e

**SDCR** = somatório dos valores efetivamente recebidos pelo Fundo, decorrentes dos pagamentos dos Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo, por qualquer dos procedimentos referidos no Regulamento, durante o mês calendário imediatamente anterior à data de apuração do Índice de Refinanciamento (se Índice de Refinanciamento é igual a 0,15, então Índice de

Refinanciamento é 15,0%).

A tabela a seguir mostra os Índices de Refinanciamento apurados pela Administradora de setembro de 2007 a setembro de 2009:

Data	SDCRF	SDCR	% Refinanciamento	Máximo <= 50%
10/9/2007	134.084,85	3.795.866,51	3,53%	Enquadrado
5/10/2007	364.224,38	11.120.064,87	3,28%	Enquadrado
8/11/2007	834.776,05	20.101.714,45	4,15%	Enquadrado
7/12/2007	728.959,39	17.166.969,69	4,25%	Enquadrado
8/1/2008	590.216,76	13.868.865,63	4,26%	Enquadrado
11/2/2008	3.200.150,31	17.700.944,39	18,08%	Enquadrado
7/3/2008	1.928.467,05	11.730.810,93	16,44%	Enquadrado
7/4/2008	2.916.619,19	15.478.839,62	18,84%	Enquadrado
8/5/2008	3.656.454,26	21.631.407,31	16,90%	Enquadrado
6/6/2008	3.320.332,64	19.773.637,01	16,79%	Enquadrado
7/7/2008	2.896.419,88	22.524.784,84	12,86%	Enquadrado
7/8/2008	5.402.864,14	35.425.199,70	15,25%	Enquadrado
5/9/2008	3.991.341,51	31.637.221,19	12,62%	Enquadrado
7/10/2008	4.730.925,08	41.948.177,55	11,28%	Enquadrado
7/11/2008	5.730.459,89	52.929.401,06	10,83%	Enquadrado
5/12/2008	5.077.916,42	37.320.117,29	13,61%	Enquadrado
8/1/2009	7.368.670,64	48.214.196,63	15,28%	Enquadrado
6/2/2009	6.489.314,92	45.483.095,11	14,27%	Enquadrado
6/3/2009	4.482.452,46	37.513.674,34	11,95%	Enquadrado
7/4/2009	8.316.925,74	59.457.048,40	13,99%	Enquadrado
8/5/2009	6.808.311,00	55.551.656,60	12,26%	Enquadrado
5/6/2009	6.224.678,40	50.680.313,88	12,28%	Enquadrado
7/7/2009	6.194.380,50	58.456.962,98	10,60%	Enquadrado
7/8/2009	6.662.411,22	68.913.081,69	9,67%	Enquadrado
8/9/2009	4.216.652,75	54.517.698,20	7,73%	Enquadrado

Os Direitos Creditórios Inadimplentes de titularidade do Fundo, são diretamente monitorados pela Administradora por meio do DCV, DCV30, DCV120 e DCV180.

Caso o DCV, o DCV30, o DCV120, o DCV180 ou o Índice de Refinanciamento, apurado pela Administradora em 2 Datas de Verificação consecutivas ou 3 Datas de Verificação alternadas, seja superior a 15%, a 10%, a 6%, a 7% ou a 50%, respectivamente, será considerado Evento de Resgate Antecipado, que poderá ensejar a liquidação do Fundo, a ser deliberada em Assembléia Geral.

A Administradora deverá, caso ocorra qualquer Evento de Resgate Antecipado: (i) dar ciência, por escrito, de tal fato aos Quotistas ou seus representantes, (ii) suspender, de imediato, o resgate de

Quotas e o recebimento de quaisquer solicitações de resgate de Quotas; (iii) convocar a Assembléia Geral, nos termos do Regulamento, no prazo máximo de 2 Dias Úteis, a contar da data da ocorrência do respectivo Evento de Resgate Antecipado, para que ela se reúna no prazo máximo de 20 dias; (iv) suspender, de imediato, a aquisição de novos Direitos Creditórios; e, (v) se assim dispuser a Assembléia Geral, iniciar os procedimentos para a liquidação do Fundo, conforme disposições constantes deste Regulamento e da regulamentação vigente.

Na hipótese de os Quotistas reunidos em Assembléia Geral, convocada na forma do Regulamento, deliberarem e aprovarem a liquidação do Fundo, observado o *quorum* de deliberação ali definido, a Administradora, por conta e ordem do Fundo, deverá promover o resgate das Quotas Seniores, proporcional, inteiro ou fracionado, concomitantemente e em igualdade de condições, por seu valor apurado na forma do Regulamento, observados a ordem de aplicação de recursos do Fundo e os seguintes procedimentos:

- a) suspender os procedimentos de aquisição de Direitos Creditórios definidos no Contrato de Cessão e no Regulamento e depositar todos os valores decorrentes do pagamento e/ou da alienação dos ativos de titularidade do Fundo única e exclusivamente em conta corrente de titularidade do Fundo;
- b) utilizar os recursos arrecadados na forma da alínea “a” acima no resgate, proporcional, inteiro ou fracionado, das Quotas Seniores, por seu valor apurado na forma do Regulamento, sendo que cada evento de resgate fracionado por Quotista não poderá ser inferior a R\$ 25.000,00, ressalvado o caso em que o saldo for menor que esse valor; e
- c) somente após o resgate integral das Quotas Seniores em Circulação, nos termos da alínea “b” anterior, a Administradora deverá utilizar os recursos arrecadados na forma da alínea “a” acima no resgate, proporcional, inteiro ou fracionado, das Quotas Subordinadas, por seu valor devidamente apurado na forma do Regulamento, sendo que cada evento de resgate fracionado não poderá ser inferior a R\$ 25.000 por Quotista, ressalvado o caso em que o saldo for menor que esse valor.

Na hipótese de os Quotistas reunidos em Assembléia Geral, convocada na forma do Regulamento, decidam pela não liquidação do Fundo, a Administradora, por conta e ordem do Fundo, deverá proceder ao resgate antecipado das Quotas Seniores detidas pelos Quotistas que tenham manifestado sua discordância com a decisão da Assembléia Geral, desde que sua manifestação de voto seja devidamente formalizada na respectiva Assembléia Geral, pelo valor delas, à época do resgate, apurado nos termos do Regulamento, em moeda corrente nacional, observados, no que forem aplicáveis, os procedimentos definidos no Regulamento.

#### **8.22.2. Dados Estatísticos dos Direitos Creditórios Integrantes da Carteira do Fundo**

As tabelas abaixo apresentam os dados estatísticos do comportamento dos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo, desde o início de suas atividades, inclusive dados relativos a atrasos e perdas.

Na tabela a seguir são apresentados valores do somatório dos Direitos Creditórios a vencer e em atraso integrantes da carteira do Fundo, os valores de todos Direitos Creditórios a vencer, bem como os valores dos Direitos Creditórios em atraso e o percentual destes em relação ao montante

total de Direitos Creditórios (vencidos e a vencer) de titularidade do Fundo. Nota-se, nesta tabela, que o percentual dos Direitos Creditórios vencidos e não pagos não ultrapassava, em 31 de dezembro de 2007, 18,89% do valor total de recebíveis de titularidade do Fundo.

Ainda, nota-se, que o percentual dos Direitos Creditórios vencidos e não pagos, em 31 de dezembro de 2008, não ultrapassa 17,48%, tendo em vista que os atrasos de 1 a 29 dias atingiram 4,99%, o que é explicado pela inadimplência naquele mês de clientes com longo histórico de relacionamento com a Supplercard. De acordo com a Supplercard, cerca de 75% do montante em atraso até 29 dias estava segurado pela Euler Hermes Seguros de Crédito.

Data	Total de Direitos Creditórios (R\$)	Direitos Creditórios a vencer (R\$)	Direitos Creditórios em Atraso	
			R\$	% em Relação ao Total de Direitos Creditórios
30/6/2007	0,00	0,00	0,00	0,00%
31/7/2007	3.604.815,44	3.604.815,44	0,00	0,00%
31/8/2007	22.734.833,39	22.734.833,39	0,00	0,00%
28/9/2007	22.907.172,30	22.161.893,56	734.424,24	3,21%
31/10/2007	25.069.589,26	23.165.924,91	1.879.459,23	7,50%
30/11/2007	24.722.696,32	22.562.349,26	2.123.384,71	8,59%
31/12/2007	22.852.074,21	18.498.386,51	4.316.725,35	18,89%
31/1/2008	26.945.214,75	25.418.167,80	1.428.728,97	5,30%
29/2/2008	30.210.349,84	25.922.550,82	4.093.156,87	13,55%
31/3/2008	34.356.404,36	29.464.162,75	4.596.784,91	13,38%
30/4/2008	35.740.123,95	32.998.448,81	2.385.423,18	6,67%
30/5/2008	32.244.570,33	27.423.949,04	4.383.871,01	13,60%
30/6/2008	46.623.985,03	43.962.070,44	2.107.942,63	4,52%
31/7/2008	48.047.705,53	44.488.216,24	2.958.576,29	6,16%
29/8/2008	53.779.502,12	45.748.562,26	8.804.380,06	16,37%
30/9/2008	60.177.840,49	51.583.255,67	9.330.352,12	15,50%
31/10/2008	57.291.162,04	54.355.509,27	3.654.348,37	6,38%
28/11/2008	60.748.454,07	57.804.873,69	3.698.087,36	6,09%
31/12/2008	56.582.274,58	47.565.230,86	9.889.950,56	17,48%
30/1/2009	75.526.966,38	67.229.233,15	9.289.568,03	12,30%
27/2/2009	86.852.257,29	77.881.148,75	10.224.326,02	11,77%
31/3/2009	82.625.740,52	69.675.193,62	14.379.530,59	17,40%
30/4/2009	83.202.073,63	74.242.458,22	10.612.405,41	12,75%
29/5/2009	87.968.595,42	77.114.416,02	12.713.641,16	14,45%
30/6/2009	91.091.330,78	78.557.385,27	14.760.804,78	16,20%
28/7/2009	92.692.901,84	81.914.940,28	13.004.820,83	14,03%
31/08/2009	87.587.129,96	75.255.330,25	14.816.010,68	15,60
30/09/2009	83.682.862,53	79.508.759,07	79.508.759,07	6,38

Fonte: Administradora.

Tabela 9: Dados Estatísticos dos Direitos Creditórios Integrantes da Carteira do Fundo de 30 de junho de 2007 a 28 de setembro de 2009.

Data	Valor Contábil da Totalidade de Direitos Creditórios Integrantes da Carteira do Fundo (R\$)	Direitos Creditórios Vencidos entre 01 e 30 dias (R\$)	%(*)	Direitos Creditórios Vencidos entre 31 e 60 dias (R\$)	%(*)	Direitos Creditórios Vencidos entre 61 e 90 dias (R\$)	%(*)	Direitos Creditórios Vencidos acima de 90 dias (R\$)	%(*)
29/06/2007									
31/07/2007	3.604.815,44	-	0%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
31/08/2007	22.734.833,39	-	0%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
28/09/2007	22.907.172,30	705.379,32	3%	29.044,92	0,13%	0	0,00%	0	0,00%
31/10/2007	25.069.589,26	1.671.923,69	7%	187.789,20	0,75%	19.746,34	0,08%	0	0,00%
30/11/2007	24.722.696,32	1.870.399,94	8%	129.757,04	0,52%	120.878,02	0,49%	2.349,71	0,01%
31/12/2007	22.852.074,21	3.966.619,25	17%	157.333,64	0,69%	77.841,39	0,34%	114.931,07	0,50%
31/01/2008	26.945.214,75	1.009.170,39	4%	141.108,45	0,52%	114.202,89	0,42%	164.247,24	0,61%
29/02/2008	30.210.349,84	3.621.836,70	12%	113.279,21	0,37%	96.579,25	0,32%	261.461,71	0,87%
31/03/2008	34.356.404,36	4.024.403,20	12%	148.288,43	0,43%	86.925,30	0,25%	337.167,98	0,98%
30/04/2008	35.740.123,95	1.754.861,12	5%	132.214,19	0,37%	100.474,87	0,28%	397.873,00	1,11%
30/05/2008	32.244.570,33	3.654.446,46	11%	156.041,89	0,48%	92.381,76	0,29%	481.000,90	1,49%
30/06/2008	46.623.985,03	1.032.116,76	2%	413.772,06	0,89%	106.504,32	0,23%	555.549,49	1,19%
31/07/2008	48.047.705,53	1.856.931,36	3,86%	198.659,68	0,41%	247.652,27	0,52%	655.332,98	1,36%
29/08/2008	53.779.502,12	7.673.243,71	14,27%	229.529,83	0,43%	64.316,11	0,12%	837.290,41	1,56%
30/09/2008	60.177.840,49	8.243.309,55	13,70%	111.598,38	0,19%	210.079,78	0,35%	765.364,41	1,27%
31/10/2008	57.291.162,04	2.617.908,01	4,57%	75.494,29	0,13%	81.394,81	0,14%	879.551,26	1,54%
28/11/2008	60.748.454,07	2.444.143,18	4,02%	342.043,83	0,56%	51.736,55	0,09%	860.163,80	1,42%
31/12/2008	56.582.274,58	8.163.358,58	14,43%	662.916,17	1,17%	246.876,46	0,44%	816.799,35	1,44%
30/01/2009	75.526.966,38	6.798.538,02	9,00%	960.426,69	1,27%	526.483,42	0,70%	1.004.119,90	1,33%
27/02/2009	86.852.257,29	7.898.243,86	9,09%	233.494,95	0,27%	670.763,45	0,77%	1.421.823,76	1,64%
31/03/2009	82.625.740,52	11.534.587,07	13,96%	727.066,83	0,88%	259.645,77	0,31%	1.858.230,92	2,25%
30/04/2009	83.202.073,63	7.126.328,74	8,57%	1.021.423,87	1,23%	515.974,71	0,62%	1.948.678,09	2,34%
29/05/2009	87.968.595,42	9.330.051,12	10,61%	388.404,19	0,44%	1.060.740,24	1,21%	1.934.445,61	2,20%
30/06/2009	91.091.330,78	11.127.207,28	12,22%	494.932,21	0,54%	246.780,03	0,27%	2.891.885,26	3,17%
28/07/2009	92.692.901,84	8.963.337,55	9,67%	484.238,29	0,52%	465.924,67	0,50%	3.091.320,32	3,34%
31/08/2009	87.587.129,96	10.659.423,13	11,22	895.819,14	0,94	559.489,34	0,59	2.701.279,07	2,84
30/09/2009	83.682.862,53	2.823.122,80	2,73	346.362,98	0,33	825.496,20	0,80	2.608.955,74	2,52

(\*)percentual em relação ao valor contábil da totalidade de Direitos Creditórios Integrantes da Carteira do Fundo.

Fonte: Administradora.

Tabela 10: Dados Estatísticos dos Direitos Creditórios Integrantes da Carteira do Fundo por Faixas de Atraso.

### 8.22.3. Possibilidade de os Direitos Creditórios Serem Acrescidos, Removidos ou Substituídos

Conforme descrito na Seção “8.10. Opções de Compra e Modificação das Condições de Remuneração dos Direitos Creditórios de Titularidade do Fundo”, apesar de ser facultado à Cedente adquirir do Fundo Direitos Creditórios relativos a Operações de Financiamento, inadimplentes ou não, a Cedente não se encontra obrigado a exercer tal opção de compra.

As recompras de Direitos Creditórios ocorrem diariamente, conforme tabela abaixo. Caso tais recompras sejam interrompidas ou reduzidas, o Fundo eventualmente poderá sofrer desenquadramento da Razão de Garantia.

Data	Valor Contábil da Totalidade de Direitos Creditórios Integrantes da Carteira do Fundo (R\$)	Direitos Creditórios Recomprados (R\$)	%(*)
29/6/2007	-	-	0,00%
31/7/2007	3.604.815,44	0	0,00%
31/8/2007	22.734.833,39	46.189,66	0,20%
28/9/2007	22.907.172,30	66.047,33	0,29%
31/10/2007	25.069.589,26	103.312,00	0,41%
30/11/2007	24.722.696,32	253.407,13	1,02%
31/12/2007	22.852.074,21	515.790,09	2,26%
31/1/2008	26.945.214,75	544.589,16	2,02%
29/2/2008	30.210.349,84	280.924,44	0,93%
31/3/2008	34.356.404,36	388.887,78	1,13%
30/4/2008	35.740.123,95	789.622,93	2,21%
30/5/2008	32.244.570,33	707.244,85	2,19%
30/6/2008	46.623.985,03	726.129,54	1,56%
31/7/2008	48.047.705,53	587.237,87	1,22%
29/8/2008	53.779.502,12	615.731,17	1,14%
30/9/2008	60.177.840,49	488.141,59	0,81%
31/10/2008	57.291.162,04	734.548,81	1,28%
28/11/2008	60.748.454,07	515.790,09	0,85%
31/12/2008	56.582.274,58	1.027.482,08	1,82%
30/1/2009	75.526.966,38	1.119.763,34	1,48%
27/2/2009	86.852.257,29	1.395.313,55	1,61%
31/3/2009	82.625.740,52	2.329.942,33	2,82%
30/4/2009	83.202.073,63	655.385,75	0,79%
29/5/2009	87.968.595,42	1.281.855,93	1,46%
30/6/2009	91.091.330,78	1.204.656,98	1,32%
28/7/2009	92.692.901,84	1.228.479,76	1,33%





(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

## **9. AS QUOTAS**

*Encontra-se nesta Seção uma descrição não exaustiva das principais características das Quotas a serem emitidas no curso do Programa de Securitização. Eventuais investidores deverão consultar e analisar cuidadosamente as demais Seções deste Prospecto e os Capítulos do Regulamento antes de decidir por adquirir Quotas.*

As Quotas correspondem a frações ideais do patrimônio do Fundo, observadas as peculiaridades das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas, descritas no Regulamento, e poderão ser resgatadas nos termos do Regulamento. Ainda, as Quotas assumirão a forma escritural e serão mantidas, pela Administradora, em contas de depósito em nome de seus titulares em sistema próprio da Administradora.

As Quotas serão de 2 (duas) classes: (i) 1 (uma) classe de Quotas Seniores e (ii) 1 (uma) classe de Quotas Subordinadas.

As Quotas são intransferíveis, salvo por decisão judicial, execução de garantia ou sucessão universal.

Em 30 de setembro de 2009 o Fundo contava com 585.676,90848706 Quotas Seniores Circulação, no valor unitário de R\$ 131,68811520, perfazendo o montante total de R\$ 77.126.688,22. Nesta mesma data, o Fundo contava com 132.524,28694600 Quotas Subordinadas, no valor unitário de R\$ 178,18812500, perfazendo o montante total de R\$ 199,27236230.

### **9.1 CARACTERÍSTICAS DAS QUOTAS SENIORES**

Cada Quota Sênior possui como características e confere a seu titular as seguintes vantagens, direitos e obrigações comuns:

- a) tem prioridade em relação às Quotas Subordinadas na hipótese de seu resgate, observado o disposto no Regulamento;
- b) tem o preço unitário de R\$ 100,00 (cem reais) na 1ª (primeira) Data de Emissão de Quotas Seniores;
- c) tem seu valor apurado na forma definida no Regulamento;
- d) nos termos do Regulamento, os Quotistas Seniores poderão ser solicitados a contribuir com recursos para o Fundo, na proporção de seus créditos, por meio da integralização de novas Quotas Seniores, para assegurar a defesa de seus direitos, interesses e prerrogativas; e
- e) tem o direito de votar com referência a todas e quaisquer matérias objeto de deliberação nas Assembléias Gerais, sendo que cada Quota Sênior legitimará o seu titular a participar com 1 (um) voto.

*Vide Regulamento – Capítulo XIV – “Das Quotas”.*

### **9.2 CARACTERÍSTICAS DAS QUOTAS SUBORDINADAS**

Cada Quota Subordinada possui como característica e confere a seu titular as seguintes vantagens, direitos e obrigações:

- a) subordina-se às Quotas Seniores para efeito de resgate, observados os termos do Regulamento;
- b) tem o preço unitário de R\$ 100,00 (cem reais) na 1ª (primeira) Data de Emissão;
- c) tem seu valor calculado conforme o disposto no Regulamento;
- d) enquanto existirem Quotas Seniores em Circulação, terá o direito de vetar (i) a inclusão da instituição escolhida pelos titulares de Quotas Seniores como nova Instituição Autorizada, e (ii) a adoção do índice escolhido pelos titulares das Quotas Seniores, nos termos do Regulamento;
- e) enquanto existirem Quotas Seniores em Circulação, terá o direito de aprovar, por meio de voto afirmativo em separado, (i) as matérias definidas no Regulamento e (ii) a substituição da Administradora e do Custodiante, nos termos do Regulamento.

*Vide Regulamento – Capítulo XIV – “Das Quotas”.*

### 9.3 VALORIZAÇÃO DAS QUOTAS SENIORES E SUBORDINADAS

As Quotas Seniores e as Quotas Subordinadas poderão ser emitidas, a qualquer tempo, pelo valor apurado na respectiva Data de Emissão na forma definida neste item e no Regulamento. O Fundo emitirá no mínimo 100.000 (cem mil) e no máximo 10.000.000 (dez milhões) de Quotas Seniores, observados os termos do Regulamento.

A partir da 1ª (primeira) Data de Emissão de Quotas Seniores, cada Quota Sênior terá seu valor unitário calculado diariamente, para fins de integralização ou resgate, sendo que tal valor será equivalente ao menor dos seguintes valores:

- a) o patrimônio líquido do Fundo dividido pelo número de Quotas Seniores em Circulação na ocasião; ou
- b) o valor apurado de acordo com a seguinte fórmula:

$$VQS_T = VQS_1 \times \prod_{T=1}^Z \left\{ \left[ \left( \frac{DI_{T-1}}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1 \right] \times \left( \frac{Spread}{100} + 1 \right) + 1 \right\};$$

onde:

$VQS_T$	valor de cada Quota Sênior para efeito de cálculo de seu valor de integralização ou resgate, calculado para a data “T”.
$VQS_1$	valor de cada Quota Sênior na 1ª Data de Emissão de Quotas Seniores, ou seja, $VQS_1$ é igual a R\$ 100,00 (cem reais).
$Z$	Número total de Taxas DI-over, média, extra grupo, divulgado pela CETIP, válida por 1 (um) Dia Útil (overnight)

<i>T</i>	Número de ordem da Taxa DI-over, média, extra grupo, divulgado pela CETIP, sendo “T=1” a Taxa DI-over divulgada da 1ª Data de Emissão de Quotas Seniores, e “T=Z” a Taxa DI-over divulgada do dia útil anterior a data “T”.
<i>DIT-1</i>	Taxa DI-over, média, extra grupo, divulgado pela CETIP, válida por 1 (um) Dia Útil (overnight), expressa na forma percentual, em base anual (252 Dias Úteis) (“Taxa DI”), referente ao Dia Útil anterior à data “T”. Exemplo: se a Taxa DI-over do Dia Útil anterior for 13,50% ao ano, então DI T-1 = 13,50.
<i>Spread</i>	11 (onze) ou 15 (quinze), exclusivamente durante o período compreendido entre 04 de novembro de 2008 (inclusive) e 04 de novembro de 2010 (inclusive).

Cada Quota Subordinada terá seu valor unitário equivalente ao resultado da divisão do eventual saldo remanescente do patrimônio líquido do Fundo, após a subtração do valor de todas as Quotas Seniores em Circulação, apurado conforme o aqui disposto, pelo número total de Quotas Subordinadas em Circulação.

Os critérios de determinação do valor das Quotas Seniores, anteriormente definidos, têm como finalidade definir qual parcela do patrimônio líquido, devidamente ajustado, deve ser prioritariamente alocada aos Quotistas Seniores na hipótese de resgate de suas Quotas, e não representam nem deverão ser considerados, sob qualquer hipótese ou circunstância, como uma promessa ou obrigação, legal ou contratual, do Fundo, da Administradora, do Custodiante, da Cedente, da Supplier, do(s) Distribuidor(es) e de suas respectivas Afiliadas, em garantir ou assegurar tal rentabilidade (remuneração) aos respectivos Quotistas.

Quando da determinação do valor das Quotas Seniores, nos termos aqui definidos, a Taxa DI deverá ser utilizada considerando-se idêntico número de casas decimais divulgado pela CETIP. No caso de indisponibilidade temporária da Taxa DI quando da apuração do valor das Quotas Seniores será utilizada, em sua substituição, a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI conhecida até a data do respectivo evento. Nesse caso, a Administradora, por conta e ordem do Fundo, deverá promover os competentes ajustes no valor das Quotas na data de divulgação da Taxa DI que seria aplicável.

Na hipótese de extinção ou impossibilidade legal de aplicação da Taxa DI por imposição legal ou determinação judicial, será aplicada, no lugar da Taxa DI, automaticamente, a taxa substituta que venha a ser adotada pelos agentes de mercado, autorizados a funcionar pelo Bacen para operações similares. Na hipótese de inexistência de tal parâmetro, a Administradora deverá convocar imediatamente uma Assembléia Geral para que seja deliberado pelos Quotistas Seniores o novo parâmetro a ser utilizado para determinação do valor das Quotas Seniores. Os titulares da maioria das Quotas Subordinadas terão o direito de vetar a adoção do parâmetro aprovado na referida Assembléia Geral, por meio de deliberação alcançada em votação em separado, devendo, nessa ocasião, apresentar um índice ou critério alternativo de precificação.

#### **9.4 VALOR BRUTO DE RESGATE E TAXA DE SAÍDA**

Recairá sobre o valor das Quotas Seniores Resgatadas e das Quotas Seniores Postergadas uma taxa de saída decrescente, a ser calculada pelo Custodiante, de acordo com o Tempo de Permanência e que resultará em nenhum decréscimo sobre o valor do resgate caso o Tempo de Permanência seja superior a 720 (setecentos e vinte) dias corridos. A Taxa de Saída irá reduzir o valor de resgate efetivamente pago às Quotas Seniores Resgatadas e às Quotas Seniores Postergadas de maneira

inversamente proporcional ao Tempo de Permanência. O Valor Bruto de Resgate e a Taxa de Saída serão calculados pelas seguintes fórmulas:

$$a) \quad VBR = \frac{VQS_T \times Q}{\text{Taxa de Saída}},$$

onde:

$VBR$  = valor das Quotas Seniores Resgatadas ou das Quotas Seniores Postergadas, na data do pagamento do resgate, inteiro ou fracionado;

$VQS_T$  = tem o significado que lhe é atribuído no Regulamento; e

$Q$  = quantidade de Quotas Seniores Resgatadas ou de Quotas Seniores Postergadas que estão sendo efetivamente resgatadas, inteira ou fracionada, na data do pagamento do resgate, inteiro ou fracionado;

$$b) \quad \text{Taxa de Saída} = \frac{CDIAcm1}{CDIAcm2};$$

onde:

$$i) \quad CDIAcm1 = \prod_{i=1}^N \left\{ \left[ \left( \frac{DI_{Ti}}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1 \right] \times \left( \frac{Spread}{100} \right) + 1 \right\} + 1; \text{ e}$$

$$ii) \quad CDIAcm2 = \prod_{i=1}^N \left\{ \left[ \left( \frac{DI_{Ti}}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1 \right] \times \left( \frac{FS}{100} \right) + 1 \right\} + 1;$$

onde:

$\text{Taxa de Saída}$  = fator de redução de rentabilidade pelo Tempo de Permanência;

$DI_T$  = significa a Taxa DI;

$CDIAcm1$  = produto dos “N” fatores da Taxa DI acrescida do *Spread*, desde a Data de Emissão ( $i = 1$ ) até o Dia Útil anterior à data do pagamento do resgate ( $i = N$ ), inteiro ou fracionado;

$CDIAcm2$  = produto dos “N” fatores da Taxa DI acrescida do Fator de Saída, desde a Data de Emissão ( $i = 1$ ) até o Dia Útil anterior à data do pagamento do resgate ( $i = N$ ), inteiro ou fracionado;

$Spread$  = 11 (onze) ou 15 (quinze), exclusivamente durante o período compreendido entre 04 de novembro de 2008 (inclusive) e 04 de novembro de 2010 (inclusive); e

$FS$  = fator de saída, calculado de acordo com o Tempo de Permanência, conforme a tabela abaixo:

Tempo de Permanência	Fator de Saída
Até 360 dias corridos	$Spread - 2,0$
De 361 até 720 dias corridos	$Spread - 1,0$
Acima de 720 dias corridos	$Spread$

## 9.5 RESGATE DAS QUOTAS

*Os procedimentos aqui definidos foram redigidos de forma a facilitar a compreensão do investidor interessado em aplicar seus recursos no Fundo. Recomenda-se a leitura cuidadosa deste item, assim como dos Capítulos XVII e XVIII do Regulamento, os quais definem com detalhes os procedimentos aqui resumidos. Os titulares das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas não poderão, sob nenhuma hipótese, exigir do Fundo o pagamento do resgate, de suas respectivas Quotas em termos outros que não os previstos no Regulamento.*

Observado o disposto no Regulamento, os Quotistas poderão requerer o resgate de suas Quotas à Administradora ou seus Agentes, por meio de solicitação escrita. A solicitação de resgate nos termos do Regulamento será considerada irrevogável e irretratável, de modo que qualquer contra-ordem recebida pela Administradora não será acatada.

A solicitação mínima de resgate é de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), observado que o saldo mínimo de permanência do Fundo é de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais), ressalvada a hipótese de saldo de permanência inferior resultante (i) dos eventos de rateio por ocasião da solicitação de resgate em valor maior ao Valor Máximo de Resgate, (ii) dos Eventos de Liquidação, (iii) do Resgate Antecipado Compulsório ou (iv) dos Eventos de Resgate Antecipado.

### 9.5.1. Resgate das Quotas Seniores

Os Quotistas Seniores poderão requerer, a qualquer tempo, o resgate de suas Quotas à Administradora ou seus Agentes, por meio de solicitação escrita.

A solicitação de resgate será considerada irrevogável e irretratável, de modo que qualquer contra-ordem recebida pela Administradora não será acatada.

Não será admitida a solicitação de resgate de Quotas Seniores desde a data do envio da convocação para Assembléia Geral em que conste da ordem do dia a liquidação do Fundo, até a ocorrência da Assembléia Geral que delibere definitivamente sobre o tema, ressalvados os casos de resgate de Quotas Seniores previamente agendados antes da referida convocação.

#### *Apuração do Resgate*

A Administradora apurará a totalidade dos resgates de Quotas Seniores solicitados até as seguintes datas:

	Período de Solicitação de Resgate de Quotas Seniores	Datas de Apuração do Resgate de Quotas Seniores
1.	de <u>1º de outubro</u> (inclusive) até <u>31 de janeiro</u> (inclusive)	<u>1º de fevereiro</u>
2.	de <u>1º de fevereiro</u> (inclusive) até <u>31 de maio</u> (inclusive)	<u>1º de junho</u>
3.	de <u>1º de junho</u> (inclusive) até <u>30 de setembro</u> (inclusive)	<u>1º de outubro</u>

Observados os termos do Regulamento, as Quotas Seniores Resgatadas da respectiva Data de Apuração do Resgate de Quotas Seniores serão resgatadas no Período de Efetivação de Resgate subsequente.

#### *Datas de Efetivação de Resgate*

Observados os procedimentos administrativos descritos no Capítulo XIX do Regulamento, o resgate das Quotas Seniores Resgatadas deverá ocorrer dentro do Período de Efetivação do Resgate. O resgate ora referido será realizado pela Administradora, por conta e ordem do Fundo.

#### *Valor Mínimo de Solicitação de Resgate e Saldo Mínimo de Permanência*

A solicitação mínima de resgate é de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), observado, ainda, o saldo mínimo de permanência, que é de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais), ressalvadas as hipóteses específicas definidas no Regulamento.

#### *Valor Máximo de Resgate*

O valor máximo a ser pago quadrimestralmente pelo Fundo a título de resgate das Quotas Seniores Resgatadas, no curso dos procedimentos referidos no Regulamento, não poderá ser superior a 20% (vinte por cento) do valor total das Quotas Seniores em Circulação, apurado para a última Data de Apuração do Resgate de Quotas Seniores, nos termos do Regulamento..

Caso o valor a ser solicitado para resgate exceda ao respectivo Valor Máximo de Resgate, o Fundo procederá ao resgate das Quotas Seniores Postergadas, no Período de Efetivação de Resgate subsequente.

O valor das Quotas Seniores Postergadas do Período de Efetivação do Resgate anterior não será considerado para o cálculo do Valor Máximo de Resgate do Período de Efetivação do Resgate seguinte.

#### *Ordem de Efetivação do Resgate*

Durante o Período de Efetivação do Resgate a Administradora, observados os procedimentos definidos no Regulamento, resgatará: (i) a integralidade das Quotas Seniores Postergadas apurada na última Data de Apuração do Resgate de Quotas Seniores; e (ii) após resgatadas a totalidade das Quotas Seniores Postergadas, efetuará o resgate, inteiro ou fracionado, observado o Valor Máximo de Resgate para as Quotas Seniores Resgatadas, apurado para a respectiva Data de Apuração do Resgate de Quotas Seniores.

Os Quotistas não poderão, sob nenhuma hipótese, exigir do Fundo o pagamento do resgate, de suas respectivas Quotas em termos outros que não os previstos neste Regulamento.

Não serão devidos aos titulares das Quotas Seniores Resgatadas e/ou das Quotas Seniores Postergadas, conforme aplicável, quaisquer valores a título de multa ou qualquer outra penalidade, caso o Fundo, no curso dos procedimentos definidos no Regulamento, não conte com os recursos suficientes para efetuar o resgate integral de suas Quotas durante o respectivo Período de Efetivação do Resgate.

### **9.5.2. Resgate das Quotas Subordinadas**

### *Solicitação de Resgate*

Os Quotistas Subordinados poderão solicitar o resgate de suas Quotas a partir da 2ª (segunda) Data de Apuração de Resgate de Quotas Subordinadas imediatamente subsequente à Data de Emissão de suas respectivas Quotas, por meio de solicitação escrita.

A solicitação de resgate será considerada irrevogável e irretratável, de modo que qualquer contra-ordem recebida pela Administradora não será acatada.

Não será admitida a solicitação de resgate de Quotas Subordinadas desde a data do envio da convocação para Assembléia Geral em que conste da ordem do dia a liquidação do Fundo, até a ocorrência da Assembléia Geral que delibere definitivamente sobre o tema.

### *Apuração do Resgate*

A Administradora apurará a totalidade dos resgates de Quotas Subordinadas solicitados até as seguintes datas:

	Período de Solicitação de Resgate de Quotas Subordinadas	Datas de Apuração do Resgate de Quotas Subordinadas
1.	de <u>20 de setembro</u> (inclusive) até <u>19 de janeiro</u> (inclusive)	<u>20 de janeiro</u>
2.	de <u>20 de janeiro</u> (inclusive) até <u>19 de abril</u> (inclusive)	<u>20 de abril</u>
3.	de <u>20 de abril</u> (inclusive) até <u>19 de setembro</u> (inclusive)	<u>20 de setembro</u>

Observados os termos do Regulamento, as Quotas Subordinadas Resgatadas da respectiva Data de Apuração do Resgate de Quotas Subordinadas serão resgatadas na Data de Resgate de Quotas Subordinadas subsequente.

### *Datas de Efetivação de Resgate*

Observado o disposto no Regulamento, o resgate das Quotas Subordinadas Resgatadas deverá ocorrer na Data de Resgate de Quotas Subordinadas. O resgate ora referido será realizado pela Administradora, por conta e ordem do Fundo.

### *Valor Mínimo de Solicitação de Resgate e Saldo Mínimo de Permanência*

A solicitação mínima de resgate é de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), observado o saldo mínimo de permanência do Fundo é de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais), ressalvadas as hipóteses descritas no Regulamento.

### *Procedimentos para Efetivação do Resgate*

O resgate, proporcional, inteiro ou fracionado, das Quotas Subordinadas Resgatadas na Data de Resgate das Quotas Subordinadas somente ocorrerá após o resgate integral de todas as Quotas



Seniores Postergadas e Quotas Seniores Resgatadas, até o limite das disponibilidades em moeda corrente nacional arrecadadas pelo Fundo no curso dos procedimentos definidos no Regulamento, que não estejam alocadas para o pagamento de outras obrigações do Fundo, (i) observados os critérios definidos no Regulamento e (ii) considerado, *pro-forma*, o respectivo evento, o Fundo atenda a Razão de Garantia, a Alocação Mínima de Investimento e o Excesso de *Spread*..

Os Quotistas Subordinados não poderão, sob nenhuma hipótese, exigir do Fundo o pagamento do resgate, de suas respectivas Quotas em termos outros que não os previstos neste Regulamento.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

## 10. FATORES DE RISCO

*Antes de tomar uma decisão de investimento, os potenciais investidores devem considerar cuidadosamente, à luz de suas próprias situações financeiras e objetivos de investimento, todas as informações disponíveis neste Prospecto e avaliar os fatores de risco a seguir descritos. Em decorrência dos riscos inerentes à sua própria natureza, incluindo, entre outros, os fatores de risco aqui descritos, poderá ocorrer, entre outros, perda ou atraso, por tempo indeterminado, da restituição aos Quotistas do capital investido ou eventual perda do valor de principal de suas aplicações.*

### 10.1 INTRODUÇÃO

Os Direitos Creditórios e os Outros Ativos integrantes da carteira do Fundo, por sua própria natureza, estão sujeitos, conforme o caso, a flutuações de mercado e/ou riscos de crédito das contrapartes que poderão gerar perdas até o montante das operações contratadas e não liquidadas. Mesmo que a Administradora mantenha sistema de gerenciamento de riscos, não há garantia de eliminação da possibilidade de perdas para o Fundo e para os Quotistas, não podendo a Administradora, o Custodiante, o(s) Distribuidor(es) ou qualquer de suas respectivas Afiliadas serem responsabilizados por qualquer depreciação ou perda no valor dos ativos integrantes da carteira do Fundo, pela inexistência de um mercado secundário para os Direitos Creditórios e Outros Ativos integrantes da carteira do Fundo, por eventuais prejuízos incorridos pelos Quotistas quando do resgate de suas Quotas, entre outros eventos, nos termos deste Prospecto e do Regulamento.

### 10.2 RISCOS ASSOCIADOS AO INVESTIMENTO NO FUNDO

- a) **Riscos de Liquidez e inexistência de mercado secundário.** O investimento do Fundo em Direitos Creditórios apresenta peculiaridades com relação aos investimentos realizados pela maioria dos fundos de investimento brasileiros, não existindo mercado secundário organizado para a negociação de tais Direitos Creditórios. Caso o Fundo necessite alienar seus Direitos Creditórios a terceiros, ou caso o Quotista receba tais Direitos Creditórios em pagamento pelo resgate de suas Quotas, nos termos do Regulamento, (i) poderá não haver mercado comprador para os Direitos Creditórios, (ii) o preço de alienação dos Direitos Creditórios poderá causar prejuízos ao Fundo e a seus Quotistas e/ou (iii) a Administradora, por conta e ordem do Fundo, ou os Quotistas poderão ter dificuldade para cobrar os valores devidos em caso de inadimplemento. Não há qualquer garantia ou certeza de que será possível ao Fundo liquidar posições ou negociar os Direitos Creditórios integrantes de sua carteira pelo preço e no momento desejados.
- b) **Liquidez das Quotas.** Em razão de o Fundo ser constituído sob a forma de condomínio aberto, admitindo o resgate das Quotas pelos Quotistas nos termos estabelecidos no Regulamento eles podem ter dificuldade em realizar seus investimentos mediante o resgate de suas Quotas Seniores no momento em que considerarem oportuno.
- c) **Resgate condicionado.** O Fundo somente procederá ao resgate das Quotas em moeda corrente nacional na medida em que os Direitos Creditórios sejam devidamente pagos pelos Titulares ou por eventuais garantidores, que os Outros Ativos sejam liquidados e/ou alienados e que os recursos recebidos sejam depositados em conta(s) corrente(s) de titularidade do Fundo. A Administradora encontra-se impossibilitada de determinar o intervalo de tempo necessário para o resgate integral das Quotas, não havendo qualquer garantia de que o Fundo procederá ao resgate integral das Quotas Seniores Resgatadas, até o

limite do respectivo Valor Máximo de Resgate, e das Quotas Subordinadas Resgatadas durante o Período de Efetivação de Resgate correspondente e/ou na Data de Resgate de Quotas Subordinadas. O valor de resgate das Quotas Seniores continuará a ser atualizado até a data de seu efetivo pagamento, sempre até o limite do patrimônio líquido do Fundo, não sendo devido, todavia, pelo Fundo ou por qualquer Pessoa qualquer multa ou penalidade caso o referido evento prolongue-se por prazo indeterminado ou não possa, por qualquer motivo, ser realizado. Assim, tendo em vista a inexistência de co-obrigação ou direito de regresso contra a Cedente e/ou qualquer de suas Afiliadas com relação aos Direitos Creditórios e Outros Ativos, após o recebimento desses recursos e, se for o caso, depois de esgotados todos os meios cabíveis para a cobrança, judicial ou extrajudicial, dos referidos ativos, o Fundo não disporá de quaisquer outros valores para efetuar o resgate, em moeda corrente nacional, de suas Quotas.

- d) **Valor máximo de resgate.** O valor máximo pago quadrimestralmente pelo Fundo a título de resgate das Quotas Seniores Resgatadas não poderá ser superior a 20% (vinte por cento) do valor total das Quotas Seniores em Circulação, apurado para a última Data de Apuração de Resgate de Quotas Seniores, acrescido do valor das Quotas Seniores Postergadas nos termos deste Prospecto e do Regulamento. Caso o valor a ser pago a título de resgate exceda ao limite definido, o Fundo procederá ao resgate do saldo do valor das respectivas Quotas Seniores Resgatadas, por seu valor apurado na forma do Regulamento, na Data de Resgate das Quotas Seniores imediatamente subsequente, observados os procedimentos definidos no Regulamento.
- e) **Resgate por meio da dação em pagamento dos ativos integrantes de sua carteira.** O Regulamento estabelece que o Fundo poderá ser liquidado no prazo de até 1 (um) ano contado da ocorrência de um Evento de Resgate Antecipado e deverá ser liquidado no caso de ocorrer um Evento de Liquidação. Nesses casos, o resgate das Quotas poderá ser realizado mediante a dação em pagamento de Direitos Creditórios. Assim, os Quotistas poderão encontrar dificuldades para alienar os Direitos Creditórios entregues em dação e/ou cobrar os valores devidos pelos Titulares e eventuais garantidores dos créditos, além de incorrerem, entre outras despesas e encargos (*i.e.* honorários advocatícios), em custos de custódia dos Direitos Creditórios e dos Documentos Comprobatórios.
- f) **Risco da titularidade indireta.** A titularidade das Quotas não confere aos Quotistas o domínio direto sobre os Direitos Creditórios ou Outros Ativos integrantes da carteira do Fundo ou sobre fração ideal específica desses ativos, sendo exercidos os direitos dos Quotistas sobre todos os ativos integrantes da carteira do Fundo de modo não individualizado, por intermédio da Administradora.
- g) **Riscos operacionais.** O Custodiante realizará a verificação documental (física) da regularidade dos Documentos Comprobatórios apenas através de auditoria trimestral e por amostragem. Considerando que: (i) tal auditoria é realizada tão somente após a cessão dos Direitos Creditórios ao Fundo; (ii) os procedimentos de emissão dos Demonstrativos de Pagamento para cobrança são processados por sistema interno de controle da Cedente ou da Supplier, não tendo a Administradora e o Custodiante qualquer controle sobre tais procedimentos; e (iii) o Custodiante, sem prejuízo de suas responsabilidades, poderá subcontratar terceiros no que tange à guarda dos Documentos Comprobatórios; assim, a carteira do Fundo poderá conter Direitos Creditórios cuja documentação apresente irregularidades, o que poderá obstar o pleno exercício pelo Fundo das prerrogativas decorrentes da titularidade dos Direitos Creditórios. Qualquer falha ou alteração nas rotinas e nos sistemas internos de controle sob responsabilidade da Cedente, da Supplier, dos terceiros contratados pelo Custodiante e de seus Agentes, nos termos dos Documentos da Securitização, poderá causar, entre outras ocorrências adversas, atraso no recolhimento dos valores devidos pelos devedores dos Direitos Creditórios. A ocorrência de tais hipóteses poderá afetar negativamente o valor do patrimônio líquido do Fundo.

- h) **Trânsito dos valores relativos aos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo por contas correntes de titularidade da Cedente e outros procedimentos de liquidação.** A totalidade dos recursos decorrentes do pagamento, pelos Titulares, dos Demonstrativos de Pagamentos vinculados aos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo, incluindo aqueles decorrentes de seu pagamento parcial e/ou pré-pagamento, efetuados em dinheiro e/ou em cheque, serão (i) acolhidos pelo Agente Cobrador Bancário, (ii) repassados à Cedente; e (iii) transferidos, pela Cedente para Conta do Fundo, conforme identificado no Regulamento. Os procedimentos de recebimento e repasse dos valores relativos aos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo poderão atrasar ou deixar de ocorrer, por diversas razões, incluindo, sem limitação, (i) na hipótese de decretação de intervenção, liquidação extrajudicial ou regime especial de administração temporária ou evento equivalente com referência à Cedente e/ou ao Agente Cobrador Bancário, ou (ii) o inadimplemento, pela Cedente e/ou pelo Agente Cobrador Bancário, de suas obrigações previstas no Convênio de Cobrança e no Contrato de Cobrança Bancária, respectivamente. Ademais, na ocorrência de qualquer das hipóteses anteriores, e caso os recursos de titularidade do Fundo se encontrem na posse do Agente Cobrador Bancário e/ou da Cedente, eles podem ser bloqueados, sendo que sua liberação e/ou recuperação poderá depender da instauração de procedimentos administrativos ou judiciais pela Administradora, por conta e ordem do Fundo. A ocorrência de qualquer evento que impossibilite aos Titulares efetuarem o pagamento de seus Demonstrativos de Pagamento poderá levar à necessidade de adoção de nova sistemática de recebimento e cobrança direta, pela Administradora, por conta e ordem do Fundo, dos valores devidos ao Fundo, a qual poderá ser ineficiente ou apresentar elevados custos de transação, causando assim efeitos adversos na sua carteira.
- i) **Impossibilidade da prestação de serviços de cobrança pela Cedente.** Caso a Cedente deixe, por qualquer motivo, de atuar como agente de cobrança do Fundo, nos termos do Convênio de Cobrança, o recebimento, a coleta, a conciliação e o repasse dos valores de titularidade do Fundo, conforme identificado no Regulamento, poderão ser negativamente afetados até a efetiva nomeação de agente de cobrança substituto.
- j) **Descasamentos de taxas e operações com instrumentos derivativos.** O Fundo aplicará suas disponibilidades financeiras precipuamente em Direitos Creditórios, os quais são remunerados principalmente a taxas pré-fixadas, e em Outros Ativos. Considerando-se que o valor das Quotas Seniores será apurado na forma estabelecida no Regulamento, utilizando-se a variação da Taxa DI, poderá ocorrer o descasamento entre os valores de atualização (i) dos Direitos Creditórios e dos Outros Ativos e (ii) das Quotas Seniores. A ocorrência de tal evento poderá resultar na perda do valor de principal das aplicações dos Quotistas, mesmo na hipótese de a Administradora utilizar-se de instrumentos derivativos para mitigar o risco de descasamento identificado. A Administradora não se encontra obrigada a manter a carteira do Fundo protegida, total ou parcialmente, contra o risco de descasamento entre o valor dos ativos integrantes da carteira do Fundo e o valor das Quotas Seniores, por meio da contratação de operações com instrumentos derivativos.
- k) **Fatores macroeconômicos relevantes.** Variáveis exógenas, tais como a ocorrência, no Brasil ou no exterior, de fatos extraordinários ou de situações especiais de mercado ou, ainda, de eventos de natureza política, econômica ou financeira que modifiquem a ordem atual e influenciem de forma relevante o mercado financeiro brasileiro, a capacidade de pagamento e o equilíbrio econômico e financeiro dos devedores dos Direitos Creditórios e dos Outros Ativos integrantes da carteira do Fundo, incluindo variações nas taxas de juros, eventos de desvalorização da moeda e mudanças legislativas ou políticas, assim como os demais fatores de risco descritos nesta Seção, poderão resultar em perdas para os Quotistas.
- l) **Emissão de novas Quotas.** O Fundo poderá, a qualquer tempo, observado o disposto no Regulamento, independentemente de autorização prévia dos Quotistas, emitir novas Quotas.

Na hipótese de emissão de novas Quotas, não será assegurado direito de preferência para os atuais Quotistas, podendo haver diluição dos direitos políticos Quotistas da mesma classe de Quotas que já estejam em Circulação.

- m) **Riscos associados aos Outros Ativos.** Os Outros Ativos, os quais podem compor até 50% (cinquenta por cento) do patrimônio líquido do Fundo, estão sujeitos a oscilações de preços, cotações de mercado e a outros riscos, tais como riscos de crédito, de liquidez ou riscos decorrentes do uso de derivativos, de oscilação de mercados e de precificação de ativos, os quais podem afetar, negativamente, o desempenho do Fundo e o investimento realizado pelos Quotistas.
- n) **Inexistência de rendimento predeterminado.** O valor das Quotas Seniores será apurado de acordo com os critérios definidos no Regulamento. Tal critério tem como finalidade definir qual a parcela do patrimônio líquido, devidamente ajustado, deve ser prioritariamente alocada aos Quotistas Seniores na hipótese de resgate de suas respectivas Quotas e não representa nem deverá ser considerado, sob nenhuma hipótese ou circunstância, como uma promessa ou obrigação, legal ou contratual, da Administradora, do Custodiante, da Cedente, da Supplier, do(s) Distribuidor(es) e/ou de suas respectivas Afiliadas em assegurar tal remuneração aos referidos Quotistas. Independentemente do valor do patrimônio líquido, os Quotistas Seniores não farão *jus*, em nenhuma circunstância, quando do resgate de suas aplicações, a uma remuneração superior ao valor de suas Quotas apurado na forma do Regulamento, o qual representa o limite máximo de remuneração possível para essa classe de Quotas.
- o) **Risco do exercício de poder de veto pelo Quotista titular das Quotas Subordinadas.** A aprovação das matérias definidas no Regulamento dependerá dos titulares da maioria das Quotas Seniores presentes e do voto afirmativo dos titulares da maioria das Quotas Subordinadas.
- p) **Resgate antecipado de Quotas Seniores.** Conforme estabelecido no Regulamento, para reenquadramento da Razão de Garantia e/ou da Alocação Mínima de Investimento, ou, ainda, caso a Cedente decida por descontinuar, temporariamente, os procedimentos de cessão dos Direitos Creditórios ao Fundo, a Administradora poderá proceder ao resgate compulsório antecipado, inteiro ou fracionado, independentemente de realização de Assembléia Geral, de todas as Quotas Seniores em Circulação, concomitantemente e em igualdade de condições, por seu valor apurado na forma estabelecida no Regulamento.
- q) **Risco de descontinuidade do Fundo.** A política de investimento do Fundo, conforme descrita no Regulamento, estabelece que o Fundo deve destinar-se, primordialmente, à aplicação em Direitos Creditórios. Nesse sentido, a continuidade do Fundo pode ser comprometida, independentemente de qualquer expectativa por parte de Quotistas quanto ao tempo de duração de seus investimentos no Fundo, em função da descontinuidade das operações regulares da Cedente, da Supplier, da capacidade da Cedente e/ou da Supplier, nos termos do Contrato de CardMember, originarem Direitos Creditórios Elegíveis para o Fundo e da vontade unilateral da Cedente em continuar a ceder Direitos Creditórios ao Fundo.
- r) **Risco no atraso dos repasses dos recursos de titularidade do Fundo.** A obrigação de a Cedente repassar os valores referentes aos pagamentos dos Direitos Creditórios feitos pelos Titulares, nos termos do Regulamento, inicia-se na data do respectivo recebimento dos valores pela Cedente. Nesse sentido, caso o Titular efetue pagamentos mediante cheque, ou em agentes de correspondente bancário e em agências situadas em locais remotos, os referidos recursos somente encontrar-se-ão disponíveis para transferência pela Cedente ao Fundo no prazo de até 4 (quatro) Dias Úteis.

- s) **Risco da Cedente.** A Cedente, sem prejuízo das penalidades previstas no Contrato de Cessão, pode, a qualquer momento, deixar de ceder Direitos Creditórios ao Fundo. Assim, a existência do Fundo está condicionada à continuidade das operações da Cedente com Direitos Creditórios elegíveis nos termos do Regulamento, uma vez que a Cedente é a originadora exclusiva dos Direitos Creditórios que comporão o Fundo, inclusive em volume suficiente para alcançar a meta de rentabilidade das Quotas Seniores, bem como à vontade unilateral da Cedente em ceder Direitos Creditórios ao Fundo, observada a possibilidade de os Quotistas deliberarem a alteração dos Critérios de Elegibilidade do Regulamento em assembléia geral de Quotistas.
- t) **Risco de pagamentos inferiores ao mínimo estabelecido no Demonstrativo de Pagamento.** Caso o Titular venha a realizar pagamentos inferiores ao valor mínimo estabelecido no Demonstrativo de Pagamento, a Cedente estornará o respectivo crédito em favor do Titular e, portanto, não considerará qualquer valor pago. Nessa hipótese, não haverá repasse de qualquer valor ao Fundo, o que poderá causar efeitos adversos em sua carteira. Ainda, no caso de eventuais repasses de valores que estejam retidos após os Direitos Creditórios a eles vinculados serem considerados como perda, nos termos do item (6.5) do Capítulo VI do Regulamento, tal fato poderá afetar negativamente a carteira do Fundo e, por conseguinte, a valorização das Quotas.
- u) **Conflito de interesses por parte da Cedente.** A Cedente acumula as funções de cedente dos Direitos Creditórios, distribuidora das Quotas e agente responsável pelo recebimento, a coleta, a conciliação e o repasse dos valores de titularidade do Fundo, sendo também a responsável pela guarda dos Documentos Comprobatórios. Nesse sentido, não há garantia que no futuro não venha a existir a possibilidade de conflito de interesses pela Cedente, em razão do acúmulo de funções por ela exercidas, o que poderá causar efeitos adversos ao Fundo e à sua carteira.

### 10.3 RISCOS ASSOCIADOS AOS DIREITOS CREDITÓRIOS

- a) **Risco de crédito.** Os Direitos Creditórios são pagos pelos Titulares quando do vencimento de seus respectivos Demonstrativos de Pagamento, nos termos do Contrato de Cartão de Crédito, inclusive, na hipótese de pagamento parcial do saldo devedor expresso no Demonstrativo de Pagamento, por meio dos procedimentos de financiamento automático conforme definidos no Contrato de Cartão de Crédito. A realização dos Direitos Creditórios depende exclusivamente da solvência dos Titulares e do efetivo pagamento dos valores devidos, inexistindo, portanto, qualquer garantia ou certeza de que o pagamento será efetuado ou, caso o seja, de que será realizado nos prazos e nos valores avençados. No caso dos Direitos Creditórios cedidos com co-obrigação, total ou parcial, dos Estabelecimentos, esses são responsáveis por seu pagamento na hipótese de inadimplemento do Titular nos termos do Contrato de Cartão de Crédito. Tal circunstância, contudo, não assegura que os valores devidos ao Fundo sejam recuperados, total ou parcialmente.
- b) **Inexistência de co-obrigação.** A cessão ao Fundo de Direitos Creditórios será realizada sem direito de regresso ou co-obrigação da Cedente ou qualquer de suas Afiliadas. A Cedente, a Supplier e quaisquer de suas Afiliadas não assumem qualquer responsabilidade pelo pagamento dos Direitos Creditórios cedidos ou pela solvência dos Titulares e de eventuais garantidores dos Direitos Creditórios. Em nenhuma hipótese, a Administradora, o Custodiante e quaisquer de suas respectivas Afiliadas se responsabilizam pelo pagamento dos Direitos Creditórios ou pela solvência dos Titulares e de eventuais garantidores dos Direitos Creditórios.

- c) **Impossibilidade de a Cedente prover o refinanciamento Automático do Saldo Remanescente aos Titulares.** Nos casos de refinanciamento automático do Saldo Remanescente, o Titular poderá vir a atrasar o pagamento de suas obrigações referentes aos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo, caso a Cedente, por qualquer motivo, incluindo a decretação de sua intervenção, liquidação extrajudicial ou regime especial de administração temporária ou evento equivalente, torne-se impedida de oferecer o financiamento automático ao Titular e a Supplier não obtenha recursos no mercado para prover o financiamento do respectivo Saldo Remanescente, na forma estabelecida no Contrato de Cartão de Crédito. Dessa forma, o Titular terá de efetuar o pagamento integral do valor expresso em seu Demonstrativo de Pagamento. A ocorrência do evento identificado neste item poderá afetar negativamente o valor do patrimônio líquido e, conseqüentemente, a solvência do Fundo.
- d) **Modificações ao Contrato de Cartão de Crédito, à Política de Concessão de Crédito e à Política de Cobrança.** A Cedente e a Supplier poderão, unilateralmente, proceder alterações aos termos e às condições do Contrato de CardMember, do Contrato de Cartão de Crédito, da Política de Concessão de Crédito e/ou da Política de Cobrança, sem a necessidade de aprovação prévia da Administradora e/ou dos Quotistas. A Cedente somente informará à Administradora e ao Custodiante qualquer alteração aos documentos após a sua implementação. Assim, dependendo de seu conteúdo e extensão, as modificações a tais documentos poderão causar efeitos adversos aos direitos, garantias e prerrogativas dos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo estabelecidos ao tempo de sua cessão ao Fundo.
- e) **Risco relacionados a Titulares e/ou Estabelecimentos em inadimplência perante à Cedente.** Não há qualquer restrição em o Fundo adquirir Direitos Creditórios de Titulares e/ou provenientes de Estabelecimentos que estejam inadimplentes com suas obrigações perante a Cedente. Nessa hipótese, no caso de pagamentos efetuados por tais Titulares e/ou co-obrigações exercidas pelos Estabelecimentos, conforme o caso, tais recursos serão alocados primeiramente para o pagamento dos gastos inicialmente incorridos, podendo ser, inclusive, aqueles em inadimplência. Assim, nesse sentido, poderá ocorrer atrasos e/ou inadimplências futuras com relação aos Direitos Creditórios que venham a compor a carteira do Fundo, causando efeitos negativos em seu patrimônio líquido.

Não será devido pelo Fundo ou por qualquer Pessoa, incluindo a Cedente, a Supplier, a Administradora, o Custodiante, o(s) Distribuidor(es) e/ou qualquer de suas Afiliadas qualquer multa ou penalidade caso os Quotistas sofram qualquer dano ou prejuízo resultante dos eventos descritos nesta Seção, desde que tais eventos não tenham se dado por má-fé da Cedente, da Supplier, da Administradora, do Custodiante, do(s) Distribuidor(es) e/ou de qualquer de suas Afiliadas.

*Vide Regulamento, Capítulo XII – “Dos Fatores de Risco”.*



(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

## 11. CONFLITOS DE INTERESSE

A Cedente, tendo em vista que acumula funções de cedente dos Direitos Creditórios, distribuidora das Quotas, e agente responsável pelo recebimento, a coleta, a conciliação e o repasse dos valores de titularidade do Fundo, declara que não se encontra em conflito de interesses no exercício de suas funções, e que possui mecanismos apropriados de segregação de suas atividades, assim como independência em suas funções.

A Administradora desempenha o papel de gestora em fundos de investimento nos quais a Cedente atua como agente de colocação. Por sua vez, o Agente de Cobrança presta serviços bancários regulares decorrentes de operações de contas correntes à Cedente, além de atuar como seu agente de compensação na CBLC e como banco liquidante junto à CETIP e ao SELIC. Ademais, o Custodiante realiza serviços de custódia para diversos fundos de investimentos imobiliários administrados pela Cedente, que mantém e movimenta suas contas correntes.”

Na data deste Prospecto, o Custodiante prestava serviços de custódia para os seguintes fundos de investimento administrados pela Administradora: (1) Fundo de Investimento em Direitos Creditórios BGNMAX, fundo de investimento em direitos creditórios inscrito no CNPJ sob o nº 05.429.936/0001-56; (2) Fundo de Investimento em Direitos Creditórios BGNPREMIUM I – Crédito Consignado, fundo de investimento em direitos creditórios inscrito no CNPJ sob o nº 06.332.301/0001-07; (3) Fundo de Investimento em Direitos Creditórios BMC Premium – Veículos, fundo de investimento em direitos creditórios inscrito no CNPJ sob o nº 07.539.484/0001-90; (4) BMG Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – Veículos, fundo de investimento em direitos creditórios inscrito no CNPJ sob o nº 08.505.051/0001-87; (5) Daycoval Veículos Fundo de Investimento em Direitos Creditórios, fundo de investimento em direitos creditórios inscrito no CNPJ sob o nº 09.583.906/0001-50; (6) GP Fundo de Investimento em Direitos Creditórios FCVS, fundo de investimentos em direitos creditórios inscrito no CNPJ sob o nº 07.507.899/0001-82; (7) GP Fundo de Investimento em Direitos Creditórios FCVS 2, fundo de investimentos em direitos creditórios inscrito no CNPJ sob o nº 07.742.454/0001-87; (8) GP AETATIS II Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Imobiliários, fundo de investimentos em direitos creditórios inscrito no CNPJ sob o nº 05.753.599/0001-58; (9) IBI TRUST Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Financeiros, fundo de investimentos em direitos creditórios inscrito no CNPJ sob o nº 07.680.871/0001-42; (10) RB High Income Institucional Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios, fundo de investimentos em direitos creditórios inscrito no CNPJ sob o nº 06.150.839/0001-92; (11) Fundo Supremo - Fundo de Investimentos em Quotas de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios, fundo de investimentos em quotas de fundos de investimento em direitos creditórios inscrito no CNPJ sob o nº 05.433.648/0001-75; (12) UN5 Fundo de Investimento Participações, fundo de investimento inscrito no CNPJ sob o nº 09.248.229/0001-14; (13) BCRE Development Fund I Fundo de Investimento em Participações, fundo de investimento inscrito no CNPJ sob o nº 08.906.928/0001-41; (14) Life Fundo Mutuo de Investimento em Empresas Emergentes, fundo de investimento inscrito no CNPJ sob o nº 05.006.494/0001-35; e (15) Fundo de Investimento em Participações Multisetorial, fundo de investimento inscrito no CNPJ sob o nº 09.068.796/0001-99.

Ademais, o Custodiante presta serviços de escrituração de quotas dos seguintes fundos de investimento, administrados pela Administradora: (1) Fundo de Investimento em Direitos Creditórios BGNMAX, fundo de investimento em direitos creditórios inscrito no CNPJ sob o nº

05.429.936/0001-56; (2) Fundo de Investimento em Direitos Creditórios BGNPREMIUM I – Crédito Consignado, fundo de investimento em direitos creditórios inscrito no CNPJ sob o nº 06.332.301/0001-07; (3) Fundo de Investimento em Direitos Creditórios BMC Premium – Veículos, fundo de investimento em direitos creditórios inscrito no CNPJ sob o nº 07.539.484/0001-90; (4) BMG Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – Veículos, fundo de investimento em direitos creditórios inscrito no CNPJ sob o nº 08.505.051/0001-87; (5) Daycoval Veículos Fundo de Investimento em Direitos Creditórios, fundo de investimento em direitos creditórios inscrito no CNPJ sob o nº 09.583.906/0001-50; (6) GP Fundo de Investimento em Direitos Creditórios FCVS, fundo de investimentos em direitos creditórios inscrito no CNPJ sob o nº 07.507.899/0001-82; (7) GP Fundo de Investimento em Direitos Creditórios FCVS 2, fundo de investimentos em direitos creditórios inscrito no CNPJ sob o nº 07.742.454/0001-87; (8) GP AETATIS II Fundo de Investimento em direitos Creditórios Imobiliários, fundo de investimentos em direitos creditórios inscrito no CNPJ sob o nº 05.753.599/0001-58; (9) IBI TRUST Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Financeiros, fundo de investimentos em direitos creditórios inscrito no CNPJ sob o nº 07.680.871/0001-42; (10) RB High Income Institucional Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios, fundo de investimentos em direitos creditórios inscrito no CNPJ sob o nº 06.150.839/0001-92; (11) Fundo Supremo - Fundo de Investimentos em Quotas de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios, fundo de investimentos em quotas de fundos de investimento em direitos creditórios, inscrito no CNPJ sob o nº 05.433.648/0001-75; (12) UN5 Fundo de Investimento Participações, fundo de investimento inscrito no CNPJ sob o nº 09.248.229/0001-14; (13) BCRE Development Fund I Fundo de Investimento em Participações, fundo de investimento inscrito no CNPJ sob o nº 08.906.928/0001-41; (14) Life Fundo Mutuo de Investimento em Empresas Emergentes, fundo de investimento inscrito no CNPJ sob o nº 05.006.494/0001-35; (15) Fundo de Investimento em Participações Multisetorial, fundo de investimento inscrito no CNPJ sob o nº 09.068.796/0001-99; e (16) Fundo de Investimento Imobiliário - EDIFICIO OURINVEST, fundo de investimento inscrito no CNPJ sob o nº 06.175.262/0001-73.

A Administradora também era, na data deste Prospecto, a instituição responsável pela administração do OURINVEST VEÍCULOS Fundo de Investimento em Direitos Creditórios, fundo de investimento em direitos creditórios inscrito no CNPJ sob o nº 07.296.935/0001-06 e do FII Edifício Ourinvest, inscrito no CNPJ sob o nº 06.175.262/0001-73 . No FII Edifício Ourinvest, a Cedente é apenas locatário do imóvel de propriedade do referido fundo de investimento imobiliário. No Ourinvest Veículos FIDC, a Cedente atua apenas como Gestora, bem como atuou como distribuidor das quotas.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

## **12. UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS**

Os recursos provenientes da emissão das Quotas serão precipuamente utilizados pelo Fundo na aquisição de Direitos Creditórios da Cedente e, conforme o caso, no resgate de Quotas Seniores e de Quotas Subordinadas, sempre observada a ordem de aplicação de recursos definida no Regulamento.

A Cedente, por sua vez, utilizará os recursos obtidos com a cessão dos Direitos Creditórios, no todo ou em parte, na substituição e diversificação de suas fontes de captação de recursos.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

### 13. CEDENTE

*As informações referentes à Cedente, à Supplier e aos seus respectivos mercados de atuação contidos neste Prospecto foram preparadas pela Cedente e são de sua inteira e exclusiva responsabilidade.*

#### 13.1. INTRODUÇÃO

O Grupo Ourinvest atua no mercado brasileiro há mais de 25 anos. Iniciou sua história como uma fundidora, através da Ourinvest Sociedade Brasileira de Metais, empresa do Grupo criada em 1979, possibilitando o surgimento do primeiro instrumento de *Hedge* cambial a ser colocado em prática no Brasil, contribuindo de maneira decisiva na transformação do “metal nobre” em ativo financeiro e institucionalizando o mercado de ouro no país. Em 1984, passou a se chamar Ourinvest Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., atendendo, já na época, grandes investidores e acompanhando a crescente expansão da demanda e complexidade do mercado financeiro.

Com forte atuação no mercado financeiro, em 1989 fundou-se o Banco Ourinvest S.A., operando nas carteiras de investimento, crédito, financiamento e câmbio. Estava então criada a estrutura das atividades do Grupo Ourinvest.

Em 1990, foi fundada a Ourinvest International Corp-Miami, que iniciou as atividades do Grupo no mercado internacional. Diversas operações realizadas em instituições consagradas conferiram ao Grupo uma visão privilegiada do mercado internacional que, nesta época, estava em franca fase de desenvolvimento pela globalização.

Com esta visão do mercado, o Grupo Ourinvest foi a primeira instituição a distribuir *Eurobonds* emitidos por corporações brasileiras. Já com uma sólida participação do mercado e respeitado dentro e fora do Brasil, estruturou através da Ourinvest International e bancos internacionais, os primeiros fundos que utilizavam ativos da dívida nacional, como IDU e DFA. O Grupo também participou da negociação de *Eurobonds* brasileiros.

Em 1999, tendo em vista as oportunidades de mercado e as estratégias de negócios do Grupo, foi criada a Brazilian Mortgages Companhia Hipotecária, primeira companhia hipotecária do mercado brasileiro, responsável pelo lançamento, no mesmo ano, do primeiro fundo imobiliário voltado para o segmento de varejo no Brasil.

Em 2000, a partir da associação do Grupo Ourinvest com o Grupo Rossi, foi fundada a Brazilian Securities. Uma securitizadora independente criada para agregar a expertise do Grupo Ourinvest no mercado de capitais à força e imagem da marca Rossi e sua capacidade de gerar recebíveis.

Em 2001, amplia-se a atuação do Grupo na área internacional por meio da participação no Dartley Bank & Trust (Bahamas), instituição fundada em 1993, com foco nas áreas de *private banking* e estruturação de operações internacionais.

Em 2004, um novo segmento do mercado financeiro é objeto das atividades do Grupo, através da criação da SupplierCard Administradora de Cartões de Crédito S.A., empresa voltada para a estruturação de financiamentos a pessoas jurídicas de pequeno e médio porte, clientes de empresas industriais e comerciais, destinados à aquisição de bens por estas produzidos e/ou comercializados.

Em março de 2005, o Banco Ourinvest lançou seu primeiro fundo de investimento em direitos creditórios, o Ourinvest Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - Veículos.

### 13.2. ESTRUTURA DE CAPITAL E CONTROLADORES

A Cedente é uma instituição financeira, constituída sob a forma de sociedade anônima, sujeita à fiscalização do Bacen. A Cedente é controlada pela Ourinvest Participações S.A., que detém 100,00% (cem por cento) das ações da Cedente.

O capital social da Cedente é de R\$ 27.000.160,00 (vinte e sete milhões, cento e sessenta reais), dividido em 4.656.300 (quatro milhões, seiscentos e cinquenta e seis mil e trezentas) ações nominativas, totalmente subscritas e integralizadas, sem valor nominal, sendo 2.328.150 (dois milhões, trezentos e vinte e oito mil, cento e cinquenta) ordinárias e 2.328.150 (dois milhões, trezentos e vinte e oito mil, cento e cinquenta) preferenciais. O quadro acionário da Cedente apresenta-se distribuído da seguinte forma:

Acionistas	CPF/CNPJ	Qtde Ações ON	% Ações ON	Qtde Ações PN	% Ações PN	Qtde Ações TOTAL	% Ações TOTAL	ENTRADA
Ourinvest Participações S.A.	65.392.771/0001-17	2.328.150	100,00%	2.328.150	100,00%	4.656.300	100,00%	08/02/91
TOTAL.....		2.328.150	100,00%	2.328.150	100,00%	4.656.300	100,00%	

Tabela 11: Acionistas da Cedente.

Fonte: Cedente.

### 13.3. ADMINISTRAÇÃO

A administração da Cedente compete à Diretoria, cujos membros são eleitos pelos acionistas. O Conselho Fiscal só funciona nos exercícios sociais em que é instalado.

A Diretoria é composta por 2 (dois) a 8 (oito) membros, com mandato de 3 (três) anos, podendo ser reeleitos.

O Conselho Fiscal, quando em funcionamento, é composto por 3 a 5 membros efetivos e igual número de suplentes.

### 13.4. EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL E FORMAÇÃO ACADÊMICA DOS DIRETORES E DEMAIS ADMINISTRADORES DA CEDENTE

*David Assine*

Diretor da Ourinvest Participações S.A. desde 1992 e Diretor responsável pelas áreas de administração de recursos de terceiros e de fundos de investimento imobiliário do Banco Ourinvest S.A. desde 1992, participou ativamente na expansão das operações da Cedente e contribuiu significativamente para a implementação do mercado de câmbio flutuante no Brasil. Atuou na Assine Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. de 1978 a 1985 como Sócio Gerente. Graduado em Administração de Empresas pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.



### *Rodolfo Schwarz*

Em outubro de 1979 tornou-se sócio da Ourinvest Sociedade Brasileira de Metais Ltda., ficando responsável pela institucionalização das operações de ouro nos mercados de balcão, pela criação do mercado de bolsa e pela implantação de unidade pioneira de refinaria e fundição de ouro. Ainda, atuou na implantação e direção da área comercial, coordenando todas as filiais da Ourinvest Sociedade Brasileira de Metais Ltda no Brasil. Sócio desde junho de 1991 e Diretor desde 1992 da Ourinvest Participações S.A., Rodolfo Schwarz participou de sua criação, de suas subsidiárias e coligadas, inclusive no exterior, atualmente “holding” do grupo. De setembro de 1999 a dezembro de 2002 foi Diretor responsável pelo desenvolvimento de novos projetos e pelas áreas comercial e de marketing da Brazilian Mortgages Companhia Hipotecária, destacando-se na criação de “Fundos Imobiliários” e securitização de recebíveis imobiliários. Graduado pela Faculdade de Engenharia de São Paulo.

### *Ralph Ezra Bigio*

Diretor responsável pela área financeira e interbancária, gerenciamento e controle de risco e liquidez do Banco Ourinvest S.A. desde 1991, Ralph Ezra Bigio desde 2003 atua na Companhia Ourinvest Securitizadora de Créditos Financeiros. Foi Gerente do Banco Safra S.A. de 1977 a 1980, Superintendente do Banco Icohp de Investimento S.A. de 1980 a 1988 e Diretor da Ourinvest Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. de 1988 a 1991. Graduado em Ciências Econômicas pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

### *Bruce Thomas Philips*

De 1982 a 1986 foi Relationship Officer do Banco Chase Manhattan S.A., desenvolvendo trabalhos de relacionamento com clientes institucionais e corporações multinacionais. De 1986 a 1989 foi Officer em Capital Markets responsável pelo desenvolvimento do departamento de Mercado de Capitais do Banco de Boston S.A. De 1989 a 1996 foi Sócio e Gerente da Eitsa Serviços de Consultoria Ltda., responsável pela negociação de títulos da dívida brasileira, pela estruturação de operações de “Corporate Finance” envolvendo fluxo financeiro entre o Brasil e outros países, pelo desenvolvimento da área de relacionamento inter-bancário da empresa objetivando a aprovação de limites de crédito junto a outras instituições financeiras. Originou e distribuiu a primeira emissão de Eurobonus de companhias brasileiras após a moratória de 1982.

Diretor do Banco Ourinvest S.A. desde 1996, Bruce Thomas Philips ficou responsável pela estruturação e coordenação do primeiro investimento em privatização do Banco no Brasil. Bacharel em Administração com especialização em Finanças pelo Rider College, Lawrnwncville, New Jersey, EUA

### *José Carlos Leme da Silva*

Diretor responsável pelas carteiras de câmbio, carteiras de investimento e prevenção à lavagem de dinheiro do Banco Ourinvest S.A. desde 1991, José Carlos Leme da Silva foi Chefe de Departamento de Renda Fixa na Socopa – Sociedade Corretora Paulista S.A. de 1966 a 1973. Entre 1973 e 1977 atuou como Gerente de Renda Fixa da Baluarte Corretora de Valores. Ainda, foi Chefe de Renda Fixa da Telles Almeida Santos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda de 1977 a 1979. Foi acionista, Gerente e Diretor da Kromo Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. e do Banco Kromo S.A. de 1979 a 1991.

Exerceu diversos cargos e ocupou várias funções, desde operador de mercado até superintendente regional de São Paulo de 1971 a 1984. Atuou como Diretor do Banco Iochpe de Investimento S.A. de 1984 a 1989, responsável pela Diretoria de Contencioso em nível nacional e pela área de Operações Ativas em nível nacional. Foi Diretor do Banco Planibanc S.A. de 1989 a 1990 responsável pelas áreas de Risco, Revisão de Risco e Auditoria e Diretor Regional São Paulo do Banco Arbi S.A. de 1990 a 1994 responsável pela coordenação de equipe voltada à área de financiamentos no Estado de São Paulo. Desde 1994 é o Diretor responsável pelas áreas administrativa, contábil e de crédito do Banco Ourinvest S.A. Graduado em Ciências Econômicas pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

### **13.5. ACORDO DE ACIONISTAS**

Não há qualquer acordo de acionistas.

### **13.6. DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES DA CEDENTE**

A Cedente possui autorização para operar com carteiras de Crédito, Financiamento e Investimento e de Investimento, tendo como principais atividades, as seguintes:

- Administração de Recursos Próprios;
- Administração e Colocação de Fundos de Investimento Imobiliário;
- Gestão e Colocação de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios;
- Distribuição de Títulos e Valores Mobiliários;
- Operações de Crédito Direto ao Consumidor, Crédito Pessoal e outros Financiamentos;
- Captação de Recursos (CDB); e
- Operações de Câmbio e Ouro.

### **13.7. AMBIENTE REGULATÓRIO**

#### **13.7.1. Organização do Sistema Financeiro Nacional**

O Sistema Financeiro Nacional é composto por um conjunto de instituições financeiras públicas e privadas, tendo como órgão máximo normativo o CMN.

A sua estrutura contempla um conjunto de instituições financeiras e instrumentos financeiros que visam, em última análise, transferir recursos entre os agentes econômicos (pessoas, empresas, governo).

Tal estrutura organizacional foi delineada pela Lei da Reforma Bancária de 1964, Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, a qual foi responsável pela disciplina da atividade exercida pelas instituições monetárias, bancárias e creditícias. Nos termos da referida Lei, integram o Sistema Financeiro Nacional: (a) o CMN; (b) o Banco Central; (c) Banco do Brasil; (d) Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES; e (e) as demais instituições financeiras públicas e privadas. O arcabouço regulatório base para a estruturação do Sistema Financeiro Nacional foi completado com a edição das Leis nº 4.728, de 14 de julho de 1965, e 6.385, de 7 de dezembro de 1976, que regulamentaram especificamente o mercado de capitais brasileiro.

Segundo o modelo organizacional que rege o Sistema Financeiro Nacional, a constituição e o funcionamento das instituições financeiras assemelhadas que atuam no âmbito dos mercados financeiro e de capitais dependem da prévia autorização do Banco Central. Além disso, o exercício das atividades que caracterizam cada instituição está sujeito à regulamentação específica e a uma rigorosa fiscalização por agentes reguladores, com atuação e foco também específicos.

#### *Agentes de Regulação e Fiscalização*

A responsabilidade pela regulação e fiscalização das atividades exercidas no âmbito dos mercados financeiro e de capitais brasileiros, bem como de seus participantes, cabe aos agentes reguladores criados pela Lei nº 4.595/64, quais sejam, o CMN, o Banco Central e a CVM. Cada um desses agentes tem competência específica, conforme atribuída pela referida Lei.

#### *CMN*

Órgão colegiado criado com a finalidade de formular políticas macros aplicadas ao mercado financeiro. Como órgão normativo, por excelência, não lhe cabem funções executivas, cabendo-lhe expedir diretrizes gerais para o bom funcionamento do Sistema Financeiro Nacional. O CMN é responsável pela fixação e coordenação das diretrizes das políticas monetária, creditícia e cambial do País. Pelo envolvimento destas políticas no cenário econômico nacional, o CMN acaba transformando-se num conselho de política econômica.

#### *Banco Central*

O Banco Central é a entidade criada para atuar como órgão executivo central do sistema financeiro, cabendo-lhe a responsabilidade de cumprir e fazer cumprir as disposições que regulam o funcionamento do sistema e as normas expedidas pelo CMN.

Dentre outras, é sua responsabilidade implementar as políticas monetárias e de crédito estabelecidas pelo CMN, regular os mercados de câmbio e o fluxo de investimento estrangeiro no Brasil, autorizar o ingresso de novas instituições financeiras no mercado e fiscalizar a forma de atuação das instituições financeiras.

#### *CVM*

Autoridade federal, também vinculada ao Ministério da Fazenda, dedica-se à regulamentação e fiscalização do mercado de capitais e seus agentes. Mesmo as instituições financeiras e demais instituições que operam sob a égide do Banco Central estão subordinadas à ação da CVM quando conduzindo negócios no âmbito do mercado de capitais.

No exercício de suas funções, a CVM é competente para, visando o bom funcionamento do mercado de capitais e a prevenção ou correção de eventuais irregularidades: (a) aprovar, suspender ou cancelar registros; (b) aprovar, suspender ou cancelar ofertas públicas de valores mobiliários; (c) supervisionar as atividades das companhias abertas, bolsas de valores e de mercadorias e futuros, membros do sistema de distribuição de valores mobiliários; (d) divulgar informações ou recomendações a fim de prestar esclarecimentos ou orientar participantes do mercado; (e) divulgar informações ou recomendações a fim de prestar esclarecimentos ou orientar participantes do mercado; e (f) proibir os participantes do mercado, sob cominação de multa, de praticarem atos considerados prejudiciais ao funcionamento regular do mercado e aos investidores.

### 13.7.2. Instituições Financeiras

A legislação brasileira define como ou equipara a instituições financeiras aquelas que atuam, essencialmente, na captação, intermediação e aplicação de recursos financeiros próprios ou de terceiros, ou seja, atividades tipicamente relacionadas à intermediação de crédito. Neste conceito estão incluídos os bancos, as caixas econômicas, as sociedades de crédito, financiamento e investimento, bem como as demais entidades autorizadas a operar pelo Banco Central, tais como as corretoras e distribuidoras de títulos e valores mobiliários e as sociedades de arrendamento mercantil.

Tais instituições estão sujeitas a um regime regulatório específico e à fiscalização por parte do Banco Central, que incluem, dentre outros, exigências mínimas de capital para estabelecimento ou transferência de matrizes ou filiais (no Brasil ou no exterior), autorização para mudança no controle societário, exigência de apresentação de demonstrações financeiras anuais e semestrais auditadas e trimestralmente revisadas, bem como demonstrações financeiras não auditadas mensais, além de acesso a informações referentes a operações de crédito e câmbio, operações de importação e exportação e outras atividades econômicas.

Adicionalmente, a estrutura regulatória do Sistema Financeiro Nacional impõe regras específicas a cada espécie de instituição participante de acordo com a atividade que desempenha, estabelecendo restrições e limites operacionais proporcionais à amplitude e ao risco que as respectivas atividades representam para o mercado financeiro como um todo.

O mercado financeiro no Brasil representa um importante segmento de atividade econômica. Os dez maiores bancos privados em operação no Brasil, em junho de 2006, apresentavam ativos totais que somavam mais de R\$ 824 bilhões, classificados em ordem decrescente conforme verificado na tabela abaixo:

Em mil reais (R\$)

<b>Instituições</b>	<b>Ativo Total</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>Lucro Líquido</b>	<b>Depósito Total</b>	<b>Nº de Agências</b>	<b>Índice da Basileia</b>
BRADESCO	187.663.049	21.643.157	3.133.830	78.574.973	3.006	18,67%
ITAÚ	166.225.579	20.099.623	3.554.173	53.930.003	2.348	16,06%
UNIBANCO	92.453.146	9.927.819	1.085.668	40.853.651	939	15,01%
SANTANDER	85.944.524	7.256.339	446.993	30.486.667	1.032	13,61%
ABN AMRO	86.524.952	9.596.839	512.088	49.338.941	1.088	14,42%
SAFRA	56.595.243	4.187.324	349.017	9.694.398	99	12,51%
HSBC	51.316.786	3.740.848	446.202	32.240.372	932	13,96%
VOTORANTIM	51.156.221	4.795.956	476.766	21.723.833	6	15,72%
CITIBANK	24.113.664	2.996.474	-254.038	4.163.498	76	14,21%
BANKBOSTON	22.013.496	2.259.661	-31.258	6.063.939	71	25,65%

Tabela 12: *Ranking* das Instituições Financeiras.

Fonte: Banco Central.

### 13.7.3 Participantes do Sistema Financeiro Nacional

Segue a seguir uma breve descrição das principais modalidades de instituições financeiras e instituições equiparadas que atuam no mercado financeiro brasileiro.

### *Bancos Comerciais*

São aqueles que essencialmente conduzem as operações tradicionais do mercado financeiro, como a abertura de contas de depósito à vista e a prazo e a concessão de empréstimos pessoais e para capital de giro. Um segmento muito presente na atuação dos bancos comerciais é a concessão de crédito para financiamento de bens de consumo, como eletrodomésticos e veículos. Uma modalidade de operação bastante praticada pelos bancos comerciais é o crédito direto ao consumidor.

### *Bancos de Investimento*

No mercado brasileiro, os bancos de investimento têm sua atuação voltada principalmente para o mercado de capitais e para a estruturação de operações para seus clientes, como ocorre nas aquisições de empresas e participações societárias.

Muitos bancos de investimento, além dessas atividades, têm uma atuação importante no segmento de administração de recursos de terceiros, que incluem sua base de clientes individuais (detentores de grandes somas de recursos), clientes corporativos e investidores institucionais, como por exemplo as entidades de previdência privada.

### *Bancos Múltiplos*

Os bancos múltiplos foram criados em 21 de setembro de 1988, pela Resolução CMN nº 1.524, e são regulados atualmente pelo regulamento anexo à Resolução CMN nº 2.099, de 17 de agosto de 1994. Os bancos múltiplos podem ser definidos como instituições financeiras autorizadas a operar com, no mínimo, duas das seguintes carteiras, sendo uma delas obrigatoriamente comercial ou de investimento: (a) comercial; (b) investimento e/ou desenvolvimento (a última exclusiva de bancos públicos); (c) de crédito imobiliário; (d) de crédito, financiamento e investimento; e (e) arrendamento mercantil.

Desta maneira, um banco múltiplo, titular de carteira de arrendamento mercantil, está autorizado a conduzir operações de *leasing* da mesma forma que o fazem as sociedades de arrendamento mercantil. De forma a mitigar o risco que tais instituições carregam ao realizar diferentes espécies de operações, os bancos múltiplos são obrigados a cumprir com limites operacionais para cada carteira que operam.

### *Sociedades de Crédito, Financiamento e Investimento*

As sociedades de crédito, financiamento e investimento são instituições financeiras privadas que têm como objetivo principal a concessão de financiamentos por meio de operações de CDC. As referidas instituições não podem manter contas correntes, tendo como o seu principal instrumento de captação de recursos a letra de câmbio, que consiste em uma ordem de pagamento à vista ou a prazo.

### *Sociedades de Arrendamento Mercantil*

As sociedades de arrendamento mercantil são equiparadas às instituições financeiras, uma vez que praticam uma modalidade específica de atividade creditícia, o arrendamento mercantil. Tais espécies de instituições financeiras foram reguladas pela Lei nº 6.099, que além de dispor sobre os aspectos tributários do *leasing*, também lhes atribuiu algumas definições.

O arrendamento mercantil, ou *leasing*, pode ser definido como a operação realizada por uma empresa arrendadora, constituída e atuante sob a fiscalização do Banco Central, que tem por objeto o arrendamento de bens móveis e imóveis, adquiridos junto a terceiros, para fins de uso próprio do cliente.

#### *Outros Participantes*

Existem, ainda, uma série de outras espécies de instituições financeiras, tais como as sociedades corretoras de valores mobiliários e as sociedades distribuidoras de valores mobiliários e as corretoras de valores, atuando no mercado financeiro e no mercado de capitais em segmentos específicos.

### **13.8. PRINCIPAIS PENDÊNCIAS JUDICIAIS E ADMINISTRATIVAS**

#### **13.8.1. Cíveis**

O exame dos processos judiciais de natureza cível envolvendo a Cedente foi realizado com base no relatório de processos fornecido pelos advogados externos dela (escritório Duarte Garcia, Caselli, Guimarães), assim como nas certidões dos distribuidores cíveis da Comarca da sede da Ourinvest (ações cíveis, recuperações judiciais e falência) e certidões dos 10 (dez) Cartórios de Protesto da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

Todas as certidões apresentadas eram negativas, exceto a certidão do Distribuidor Cível, a qual apontava a existência de 16 (dezesseis) ações em que a Cedente era ré. Com relação a essas, a Cedente forneceu certidões de inteiro teor.

Nenhuma das ações analisadas apresentava valor ou objeto relevante que pudessem comprometer a operação que se pretende implementar, sendo considerado, para os fins ora propostos, valor relevante o valor mínimo de R\$ 100.000,00 (cem mil Reais).

#### **13.8.2 Tributárias**

Da análise dos 15 (quinze) processos tributários dos quais foi dado conhecimento, apenas os débitos de CSL, PIS, IRPJ e COFINS compensados com créditos de PIS oriundos de decisão transitada em julgado na apelação nº 94.03.015660-0 (processo originário - Ação Ordinária nº 91.0686002-8), podem representar uma contingência e possível desembolso por parte da Cedente nos próximos 5 (cinco) a 10 (dez) anos.

Os referidos débitos são atualmente objeto de processos administrativos que aguardam julgamento de Recurso interposto pela Cedente no Conselho de Contribuintes (2ª Instância Administrativa).

O valor total histórico autuado soma R\$ 2.458.392,16 e não há provisão.

#### **13.8.3. Trabalhistas**

Foram disponibilizados os seguintes documentos: (i) certidão de distribuição da Justiça do Trabalho da 2ª Região em nome da Cedente; e (ii) relatório dos advogados que cuidam dos processos.

A certidão de distribuição aponta a existência de apenas três processos, sendo que em dois deles não houve condenação alguma para a Cedente, não envolvendo risco para a operação: (i) no primeiro, foi reconhecida a prescrição do direito do ex-empregado e que aguarda julgamento do Tribunal Regional do Trabalho; e (ii) no outro, movido pelo Sindicato dos Bancários para que não fosse mais recolhida a contribuição sindical, foi extinto sem julgamento de mérito, pela vara de origem, e aguarda julgamento no Tribunal Regional do Trabalho.

O terceiro processo foi julgado de forma favorável para o ex-empregado que já está em fase de liquidação. Nesse, o reclamante apresentou cálculos de liquidação no valor de R\$ 63.300,00 (sessenta e três mil e trezentos reais), em maio de 2005, sendo que a Cedente já depositou tal valor em juízo.

### 13.9. INFORMAÇÕES FINANCEIRAS SELECIONADAS E ÍNDICES FINANCEIROS

#### 13.9.1 BALANÇO PATRIMONIAL

A tabela a seguir apresenta o balanço patrimonial referente aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2008, 2007 e 2006, bem como aos trimestres encerrados em 30 de junho de 2009 e 2008.

	Exercício Encerrado em 31 de dezembro de			(em milhares de reais) Trimestre Encerrado em 30 de junho de	
	2008	2007	2006	2009	2008
<b>ATIVO</b>					
<b>CIRCULANTE</b>	<b>94,175</b>	<b>63,716</b>	<b>94,473</b>	<b>116,116</b>	<b>75,560</b>
DISPONIBILIDADES	880	1,860	1,483	625	1,039
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ	28,427	15,381	26,939	71,163	18,572
Aplicações em Operações Compromissadas	24,404	9,903	18,711	67,899	17,998
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	0	3,610	8,057	0	0
Aplicações em Moedas Estrangeiras	4,023	1,868	171	3,264	574
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS	6,621	19,491	24,376	15,562	7,757
Carteira Própria	4,339	9,713	18,829	11,778	4,078
Instrumentos Financeiros Derivativos	2,282	1,580	767	968	3,679
Vinculados à Prestação de Garantias	0	8,198	4,780	2,816	0
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	48,851	25,380	40,041	23,724	42,226
Setor Privado	51,065	27,536	41,007	26,909	44,033
(-) Provisão para Créditos em Liquidação	-2,214	-2,156	-966	-3,185	-1,807
OUTROS CRÉDITOS	9,100	1,597	1,625	4,415	5,915
Carteira de Câmbio	0	0	0	0	160
Rendas a Receber	1,223	661	529	1,234	786
Negociação e Intermediação de Valores	1,865	267	273	623	2,203
Diversos	6,012	669	1,263	2,558	2,766
Adiantamento Salarial	57	45	62	265	181
Cheques a Receber	0	53	1	0	0
Devedores por Compra de Valores e Bens	0	0	440	0	0
Créditos Tributários de Impostos e Contribuições	0	0	0	0	7
Imposto de Renda a Compensar	5,257	532	221	68	1,561
Pagamentos a Ressarcir	696	39	82	686	421
Devedores Diversos no País	2	0	457	1,539	596
(-) Provisão para Outros Créditos	0	0	-440	0	0
OUTROS VALORES E BENS	296	7	9	627	51
Despesas Antecipadas	296	7	9	627	51
<b>REALIZÁVEL A LONGO PRAZO</b>	<b>3,003</b>	<b>3,638</b>	<b>784</b>	<b>988</b>	<b>6,583</b>
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS	2,882	3,438	93	6	6,461
Carteira Própria	604	3,398	0	0	3,109

Instrumentos Financeiros Derivativos	50	40	93	6	51
Vinculados à Prestação de Garantias	2,228	0	0	0	3,301
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0	82	575	0	3
Setor Privado	0	91	584	0	3
(-) Provisão para Créditos em Liquidação	0	-9	-9	0	0
OUTROS CRÉDITOS	121	118	116	982	119
Diversos	121	118	116	982	119
Devedores por Compra de Valores e Bens	0	0	0	861	0
Devedores para Depósitos em Garantia	121	118	116	121	119
<b>PERMANENTE</b>	<b>12,326</b>	<b>7,793</b>	<b>945</b>	<b>15,089</b>	<b>9,677</b>
INVESTIMENTOS	11,679	7,131	272	14,471	9,003
Participação em Coligadas e Controladas	11,158	6,628	0	14,335	8,446
Títulos Patrimoniais	0	0	0	0	407
Ações e Cotas	0	0	0	124	138
Outros Investimentos	521	503	272	12	12
IMOBILIZADO DE USO	501	475	536	495	501
Outras Imobilizações de Uso	1,310	1,149	1,096	1,375	1,240
(-) Depreciações Acumuladas	-809	-674	-560	-880	-739
DIFERIDO	146	187	137	116	173
GASTOS COM AQUISIÇÃO DE SISTEMAS	648	623	528	648	643
(-) Amortizações Acumuladas	-502	-436	-391	-532	-470
INTANGÍVEL	0	0	0	7	0
Gastos com Aquisição de Sistemas	0	0	0	8	0
(-) Amortizações Acumuladas	0	0	0	-1	0
<b>TOTAL ATIVO</b>	<b>109,504</b>	<b>75,147</b>	<b>96,202</b>	<b>132,193</b>	<b>91,820</b>



	Exercício Encerrado em 31 de			(em milhares de reais)	
	dezembro de			Trimestre Encerrado	
	2008	2007	2006	em 30 de junho de	
				2009	2008
<b>PASSIVO</b>					
<b>CIRCULANTE</b>	<b>40,209</b>	<b>23,535</b>	<b>12,956</b>	<b>45,122</b>	<b>27,772</b>
DEPÓSITOS	9,687	7,081	5,303	20,409	6,252
Depósitos a Prazo	9,597	6,820	5,080	20,044	4,058
Outros Depósitos	90	261	223	365	2,194
Depósitos para Investimentos	90	261	223	365	2,194
Recursos em Trânsito de Terceiros	0	0	0	0	160
Ordens Pagtos em Moedas Extranheiras	0	0	0	0	160
Instrumentos Financeiros Derivativos	63	3	245	1,305	50
RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS	0	12	0	0	0
Recursos em Transito de Terceiro	0	12	0	0	0
<b>OUTRAS OBRIGAÇÕES</b>	<b>30,459</b>	<b>16,439</b>	<b>7,408</b>	<b>23,408</b>	<b>21,310</b>
Cobrança e Arrecadação de Tributos	72	16	15	8	53
Sociais e Estatutárias	472	740	175	0	0
Carteira de Câmbio	0	0	0	0	160
Fiscais e Previdenciárias	7,275	1,353	392	1,109	2,528
Negociação e Intermediação de Valores	20,451	12,793	5,036	17,682	16,342
Diversos	2,189	1,537	1,790	4,609	2,227
Obrigação por Aquisição de Bens e Direitos	14	28	1	17	44
Provisão para Pagamentos a Efetuar	554	464	630	846	650
Subscrições de Capital a Integralizar	0	0	0	422	0
Credores Diversos – País	1,621	1,045	1,159	3,324	1,533
<b>EXIGÍVEL A LONGO PRAZO</b>	<b>20,792</b>	<b>1,337</b>	<b>30,560</b>	<b>45,883</b>	<b>16,216</b>
DEPÓSITOS	19,782	1,218	30,427	45,306	16,087
Depósitos a Prazo	19,782	1,218	30,427	45,306	16,087
INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS	9	1	17	1	10
<b>OUTRAS OBRIGAÇÕES</b>	<b>1,001</b>	<b>118</b>	<b>116</b>	<b>576</b>	<b>119</b>
Diversos	1,001	118	116	576	119
Obrigação por aquisição Bens e Direitos	5	0	0	0	0
Provisão para Passivos Contingentes	573	118	116	576	119
Subscrições de Capital a Integralizar	423	0	0	0	0
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>48,503</b>	<b>50,275</b>	<b>52,686</b>	<b>41,188</b>	<b>47,832</b>
<b>CAPITAL SOCIAL</b>	<b>27,000</b>	<b>27,000</b>	<b>27,000</b>	<b>27,000</b>	<b>27,000</b>
De Domiciliados no País	27,000	27,000	27,000	27,000	27,000
<b>RESERVAS DE CAPITAL</b>	<b>344</b>	<b>187</b>	<b>133</b>	<b>0</b>	<b>302</b>
<b>RESERVAS DE LUCROS</b>	<b>21,159</b>	<b>1,268</b>	<b>1,141</b>	<b>17,558</b>	<b>1,441</b>
AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	0	1	1	1	4
LUCROS / (PREJUÍZOS) ACUMULADOS	0	21,819	24,411	-3,371	19,085
<b>TOTAL PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>109,504</b>	<b>75,147</b>	<b>96,202</b>	<b>132,193</b>	<b>91,820</b>

Tabela 13: Balanço Patrimonial da Cedente.

Fonte: Balanço Patrimonial disponibilizado pela Cedente.

As informações financeiras contidas nesta Seção, relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 dezembro de 2006, 2007 e 2008, bem como ao trimestre encerrado em 30 de junho de 2008 foram extraídas das demonstrações financeiras da sociedade, as quais foram auditadas pela Veneziani Auditores Independentes. As informações financeiras contidas nesta Seção, relativas ao trimestre 30 de junho de 2009 foram extraídas das demonstrações financeiras da sociedade, as quais foram auditadas pela KPMG Auditores Independentes.

### 13.9.2 DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

A tabela a seguir apresenta as demonstrações do resultado referentes aos exercícios sociais encerrados em 2008, 2007 e 2006, bem como aos trimestres encerrados em 30 de junho de 2009 e 2008.

(em milhares de reais - exceto o lucro líquido por lote de mil ações)

	Exercício Encerrado em 31 de dezembro de			Trimestre Encerrado em 30 de junho de	
	2008	2007	2006	2009	2008
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	28,320	22,806	27,022	4,870	9,561
Operações de Crédito	15,559	9,650	13,057	3,210	3,205
Resultado de Oper.c/Titls.e Valrs.Mobiliários	6,389	9,875	12,341	2,774	3,572
Resultado de Oper.c/ Instrum. Financ. Derivativos	4,131	1,849	1,535	-1,620	1,918
Reversão de Provisões Operacionais	1,408	970	0	0	866
Resultado de Operações de Câmbio	833	0	89	506	0
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	-3,948	-4,528	-3,259	-3,605	-1,309
Operações de Captação no Mercado	-2,518	-2,349	-2,809	-1,694	-721
Operações de Empréstimos e Repasses	0	-3	-36	0	0
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-1,430	-2,156	-414	-971	-545
Resultado de Operações de Câmbio	0	-20	0	-940	-43
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	24,372	18,278	23,763	1,265	8,252
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS	-23,735	-20,516	-22,354	-7,035	-10,717
Receitas de Prestação de Serviços	14,941	10,574	7,323	8,899	5,086
Despesas de Pessoal	-9,155	-8,687	-10,782	-5,169	-3,882
Outras Despesas Administrativas	-19,691	-18,819	-17,765	-11,921	-8,514
Despesas Tributárias	-3,660	-2,427	-2,089	-1,502	-1,411
Resultado de Participações Societárias	305	462	0	1,227	-782
Outras Receitas Operacionais	1,336	1,105	1,504	2,742	576
Outras Despesas Operacionais	-7,811	-2,724	-545	-1,311	-1,790
RESULTADO OPERACIONAL	637	-2,238	1,409	-5,770	-2,465
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	13,613	6,993	1,615	2,609	7,690
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	14,250	4,755	3,024	-3,161	5,225
IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES	-6,433	-1,451	-342	-210	-2,393
Imposto de Renda	-4,174	-1,058	-245	-100	-1,627
Contribuição Social	-2,259	-393	-97	-110	-766
PARTICIPAÇÕES ESTATUTÁRIAS NO LUCRO	-740	-307	-350	0	0
LUCRO / ( PREJUÍZO ) LÍQUIDO	7,077	2,997	2,332	-3,371	2,832
JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO	2,976	2,600	0	0	1673
QUANTIDADE DE AÇÕES: 4.656.300 LUCRO POR AÇÃO - R\$	1.52	0.91	0.50	-0.72	0.97

Tabela 14: Demonstrações Financeiras da Cedente.

Fonte: Balanço Patrimonial disponibilizado pela Cedente.

As informações financeiras contidas nesta Seção, relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 dezembro de 2006, 2007 e 2008, bem como ao trimestre encerrado em 30 de junho de 2008 foram extraídas das demonstrações financeiras da sociedade, as quais foram auditadas pela Veneziani Auditores Independentes. As informações financeiras contidas nesta Seção, relativas ao trimestre 30 de junho de 2009 foram extraídas das demonstrações financeiras da sociedade, as quais foram auditadas pela KPMG Auditores Independentes.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

## **14. SUPPLIER**

*As informações referentes à Cedente, à Supplier e aos seus respectivos mercados de atuação contidos neste Prospecto foram preparadas pela Cedente e são de sua inteira e exclusiva responsabilidade.*

### **14.1 INTRODUÇÃO**

A Supplier é uma Administradora de Cartões de Crédito que atua no nicho de negócios corporativos gerando produtos de meios de pagamento para grandes fornecedores. A empresa foi constituída em 2004 como uma sociedade anônima por então executivos de um grande banco de varejo em sociedade com o Grupo Ourinvest.

### **14.2 ESTRUTURA DE CAPITAL E CONTROLADORES**

O capital social da Supplier é de R\$ 4.000.000,00 (quatro milhões de reais), dividido em 4.000.000 (quatro milhões) de ações ordinárias, nominativas, no valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada.

A Ourinvest Participações S.A. subscreveu 3.399.998 (três milhões, trezentas e noventa e nove mil, novecentas e noventa e oito) ações ordinárias nominativas, no valor de R\$ 3.399.998,00 (três milhões trezentos e noventa e nove mil, novecentos e noventa e oito reais), tendo integralizado o valor de R\$ 339.998,00 (trezentos e trinta e nove mil, novecentos e noventa e oito reais) e tendo um saldo a integralizar de R\$ 3.060.000,00 (três milhões e sessenta mil reais).

A Supplier Negócios de Varejo Ltda. subscreveu 599.999 (quinhentas e noventa e nove mil, novecentas e noventa e nove) ações ordinárias nominativas, no valor de R\$ 599.999,00 (quinhentos e noventa e nove mil, novecentos e noventa e nove reais), tendo integralizado o valor de R\$ 59.999,00 (cinquenta e nove mil, novecentos e noventa e nove reais) e tendo um saldo a integralizar de R\$ 540.000,00 (quinhentos e quarenta mil reais).

David Assine subscreveu e integralizou 01 (uma) ação ordinária nominativa, no valor de R\$ 1,00 (um real).

Ralph Ezra Bigio subscreveu e integralizou 01 (uma) ação ordinária nominativa, no valor de R\$ 1,00 (um real).

Mauro Wulkan subscreveu e integralizou 01 (uma) ação ordinária nominativa, no valor de R\$ 1,00 (um real).

### **14.3 ADMINISTRAÇÃO**

A administração da Supplier compete ao Conselho de Administração e à Diretoria. O Conselho Fiscal apenas funciona nos exercícios sociais em que é instalado.

O Conselho de Administração será composto por 3 (três) membros, com mandato de 3 (três) anos, podendo ser reeleitos.

A Diretoria será composta por no mínimo 2 (dois) membros, com mandato de 2 (dois) anos, podendo ser reeleitos.

O Conselho Fiscal, quando em funcionamento, será composto por 3 (três) a 5 (cinco) membros efetivos e igual número de suplentes.

#### **14.4 EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL E FORMAÇÃO ACADÊMICA DOS DIRETORES E DEMAIS ADMINISTRADORES DA SUPPLIER**

##### *Eduardo Wagner*

Sócio-fundador da Supplier, Eduardo Wagner foi Diretor Comercial *Corporate* e Diretor de Produtos da Fininvest, empresa do Grupo Unibanco. Foi também sócio-fundador da Cred/1 Serviços Financeiros. Graduado pela Fundação Getúlio Vargas e com MBA pela Wharton School da Universidade da Pensilvânia (1993).

##### *Mauro Wulkan*

Sócio-fundador da Supplier, Mauro Wulkan, profissional especializado em finanças pela Fundação Getúlio Vargas, foi Diretor Geral da Fininvest. Em parceria com Eduardo Wagner, foi também sócio-fundador da Créd/1 Serviços Financeiros, empresa que, em 2000, foi adquirida pelo Grupo Unibanco.

#### **14.5 DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES DA SUPPLIER**

A Supplier tem por objeto social (i) atuar como emissora e administradora de cartão de crédito e de outros tipos ou modalidades, além da prática de atividades correlatas, inclusive em regime de consórcio; (ii) realizar operações e prestar serviços não vedados às emissoras e/ou administradoras de cartões de crédito, tais como, mas não unicamente, atuar como mandatária de seus clientes, prestando-lhes aval ou fiança junto a instituições financeiras; (iii) prestação e administração de serviços de crediário, recebimento e recuperação de títulos, carnês e afins; (iv) realização de pagamentos, como mandatária, por conta e ordem de seus clientes, com recursos oriundos da prestação dos serviços descritos no subitem “iii” deste item; (v) receber importâncias como mandatária, por conta e ordem de seus clientes; (vi) análise de crédito e cadastro, intermediação e encaminhamento de pedidos de financiamento; (vii) atuar, na qualidade de mandatária, por conta e ordem de seus clientes, na contratação e administração de pagamento de empréstimos obtidos junto a instituições financeiras; (viii) compra e venda de Direitos Creditórios próprios e de terceiros; e (ix) participação em outras sociedades, na qualidade de quotista ou acionista.

## **15. ADMINISTRADORA**

### **15.1. HISTÓRICO**

Em maio de 1991, a Oliveira Trust DTVM S.A. foi adquirida pelos atuais controladores, com objetivo específico de dar continuidade aos 22 anos de trabalho dedicados ao mercado de capitais, em especial ao mercado primário e secundário de valores mobiliários.

A evolução da Administradora levou à prestação de outros serviços ligados a esta atividade, destacando-se o de agente fiduciário, *trustee* em operações estruturadas de securitização de recebíveis, administrador de fundos de investimento e consultor na estruturação e reestruturação de emissões de debêntures, totalizando 226 contratos de prestação de serviços, dentre os quais 120 estão ativos.

### **15.2. ESTRUTURA E ADMINISTRAÇÃO**

A Administradora é administrada diretamente por seus controladores, quais sejam: Mauro Sergio de Oliveira, Cesar Reinaldo Leal Pinto e José Alexandre Costa de Freitas, os quais fazem parte da equipe permanente de 25 profissionais, dedicados às atividades de agente fiduciário, *trustee* em operações de securitização de recebíveis e administrador de fundos de investimento em condomínio aberto ou fechado, notadamente fundos imobiliários e fundos de investimento em direitos creditórios.

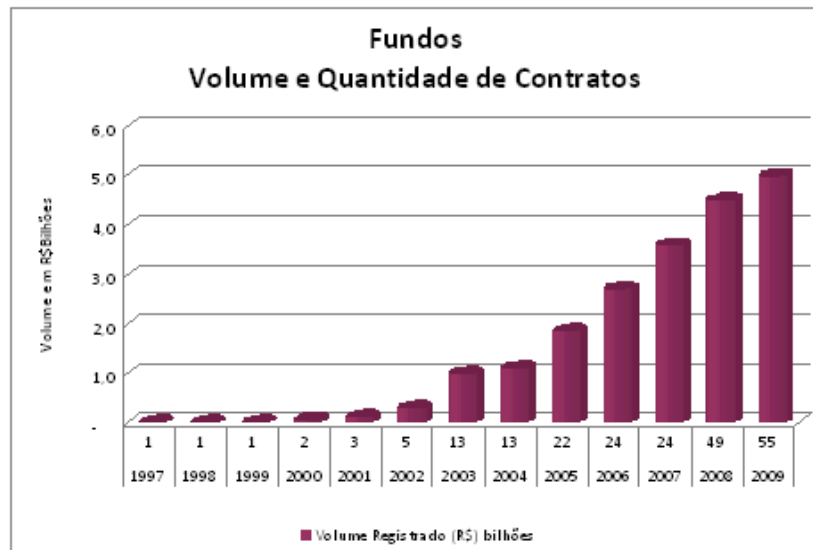
Há 8 anos a Administradora submete-se ao processo de classificação de risco realizado pela SR Rating, tendo sido mantida em maio de 2004 a nota de longo prazo brAA-.

### **15.3. ADMINISTRAÇÃO DE FUNDOS DE INVESTIMENTO**

Especialmente em relação à atividade de administração de fundos de investimentos, a Administradora tem experiência de mais de 13 anos na administração de fundos de investimento, marcada pela gestão dos recursos de maneira vinculada às regras instituídas nos respectivos regulamentos e demais contratos do fundo, sem discricionariedade.

Enquanto administrador de fundos de investimento em direitos creditórios, a Administradora disponibiliza aos cedentes de direitos creditórios e aos quotistas dos respectivos fundos informações diárias sobre a composição de ativo e passivo dos fundos. Para tanto, são disponibilizadas aos cedentes dos direitos creditórios e aos respectivos quotistas que participam diretamente do fundo senhas de acesso às informações e composições diárias da carteira dos fundos administrados.

Atualmente a Instituição Administradora ocupa posição de destaque no mercado, com carteira de 57 fundos no montante de aproximadamente R\$ 5,0 bilhões em cotas emitidas, nas modalidades de FIDCs – Fundos de Investimento em Direitos Creditórios, Fundos de Investimento em Participações – FIPs, em fundos imobiliários e em fundos de investimento constituídos nos termos da Instrução CVM nº 409.



Atualmente a equipe que trabalha na área de administração e gestão de fundos de investimento é composta por 18 funcionários dedicados exclusivamente ao controle diário de todas as informações relativas aos fundos de investimento administrados.

A equipe é composta por advogados, administradores e economistas.

*Vide Regulamento, Capítulo VIII – “Da Administração do Fundo”.*

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)



## **16. CUSTODIANTE**

### **16.1. INTRODUÇÃO**

O Banco Itaú S.A. tem uma tradição de 30 anos na prestação de serviços para o mercado de capitais. No serviço de custódia e controladoria para fundos e carteiras (serviços para terceiros) o Custodiante atua há 6 anos, sendo um dos pioneiros no desenvolvimento deste segmento.

A Diretoria de Ações e Custódia (serviços para o mercado de capitais) faz parte da área de mercado de capitais e é voltada à prestação de serviços de *back-office* ao mercado de capitais. O Custodiante tem realizado nos últimos anos contínuos investimentos em tecnologia, processos e pessoas. Atualmente, o Custodiante controla mais de R\$ 383 bilhões em ativos de terceiros com mais de 983 contratos firmados, é líder na prestação de serviços de custódia de controladoria para fundos e fundações com cerca de 2000 fundos/carteiras patrimoniais de clientes processadas diariamente e controla mais de 4.760 mil indivíduos/empresas entre acionistas, debenturistas e quotistas. Ademais, o Custodiante detém aproximadamente 80% do mercado de custódia local de ADRs – *American Depositary Receipts*. O Custodiante é o primeiro colocado na terceirização dos serviços de custódia para o mercado com o total de R\$ 189 bilhões em setembro de 2003. Na prestação de serviços relacionados à operações com direitos creditórios (*servicer*), o Custodiante controla mais de R\$ 500 milhões em ativos.

### **16.2. COLABORADORES E POLÍTICA DE RECURSOS HUMANOS**

A Diretoria de Ações e Custódia é a divisão responsável pela prestação de serviços de custódia e controladoria para fundos e carteiras de terceiros. Atualmente essa diretoria possui 342 funcionários dedicados *full-time* a essa atividade, não incluindo analistas e programadores de sistemas ou ainda outras empresas fornecedoras de programas de computador utilizados para o serviço.

Com a dinâmica do mercado de capitais brasileiro e principalmente pelo sucesso da prestação de serviços a terceiros (forte crescimento nos últimos anos), investimos pesadamente na formação e treinamento de nossos profissionais.

### **16.3. TECNOLOGIA E SISTEMAS**

O Custodiante coloca à disposição de seus clientes uma estrutura tecnológica que reduz consideravelmente os custos administrativos, técnicos e operacionais, e, ao mesmo tempo, proporciona rapidez, exatidão e sigilo das informações registradas.

O Custodiante tem forte tradição no uso de sistemas e automação de processos. A aplicação dessa experiência na área de serviços para o mercado de capitais garante a redução dos serviços manuais a um mínimo necessário para cada atividade. A interação com nossos clientes processa-se tanto pela digitação em nossos sistemas quanto pela integração em tempo real.

A área de prestação de serviços para o mercado de capitais tem estrutura independente de processamento, tanto em termos de equipe quanto em termos de ambiente de sistemas de informação.

A Diretoria de Ações e Custódia (DACC) sub-contrata a área de tecnologia do Banco Itaú S.A. para alguns processos e desenvolvimento de sistemas. O Centro Técnico e Operacional (CTO) mantém equipes e ambientes de tecnologia segregados para os nossos sistemas.

Os sistemas de aplicação de uso corporativo (normalmente em ambiente de grande porte) tem estrutura de segregação de acesso. Desta forma, os usuários da área de serviços de terceiros não acessam informações referentes aos fundos e carteiras sob a gestão do Custodiante. Da mesma forma, funcionários envolvidos com fundos e carteiras do Custodiante não tem acesso a informações de terceiros. O sistema de passivo encaixa-se nesta situação.

Sistemas de aplicação de uso mais específico normalmente trabalham em estrutura de servidores de banco de dados independentes.

#### **16.4. SISTEMA DE *BACK-UP***

Importante ressaltar inicialmente que o Custodiante utiliza-se de recursos de *backup* baseados em *softwares* empresariais, utilizando fitotecas e robôs automatizados, com políticas de retenção adequadas a cada necessidade, incluindo cofre predial resistente a catástrofes.

Nos ambientes críticos existe estrutura de *disaster recovery on-line*, utilizando duplicidade de *hardware* e *software* e replicação *on-line* de dados.

Existe um ambiente de contingência (endereço distinto tanto dos escritórios de operações, quanto do grupo de sistemas) para alocação de pessoal, com recursos de *hardware* e *software* dedicados para uma situação emergencial.

Tanto a estrutura de *backup* como a de *disaster recovery* estão montadas de forma a apresentar o menor tempo possível de latência.

O plano de *disaster recovery* criou servidores replicados que ficam em ambiente fisicamente distante do *site* normal, garantindo a continuidade do funcionamento dos sistemas respectivos.

#### **16.5. POLÍTICAS DE *COMPLIANCE* E CONTROLES INTERNOS**

A DACC possui uma gerência de *compliance* própria que também esta subordinada à estrutura do *compliance* corporativo do Itaú (para o estabelecimento de diretrizes e normas corporativas), bem como as normas aplicáveis definidas pelo Bacen. Os processos são todos formalizados/documentados em detalhes (eletronicamente em um sistema dedicado a este fim) e revisados com periodicidade que pode variar entre trimestral e anual.

Os processos de custódia e controladoria de fundos foram recentemente re-certificados pela nova norma ISO9001-2000. O processo de gestão contínua e revisão de procedimentos e respectivos manuais é realizado regularmente, sendo alvo de auditoria trimestral.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

## ANEXOS

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

## **Relatório de Revisão Especial da KPMG Auditores Independentes**

*O Relatório de Revisão Especial foi preparado a partir da base de dados e demais informações fornecidas pela Cedente. É importante ressaltar, no entanto, que o comportamento passado da carteira de Direitos Creditórios da Cedente não constitui garantia de que ele venha, no futuro, a se repetir ou sofrer alterações. O Relatório de Revisão Especial não constitui qualquer garantia por parte da KPMG Auditores Independentes, da Cedente ou da Administradora quanto à solvência, adimplemento, pontualidade ou qualidade da carteira de Direitos Creditórios. Nenhuma decisão de adquirir Quotas deverá ser tomada somente com base nas informações contidas no presente Relatório de Revisão Especial. O conteúdo deste instrumento deve ser cuidadosamente analisado, tomando-se em consideração todas as informações contidas neste Prospecto, bem como no Regulamento e no Contrato de Cessão.*



**Banco Ourinvest S.A.**

## **Relatório Relativo à Aplicação de Procedimentos Pré-acordados**

Este relatório foi elaborado a partir da base de dados e das demais informações fornecidas pelo Banco Ourinvest S.A. É importante ressaltar que o comportamento passado da carteira de Direitos Creditórios não constitui garantia de que este venha, no futuro, a se repetir ou sofrer alterações. Este relatório não constitui garantia por parte da KPMG quanto a solvência, adimplemento, pontualidade ou qualidade da carteira de Direitos Creditórios. Nenhuma decisão de adquirir as quotas do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios deverá ser tomada somente com base nas informações contidas neste relatório. O conteúdo deste instrumento deve ser cuidadosamente analisado, levando-se em consideração todas as informações contidas neste prospecto.

Ao  
Banco Ourinvest S.A.  
São Paulo - SP

21 de agosto de 2006

Atenção: Sr. Alberto J. B. Alves

Prezados senhores:

Em conformidade com os termos de nossa proposta para prestação de serviços, datada de 2 de fevereiro de 2006, e adendo à nossa proposta de 4 de agosto de 2006, apresentamos nosso relatório sobre a execução de determinados procedimentos pré-acordados definidos com representantes do Banco Ourinvest S.A. e seus parceiros estratégicos, grupo encarregado do processo de estruturação do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC).

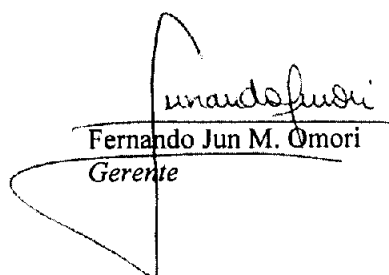
Nossos trabalhos foram executados em conformidade com as normas profissionais relativas à execução de trabalhos de revisão emanadas do Conselho Federal de Contabilidade e do IBRACON - Instituto dos Auditores Independentes do Brasil.

Agradecemos o apoio da gerência e dos funcionários do Banco Ourinvest S.A. e da SupplierCard Administradora de Cartões de Crédito S.A. no transcurso de nossos trabalhos e colocamo-nos à sua inteira disposição para prestarmos quaisquer esclarecimentos necessários.

Atenciosamente,



Ricardo Anthesini Souza  
Sócio



Fernando Jun M. Omori  
Gerente



## **1 Introdução**

O Banco Ourinvest S.A. (“Ourinvest” ou “Cedente”), com seus parceiros estratégicos (“Grupo Estruturador”), está desenvolvendo uma estrutura de securitização de recebíveis por meio da cessão para um FIDC de recebíveis gerados por operações mercantis, realizadas por meio de cartão de crédito. Seu controle e gerenciamento são realizados pela SupplierCard Administradora de Cartões de Crédito S.A. (“SupplierCard”), empresa do Grupo Ourinvest.

Esses recebíveis serão cedidos a um FIDC mediante o atendimento de certos critérios de elegibilidade a serem definidos pelo Grupo Estruturador.

Segundo informações do Grupo Estruturador, a execução dos procedimentos pré-acordados objeto de nossa contratação atenderá aos seguintes principais objetivos:

- Confirmar, por meio de recálculo e verificação, os dados relativos às características demográficas e a *performance* da carteira de crédito, para um período histórico de 13 meses, compreendido entre 13 de junho de 2005 e 31 de julho de 2006;
- Levantar e obter entendimento dos fluxos de originação e cobrança desses recebíveis e verificar sua conformidade às políticas estabelecidas internamente.

Dessa forma, os seguintes procedimentos pré-acordados formaram o escopo de nossos trabalhos, sendo executados, principalmente, por meio da leitura de um conjunto de informações e bases de dados fornecidos pelo Ourinvest, contemplando o período definido:

- Compilação da produção em bases mensais;
- Valor médio dos contratos;
- Distribuição dos contratos por faixas de valor;
- Movimentação mensal por ativação dos cartões;
- Distribuição por intervalos, da emissão do contrato até o primeiro vencimento;
- Prazo médio dos contratos por quantidade de parcelas;
- Identificação dos volumes e respectivos percentuais em relação ao total de originações de eventos de cancelamentos;
- Distribuição da produção por fornecedores/estabelecimentos e por modalidades de limites;
- Distribuição dos volumes financeiros a vencer, liquidados e vencidos, consolidados, por fornecedores/estabelecimentos e por modalidades de limites.

A base de dados utilizada para execução dos procedimentos acima foi avaliada quanto a sua consistência por meio de testes de reconciliação, conforme apresentado no item 3 deste relatório.

### **Outras informações**

Enfatizamos, também, que o nosso trabalho não representou uma auditoria conforme as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e, portanto, não deve ser interpretado como tal. Caso houvésssemos executado procedimentos adicionais previstos conforme as referidas normas de auditoria, outros assuntos poderiam ter sido objeto de análise.

Os nossos trabalhos foram executados, inicialmente, no período de 6 de abril a 14 de junho de 2006, tendo sido objeto de análise a carteira de recebíveis originada no período de 13 de junho de 2005 a 31 de março de 2006. Conforme requerido, as análises demográficas e de *performance* foram atualizadas até a data-base de 31 de julho de 2006. Conforme acordado com V.Sas., não foi necessária a atualização da base de dados utilizada entre essa data e a data de nosso relatório nem temos a obrigação de atualizar este relatório.

Este relatório é de uso exclusivo da Administração do Ourinvest e dos seus parceiros estratégicos envolvidos na operação e não deve ser utilizado para nenhum outro propósito.

## **2 Apresentação do perfil da carteira de recebíveis**

### **2.1 Dimensionamento da carteira de recebíveis como análise**

Foram fornecidos três arquivos para elaboração das análises:

- **Contratos:** contendo a relação de compras referentes a cada cartão emitido. Cada contrato reflete uma diferente compra;
- **Parcelas:** relaciona a composição de parcelamento de cada contrato;
- **Extratos:** contendo todos os extratos emitidos para cada cartão nos respectivos meses de vencimento.

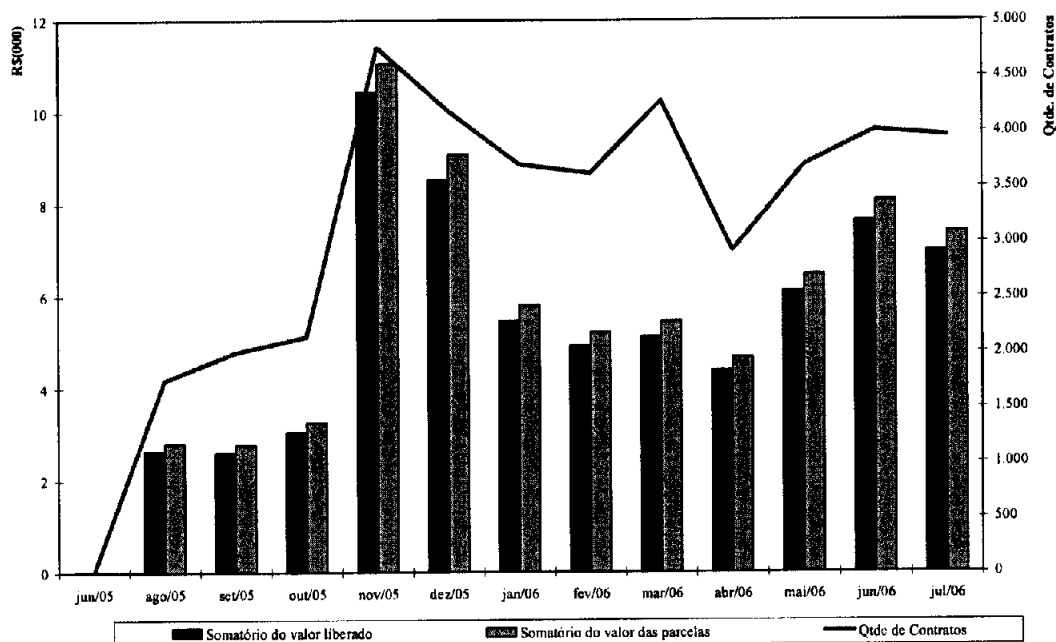
Foram utilizados como fontes para análises demográficas e de *performance* os arquivos nos formatos de Contratos e Parcelas.

O somatório dos arquivos gerados pela Cedente indica que esta gerou, no período de 13 de junho de 2005 a 31 de julho de 2006, R\$ 68.006 mil, em valores liberados, R\$ 72.204 mil, em somatório do valor das parcelas, e 40.979 contratos, conforme distribuição apresentada na Tabela e no Gráfico 2.1 a seguir. Esses dados foram obtidos por meio de somatório dos arquivos analíticos por operação.

**Tabela 2.1 - Compilação da produção em bases mensais**

Origem da operação	Somatório do valor liberado R\$(000)	%	Somatório do valor das parcelas R\$(000)	%	Quantidade de contratos	%
Jun/05	3	0,00	3	0,00	2	0,00
Ago/05	2.641	3,82	2.810	3,83	1.742	4,19
Set/05	2.607	3,77	2.770	3,77	1.996	4,80
Out/05	3.046	4,41	3.271	4,46	2.137	5,14
Nov/05	10.451	15,11	11.069	15,08	4.757	11,43
Dez/05	8.529	12,33	9.084	12,37	4.184	10,06
Jan/06	5.477	7,92	5.813	7,92	3.695	8,88
Fev/06	4.929	7,13	5.224	7,12	3.615	8,69
Mar/06	5.128	7,42	5.465	7,44	4.274	10,27
Abr/06	4.401	6,37	4.684	6,38	2.919	7,02
Mai/06	6.132	8,87	6.490	8,84	3.691	8,87
Jun/06	7.657	11,07	8.102	11,04	4.007	9,63
Jul/06	<u>7.006</u>	<u>10,13</u>	<u>7.418</u>	<u>10,10</u>	<u>3.960</u>	<u>9,52</u>
Total	<u>68.006</u>	<u>100,00</u>	<u>72.204</u>	<u>100,00</u>	<u>40.979</u>	<u>100,00</u>

**Gráfico 2.1 - Compilação da produção em bases mensais**



## 2.2 Valor médio dos contratos

A Tabela 2.2 a seguir destaca o tíquete médio dos contratos de acordo com os meses sob análise, em valores liberados e em somatório do valor das parcelas.

**Tabela 2.2 - Valor médio dos contratos**

Origem da operação	Valor liberado médio (R\$)	Somatório médio do valor das parcelas (R\$)
Jun/05	1.395	1.490
Ago/05	1.516	1.613
Set/05	1.306	1.388
Out/05	1.425	1.531
Nov/05	2.197	2.327
Dez/05	2.038	2.171
Jan/06	1.482	1.573
Fev/06	1.364	1.445
Mar/06	1.200	1.279
Abr/06	1.508	1.605
Mai/06	1.661	1.758
Jun/06	1.911	2.022
Jul/06	<u>1.769</u>	<u>1.873</u>
Total	<u>1.598</u>	<u>1.762</u>

## 2.3 Distribuição dos contratos por faixas de valor

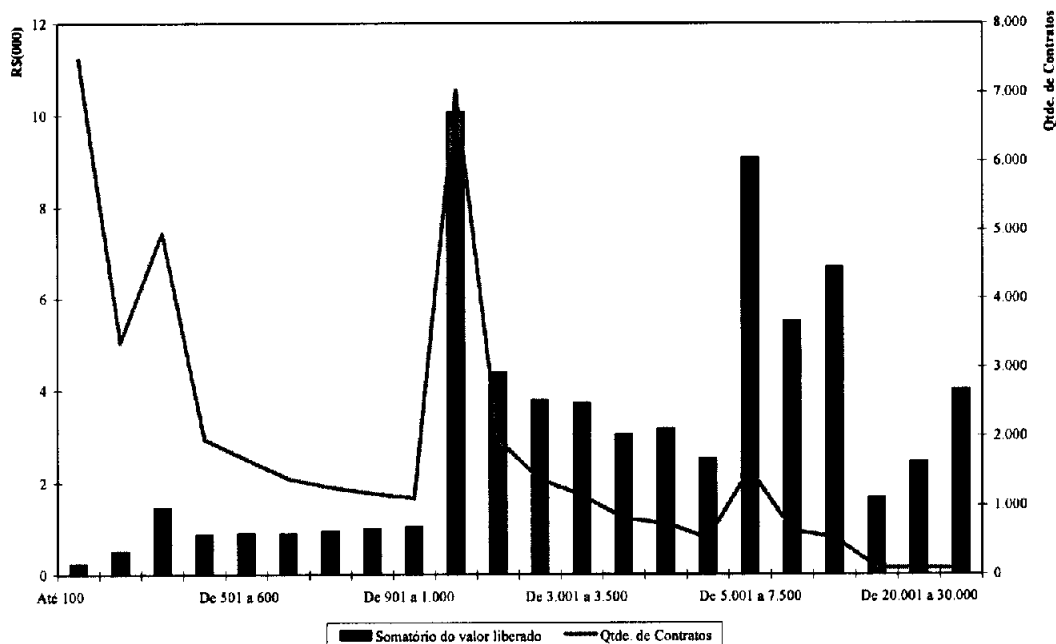
A base de dados de contratos para o período sob análise apresenta um total de 40.979 contratos ao longo dos 13 meses. A Tabela 2.3 e o Gráfico 2.2 a seguir demonstram a distribuição dos contratos por faixas de valor, considerando valores liberados.

**Tabela 2.3 - Distribuição dos contratos por faixas de valor**

Faixas de valor (em R\$)	Somatório do valor liberado		Quantidade de contratos	
	RS(000)	%		%
Até 100	236	0,35	7.492	18,28
De 101 a 200	515	0,76	3.351	8,18
De 201 a 400	1.455	2,14	4.959	12,10
De 401 a 500	876	1,29	1.957	4,78
De 501 a 600	916	1,35	1.669	4,07
De 601 a 700	903	1,33	1.389	3,39
De 701 a 800	953	1,40	1.271	3,10
De 801 a 900	1.001	1,47	1.180	2,88
De 901 a 1.000	1.059	1,56	1.114	2,72
De 1.001 a 2.000	10.075	14,82	7.031	17,16
De 2.001 a 2.500	4.388	6,45	1.962	4,79
De 2.501 a 3.000	3.796	5,58	1.381	3,37

Faixas de valor (em R\$)	Somatório do valor liberado R\$(000)	%	Quantidade de contratos	%
De 3.001 a 3.500	3.731	5,49	1.150	2,81
De 3.501 a 4.000	3.045	4,48	815	1,99
De 4.001 a 4.500	3.170	4,66	748	1,83
De 4.501 a 5.000	2.507	3,69	527	1,29
De 5.001 a 7.500	9.079	13,35	1.517	3,70
De 7.501 a 10.000	5.501	8,09	637	1,55
De 10.001 a 16.000	6.678	9,82	545	1,33
De 16.001 a 20.000	1.662	2,44	93	0,23
De 20.001 a 30.000	2.451	3,60	102	0,25
Acima de 30.000	<u>4.009</u>	<u>5,89</u>	<u>89</u>	<u>0,22</u>
<b>Total</b>	<b><u>68.006</u></b>	<b><u>100,00</u></b>	<b><u>40.979</u></b>	<b><u>100,00</u></b>

**Gráfico 2.2 - Distribuição do volume de contratos por faixas de valor**



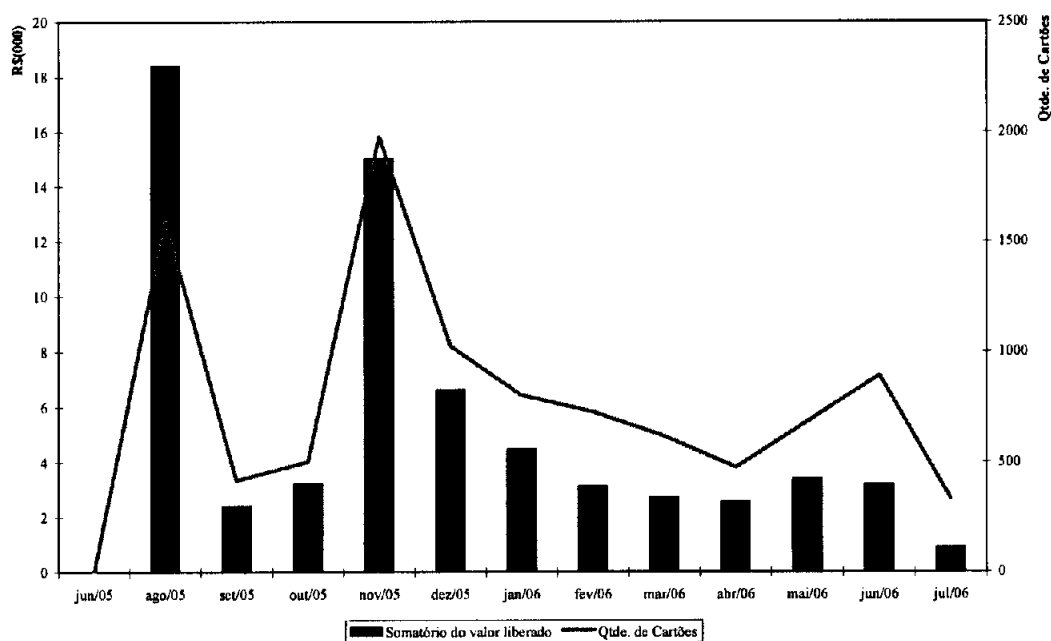
## 2.4 Movimentação mensal da ativação dos cartões

No período de análise foi gerado pela Cedente um total de 10.656 cartões. A Tabela 2.4 e o Gráfico 2.3 a seguir apresentam a movimentação mensal, em valor liberado, a partir das datas de ativação dos cartões.

**Tabela 2.4 - Movimentação mensal por ativação dos cartões**

Ativação do cartão	Somatório do valor liberado R\$(000)	%	Quantidade de cartões	%
Data de ativação não disponível	1.983	2,92	597	5,60
Jun/05	14	0,02	1	0,01
Ago/05	18.407	27,07	1.599	15,01
Set/05	2.393	3,52	419	3,93
Out/05	3.221	4,74	504	4,73
Nov/05	15.027	22,10	1.978	18,56
Dez/05	6.615	9,73	1.026	9,63
Jan/06	4.463	6,56	802	7,53
Fev/06	3.131	4,60	728	6,83
Mar/06	2.727	4,01	618	5,80
Abr/06	2.551	3,75	476	4,47
Mai/06	3.390	4,99	683	6,41
Jun/06	3.192	4,69	893	8,38
Jul/06	892	1,31	332	3,12
<b>Total</b>	<b>68.006</b>	<b>100,00</b>	<b>10.656</b>	<b>100,00</b>

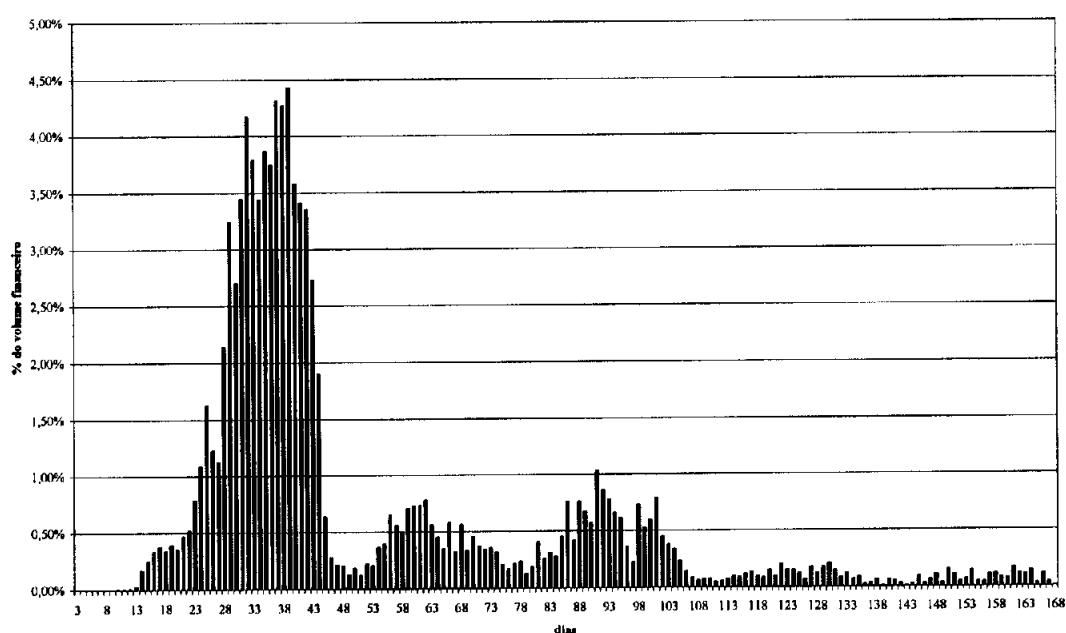
**Gráfico 2.3 - Movimentação mensal por ativação dos cartões**



## 2.5 Distribuição por intervalos da emissão do contrato até o primeiro vencimento

Para fins de estabelecimento do intervalo médio, em dias, de emissão do contrato até o seu primeiro vencimento, foi distribuído o volume total de contratos originados no período de 13 meses sob análise, por intervalos de dias (Gráfico 2.4 a seguir). Por meio dessa compilação, constatou-se um intervalo médio ponderado de 51 dias por operação.

**Gráfico 2.4 - Distribuição dos contratos por intervalos da emissão até o seu primeiro vencimento**



No Anexo I deste relatório, destacamos a distribuição analítica do volume de contratos originados.

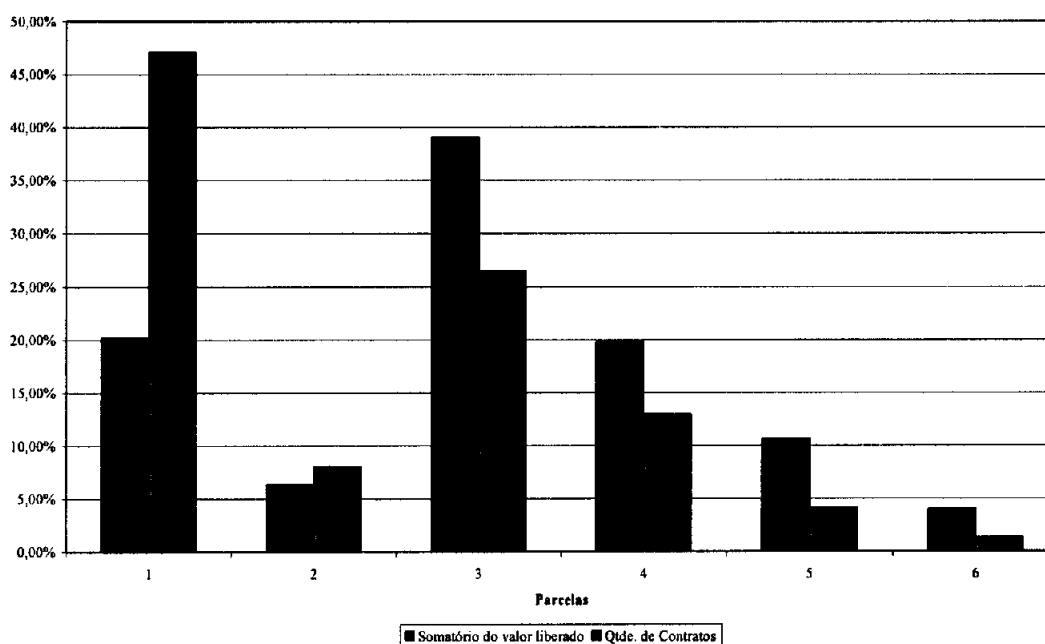
## 2.6 Prazo médio dos contratos por quantidade de parcelas

Para fins de estabelecimento do prazo médio dos contratos, distribuímos o volume total de contratos originados no período de 13 meses sob análise por quantidade de parcelas. Constatamos um prazo médio ponderado de três parcelas, conforme apresentado a seguir na Tabela 2.5 e no Gráfico 2.5.

**Tabela 2.5 - Distribuição dos contratos por quantidade de parcelas**

Quantidade de parcelas	Somatório do valor liberado R\$(000)	%	Quantidade de contratos	%
1	13.744	20,21	19.304	47,11
2	4.311	6,34	3.279	8,00
3	26.545	39,03	10.863	26,51
4	13.475	19,81	5.308	12,95
5	7.221	10,62	1.672	4,08
6	<u>2.711</u>	<u>3,99</u>	<u>553</u>	<u>1,35</u>
Total	<u>68.006</u>	<u>100,00</u>	<u>40.979</u>	<u>100,00</u>

**Gráfico 2.5 - Distribuição dos contratos por quantidade de parcelas**

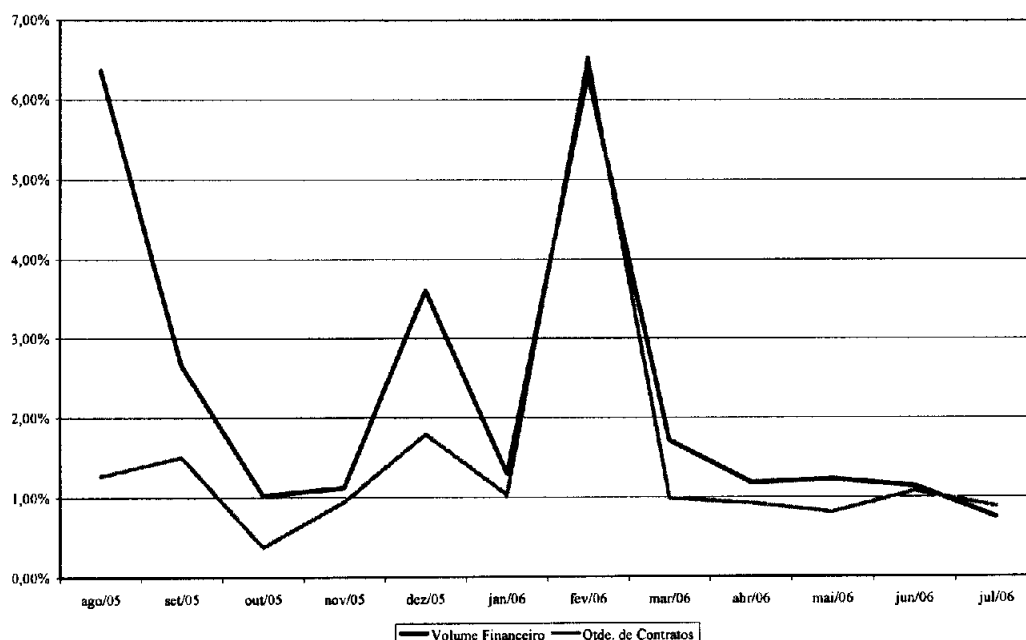


## 2.7 Representatividade de cancelamentos

Ainda, como parte dos procedimentos pré-acordados, foi compilado o volume de cancelamentos ocorridos no período. A identificação dessas ocorrências foi realizada pela leitura da base de dados para os contratos que apresentavam a indicação de data de cancelamento. O somatório desses contratos totalizou R\$ 1.430 mil ou 1,54% da produção total. A evolução mensal dessa ocorrência é apresentada no Gráfico 2.6 a seguir.



**Gráfico 2.6 - Representatividade de cancelamentos**



No Anexo II deste relatório, destacamos a distribuição mensal dos cancelamentos em volume financeiro e em quantidade de contratos para o período analisado. No Anexo III, apresentamos os volumes financeiros de cancelamento por estabelecimento/fornecedor.

Conforme informações obtidas com a Administração do Ourinvest, os principais motivos para os eventos de cancelamentos contratuais são:

- Prorrogações de vencimento, nas quais os contratos originais são cancelados, gerando novos contratos com novas datas de vencimento;
- Devoluções de mercadorias;
- Erros operacionais.

Com o intuito de verificação da representatividade de cada um dos motivos de cancelamento enumerados e outras incidências, foi apresentado pela gerência da Ourinvest um levantamento referente aos cancelamentos de contratos do estabelecimento/fornecedor Votorantim, conforme segue:

**Tabela 2.6 - Motivos de cancelamentos - Votorantim - em R\$(000)**

Origem da operação	Não informado		Devolução de mercadorias		Erro Vot. <sup>1</sup>		Duplicidade de moviment. <sup>2</sup>		Erro suppl. <sup>3</sup>		Prorrogação		Total
		%		%		%		%		%		%	
Ago-05	-	-	126	75	-	-	-	-	1	1	41	24	168
Set-05	-	1	64	93	-	-	-	-	-	-	5	7	69
Out-05	-	-	6	18	-	-	-	-	1	4	24	78	31
Nov-05	-	-	44	80	2	3	1	1	-	-	8	15	54
Dez-05	-	-	131	99	1	1	-	-	-	-	1	1	132
Jan-06	-	-	17	82	-	-	-	-	3	16	-	2	21
Fev-06	-	-	32	11	2	1	251	83	-	-	17	6	302
Mar-06	1	1	28	68	11	26	-	-	-	-	2	5	42
Total	1	-	448	55	15	2	251	31	6	1	99	12	820

<sup>1</sup> Erro operacional Votorantim.

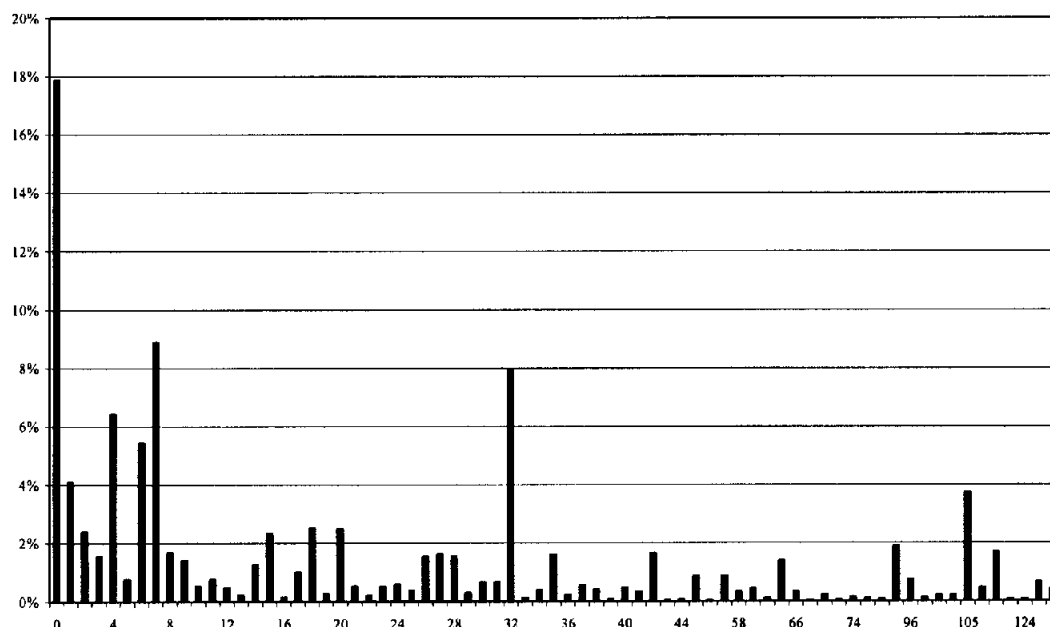
<sup>2</sup> Contratos informados em duplicidade pela Votorantim, cancelados posteriormente.

<sup>3</sup> Erro operacional SupplierCard.

Foi verificado que o índice elevado de cancelamentos no mês de fevereiro de 2006 está relacionado principalmente ao erro operacional que gerou a duplicidade de movimentação para determinados contratos. Esses contratos foram posteriormente cancelados.

Adicionalmente, com o intuito de mensurar o intervalo médio, da emissão contratual até o seu cancelamento, foi distribuído o volume total de cancelamentos, por intervalos diários, até sua realização (Gráfico 2.7 a seguir). Constatou-se um intervalo médio ponderado de 25 dias.

**Gráfico 2.7 - Distribuição dos cancelamentos por intervalos de realização**



No Anexo IV deste relatório, destacamos a distribuição analítica do volume financeiro dos contratos cancelados.

## 2.8 Distribuição da produção por fornecedores/estabelecimentos e por modalidades de limites

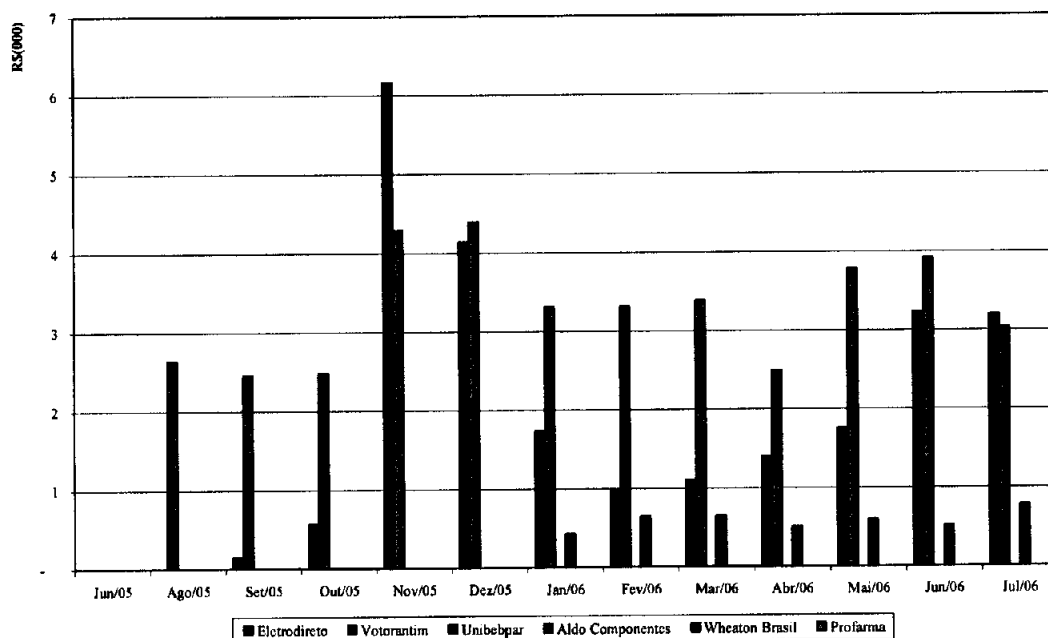
Conforme destacado no item 4 deste relatório, a carteira sob análise é composta por pessoas jurídicas de pequeno e médio portes, clientes de empresas industriais e comerciais (“fornecedores” ou “estabelecimentos”), que demandam linhas de crédito para aquisição de bens produzidos e/ou comercializados por estas. Com o propósito de constataremos a representatividade de cada fornecedor/estabelecimento, destacamos a seguir, na Tabela 2.7 e no Gráfico 2.8, suas respectivas produções mensais em valores liberados.

**Tabela 2.7 - Produção mensal por fornecedores/estabelecimentos**

Origem da operação	Eletródireto		Votorantim		Unibeb		Aldo Componentes		Wheaton Brasil		Profarma		Total
	Somatório do valor liberado R\$(000)	%	Somatório do valor liberado R\$(000)	%	Somatório do valor liberado R\$(000)	%	Somatório do valor liberado R\$(000)	%	Somatório do valor liberado R\$(000)	%	Somatório do valor liberado R\$(000)	%	Somatório do valor liberado R\$(000)
Jun/05	3	100,00	-	0,00	-	0,00	-	0,00	-	0,00	-	0,00	3
Ago/05	1	0,05	2.639	99,95	-	0,00	-	0,00	-	0,00	-	0,00	2.641
Set/05	151	5,81	2.456	94,19	-	0,00	-	0,00	-	0,00	-	0,00	2.607
Out/05	563	18,50	2.481	81,45	2	0,06	-	0,00	-	0,00	-	0,00	3.046
Nov/05	6.162	58,97	4.288	41,03	1	0,01	-	0,00	-	0,00	-	0,00	10.451
Dez/05	4.137	48,51	4.391	51,48	1	0,01	-	0,00	-	0,00	-	0,00	8.529
Jan/06	1.737	31,72	3.309	60,42	6	0,11	425	7,76	-	0,00	-	0,00	5.477
Fev/06	971	19,69	3.310	67,15	1	0,02	648	13,14	-	0,00	-	0,00	4.929
Mar/06	1.099	21,42	3.382	65,96	1	0,03	645	12,59	-	0,00	-	0,00	5.128
Abr/06	1.400	31,81	2.489	56,56	5	0,10	506	11,50	2	0,03	-	0,00	4.401

Origem da operação	Eletrodireto		Votorantim		Unibeb		Aldo Componentes		Wheaton Brasil		Profarma		Total
	Somatório do valor liberado R\$(000)	%	Somatório do valor liberado R\$(000)	%	Somatório do valor liberado R\$(000)	%	Somatório do valor liberado R\$(000)	%	Somatório do valor liberado R\$(000)	%	Somatório do valor liberado R\$(000)	%	Somatório do valor liberado R\$(000)
Mai/06	1.759	28,68	3.779	61,62	3	0,05	592	9,65	-	0,00	-	0,00	6.132
Jun/06	3.229	42,18	3.919	51,18	-	0,00	508	6,64	-	0,00	-	0,00	7.657
Jul/06	<u>3.191</u>	<u>45,55</u>	<u>3.035</u>	<u>43,33</u>	<u>-</u>	<u>0,00</u>	<u>778</u>	<u>11,11</u>	<u>-</u>	<u>0,00</u>	<u>1</u>	<u>0,01</u>	<u>7.006</u>
Total	<u>24.404</u>	<u>35,88</u>	<u>39.479</u>	<u>58,05</u>	<u>19</u>	<u>0,03</u>	<u>4.102</u>	<u>6,03</u>	<u>2</u>	<u>0,00</u>	<u>1</u>	<u>0,00</u>	<u>68.006</u>

**Gráfico 2.8 - Produção mensal por fornecedores/estabelecimentos**



Conforme destacado no item 4 deste relatório, a totalidade de cartões sob análise corresponde à atribuição de diferentes modalidades de limites de crédito. Apresenta-se destacada a seguir, na Tabela 2.8, a representatividade dos contratos por modalidades de limites, em valores liberados.

**Tabela 2.8 - Representatividade de modalidades de limites\***

Modalidades de limites	Valor liberado R\$(000)	%
Com interveniência	50.350	74,04
Sem interveniência	16.913	24,87
Rotativo	717	1,05
Saque	25	0,04
Tarifa	<u>1</u>	<u>0,00</u>
Total	<u>68.006</u>	<u>100,00</u>

\* As descrições das modalidades de limites estão destacadas no item 4 deste relatório.

No Anexo V deste relatório, relacionamos a distribuição mensal de cada uma das modalidades de limites destacadas.

Adicionalmente, com o intuito de identificarmos o perfil das modalidades de limites concedidos a cada um dos estabelecimentos/fornecedores, apresentamos a Tabela 2.9 a seguir.

**Tabela 2.9 - Distribuição por estabelecimentos/fornecedores e modalidades de limites**

Empresa	Modalidades de limites										Total
	Com interveniência		Sem interveniência		Rotativo		Saque		Tarifa		
	R\$(000)	%	R\$(000)	%	R\$(000)	%	R\$(000)	%	R\$(000)	%	
Votorantim	39.209	99,32	-	0,00	263	0,67	7	0,02	-	0,00	39.479
Eletrodireto	11.141	45,65	12.876	52,76	387	1,59	-	0,00	-	0,00	24.404
Aldo Componentes	-	0,00	4.036	98,37	67	1,63	-	0,00	-	0,00	4.102
Unibeb	-	0,00	-	0,13	-	1,39	18	94,16	1	4,32	19
Profarma	-	0,00	2	100,00	-	0,00	-	0,00	-	0,00	2
Wheaton	<u>1</u>	<u>100,00</u>	<u>-</u>	<u>0,00</u>	<u>-</u>	<u>0,00</u>	<u>-</u>	<u>0,00</u>	<u>-</u>	<u>0,00</u>	<u>1</u>
Total	<u>50.350</u>	<u>74,04</u>	<u>16.913</u>	<u>24,87</u>	<u>717</u>	<u>1,05</u>	<u>25</u>	<u>0,04</u>	<u>1</u>	<u>0,00</u>	<u>68.006</u>

## 2.9 Indicadores de desempenho

Para fins de mensuração da *performance* dos recebíveis submetidos à análise, foram definidos pelo Grupo Estruturador critérios para a apuração dos percentuais de pontualidade e adimplência das parcelas, que representariam indicativos de desempenho.

Dessa forma, foi elaborado um *aging list* em faixas de prazos definidas pelo Grupo Estruturador, conforme apresentado na Tabela 2.10 a seguir, demonstrando os volumes de parcelas vencidas liquidadas antecipadamente, em dia e em atraso, e também os volumes das parcelas vencidas e não liquidadas, excluindo os contratos cancelados, durante o período de dez meses sob análise.

**Tabela 2.10 - Distribuição dos prazos de liquidações dos contratos - Data-base de 31 de julho de 2006**

Faixas	Valor da parcela R\$(000)	%	% Acum.
Total sob análise	73.409		
(-) Cancelamentos	1.510		
Faturamento a vencer	20.733		
Total devido	51.166		

<b>Faixas</b>	<b>Valor da parcela R\$(000)</b>	<b>%</b>	<b>% Acum.</b>
Desconto	597	1,17	1,17
(-) Multa	(324)	(0,63)	0,53
Antecipações de pagamentos			
Antecipadas de 30 a 60 dias	63	0,12	0,66
Antecipadas de 16 a 30 dias	142	0,28	0,94
Antecipadas de 11 a 15 dias	184	0,36	1,30
Antecipadas de 6 a 10 dias	354	0,69	1,99
Antecipadas 5 dias	176	0,34	2,33
Antecipadas 4 dias	433	0,85	3,18
Antecipadas 3 dias	669	1,31	4,48
Antecipadas 2 dias	1.010	1,97	6,46
Antecipadas 1 dia	2.136	4,17	10,63
Liquidadas no vencimento	23.186	45,32	55,95
Liquidadas com atraso			
Liquidadas 1 dia	4.047	7,91	63,86
Liquidadas 2 dias	6.603	12,91	76,76
Liquidadas 3 dias	1.455	2,84	79,60
Liquidadas 4 dias	1.247	2,44	82,04
Liquidadas 5 dias	625	1,22	83,26
Liquidadas de 6 a 10 dias	2.662	5,20	88,46
Liquidadas de 11 a 15 dias	1.104	2,16	90,62
Liquidadas de 16 a 30 dias	1.097	2,14	92,77
Liquidadas de 31 a 60 dias	936	1,83	94,59
Liquidadas de 61 a 90 dias	901	1,76	96,36
Liquidadas de 91 a 120 dias	198	0,39	96,74
Liquidadas de 121 a 180 dias	183	0,36	97,10
Liquidadas acima de 180 dias	45	0,09	97,19
Vencidas e não liquidadas			
Vencidas até 3 dias	27	0,05	97,24
Vencidas de 6 a 10 dias	262	0,51	97,75
Vencidas de 11 a 15 dias	117	0,23	97,98
Vencidas de 16 a 30 dias	175	0,34	98,32
Vencidas de 31 a 65 dias	385	0,75	99,08
Vencidas de 66 a 90 dias	209	0,41	99,48
Vencidas de 91 a 120 dias	128	0,25	99,73
Vencidas de 121 a 180 dias	105	0,20	99,94
Vencidas acima de 180 dias	31	0,06	100,00

Ainda, com o intuito de mensuração da *performance* de pagamentos relativa aos clientes de cada estabelecimento/fornecedor, bem como compilação de desempenho relativa às modalidades de limites de crédito concedidos, foram gerados os seguintes *aging lists*, com data-base de 31 de julho de 2006:

- Votorantim
- Eletrodireto (“com interveniência”)
- Eletrodireto (“sem interveniência”)
- Aldo Componentes
- Unibeb

**Tabela 2.11 - Distribuição dos prazos de liquidações dos contratos - Votorantim**

	Valor da parcela R\$(000)	%	% Acum.
Total produzido	42.762		
(-) Cancelamentos	<u>1.102</u>		
Total sob análise	41.660		
(-) Parcelas a vencer	<u>11.116</u>		
Total devido	30.544	100	
Descontos	177	0,58	0,58
Multas	(201)	(0,66)	(0,08)
Antecipação de pagamentos	2.155	7,05	6,97
Liquidadas no vencimento	14.582	47,74	54,71
Liquidadas com atraso	12.659	41,45	96,16
Vencidas e não liquidadas até 65 dias	809	2,65	98,81
Vencidas e não liquidadas acima de 65 dias	364	1,19	100,00

**Tabela 2.12 - Distribuição dos prazos de liquidações dos contratos - Eletrodireto “com interveniência”**

	Valor da parcela R\$(000)	%	% Acum.
Total produzido	11.979		
(-) Cancelamentos	<u>216</u>		
Total sob análise	11.763		
(-) Parcelas a vencer	<u>3.611</u>		
Total devido	8.152	100	

	Valor da parcela R\$(000)	%	% Acum.
Descontos	31	0,38	0,38
Multas	(58)	(0,71)	(0,33)
Antecipação de pagamentos	1.177	14,44	14,11
Liquidadas no vencimento	3.311	40,61	54,72
Liquidadas com atraso	3.625	44,47	99,19
Vencidas e não liquidadas até 65 dias	62	0,76	99,94
Vencidas e não liquidadas acima de 65 dias	5	0,06	100,00

**Tabela 2.13 - Distribuição dos prazos de liquidações dos contratos - Eletrodireto “sem interveniência”**

	Valor da parcela R\$(000)	%	% Acum.
Total produzido	14.185		
(-) Cancelamentos	185		
Total sob análise	13.999		
(-) Parcelas a vencer	<u>4.225</u>		
Total devido	9.774	100	
Descontos	327	3,34	3,34
Multas	(57)	(0,58)	2,76
Antecipação de pagamentos	1.583	16,20	18,96
Liquidadas no vencimento	4.098	41,93	60,89
Liquidadas com atraso	3.714	38,00	98,89
Vencidas e não liquidadas até 65 dias	35	0,36	99,25
Vencidas e não liquidadas acima de 65 dias	73	0,75	100,00

**Tabela 2.14 - Distribuição dos prazos de liquidações dos contratos - Aldo Componentes**

	Valor da parcela R\$(000)	%	% Acum.
Total produzido	4.459		
(-) Cancelamentos	<u>4</u>		
Total sob análise	4.455		
(-) Parcelas a vencer	<u>1.775</u>		
Total devido	2.680	100	



	Valor da parcela R\$(000)	%	% Acum.
Descontos	62	2,32	2,32
Multas	(8)	(0,30)	2,02
Antecipação de pagamentos	1.078	40,21	42,23
Liquidadas no vencimento	1.192	44,48	86,70
Liquidadas com atraso	266	9,94	96,64
Vencidas e não liquidadas até 65 dias	60	2,25	98,89
Vencidas e não liquidadas acima de 65 dias	30	1,11	100,00

**Tabela 2.15 - Distribuição dos prazos de liquidações dos contratos - Unibeb**

	Valor da parcela R\$(000)	%	% Acum.
Total produzido	21		
(-) Cancelamentos	<u>1</u>		
Total sob análise	19		
(-) Parcelas a vencer	<u>4</u>		
Total devido	16	100	
Descontos	0	0,26	0,26
Multas	(0)	(0,56)	(0,30)
Antecipação de pagamentos	0	0,80	0,50
Liquidadas no vencimento	4	27,00	27,49
Liquidadas com atraso	9	59,67	87,16
Vencidas e não liquidadas até 65 dias	0	1,62	88,79
Vencidas e não liquidadas acima de 65 dias	2	11,21	100,00

Os *aging lists* contendo outras aberturas de prazos referentes aos estabelecimentos/fornecedores estão apresentados nos Anexos VI, VII, VIII, IX e X deste relatório.

Conforme destacado no item 4 deste relatório, os acordos com estabelecimentos/fornecedores com concessão de limites “com interveniência” (Votorantim e determinados cartões Eletrodireto) estabelecem que, em caso de atraso de parcelas contratuais vencidas acima de 65 dias, o garantidor passa a ser o próprio estabelecimento.

Segundo informações obtidas com a Administração do Banco Ourinvest, as parcelas vencidas acima de 65 dias para Votorantim e Eletrodireto “com interveniência”, até 31 de março de 2006, decorreram principalmente de atrasos no processo de homologação de sistemas entre estabelecimentos/fornecedores e Ourinvest. Esses desvios foram corrigidos durante os meses de abril e maio de 2006.

Com o objetivo de verificarmos a adequação do processo, realizamos determinados procedimentos destacados no item 2.10.

## 2.10 Interveniência

Com o intuito de verificar a aplicação da interveniência para clientes inadimplentes acima de 65 dias, de estabelecimentos/fornecedores Votorantim e certos clientes de cartões Eletrodireto, foram realizados os seguintes procedimentos:

### Procedimento A

Solicitação de uma base de dados contendo a relação de parcelas liquidadas com interveniência, para clientes Votorantim e Eletrodireto.

### Resultado

A composição da base solicitada é a seguinte:

**Tabela 2.16 - Base Interveniência**

Descrição	Nº
Número de registros	609
Somatório do valor das parcelas (R\$)	601.643
Datas de recebimento da interveniência	de 11/04/2006 a 02/06/2006

### Procedimento B

Conciliação da Base Interveniência, citada no Procedimento A, com as parcelas em atraso acima de 65 dias, verificadas nos *aging lists*, na data-base de 31 de março de 2006, referentes a clientes dos estabelecimentos Votorantim e Eletrodireto “com interveniência”.

### Resultado

**Tabela 2.17 - Conciliação Votorantim**

Descrição	Nº	%	R\$	%
Parcelas vencidas e não liquidadas acima de 65 dias	294	100	176.390	100
Parcelas encontradas na Base Interveniência	158	54	128.346	73
Parcelas não encontradas na Base Interveniência	136	46	48.044	27

**Tabela 2.18 - Conciliação Eletrodireto “com interveniência”**

Descrição	Nº	%	R\$	%
Parcelas vencidas e não liquidadas acima de 65 dias	34	100	44.799	100
Parcelas encontradas na Base Interveniência	23	68	37.287	83
Parcelas não encontradas na Base Interveniência	11	32	7.512	17

### **Procedimento C**

Verificação, para uma amostragem de 30 parcelas (25 Votorantim e 5 Eletrodireto), da existência e precisão dos seguintes dados, referentes às parcelas apresentadas na Base Interveniência, por meio do Relatório de Extrato de Pagamento ao Lojista, que relaciona os pagamentos realizados com interveniência:

- Número do contrato
- Número da parcela
- Valor da parcela
- Data de vencimento da parcela
- Data de pagamento da parcela, com interveniência

### **Resultado**

Não foram verificadas divergências nos itens analisados. A amostragem de 30 parcelas está apresentada no Anexo XI deste relatório.

### **Procedimento D**

Verificação do *status* das parcelas não liquidadas acima de 65 dias cujo motivo de baixa não tenha sido quitação por interveniência.

Conforme observado no Procedimento B, 136 parcelas Votorantim e 11 Eletrodireto não sofreram interveniência. Segundo informações obtidas com a gerência do Ourinvest, para os seguintes casos a interveniência não é aplicada:

- Parcelas com pagamentos parciais ou em acordo;
- Parcelas com pagamentos realizados no intervalo antes da aplicação da interveniência e depois da data-base do relatório (31 de março de 2006).

Com o intuito de mensurarmos a relevância de cada um dos itens descritos, foi solicitada ao Ourinvest uma base de dados contendo a composição do *status* das 136 parcelas Votorantim e 11 Eletrodireto.

### **Resultado**

**Tabela 2.19 - Composição *status* Votorantim**

<i>Status</i>	Nº	%	R\$	%
Parcelas com pagamentos parciais ou em acordo	71	52	31.911	66
Parcelas com pagamentos realizados antes da aplicação da interveniência	<u>65</u>	<u>48</u>	<u>16.133</u>	<u>34</u>
Total	<u>136</u>	<u>100</u>	<u>48.044</u>	<u>100</u>

**Tabela 2.20 - Composição *status* Eletrodireto “com interveniência”**

<i>Status</i>	Nº	%	R\$	%
Parcelas com pagamentos parciais ou em acordo	8	73	5.087	68
Parcelas com pagamentos realizados antes da aplicação da interveniência	<u>3</u>	<u>27</u>	<u>2.424</u>	<u>32</u>
Total	<u>11</u>	<u>100</u>	<u>7.512</u>	<u>100</u>

#### **Procedimento E**

Verificação no Relatório de Recebimento por Data Efetiva, que relaciona a movimentação diária de pagamentos, da efetiva baixa das “Parcelas com pagamentos realizados antes da aplicação da interveniência”.

#### **Resultado**

Não foram encontradas divergências no procedimento analisado.

#### **2.11 Pool estático**

Adicionalmente, como parte das informações a serem fornecidas ao Grupo Estruturador, a fim de validar as constatações obtidas conforme definido no item 2.9 deste relatório, foi gerado um “pool estático” de pagamentos, demonstrando o *aging* dos valores a receber referentes às operações realizadas, em ciclos mensais, para cada um dos 13 meses de origem sob análise. Essa informação objetiva identificar o comportamento de uma safra de contratos ao longo de sua maturação.

Apresentamos no Anexo XII desse relatório o resultado dessas análises.

### **3 Descrição dos procedimentos de reconciliação**

#### **3.1 Base de dados sujeita à análise**

A base de dados sujeita à análise nos foi fornecida pela área de Tecnologia da Cedente, contemplando toda a origem de contratos no período de 13 de junho de 2005 a 31 de julho de 2006.

#### **3.2 Reconciliação da base de dados**

Com o intuito de conciliar a base de dados, aplicamos procedimentos de comparação entre os saldos dos arquivos fornecidos pela área de Tecnologia da Cedente e os respectivos saldos contábeis desta. Foi efetuado um comparativo entre o saldo de contas a receber, conforme balancetes contábeis da Cedente, e o somatório dos campos de arquivo “saldo do contrato” e “rendas a apropriar” dos contratos em aberto, informados na base de dados sob análise, em 31 de julho de 2006.

O resultado desse procedimento está apresentado na Tabela 3.1 a seguir.

**Tabela 3.1 - Conciliação do saldo de contas a receber em 31 de julho de 2006**

**Conciliação contábil**

		<b>Base de dados (R\$)</b>
Saldo do contrato		21.163.663
(-) Rendas a apropriar		(732.717)
<b>Saldo total da base de dados</b>		<b>20.430.946</b>
		<b>Balancete (R\$)</b>
1.6.2.10.95	Cred.Direto Consumidor-suppliercard	5.695.457
1.6.2.30.95	CDC c/Interveniência-suppliercard	14.595.081
1.6.1.20.95	Revolving-suppliercard	134.895
1.6.1.20.96	Saque-suppliercard	5.513
<b>Saldo total</b>		<b>20.430.946</b>
Diferença		-
Diferença %		0,00%

## **4 Descrição do processo de crédito e cobrança**

### **Introdução e objetivos**

A fim de cumprir os objetivos descritos no item 1 deste relatório, relacionados ao processo de crédito e cobrança, executamos uma revisão da estrutura envolvida por meio de discussão com a Administração do Banco Ourinvest e leitura de manuais de crédito e cobrança.

### **Parceria com “fornecedores” ou “estabelecimentos”**

A SupplierCard Administradora de Cartões de Crédito S.A. (“SupplierCard”) é a instituição do Grupo Ourinvest responsável pelo gerenciamento e controle dos cartões de crédito.

O público dos cartões de crédito é composto por pessoas jurídicas de pequeno e médio portes, clientes de empresas industriais e comerciais (“fornecedores” ou “estabelecimentos”), que demandam linhas de crédito para aquisição de bens produzidos e/ou comercializados por estas.

Dessa maneira, previamente à emissão do cartão ao cliente, são firmadas parcerias com os fornecedores. Para a concretização dessas parcerias, entre outros procedimentos envolvidos, os estabelecimentos/fornecedores são submetidos à análise de crédito realizada pelo comitê de crédito do Banco Ourinvest. Atualmente, a SupplierCard detém parcerias com os seguintes estabelecimentos:

- Votorantim Celulose e Papel
- Eletrodireto
- Aldo Componentes Eletrônicos
- Unibeb - União das Distribuidoras de Bebidas

### **Processo de concessão de limite de crédito**

Após a aprovação da parceira com os fornecedores, seus clientes passam a ser analisados.

A análise de crédito dos clientes dos estabelecimentos inclui a troca de informações por meio de arquivos eletrônicos entre os fornecedores e a SupplierCard. São solicitadas, aos fornecedores, entre outras, as seguintes informações referentes à empresa:

- Identificação da empresa
- CNPJ
- Razão social
- Inscrições estadual e municipal
- Número de funcionários
- Data de fundação
- Atividade jurídica
- Tipo de sociedade
- Endereço e telefone de contato
- Tempo no endereço
- Faturamento mensal
- Nome do contador da empresa
- e-Mail da empresa
- Referências bancárias
- Data da primeira compra do cliente no estabelecimento
- Limite praticado pelo estabelecimento para o cliente

Adicionalmente, são requisitadas aos fornecedores informações referentes aos avalistas/sócios da empresa:

- Nome
- CPF e RG
- Data de nascimento
- Sexo
- Telefone de contato
- Endereço

Dados de histórico de cliente para fins de análise de fluxo de caixa e *performance* de pagamentos também são solicitados:

- Identificação da compra
- Data da compra
- Data de vencimento da compra
- Data de vencimento das parcelas
- Valor da compra no vencimento
- Data de pagamento
- Valor de pagamento
- Tipo de liquidação pelo cliente

De posse dos dados destacados, os arquivos eletrônicos, recebidos em padrão previamente acordado, são inseridos no “Autorizador de Crédito”. Esse programa realiza, mediante parâmetros preestabelecidos, a análise de crédito automática de cada um dos clientes do estabelecimento. Nessa etapa, são consultados, entre outros, os seguintes itens:

- Confirmação do CNPJ na Receita Federal;
- Cálculo de parâmetros de *performance* (dias de atraso, prazos de pagamento de parcelas, inadimplência etc.);
- Verificação de restrições em órgãos de proteção ao crédito da empresa e dos avalistas/sócios;
- Verificação da existência de limite de crédito;
- Tempo decorrido desde a fundação.

Em seguida, para os clientes aprovados, são determinados os respectivos limites de crédito. Caso o cliente não tenha sido aprovado por alguma inconsistência na análise do “Autorizador de Crédito”, este tem seu crédito negado ou encaminhado à mesa de crédito. Segundo informações da Administração, aproximadamente 20% dos clientes analisados são direcionados à mesa de crédito.

Na mesa de crédito são realizadas análises mais rigorosas do cliente, com o intuito de confirmar informações apresentadas. Podem ser solicitados:

- Apresentação de documentos dos avalistas/sócios, tais como carteira de identidade civil, carteira dos conselhos estadual e federal, carteira nacional de habilitação, carteira funcional com fé pública etc.;
- Confirmação do CPF;
- Apresentação de contrato social da empresa;
- Referências bancárias.

Além disso, pode ser feito um levantamento de problemas de inadimplência com o estabelecimento.

### **Requisitos mínimos para a concessão do cartão**

Para clientes dos estabelecimentos e futuros clientes do cartão, são obedecidos os seguintes requisitos mínimos:

- CPF dos sócios sem restrições relevantes;
- CNPJ da empresa sem restrições, tais como falência, recuperação judicial ou extrajudicial e ação executiva;
- Extrato(s) em aberto com tempo inferior a cinco dias;
- Maior dia de atraso histórico com tempo não superior a 40 dias.

Adicionalmente, para os novos clientes dos estabelecimentos, é exigido tempo de fundação superior a seis meses.

### **Limites de crédito**

Os limites de crédito são determinados de acordo com o estabelecimento/fornecedor envolvido na operação. Podem ser atribuídos os seguintes limites aos clientes:

- Limite de compra (sem interveniência): calculado com base no comportamento de compras/pagamentos, na classificação de risco do *score* de crédito de compra e nos restritivos externos de cada cliente;
- Limite de rotativo: é uma porcentagem do limite de compra, com base na classificação de risco do *score* de crédito de rotativo de cada cliente;
- Limite de interveniência: é o limite de compra que o cliente terá, o qual é amparado em respectivo contrato de adesão firmado entre as partes. O principal pagador e garantidor desse limite é o próprio estabelecimento;
- Limite de saque: é uma porcentagem do limite de compra, com base na classificação de risco do *score* de crédito de saque de cada cliente.

### **Aumento do limite de crédito**

O aumento do limite de compra será feito sempre pelo estabelecimento/fornecedor mediante análise do comportamento de compra dos últimos meses.

### **Processos de cobrança**

A área de Cobrança da SupplierCard tem como objetivo a recuperação e o monitoramento de créditos concedidos inadimplentes.

Cada estabelecimento/fornecedor tem uma regra específica de cobrança que varia de acordo com o tipo de contrato estabelecido.

A atuação da área de Cobrança será balizada conforme o acordado com os estabelecimentos/fornecedores, podendo a SupplierCard utilizar, além de sua estrutura própria de cobrança, a estrutura de cobrança destes.

### **Régua de cobrança**

A cobrança em atraso segue uma régua que define a linha de tempo relativa ao atraso no pagamento de faturas. Para cada intervalo de tempo de atraso decorrido, há uma ação diferenciada considerada para sua atuação. Destacamos a seguir o tratamento dado a cada período de tempo de atraso transcorrido, de acordo com o estabelecimento/fornecedor.

#### ***Régua de cobrança Votorantim***

Todos os clientes da Votorantim apresentam limites com interveniência, ou seja, em caso de inadimplência do cliente, o estabelecimento/fornecedor, no caso a Votorantim, deverá realizar a liquidação das faturas em atraso. Dessa maneira, as ações de cobrança cumprem a seguinte cronologia:

- **Cinco dias de atraso**  
Acionamento telefônico pela filial Votorantim.
- **15 dias de atraso**  
Envio do cliente para a Serasa pela SupplierCard.



- **25 dias de atraso**  
Inclusão do cliente no PEFIN (sistema que centraliza informações de pendências financeiras).
- **65 dias de atraso**  
Execução da interveniência. A Votorantim efetua o pagamento da parcela em atraso do cliente acrescida de correção.

***Régua de cobrança Eletrodireto***

No caso da Eletrodireto, os clientes podem ter limites de compra (risco SupplierCard) e limites de interveniência (risco Eletrodireto). A régua de cobrança tem o seguinte funcionamento:

- **Um dia de atraso**  
Bloqueio de novas compras.
- **Três dias de atraso**  
Acionamento telefônico pela SupplierCard.
- **15 dias de atraso**  
Envio do cliente para a Serasa.
- **25 dias de atraso**  
Inclusão do cliente no PEFIN.
- **65 dias de atraso**  
Execução da interveniência (quando for o caso). A Eletrodireto efetua o pagamento da parcela em atraso do cliente acrescida de correção.

***Régua de cobrança Aldo Componentes Eletrônicos***

Os contratos realizados pela Aldo Componentes Eletrônicos não possuem interveniência.

- **Um dia de atraso**  
Bloqueio de novas compras e envio automático de *e-mail* pelo sistema para a Aldo Componentes Eletrônicos.
- **Cinco dias de atraso**  
Acionamento telefônico pela SupplierCard.
- **15 dias de atraso**  
Envio do cliente para a Serasa.
- **25 dias de atraso**  
Inclusão do cliente no PEFIN.
- **30 dias de atraso**  
Execução da franquia (multa). A Aldo Componentes Eletrônicos efetua o pagamento de 25% do valor da parcela em atraso do cliente como forma de multa pelo seu atraso.

Para todos os clientes dos estabelecimentos/fornecedores, quando o cliente da SupplierCard adere ao contrato de concessão de limite de cartão de crédito, ele passa a ser responsável pelo pagamento dos extratos das compras realizadas. O normativo de concessão de limite determina que para cada operação realizada pelo cliente poderá ser emitida uma Cédula de Crédito Bancário (CCB) em nome deste, representativa da operação de financiamento contratada. De posse desse documento, a SupplierCard poderá tomar as medidas cabíveis em caso de inadimplemento do cliente, como negativação, protesto ou ajuizamento.

Conforme informado pela Administração, não existe uma regra específica para protestos e ajuizamento de ações contra clientes em inadimplemento. É realizada uma análise pontual para cada caso, na qual são calculados os custos envolvidos para o protesto e ajuizamento da ação e a viabilidade de recuperação.



MINUTA

Banco Ourinvest S.A.  
Relatório relativo à aplicação de  
procedimentos pré-acordados

**Anexo I - Distribuição das operações pelo intervalo (da emissão até seu primeiro vencimento)**

Dias	Somatório do valor liberado - R\$(000)	%	% acumulado	Quantidade de contratos	%	% acumulado
3	0	0,00%	0,00%	2	0,00%	0,00%
4	1	0,00%	0,00%	2	0,00%	0,01%
5	0	0,00%	0,00%	1	0,00%	0,01%
6	0	0,00%	0,00%	3	0,01%	0,02%
7	0	0,00%	0,00%	3	0,01%	0,03%
8	0	0,00%	0,00%	4	0,01%	0,04%
9	0	0,00%	0,00%	3	0,01%	0,04%
10	1	0,00%	0,01%	6	0,01%	0,06%
11	1	0,00%	0,01%	13	0,03%	0,09%
12	3	0,00%	0,01%	30	0,07%	0,16%
13	15	0,02%	0,03%	46	0,11%	0,28%
14	115	0,17%	0,20%	70	0,17%	0,45%
15	166	0,24%	0,45%	169	0,41%	0,86%
16	224	0,33%	0,78%	228	0,56%	1,42%
17	254	0,37%	1,15%	288	0,70%	2,12%
18	231	0,34%	1,49%	312	0,76%	2,88%
19	266	0,39%	1,88%	378	0,92%	3,80%
20	238	0,35%	2,23%	444	1,08%	4,89%
21	315	0,46%	2,69%	571	1,39%	6,28%
22	352	0,52%	3,21%	609	1,49%	7,76%
23	531	0,78%	3,99%	711	1,74%	9,50%
24	737	1,08%	5,08%	839	2,05%	11,55%
25	1.103	1,62%	6,70%	1.130	2,76%	14,30%
26	831	1,22%	7,92%	1.106	2,70%	17,00%
27	761	1,12%	9,04%	1.308	3,19%	20,20%
28	1.454	2,14%	11,18%	1.653	4,03%	24,23%
29	2.202	3,24%	14,42%	1.763	4,30%	28,53%
30	1.835	2,70%	17,11%	1.705	4,16%	32,69%
31	2.342	3,44%	20,56%	1.518	3,70%	36,40%
32	2.837	4,17%	24,73%	1.502	3,67%	40,06%
33	2.576	3,79%	28,52%	1.259	3,07%	43,13%
34	2.337	3,44%	31,95%	1.279	3,12%	46,26%
35	2.629	3,87%	35,82%	1.251	3,05%	49,31%
36	2.546	3,74%	39,56%	1.222	2,98%	52,29%
37	2.935	4,32%	43,88%	1.265	3,09%	55,38%
38	2.902	4,27%	48,15%	1.350	3,29%	58,67%
39	3.010	4,43%	52,57%	1.405	3,43%	62,10%
40	2.430	3,57%	56,15%	1.109	2,71%	64,81%
41	2.318	3,41%	59,55%	1.112	2,71%	67,52%
42	2.279	3,35%	62,91%	1.041	2,54%	70,06%
43	1.855	2,73%	65,63%	905	2,21%	72,27%
44	1.290	1,90%	67,53%	636	1,55%	73,82%
45	432	0,64%	68,17%	363	0,89%	74,71%
46	186	0,27%	68,44%	135	0,33%	75,04%
47	142	0,21%	68,65%	82	0,20%	75,24%
48	135	0,20%	68,85%	66	0,16%	75,40%
49	87	0,13%	68,97%	73	0,18%	75,58%
50	125	0,18%	69,16%	73	0,18%	75,75%



MINUTA

Banco Ourinvest S.A.  
Relatório relativo à aplicação de  
procedimentos pré-acordados

**Anexo I - Distribuição das operações pelo intervalo (da emissão até seu primeiro vencimento)**

Dias	Somatório do valor liberado - R\$(000)	%	% acumulado	Quantidade de contratos	%	% acumulado
51	79	0,12%	69,27%	80	0,20%	75,95%
52	148	0,22%	69,49%	90	0,22%	76,17%
53	135	0,20%	69,69%	123	0,30%	76,47%
54	246	0,36%	70,05%	152	0,37%	76,84%
55	266	0,39%	70,44%	137	0,33%	77,17%
56	439	0,64%	71,09%	212	0,52%	77,69%
57	378	0,56%	71,64%	213	0,52%	78,21%
58	340	0,50%	72,14%	268	0,65%	78,86%
59	479	0,70%	72,85%	287	0,70%	79,57%
60	492	0,72%	73,57%	309	0,75%	80,32%
61	494	0,73%	74,30%	303	0,74%	81,06%
62	528	0,78%	75,07%	255	0,62%	81,68%
63	380	0,56%	75,63%	223	0,54%	82,23%
64	304	0,45%	76,08%	198	0,48%	82,71%
65	237	0,35%	76,43%	157	0,38%	83,09%
66	395	0,58%	77,01%	203	0,50%	83,59%
67	219	0,32%	77,33%	182	0,44%	84,03%
68	380	0,56%	77,89%	176	0,43%	84,46%
69	226	0,33%	78,22%	173	0,42%	84,88%
70	307	0,45%	78,67%	195	0,48%	85,36%
71	250	0,37%	79,04%	141	0,34%	85,70%
72	231	0,34%	79,38%	157	0,38%	86,09%
73	241	0,35%	79,74%	162	0,40%	86,48%
74	216	0,32%	80,05%	151	0,37%	86,85%
75	140	0,21%	80,26%	86	0,21%	87,06%
76	110	0,16%	80,42%	63	0,15%	87,21%
77	144	0,21%	80,63%	74	0,18%	87,39%
78	158	0,23%	80,87%	58	0,14%	87,54%
79	84	0,12%	80,99%	36	0,09%	87,62%
80	123	0,18%	81,17%	57	0,14%	87,76%
81	274	0,40%	81,57%	82	0,20%	87,96%
82	174	0,26%	81,83%	61	0,15%	88,11%
83	209	0,31%	82,14%	86	0,21%	88,32%
84	187	0,28%	82,41%	84	0,20%	88,53%
85	308	0,45%	82,87%	100	0,24%	88,77%
86	516	0,76%	83,62%	121	0,30%	89,07%
87	278	0,41%	84,03%	113	0,28%	89,34%
88	516	0,76%	84,79%	146	0,36%	89,70%
89	457	0,67%	85,46%	137	0,33%	90,03%
90	387	0,57%	86,03%	133	0,32%	90,36%
91	700	1,03%	87,06%	177	0,43%	90,79%
92	583	0,86%	87,92%	184	0,45%	91,24%
93	527	0,78%	88,69%	151	0,37%	91,61%
94	447	0,66%	89,35%	171	0,42%	92,02%
95	413	0,61%	89,96%	171	0,42%	92,44%
96	242	0,36%	90,32%	122	0,30%	92,74%
97	152	0,22%	90,54%	94	0,23%	92,97%
98	496	0,73%	91,27%	201	0,49%	93,46%



MINUTA

Banco Ourinvest S.A.  
Relatório relativo à aplicação de  
procedimentos pré-acordados

**Anexo I - Distribuição das operações pelo intervalo (da emissão até seu primeiro vencimento)**

Dias	Somatório do valor liberado - R\$(000)	%	% acumulado	Quantidade de contratos	%	% acumulado
99	356	0,52%	91,79%	215	0,52%	93,98%
100	404	0,59%	92,39%	220	0,54%	94,52%
101	535	0,79%	93,17%	217	0,53%	95,05%
102	305	0,45%	93,62%	168	0,41%	95,46%
103	254	0,37%	93,99%	119	0,29%	95,75%
104	228	0,33%	94,33%	90	0,22%	95,97%
105	157	0,23%	94,56%	67	0,16%	96,13%
106	93	0,14%	94,70%	49	0,12%	96,25%
107	58	0,09%	94,78%	26	0,06%	96,32%
108	40	0,06%	94,84%	19	0,05%	96,36%
109	47	0,07%	94,91%	18	0,04%	96,41%
110	49	0,07%	94,98%	19	0,05%	96,45%
111	30	0,04%	95,03%	12	0,03%	96,48%
112	35	0,05%	95,08%	21	0,05%	96,53%
113	44	0,07%	95,14%	21	0,05%	96,58%
114	64	0,09%	95,24%	18	0,04%	96,63%
115	59	0,09%	95,32%	30	0,07%	96,70%
116	77	0,11%	95,44%	31	0,08%	96,78%
117	87	0,13%	95,57%	32	0,08%	96,85%
118	63	0,09%	95,66%	31	0,08%	96,93%
119	55	0,08%	95,74%	35	0,09%	97,02%
120	98	0,14%	95,88%	44	0,11%	97,12%
121	64	0,09%	95,98%	49	0,12%	97,24%
122	134	0,20%	96,17%	52	0,13%	97,37%
123	103	0,15%	96,33%	63	0,15%	97,52%
124	97	0,14%	96,47%	42	0,10%	97,63%
125	79	0,12%	96,58%	32	0,08%	97,70%
126	44	0,06%	96,65%	24	0,06%	97,76%
127	115	0,17%	96,82%	36	0,09%	97,85%
128	77	0,11%	96,93%	37	0,09%	97,94%
129	115	0,17%	97,10%	61	0,15%	98,09%
130	139	0,20%	97,30%	67	0,16%	98,25%
131	98	0,14%	97,45%	49	0,12%	98,37%
132	54	0,08%	97,53%	34	0,08%	98,46%
133	78	0,11%	97,64%	41	0,10%	98,56%
134	44	0,06%	97,71%	35	0,09%	98,64%
135	58	0,09%	97,79%	31	0,08%	98,72%
136	13	0,02%	97,81%	12	0,03%	98,75%
137	18	0,03%	97,84%	12	0,03%	98,77%
138	41	0,06%	97,90%	6	0,01%	98,79%
139	3	0,01%	97,90%	3	0,01%	98,80%
140	37	0,05%	97,96%	7	0,02%	98,81%
141	33	0,05%	98,01%	10	0,02%	98,84%
142	16	0,02%	98,03%	11	0,03%	98,87%
143	6	0,01%	98,04%	6	0,01%	98,88%
144	14	0,02%	98,06%	12	0,03%	98,91%
145	61	0,09%	98,15%	9	0,02%	98,93%
146	16	0,02%	98,17%	8	0,02%	98,95%



**MINUTA**

*Banco Ourinvest S.A.  
Relatório relativo à aplicação de  
procedimentos pré-acordados*

**Anexo I - Distribuição das operações pelo intervalo (da emissão até seu primeiro vencimento)**

<b>Dias</b>	<b>Somatório do valor liberado - R\$(000)</b>	<b>%</b>	<b>% acumulado</b>	<b>Quantidade de contratos</b>	<b>%</b>	<b>% acumulado</b>
147	42	0,06%	98,24%	12	0,03%	98,98%
148	69	0,10%	98,34%	21	0,05%	99,03%
149	21	0,03%	98,37%	15	0,04%	99,07%
150	101	0,15%	98,52%	22	0,05%	99,12%
151	69	0,10%	98,62%	24	0,06%	99,18%
152	31	0,05%	98,66%	18	0,04%	99,22%
153	43	0,06%	98,73%	24	0,06%	99,28%
154	95	0,14%	98,87%	20	0,05%	99,33%
155	27	0,04%	98,91%	12	0,03%	99,36%
156	26	0,04%	98,95%	16	0,04%	99,40%
157	68	0,10%	99,05%	22	0,05%	99,45%
158	76	0,11%	99,16%	18	0,04%	99,50%
159	55	0,08%	99,24%	28	0,07%	99,57%
160	46	0,07%	99,31%	18	0,04%	99,61%
161	112	0,16%	99,47%	23	0,06%	99,67%
162	76	0,11%	99,58%	31	0,08%	99,74%
163	68	0,10%	99,68%	33	0,08%	99,82%
164	96	0,14%	99,82%	30	0,07%	99,90%
165	19	0,03%	99,85%	22	0,05%	99,95%
166	76	0,11%	99,96%	13	0,03%	99,98%
167	24	0,03%	100,00%	5	0,01%	99,99%
168	2	0,00%	100,00%	3	0,01%	100,00%
<b>Total</b>	<b>68.006</b>	<b>100,00%</b>		<b>40.979</b>	<b>100,00%</b>	
<b>Intervalo médio (em dias)</b>		<b>51</b>				



MINUTA

Banco Ourlinvest S.A.  
Relatório relativo à aplicação de  
procedimentos pré-acordados

## Anexo II - Representatividade mensal de cancelamentos

Origem da operação	Cancelamentos - R\$(000)	Somatório do valor liberado - R\$(000)	% de cancelamentos	Cancelamentos (em contratos)	Produção (em contratos)	% de cancelamentos
Jun/05	-	3	0,00%	-	2	0,00%
Ago/05	168	2.641	6,36%	22	1.742	1,26%
Set/05	69	2.607	2,66%	30	1.996	1,50%
Out/05	31	3.046	1,03%	8	2.137	0,37%
Nov/05	117	10.451	1,12%	45	4.757	0,95%
Dez/05	307	8.529	3,60%	75	4.184	1,79%
Jan/06	71	5.477	1,30%	38	3.695	1,03%
Fev/06	312	4.929	6,33%	236	3.615	6,53%
Mar/06	88	5.128	1,71%	42	4.274	0,98%
Abr/06	52	4.401	1,18%	27	2.919	0,92%
Mai/06	75	6.132	1,22%	30	3.691	0,81%
Jun/06	87	7.657	1,14%	43	4.007	1,07%
Jul/06	52	7.006	0,75%	35	3.960	0,88%
<b>Total</b>	<b>1.430</b>	<b>68.006</b>	<b>2,10%</b>	<b>631</b>	<b>40.979</b>	<b>1,54%</b>



Anexo III - Cancelamentos por estabelecimento/fornecedor

Origem da Operação	Aldo Componentes	%	Eletrodireto	%	Unihab	%	Votorantim	%	Wharton	%	Total
Ago/05	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%	168	100,00%	-	0,00%	168
Set/05	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%	69	100,00%	-	0,00%	69
Out/05	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%	31	100,00%	-	0,00%	31
Nov/05	-	0,00%	62	53,22%	1	0,47%	54	46,31%	-	0,00%	117
Dez/05	-	0,00%	175	56,94%	-	0,00%	132	43,06%	-	0,00%	307
Jan/06	-	0,00%	48	67,71%	-	0,00%	23	32,29%	-	0,00%	71
Fev/06	0	0,00%	10	3,29%	-	0,00%	302	96,71%	-	0,00%	312
Mar/06	0	0,01%	21	24,42%	-	0,00%	66	75,57%	-	0,00%	88
Abr/06	-	0,00%	12	23,82%	1	1,06%	38	73,17%	1	1,96%	52
Mai/06	2	2,93%	14	18,19%	-	0,00%	59	78,89%	-	0,00%	75
Jun/06	0	0,40%	28	32,03%	-	0,00%	59	67,57%	-	0,00%	87
Jul/06	1	2,38%	10	18,25%	-	0,00%	41	79,37%	-	0,00%	52
Total	4	0,27%	381	26,62%	1	0,08%	1.044	72,97%	1	0,07%	1.430



**MINUTA**

*Banco Ourinvest S.A.  
Relatório relativo à aplicação de  
procedimentos pré-acordados*

**Anexo IV - Intervalo de dias até o cancelamento**

Dias	Valor liberado R\$(000)	%	% acumulado	Quantidade de operações	%	% acumulado
0	256	17,89%	17,89%	224	35,50%	35,50%
1	58	4,09%	21,98%	21	3,33%	38,83%
2	34	2,39%	24,37%	24	3,80%	42,63%
3	22	1,55%	25,92%	20	3,17%	45,80%
4	92	6,43%	32,35%	24	3,80%	49,60%
5	11	0,77%	33,12%	13	2,06%	51,66%
6	78	5,45%	38,57%	19	3,01%	54,68%
7	127	8,88%	47,45%	24	3,80%	58,48%
8	24	1,66%	49,11%	19	3,01%	61,49%
9	20	1,40%	50,51%	18	2,85%	64,34%
10	8	0,53%	51,04%	6	0,95%	65,29%
11	11	0,76%	51,80%	5	0,79%	66,09%
12	7	0,46%	52,27%	6	0,95%	67,04%
13	3	0,22%	52,49%	5	0,79%	67,83%
14	18	1,27%	53,76%	6	0,95%	68,78%
15	33	2,32%	56,08%	8	1,27%	70,05%
16	2	0,16%	56,24%	4	0,63%	70,68%
17	14	0,99%	57,23%	6	0,95%	71,63%
18	36	2,52%	59,75%	10	1,58%	73,22%
19	4	0,27%	60,02%	4	0,63%	73,85%
20	36	2,49%	62,51%	14	2,22%	76,07%
21	8	0,53%	63,03%	6	0,95%	77,02%
22	3	0,20%	63,23%	2	0,32%	77,34%
23	7	0,52%	63,75%	4	0,63%	77,97%
24	8	0,59%	64,34%	7	1,11%	79,08%
25	5	0,37%	64,71%	4	0,63%	79,71%
26	22	1,53%	66,24%	5	0,79%	80,51%
27	23	1,62%	67,86%	8	1,27%	81,77%
28	22	1,53%	69,39%	8	1,27%	83,04%
29	4	0,29%	69,68%	2	0,32%	83,36%
30	9	0,64%	70,32%	3	0,48%	83,84%
31	9	0,64%	70,96%	3	0,48%	84,31%
32	114	7,98%	78,94%	30	4,75%	89,06%
33	2	0,13%	79,07%	1	0,16%	89,22%
34	5	0,38%	79,44%	3	0,48%	89,70%
35	23	1,59%	81,04%	9	1,43%	91,13%
36	3	0,23%	81,26%	3	0,48%	91,60%
37	8	0,56%	81,82%	2	0,32%	91,92%
38	6	0,40%	82,22%	2	0,32%	92,23%
39	1	0,07%	82,30%	2	0,32%	92,55%
40	7	0,46%	82,76%	3	0,48%	93,03%
41	5	0,32%	83,08%	1	0,16%	93,19%
42	24	1,65%	84,73%	7	1,11%	94,29%
43	1	0,04%	84,77%	1	0,16%	94,45%
44	1	0,06%	84,82%	1	0,16%	94,61%
52	12	0,86%	85,68%	3	0,48%	95,09%
53	0	0,02%	85,70%	1	0,16%	95,25%
57	12	0,87%	86,57%	1	0,16%	95,40%
58	5	0,33%	86,90%	1	0,16%	95,56%
61	6	0,44%	87,34%	1	0,16%	95,72%
63	2	0,11%	87,46%	2	0,32%	96,04%
65	20	1,38%	88,83%	2	0,32%	96,35%
66	5	0,32%	89,16%	2	0,32%	96,67%
68	0	0,03%	89,18%	1	0,16%	96,83%
71	3	0,22%	89,40%	1	0,16%	96,99%
73	1	0,04%	89,44%	1	0,16%	97,15%
74	2	0,14%	89,58%	1	0,16%	97,31%

**MINUTA**

*Banco Ourinvest S.A.  
Relatório relativo à aplicação de  
procedimentos pré-acordados*

**Anexo IV - Intervalo de dias até o cancelamento**

Dias	Valor liberado R\$(000)	%	% acumulado	Quantidade de operações	%	% acumulado
75	2	0,11%	89,69%	1	0,16%	97,46%
77	1	0,07%	89,77%	1	0,16%	97,62%
86	27	1,88%	91,64%	1	0,16%	97,78%
96	11	0,74%	92,38%	1	0,16%	97,94%
99	2	0,13%	92,51%	1	0,16%	98,10%
103	3	0,21%	92,73%	1	0,16%	98,26%
104	3	0,20%	92,93%	3	0,48%	98,73%
105	54	3,74%	96,67%	2	0,32%	99,05%
113	7	0,46%	97,13%	1	0,16%	99,21%
114	24	1,67%	98,80%	1	0,16%	99,37%
122	1	0,05%	98,85%	1	0,16%	99,52%
124	1	0,07%	98,92%	1	0,16%	99,68%
125	9	0,66%	99,58%	1	0,16%	99,84%
132	6	0,42%	100,00%	1	0,16%	100,00%
<b>Total</b>	<b>1.430</b>	<b>100,00%</b>		<b>631</b>	<b>100,00%</b>	
<b>Intervalo médio de cancelamentos (em dias)</b>						
<b>17</b>						

## Anexo V - Distribuição mensal por limites

Origem da operação	Sem intervenção		Com intervenção		Rotativo		Saque		Tarifa		Total	
	Valor liberado em R\$(000)	%	Valor liberado em R\$(000)	%	Valor liberado em R\$(000)	%	Valor liberado em R\$(000)	%	Valor liberado em R\$(000)	%	Valor liberado em R\$(000)	%
Jun/05	3	100,00%	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%	3	100,00%
Ago/05	1	0,05%	2.639	99,95%	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%	2.641	100,00%
Set/05	110	4,24%	2.494	95,68%	2	0,09%	-	0,00%	-	0,00%	2.607	100,00%
Out/05	395	12,96%	2.643	86,78%	6	0,21%	2	0,06%	-	0,00%	3.046	100,00%
Nov/05	3.645	34,88%	6.789	64,97%	15	0,15%	1	0,01%	-	0,00%	10.451	100,00%
Dez/05	1.631	15,60%	6.864	65,68%	34	0,32%	1	0,01%	0	0,00%	8.529	81,61%
Jan/06	1.380	13,21%	4.022	38,48%	70	0,67%	6	0,06%	0	0,00%	5.477	52,41%
Fev/06	1.149	10,99%	3.693	35,34%	87	0,83%	1	0,01%	0	0,00%	4.929	47,17%
Mar/06	1.271	12,16%	3.709	35,49%	146	1,40%	1	0,01%	0	0,00%	5.128	49,07%
Abr/06	1.235	11,81%	3.073	29,40%	89	0,86%	4	0,04%	0	0,00%	4.401	42,12%
Mai/06	1.406	22,92%	4.632	75,54%	85	1,38%	10	0,16%	0	0,00%	6.132	100,00%
Jun/06	2.192	28,63%	5.375	70,20%	89	1,17%	-	0,00%	0	0,00%	7.657	100,00%
Jul/06	2.495	32,58%	4.417	57,68%	94	1,23%	-	0,00%	0	0,00%	7.006	91,50%
Total	16.913	24,87%	50.350	74,04%	717	1,05%	25	0,04%	1	0,00%	68.006	100,00%



**MINUTA**

**Banco Ourinvest S.A.**  
*Relatório relativo à aplicação de  
procedimentos pré-acordados*

## **Anexo VI - Aging Eletrodireto - "Sem interveniência"**

<b>Faixas</b>	<b>Valor da parcela - R\$(000)</b>	<b>%</b>	<b>% acumulado</b>
Total sob análise	14.185		
Canceladas	185		
Faturamento a vencer	4.225		
Total devido	9.774		
Descontos	327	3,34%	3,34%
Multas	(57)	-0,58%	2,76%
Antecipações de pagamentos			
Antecipadas de 31 a 65 dias	1	0,01%	2,78%
Antecipadas de 16 a 30 dias	4	0,04%	2,81%
Antecipadas de 11 a 15 dias	12	0,12%	2,93%
Antecipadas de 6 a 10 dias	83	0,85%	3,79%
Antecipadas 5 dias	72	0,74%	4,53%
Antecipadas 4 dias	130	1,33%	5,86%
Antecipadas 3 dias	235	2,40%	8,26%
Antecipadas 2 dias	379	3,88%	12,13%
Antecipadas 1 dia	668	6,83%	18,96%
Liquidadas no vencimento	4.098	41,93%	60,89%
Liquidadas com atraso			
Liquidadas 1 dia	1.062	10,87%	71,76%
Liquidadas 2 dias	1.208	12,36%	84,12%
Liquidadas 3 dias	363	3,71%	87,83%
Liquidadas 4 dias	151	1,54%	89,38%
Liquidadas 5 dias	127	1,30%	90,68%
Liquidadas de 6 a 10 dias	422	4,32%	95,00%
Liquidadas de 11 a 15 dias	150	1,53%	96,53%
Liquidadas de 16 a 30 dias	111	1,13%	97,66%
Liquidadas de 31 a 65 dias	80	0,82%	98,48%
Liquidadas de 66 a 90 dias	18	0,18%	98,66%
Liquidadas de 91 a 120 dias	9	0,09%	98,75%
Liquidadas de 121 a 180 dias	14	0,14%	98,89%



**MINUTA**  
**Banco Ourinvest S.A.**  
*Relatório relativo à aplicação de  
procedimentos pré-acordados*

**Anexo VII - Aging Eletrodireto - "Com interveniência"**

<b>Faixas</b>	<b>Valor da parcela - R\$(000)</b>	<b>%</b>	<b>% acumulado</b>
Total sob análise	11.979		
Canceladas	216		
Faturamento a vencer	3.611		
Total devido	8.152		
Descontos	31	0,38%	0,38%
Multas	(58)	-0,71%	-0,33%
Antecipações de pagamentos			
Antecipadas de 11 a 15 dias	19	0,23%	-0,10%
Antecipadas de 6 a 10 dias	98	1,20%	1,10%
Antecipadas 5 dias	28	0,34%	1,44%
Antecipadas 4 dias	93	1,14%	2,58%
Antecipadas 3 dias	162	1,99%	4,57%
Antecipadas 2 dias	280	3,44%	8,01%
Antecipadas 1 dia	497	6,10%	14,11%
Liquidadas no vencimento	3.311	40,61%	54,72%
Liquidadas com atraso			
Liquidadas 1 dia	919	11,28%	66,00%
Liquidadas 2 dias	916	11,23%	77,23%
Liquidadas 3 dias	331	4,05%	81,28%
Liquidadas 4 dias	124	1,52%	82,80%
Liquidadas 5 dias	148	1,82%	84,62%
Liquidadas de 6 a 10 dias	474	5,81%	90,43%
Liquidadas de 11 a 15 dias	207	2,54%	92,97%
Liquidadas de 16 a 30 dias	122	1,49%	94,46%
Liquidadas de 31 a 65 dias	134	1,65%	96,11%
Liquidadas de 66 a 90 dias	178	2,19%	98,30%
Liquidadas de 91 a 120 dias	48	0,59%	98,89%
Liquidadas de 121 a 180 dias	18	0,22%	99,11%



**MINUTA**

**Banco Ourinvest S.A.**  
*Relatório relativo à aplicação de  
procedimentos pré-acordados*

## **Anexo VIII - Aging Aldo Componentes**

<b>Faixas</b>	<b>Valor da parcela - R\$(000)</b>	<b>%</b>	<b>% acumulado</b>
Total sob análise	4.459		
Canceladas	4		
Faturamento a vencer	1.775		
Total devido	2.680		
Descontos	62	2,32%	2,32%
Multas	(8)	-0,30%	2,02%
Antecipações de pagamentos			
Antecipadas de 91 a 120 dias	0	0,00%	2,02%
Antecipadas de 66 a 90 dias	3	0,12%	2,14%
Antecipadas de 31 a 65 dias	12	0,46%	2,61%
Antecipadas de 16 a 30 dias	22	0,84%	3,44%
Antecipadas de 11 a 15 dias	28	1,03%	4,47%
Antecipadas de 6 a 10 dias	117	4,35%	8,82%
Antecipadas 5 dias	27	1,01%	9,83%
Antecipadas 4 dias	35	1,31%	11,14%
Antecipadas 3 dias	68	2,54%	13,68%
Antecipadas 2 dias	578	21,57%	35,25%
Antecipadas 1 dia	187	6,98%	42,23%
Liquidadas no vencimento	1.192	44,48%	86,70%
Liquidadas com atraso			
Liquidadas 1 dia	92	3,43%	90,14%
Liquidadas 2 dias	41	1,53%	91,67%
Liquidadas 3 dias	50	1,87%	93,53%
Liquidadas 4 dias	24	0,89%	94,42%
Liquidadas 5 dias	16	0,59%	95,01%
Liquidadas de 6 a 10 dias	23	0,85%	95,86%

**MINUTA**

**Banco Ourinvest S.A.**  
*Relatório relativo à aplicação de  
procedimentos pré-acordados*

**Anexo IX - Aging Votorantim**

<b>Faixas</b>	<b>Valor da parcela - R\$(000)</b>	<b>%</b>	<b>% acumulado</b>
Total sob análise	42.762		
Canceladas	1.102		
Faturamento a vencer	11.116		
Total devido	30.544		
Descontos	177	0,58%	0,58%
Multas	(201)	-0,66%	-0,08%
Antecipações de pagamentos			
Antecipadas de 31 a 65 dias	62	0,20%	0,12%
Antecipadas de 16 a 30 dias	136	0,45%	0,57%
Antecipadas de 11 a 15 dias	138	0,45%	1,02%
Antecipadas de 6 a 10 dias	153	0,50%	1,52%
Antecipadas 5 dias	60	0,19%	1,72%
Antecipadas 4 dias	187	0,61%	2,33%
Antecipadas 3 dias	224	0,73%	3,06%
Antecipadas 2 dias	314	1,03%	4,09%
Antecipadas 1 dia	881	2,88%	6,97%
Liquidadas no vencimento	14.582	47,74%	54,71%
Liquidadas com atraso			
Liquidadas 1 dia	1.875	6,14%	60,85%
Liquidadas 2 dias	3.895	12,75%	73,60%
Liquidadas 3 dias	692	2,27%	75,87%
Liquidadas 4 dias	936	3,06%	78,93%
Liquidadas 5 dias	322	1,05%	79,99%
Liquidadas de 6 a 10 dias	1.642	5,37%	85,36%
Liquidadas de 11 a 15 dias	717	2,35%	87,71%
Liquidadas de 16 a 30 dias	842	2,76%	90,46%
Liquidadas de 31 a 65 dias	708	2,32%	92,78%
Liquidadas de 66 a 90 dias	701	2,30%	95,08%
Liquidadas de 91 a 120 dias	141	0,46%	95,54%
Liquidadas de 121 a 180 dias	151	0,49%	96,03%
Liquidadas acima de 180 dias	39	0,13%	96,16%
Vencidas e não liquidadas			

**MINUTA**

**Banco Ourinvest S.A.**  
*Relatório relativo à aplicação de  
procedimentos pré-acordados*

**Anexo X - Aging Unibeb**

<b>Faixas</b>	<b>Valor da parcela - R\$(000)</b>	<b>%</b>	<b>% acumulado</b>
Total sob análise	21		
Canceladas	1		
Faturamento a vencer	4		
Total devido	16		
Descontos	0	0,52%	0,52%
Multas	(0)	-1,12%	-0,60%
Antecipações de pagamentos			
Antecipadas 2 dias	0	0,80%	0,20%
Liquidadas no vencimento	4	27,03%	27,23%
Liquidadas com atraso			
Liquidadas 1 dia	0	1,61%	28,84%
Liquidadas 2 dias	2	9,95%	38,78%
Liquidadas 4 dias	1	3,52%	42,31%
Liquidadas 5 dias	0	1,97%	44,27%





MINUTA

Banco Ourinvest S.A.  
Relatório relativo à aplicação de  
procedimentos pré-acordados

## Anexo XI - Amostragem de 30 parcelas liquidadas por interveniência

	Razao social	CNPJ	Contrato	Parcela
1	EMP.JORNALISTICA REVISAO LTDA.	17711706000164	000007678	01
2	EMP.JORNALISTICA REVISAO LTDA.	17711706000164	000007758	01
3	I. O. MIRANDA - ME	00984080000167	000007315	03
4	I. O. MIRANDA - ME	00984080000167	000007315	02
5	UNIPORTO FORMULÁRIOS CONTÍNUOS LTDA.	03059339000151	000008198	01
6	I. O. MIRANDA - ME	00984080000167	000007314	03
7	I. O. MIRANDA - ME	00984080000167	000007314	02
8	I. O. MIRANDA - ME	00984080000167	000011305	01
9	INDÚSTRIA GRÁFICA NEVES E QUEIROZ L	06090719000147	000014461	01
10	UNIPORTO FORMULÁRIOS CONTÍNUOS LTDA.	03059339000151	000008661	01
11	GRAFINICK IND. COMÉRCIO E REP. LTDA.	02073981000122	000016296	01
12	JARD PRODUÇÕES GRÁFICAS LTDA.	71151286000154	000008700	03
13	GRAPHICAL IMPR. SERV. GRAF. LTDA. EPP	67284893000115	000011266	01
14	M DA COSTA ARTES GRÁFICAS	02095618000108	000006002	03
15	GRÁFICA E EDITORA GLOBO LTDA.	05735250000193	000013056	02
16	GRAFINICK IND. COMÉRCIO E REP. LTDA.	02073981000122	000007311	03
17	STILLO GRÁFICA E EDITORA LTDA. ME	04143369000104	000009396	01
18	STILLO GRÁFICA E EDITORA LTDA. ME	04143369000104	000010697	01
19	STILLO GRÁFICA E EDITORA LTDA. ME	04143369000104	000011704	01
20	UNIPORTO FORMULÁRIOS CONTÍNUOS LTDA.	03059339000151	000008637	01
21	GRAFINICK IND. COMÉRCIO E REP. LTDA.	02073981000122	000007310	03
22	M DA COSTA ARTES GRÁFICAS	02095618000108	000006833	03
23	JARD PRODUÇÕES GRÁFICAS LTDA.	71151286000154	000010517	02
24	STILLO GRÁFICA E EDITORA LTDA. ME	04143369000104	000010028	01
25	GRÁFICA AURIVERDE LTDA.	33172263000137	000012005	02
26	EDSON LUIZ NOGUEIRA CAMPOS ME	31697303000139	000015181	01
27	N C RIBEIRO BELEM ME	31622434000157	000014721	02
28	N C RIBEIRO BELEM ME	31622434000157	000014721	01
29	MARCELINO OLIVEIRA DE SOUZA	04854236000146	000017554	01
30	ROSILENE S. PEREIRA	02411819000177	000014761	01



(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

## **Súmula da Agência de Classificação de Risco**

# Ourinvest Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Financeiros - Suppliercard

## DATA DE MONITORAMENTO:

30 de setembro de 2009

## DATA DE FECHAMENTO:

27 de junho de 2007

## AUTORES:

Johann Grieneisen  
AVP/Analyst  
Structured Finance Group  
+55-11-3043-7305  
[Johann.Grieneisen@moodys.com](mailto:Johann.Grieneisen@moodys.com)

## CONTATOS:

Maria Muller  
Senior Vice President  
Structured Finance Group  
+1-212-553-4309  
[Maria.Muller@moodys.com](mailto:Maria.Muller@moodys.com)

Linda Stesney  
Managing Director  
Structured Finance Group  
+1-212-553-3691  
[Linda.Stesney@moodys.com](mailto:Linda.Stesney@moodys.com)

## MOODY'S CLIENT SERVICES:

New York  
+1-212-553-1653

Tokyo  
+81-3-5408-4100

London  
+44-20-7772-5454

Hong Kong  
+852-3551-3077

Sydney  
+61-2-9270-8100

Singapore  
+65-6398-8308

## WEBSITE:

[www.moodys.com](http://www.moodys.com)  
[www.moodys.com.br](http://www.moodys.com.br)

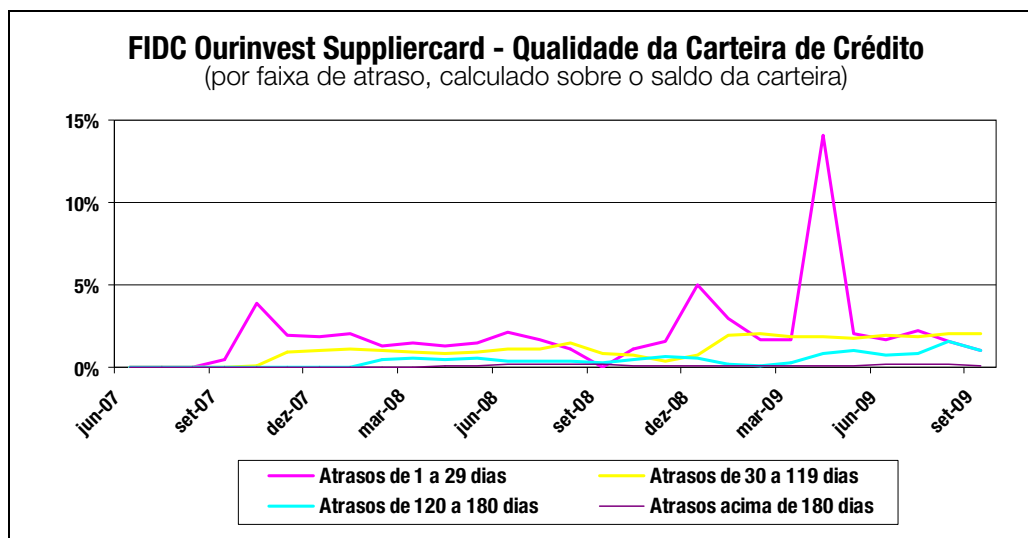
Emissor:	Ourinvest FIDC Financeiros - Suppliercard
Tipo de Veículo Emissor:	FIDC aberto
Tipo de Ativo:	Recebíveis de cartão de crédito do tipo "private label"
Moeda:	Real
Periodicidade das Informações:	Mensal
Originator & Cobrador Primário:	Suppliercard Administradora de Cartões de Crédito S.A. (Sem Rating)
Custodiante:	Itaú Unibanco S.A. ( <b>Aaa.br</b> rating de depósito em escala nacional & <b>A1</b> em escala global de moeda local)
Administrador:	Oliveira Trust DTVM S.A.
Auditor Externo:	KPMG Auditores Independentes
Assessor Legal:	Motta, Fernandes Rocha Advogados
Montante Inicial (Sênior):	R\$ 100MM

Resumo da Operação	30-set-09
Ratings (Escala nacional & Escala global de moeda local):	<b>Aa2.br &amp; Ba2</b>
Em Revisão:	Não
Quotas Sênior:	R\$ 77,126,688
Data de Início:	27-jun-07
Data de Vencimento:	30-jun-27
Prazo Remanescente (meses):	212
Frequência Amortiz. (Principal + Rendto.):	Resgates de quotas sênior permitidos em 1º de fevereiro, 1º de junho e 1º de outubro
Reserva de Caixa:	3 meses de despesas projetadas do Fundo

Monitoramento dos Gatilhos	Limite	30-set-09	Implicação	Respeitado?
Razão de Garantia	< 80.0%	68.4%	Evento de Avaliação*	Sim
Reserva de Caixa	> R\$ 150,000	R\$ 17,384,339	Evento de Avaliação*	Sim
Excesso de Spread	> 5.0%	28.6%	Evento de Avaliação*	Sim
Reserva de Liquidez (Sobre o PL do Fundo)	> 3.0%	23.8%	Evento de Avaliação*	Sim
Atrasos de 1 a 29 dias	< 15.0%	1.0%	Evento de Avaliação*	Sim
Atrasos de 30 a 119 dias	< 10.0%	2.1%	Evento de Avaliação*	Sim
Atrasos de 120 a 180 dias	< 6.0%	1.0%	Evento de Avaliação*	Sim
Atrasos acima de 180 dias	< 7.0%	0.1%	Evento de Avaliação*	Sim
Índice de Refinanciamento	< 50.0%	7.7%	Evento de Avaliação*	Sim
Concentração por Estabelecimento (s/PL)				
Bunge	< 80.0%	67.2%	-	Sim

\*Ocorrendo um Evento de Avaliação, será convocada uma assembléia de quotistas na qual os investidores poderão optar pela declaração de vencimento antecipado ou pelo perdão do desenquadramento.





**Análise:** A razão de garantia máxima conforme definida no regulamento de 80% e o excesso de spread mínimo anual de 5% têm sido respeitados desde o início do Fundo. Em 30 de setembro de 2009, os atrasos mantiveram-se estáveis em todas as faixas (veja gráfico acima). O Índice de Refinanciamento (calculado sobre o montante recebido e limitado em 50,0% por mês) apurado em 30 de setembro foi 7.7% e abaixo da média mensal de 11,6% desde setembro de 2007, quando este índice começou a ser calculado pelo administrador. Recompras no mês de setembro reportados em 0.8% do patrimônio líquido, e abaixo da média de 1.2% (por mês) nos últimos 12 meses. Em 30 de setembro de 2009, os direitos creditórios originados pela Bunge representaram cerca de 67.2% do patrimônio líquido do Fundo, abaixo do limite de 80%. A Moody's observa que em 22 de outubro de 2009, houve Assembleia Geral de Quotistas que aprovou a prorrogação do prêmio de remuneração de 4% da Taxa DI, conferido aos Quotistas Seniores através da Assembleia Geral de Quotistas realizada em 28/04/2009, por um período de 1 ano. Desta forma o benchmark das Quotas Seniores do Fundo será de 115% da Taxa DI no período que se inicia 04/11/2009 (inclusive) e encerrando em 04/11/2010.

Doc ID# SF183798

Doc ID# SF183797 (English)

Direitos autorais: 2009, Moody's Investors Service, Inc., e/ou suas licenciadas, sociedades controladoras, sob controle comum ou controladas (em conjunto, a "MOODY'S"). Todos os direitos reservados. AS INFORMAÇÕES CONTIDAS NESTE DOCUMENTO SÃO PROTEGIDAS PELA LEGISLAÇÃO DE DIREITOS AUTORAIS E NÃO PODEM SER COPIADAS, REPRODUZIDAS, TRANSMITIDAS, DIVULGADAS, REVENDIDAS OU ARMAZENADAS PARA USO SUBSEQUENTE PARA QUALQUER DESSES FINS, NO TODO OU EM PARTE, DE QUALQUER FORMA OU MEIO, POR QUALQUER PESSOA, SEM O CONSENTIMENTO PRÉVIO, POR ESCRITO, DA MOODY'S. Todas as informações contidas neste documento foram obtidas pela MOODY'S junto a fontes que ela considera precisas e confiáveis. Devido à possibilidade de erro humano ou mecânico, bem como outros fatores, contudo, essas informações são fornecidas "no estado em que se encontram", sem garantia de qualquer tipo, e a MOODY'S não presta, a respeito dessas informações, qualquer declaração ou garantia, expressa ou implícita, quanto à precisão, grau de atualização, completude, valor comercial ou adequação a qualquer fim específico. Em nenhum caso a MOODY'S será responsável perante qualquer pessoa, física ou jurídica, por (a) perdas ou danos causados, sofridos ou relacionados, no todo ou em parte, a erro (por negligência ou não) ou circunstâncias diversas, dentro ou fora da esfera de controle da MOODY'S ou de seus diretores, administradores, empregados ou agentes, em relação à obtenção, compilação, análise, interpretação, comunicação, publicação ou transferência dessas informações, ou (b) danos diretos ou indiretos de qualquer natureza (incluindo, sem limitação, lucros cessantes), resultantes do uso ou incapacidade de usar essas informações, mesmo se a MOODY'S for avisada com antecedência sobre a possibilidade de ocorrência desses danos. Os ratings de crédito e os comentários de análise de relatórios financeiros, se houver, constituirão parte das informações contidas neste documento, e poderão ser interpretados somente como manifestação de opinião, e não como declaração de fato ou recomendação para a compra, venda ou detenção de valores mobiliários. A MOODY'S NÃO PRESTA NENHUMA GARANTIA, EXPRESSA OU IMPLÍCITA, QUANTO À PRECISÃO, GRAU DE ATUALIZAÇÃO, COMPLETUDE, VALOR COMERCIAL OU ADEQUAÇÃO A QUALQUER FIM ESPECÍFICO DE QUALQUER RATING, OUTRA OPINIÃO OU INFORMAÇÃO. Cada rating ou outra opinião deve ser considerado apenas como um fator para uma decisão de investimento tomada por um usuário das informações contidas neste documento, ou em nome desses usuários. Os usuários devem, conseqüentemente, realizar seu próprio estudo e avaliação de cada valor mobiliário, emissor, garantidor e fornecedor de suporte de crédito, para cada valor mobiliário que possam considerar comprar, deter ou vender.

A MOODY'S, neste ato, divulga que a maioria dos emissores de títulos de dívida (incluindo títulos corporativos e municipais, debêntures, notes e notas promissórias) e de ações preferenciais classificadas pela MOODY'S se obrigou, antes da atribuição de qualquer rating, a pagar à MOODY'S, por serviços de avaliação e rating por ela prestados, honorários de US\$1.500 a aproximadamente US\$2.400.000. A Moody's Corporation (MCO) e sua subsidiária integral, a agência de classificação de risco Moody's Investors Service (MIS), também mantêm políticas e procedimentos a fim de preservar a independência dos ratings e dos processos de rating da MIS. São incluídas anualmente no website da Moody's - [www.moody.com](http://www.moody.com) -, sob o título "Shareholder Relations - Corporate Governance - Director and Shareholder Affiliation Policy", informações acerca de relações societárias que possam existir entre diretores da MCO e entidades classificadas por ratings, e entre entidades que possuem ratings da MIS e que também informaram publicamente à SEC (Security and Exchange Commission - EUA) deter participação acionária maior que 5% na MCO.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

## **Regulamento**



863081

3º RTD-RJ-Reg. n° 863081  
 Emolumentos R\$ 285,78  
 Distribuidor R\$ 11,32  
 Mutua/Acoterj R\$ 7,82  
 Fap/Fundper/Funper R\$ 87,79  
 Total R\$ 392,69

## INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONSTITUIÇÃO DE FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS

Por este instrumento particular, **OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S/A.**, instituição com sede na Cidade do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 500, bloco 13, grupo 205, Barra da Tijuca, inscrita no CNPJ sob o nº 36.113.876/0001-91, neste ato devidamente representada por seus representantes legais, constitui o **OURINVEST FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS FINANCEIROS - SupplierCard**, nos termos da Instrução CVM nº 356, de 17 de dezembro de 2001, alterada pela Instrução CVM nº 393, de 22 de julho de 2003 e pela Instrução CVM nº 442, de 08 de dezembro de 2006, que se regerá pelas seguintes cláusulas e condições:

I - Sob a denominação de **OURINVEST FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS FINANCEIROS - SupplierCard ("FUNDO")**, com sede na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 500, bloco 13, grupo 205, Barra da Tijuca, fica constituído um FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS nos termos da Instrução CVM nº 356, de 17 de dezembro de 2001, alterada pela Instrução CVM nº 393, de 22 de julho de 2003 e pela Instrução CVM nº 442, de 08 de dezembro de 2006;

II - A administração do **FUNDO** será efetuada por **OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S/A**, acima qualificada;

III - O valor unitário inicial das Quotas Sênior e Subordinadas do **FUNDO** é de R\$ 100,00 (cem reais);

IV - O diretor da Instituição Administradora responsável pelas operações do **FUNDO**, designado para responder, civil e criminalmente, pela gestão, supervisão e acompanhamento do **FUNDO**, bem como pela prestação de informações a ele relativas, é o Sr. Mauro Sergio de Oliveira; e

V - Seu regulamento é ora aprovado nos termos do documento anexo.

Sendo assim, assina o presente Instrumento em 03 (três) vias de igual teor, juntamente com 2 (duas) testemunhas.

Rio de Janeiro, 06 de março de 2007

**OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S/A**

**Cesar Reinaldo Leal Pinto**  
DIRETOR

**Alexandre Lodi de Oliveira**  
Procurador

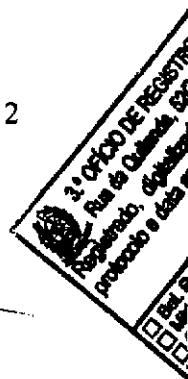
Testemunhas:

1. *Paula Perazzi A. Ferreira*

Nome: Paula Perazzi A. Ferreira  
RG: RG: 11812920-4 IFPI/RJ  
CPF: CPF: 095.449.027-40

2. *Michelle Moreira de Souza*

Nome: Michelle Moreira de Souza  
RG: MG - 7.929.098  
CPF: CPF: 010.915.958-07



865245

29 MAR 2007 865245

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE PRIMEIRA ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO DO  
OURINVEST FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS  
FINANCEIROS - SUPPLIERCARD**

Por este instrumento particular, **OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S/A**, instituição com sede na Cidade do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 500, bloco 13, grupo 205, Barra da Tijuca, inscrita no CNPJ sob o nº 36.113.876/0001-91, neste ato devidamente representada por seus representantes legais, na qualidade de Administradora (doravante denominada "Administradora") do **OURINVEST FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS FINANCEIROS - SUPPLIERCARD**, constituído em 06 de março de 2007, sob o nº 863081 perante o 3º Ofício de Registro de Títulos e Documentos do Rio de Janeiro, (doravante denominado "**Fundo**"), nos termos da Instrução CVM nº 356, de 17 de dezembro de 2001 e suas alterações posteriores.

**CONSIDERANDO** que até a presente data não foi iniciado o processo de distribuição pública das Quotas Seniores do Fundo

**CONSIDERANDO** que a CVM formulou exigências para alterar o Regulamento do Fundo.

Resolve a Administradora deliberar pela alteração dos seguintes dispositivos do Regulamento, que vigorará na forma do Regulamento consolidado anexo a presente Deliberação:

1. Alteração da redação:

- (a) Das alíneas "e" e "p" do item 8.4 do Capítulo VIII;
- (b) Da alínea "b" do item 12.2 do Capítulo XII;
- (c) Do item 14.3 do Capítulo XIV;
- (d) Do item 17.4 do Capítulo XVII, retificando o mês informado no item 2 do quadro referente ao Período de Solicitação de Resgate de Quotas Seniores; e
- (e) Do item 21.11 do Capítulo XXI.

3ºRTD-RJ-Reg. nº 865245  
Emolumentos R\$ 210,94  
Distribuidor R\$ 1,32  
Mutua/Acoterj R\$ 7,82  
Fes/Fundpar/Funparj R\$ 66,35  
Total R\$ 286,43



Sendo assim, assina o presente Instrumento em 01 (uma) via, juntamente com 2 (duas) testemunhas.

Rio de Janeiro, 29 de março de 2007.

**OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S/A**

**Juarez Dias Costa**  
Diretor

**Alexandre Lodi de Oliveira**  
Procurador

Testemunhas:

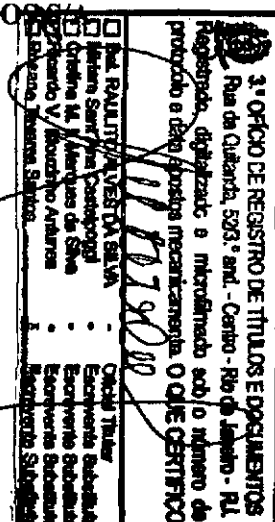
*Paula Perazzi A. Ferreira*

**Paula Perazzi A. Ferreira**  
RG: 11812920-4 IFP/RJ  
CPF: 095.449.027-40

*Maria Eunice Mottam Def. Mello*

**MARIAEUNICE MOTTAM DEF. MELLO**  
CPF: 040.887.377-82  
IFP: 12.857.135-3

**CERTIFICADO MAIS** que o presente documento  
acha-se averbado à margem do registro sob  
o nº **863081** do Livro **E-42**  
Dou fé



**INSTRUMENTO PARTICULAR DE SEGUNDA ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO DO  
OURINVEST FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS FINANCEIROS -  
SUPPLIERCARD**

**CONSIDERANDO** que até a presente data não foi iniciado o processo de distribuição pública das Quotas Seniores do Fundo

Resolve a Administradora deliberar pela alteração dos seguintes dispositivos do Regulamento, que vigorará na forma do Regulamento consolidado anexo a presente Deliberação:

- (a) Alteração da redação dos sub-ítems 32 e 82 e do item 2.1 do Capítulo II;
- (b) Alteração dos sub-ítems 78 e 91 do item 2.1 do Capítulo II;
- (c) Alteração da redação:
  - (i) do item 4.5 do Capítulo IV;
  - (ii) das alíneas “a” e “e” do item 5.2 e do item 5.7.1 do Capítulo V;
- (d) Inserção do item 5.8 ao Capítulo V;
- (e) Inserção do item 7.5 ao Capítulo VII;
- (f) Inserção do sub-item 11.7.2 e suas alíneas ao Capítulo XI;
- (g) Alteração da redação das alíneas “g” e “s” do item 12.2 do Capítulo XII;
- (h) Inserção da alínea “t” ao item 12.2 do Capítulo XII;
- (i) Inserção da alínea “e” ao item 12.3 do Capítulo XII;
- (j) Alteração da redação do item 12.4 do Capítulo XII;
- (k) Alteração da redação do item 15.1 do Capítulo XV;
- (l) Alteração da redação da alínea “b” do item 17.18 do Capítulo XVII;
- (m) Inserção da alínea “i” ao item 21.1 do Capítulo XXI;
- (n) Alteração da redação do item 26.1 do Capítulo XXVI;
- (o) Inserção da alínea “j” ao item 27.1 do Capítulo XXVII.

CERTIFICADO MARGEM: O presente instrumento em 01 (uma) via, juntamente com o original, encontra-se depositado no Cartório de Registro de Imóveis da 1ª Circunscrição do Município de Rio de Janeiro, sob o nº 865245 do Livro E-43 Rio de Janeiro, 01 de junho de 2007.

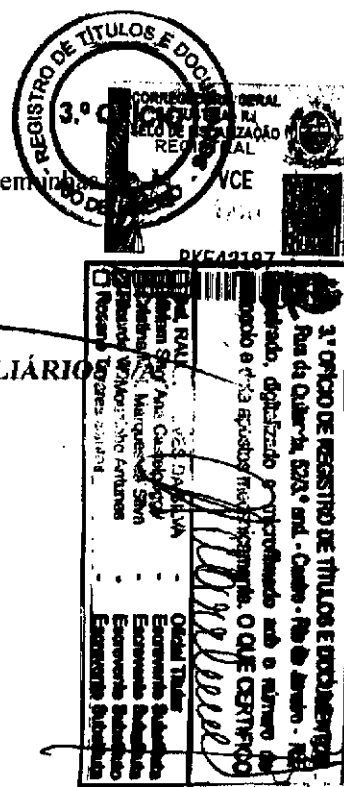
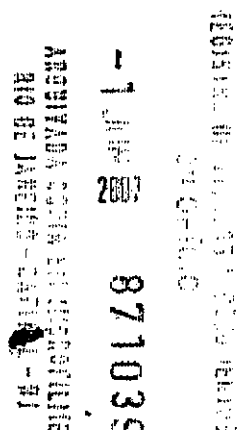
**OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**

Testemunhas: **João Alexandre C. de Freitas**  
**DIRETOR**

**Alexandre Lodi de Oliveira**  
Procurador

MARIA BUNCE MOTA M. DES. NELLO  
CPF: 088.987.977-52  
IEP: 12.852.135-3

**Paula Perazzi A. Ferreira**  
RG: 11512920-4 IFP/RJ  
CPF: 095.449.027-40



874132

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE TERCEIRA ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO DO  
OURINVEST FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS FINANCEIROS -  
SUPPLIERCARD - 6 JUL 2007 874132**

ARQUIVADA CÓPIA EM MICROFILME

Por este instrumento particular, OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S/A, instituição com sede na Cidade do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 500, bloco 13, grupo 205, Barra da Tijuca, inscrita no CNPJ sob o nº 36.113.876/0001-91, neste ato devidamente representada por seus representantes legais, na qualidade de Administradora (doravante denominada "Administradora") do OURINVEST FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS FINANCEIROS - SUPPLIERCARD, constituído em 06 de março de 2007, sob o nº 863081 e alterado pelo Instrumento Particular de (i) Primeira Alteração ao Regulamento, registrado sob o nº 865245 em 29/03/2007 e (ii) Segunda Alteração ao Regulamento registrado sob o nº 871039 em 01/06/2007, todos perante o 3º Ofício de Registro de Títulos e Documentos do Rio de Janeiro, (doravante denominado "Fundo"), nos termos da Instrução CVM nº 356, de 17 de dezembro de 2001 e suas alterações posteriores.

**CONSIDERANDO** que a CVM formulou exigências para alterar o Regulamento do Fundo.

Resolve a Administradora deliberar pela alteração dos seguintes dispositivos do Regulamento, que vigorará na forma do Regulamento consolidado anexo a presente Deliberação:

- (a) Alteração da redação do
  - (i) subitem 83 e do item 2.1 do Capítulo II;
  - (ii) item 11.7.1. do Capítulo XI;
- (b) Inserção da alínea "u" ao item 12.2 do Capítulo XII;
- (c) Retificação dos dispositivos indicados na alínea "e" do item 14.5 do Capítulo XIV;
- (d) Alteração da redação do item 15.1 do Capítulo XV, de modo a inserir a quantidade mínima e máxima de quotas que virão a representar o Patrimônio Líquido do Fundo

3ºRTD-RJ-Reg. nº 874132  
 Emolumentos R\$ 252,00  
 Distribuidor R\$ 11,32  
 Vistas/Acoler R\$ 7,82  
 Foto/Fundopery/Furper R\$ 77,60  
 Total R\$ 348,74



Sendo assim, assina o presente Instrumento em 01 (uma) via, juntamente com 2 (duas) testemunhas

CERTIFICO MAIS que o presente documento  
acha-se averbado à margem do registro sob  
o nº 871039 do Livro E-44 Rio de Janeiro, 06 de julho de 2007.

Dou fe

**OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S/A**

**José Alexandre C. de Freitas  
DIRETOR**

**Alexandre Lodi de Oliveira  
Presessor**

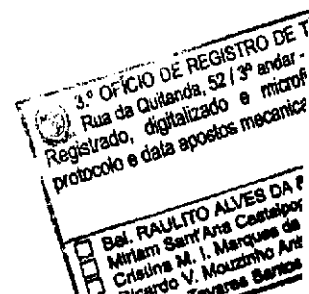
Testemunhas:

*Maria Eunice Motta M. de F. Mello*

**MARIA EUNICE MOTTA M. DE F. MELLO**  
CPF: 088.987.377-82  
IFP: 12.857.135-3

*Paula Perazzi A. Ferreira*

**Paula Perazzi A. Ferreira**  
RG: 11812020-4 IFP/RJ  
CPF: 095.449.027-40



**INSTRUMENTO PARTICULAR DE QUARTA ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO DO  
OURINVEST FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS FINANCEIROS -  
SUPPLIERCARD**

Por este instrumento particular, **OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S/A**, instituição com sede na Cidade do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 500, bloco 13, grupo 205, Barra da Tijuca, inscrita no CNPJ sob o nº 36.113.876/0001-91, neste ato devidamente representada por seus representantes legais, na qualidade de Administradora (doravante denominada "Administradora") do **OURINVEST FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS FINANCEIROS - SUPPLIERCARD**, constituído em 06 de março de 2007, sob o nº 863081 e alterado pelo Instrumento Particular de (i) Primeira Alteração ao Regulamento, registrado sob o nº 865245 em 29/03/2007; (ii) Segunda Alteração ao Regulamento registrado sob o nº 871039 em 01/06/2007; e (iii) Terceira Alteração ao Regulamento sob o nº 874132 em 06/07/2007, todos perante o 3º Ofício de Registro de Títulos e Documentos do Rio de Janeiro, (doravante denominado "**Fundo**"), nos termos da Instrução CVM nº 356, de 17 de dezembro de 2001 e suas alterações posteriores.

**CONSIDERANDO** que a maioria dos Quotistas reunidos em Assembléia Geral de Quotistas aprovou alterar os Critérios de Elegibilidade constantes do Regulamento do Fundo.

Resolve a Administradora deliberar pela alteração dos seguintes dispositivos do Regulamento, que vigorará na forma do Regulamento consolidado anexo à presente Deliberação:

- (a) Alteração da redação dos subitens "c" e "e" do item 5.2 do Capítulo V;
- (b) Nova redação ao subitem "d" do item 5.2 do Capítulo V, com a conseqüente remuneração dos subitens seguintes; e
- (c) Inserção dos itens 5.2.1 e 5.2.2 ao Capítulo V.

Sendo assim, assina o presente Instrumento em 01 (uma) via, juntamente com 2 (duas) testemunhas.

3ºRTD-RJ-Reg. nº 908375  
Emolumentos R\$ 285,95  
Distribuidor R\$ 11,81  
Vultus/Acolari R\$ 8,15  
Fals/Fundpar/Funpar R\$ 81,84  
Total R\$ 387,85



Rio de Janeiro, 27 de Outubro de 2008.

*[Handwritten signature]*

**OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S/A**

Testemunhas:

Silvia Cristina de Oliveira  
Procuradora

*[Handwritten signature: Maria Eunice Motta M. Def. Mello]*

MARIA EUNICE MOTTA M. DEF. MELLO  
CPF: 068.887.377-82  
IFP: 12.857.136-3

*[Handwritten signature: Aline Tavares da Silva]*  
ALINE TAVARES DA SILVA  
Detran/RJ:020.621.272-2  
CPF: 101.900.787-74



RMK16243



REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS  
3º OFÍCIO  
R. DE JANEIRO - RJ

29 OUT 2008 908375

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS  
3º OFÍCIO

908322

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE QUINTA ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO DO  
OURINVEST FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS FINANCEIROS -  
SUPPLIERCARD**

- 5 NOV 2008 908822

Por este instrumento particular, **OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S/A**, instituição com sede na Cidade do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 500, bloco 13, grupo 205, Barra da Tijuca, inscrita no CNPJ sob o nº 36.113.876/0001-91, neste ato devidamente representada por seus representantes legais, na qualidade de Administradora (doravante denominada "Administradora") do **OURINVEST FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS FINANCEIROS - SUPPLIERCARD**, constituído em 06 de março de 2007, sob o nº 863081 e alterado pelo Instrumento Particular de (i) Primeira Alteração ao Regulamento, registrado sob o nº 865245 em 29/03/2007; (ii) Segunda Alteração ao Regulamento registrado sob o nº 871039 em 01/06/2007; (iii) Terceira Alteração ao Regulamento sob o nº 874132 em 06/07/2007; e (iv) Quarta Alteração ao Regulamento sob o nº 908375 em 29/10/2008, todos perante o 3º Ofício de Registro de Títulos e Documentos do Rio de Janeiro, ("Fundo"), nos termos da Instrução CVM nº 356, de 17 de dezembro de 2001 e suas alterações posteriores.

**CONSIDERANDO** que a maioria dos Quotistas Seniores reunidos em Assembléia Geral de Quotistas, realizada em 17/10/2008, aprovou alterar os Critérios de Elegibilidade constantes do Regulamento do Fundo.

**CONSIDERANDO** que o único Quotista titular de Quotas Subordinadas do Fundo, aprovou em Assembléia Geral de Quotista, realizada em 31/10/2008, a criação de um prêmio de remuneração de 4% da Taxa DI, a ser conferido aos Quotistas Seniores, de modo que o benchmark das Quotas Seniores passará de 111% para 115% da Taxa DI, por um período de 6 meses, iniciando-se em 04/11/2008 (inclusive) e encerrando-se em 04/05/2009, mantendo-se as atuais condições de apuração do valor das Quotas Seniores e do critério de pagamento das mesmas, nos termos do item 21.11 do Capítulo XXI do Regulamento.

Resolve a Administradora deliberar pela alteração dos seguintes dispositivos do Regulamento, que vigorará na forma do Regulamento consolidado anexo à presente Deliberação:

- a) Nova redação à definição 10 e do item 2.1 do Capítulo II, com a conseqüente renumeração dos itens seguintes;
- b) Nova redação à definição 29 e do item 2.1 do Capítulo II, com a conseqüente renumeração dos itens seguintes;

3ºRTD-RJ-Reg. n° 908822  
Emolumentos R\$ 285,85  
Obrigações R\$ 11,81  
Mutua/Adição R\$ 8,15  
Fees/Fundação/Furper R\$ 81,04  
Total R\$ 386,85



R

- (c) Alteração da redação da definição 63 e do item 2.1 do Capítulo II;
- (d) Alteração da redação do item 4.1 do Capítulo IV;
- (e) Inserção do item 4.2.1 ao Capítulo IV.
- (f) Alteração do título do Capítulo V;
- (g) Alteração da redação do item 5.1 do Capítulo V;
- (h) Alteração da redação dos subitens "c", "d" e "e" do item 5.2 e dos itens 5.2.1 e 5.2.2 do Capítulo V;
- (i) Inserção do item 5.3 e do subitem 5.3.1 ao Capítulo V;
- (j) Alteração da redação dos subitens 5.4 e 5.5 do Capítulo V; e
- (k) Nova redação à alínea "c" do item 23.1 do Capítulo XXIII, com a conseqüente renumeração dos itens seguintes.

Sendo assim, assina o presente Instrumento em 01 (uma) via, juntamente com 2 (duas) testemunhas.


Rio de Janeiro, 05 de novembro de 2008.

*[Assinatura]*

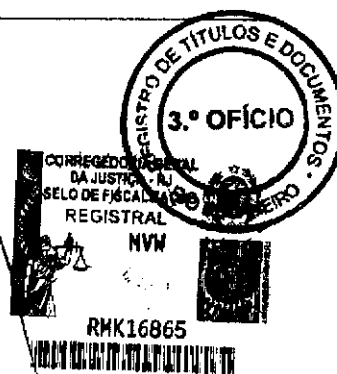
**OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S/A**

Silvia Cristina de Oliveira  
Procuradora

Testemunhas:

 <b>3º OFÍCIO DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS</b> Rua da Quitanda, 32/3º and.-Centro - Rio de Janeiro - RJ Registrado, digitalizado e microfilmado sob o número de protocolo e data apostos mecanicamente. <b>O QUE CERTIFICO</b>	
<input checked="" type="checkbox"/>	Bel. RAULITO ALVES DA SILVA - Oficial Titular
<input checked="" type="checkbox"/>	Miriam Sant' Ana Castelpoggi - Escrevente Substituta
<input checked="" type="checkbox"/>	Cristina M. I. Marques da Silva - Escrevente Substituta
<input checked="" type="checkbox"/>	Ricardo V. Mouzinho Antunes - Escrevente Substituto

CERTIFICO MAIS que o presente documento  
acha-se averbado a margem do registro sob  
o nº 908375 do Livro B. 48  
Dou fé \_\_\_\_\_



REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS  
 3º OFÍCIO  
 -5 NOV 2008 908822  
 CORRIGIDA COM ENUNCIADOS  
 RIO DE JANEIRO - CAPITAL - RJ

920464

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE SEXTA ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO DO OURINVEST  
FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS FINANCEIROS - SUPPLIERCARD**

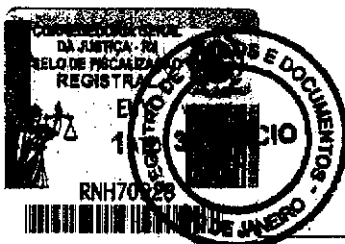
Por este instrumento particular, **OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S/A**, instituição com sede na Cidade do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 500, bloco 13, grupo 205, Barra da Tijuca, inscrita no CNPJ sob o nº 36.113.876/0001-91, neste ato devidamente representada por seus representantes legais, na qualidade de Administradora (doravante denominada "Administradora) do **OURINVEST FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS FINANCEIROS - SUPPLIERCARD**, constituído em 06 de março de 2007, sob o nº 863081 e alterado pelo Instrumento Particular de (i) Primeira Alteração ao Regulamento, registrado sob o nº 865245 em 29/03/2007; (ii) Segunda Alteração ao Regulamento registrado sob o nº 871039 em 01/06/2007; (iii) Terceira Alteração ao Regulamento sob o nº 874132 em 06/07/2007; (iv) Quarta Alteração ao Regulamento sob o nº 908375 em 29/10/2008; e (v) Quinta Alteração ao Regulamento sob o nº 908822 em 05/11/2008, todos perante o 3º Ofício de Registro de Títulos e Documentos do Rio de Janeiro, ("Fundo"), nos termos da Instrução CVM nº 356, de 17 de dezembro de 2001 e suas alterações posteriores.

**CONSIDERANDO** que o único Quotista titular de Quotas Subordinadas do Fundo, aprovou em Assembléia Geral de Quotista, realizada em 28/04/2009, a prorrogação do prêmio de remuneração de 4% da Taxa DI, conferido aos Quotistas Seniores através da Assembléia Geral de Quotistas realizada em 31/10/2008, por outro período de 6 meses.

**CONSIDERANDO** que o benchmark das Quotas Seniores do Fundo será de 115% da Taxa DI, no período que se inicia em 04/11/2008 (inclusive) e encerrando-se em 04/11/2009 (inclusive).

Resolve a Administradora deliberar pela alteração dos itens 4.2.1, 16.1 – definição de *Spread*, e 17.18 "b", Fator de Saída acima de 720 dias corridos, que vigorarão na forma do Regulamento consolidado anexo à presente Deliberação:

Sendo assim, assina o presente Instrumento em 01 (uma) via, juntamente com 2 (duas) testemunhas.



Rio de Janeiro, 04 de maio de 2009.

*[Handwritten signature]*

**OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S/A**

Silvia Cristina de Oliveira  
Procuradora

3ºRTD-RJ-Reg. nº 920464  
Emolumentos R\$ 282,07  
Distribuidor R\$ 12,55  
MAJus/Acotef R\$ 8,72  
Fep/Fundpar/Furpar R\$ 86,88  
Total R\$ 360,23



Testemunhas:

*[Handwritten signature of Maria Eunice Motta N. de F. Nello]*

MARIA EUNICE MOTTA N. DE F. NELLO  
CPF: 088.887.377-82  
IFP: 12.857.135-3

*[Handwritten signature of Aline de Araujo Hamond]*

Aline de Araujo Hamond  
CPF: 116.576.577-28  
RG: 11.122.043-0 DETRAN/RJ

ARQUIVADA EM 04/05/2009  
3º OFÍCIO DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS  
RIO DE JANEIRO - CAPITAL - RJ

4. MAI 2009 920464

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS  
3º OFÍCIO



**INSTRUMENTO PARTICULAR DE SETIMA ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO DO OURINVEST  
FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS FINANCEIROS - SUPPLIERCARD**

Por este instrumento particular, **OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S/A**, instituição com sede na Cidade do Rio de Janeiro, na Av. das Américas, nº 500, bloco 13, grupo 205, Barra da Tijuca, inscrita no CNPJ sob o nº 36.113.876/0001-91, neste ato devidamente representada por seus representantes legais, na qualidade de Administradora (doravante denominada "Administradora") do **OURINVEST FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS FINANCEIROS - SUPPLIERCARD**, constituído em 06 de março de 2007, sob o nº 863081 e alterado pelo Instrumento Particular de (i) Primeira Alteração ao Regulamento, registrado sob o nº 865245 em 29/03/2007; (ii) Segunda Alteração ao Regulamento registrado sob o nº 871039 em 01/06/2007; (iii) Terceira Alteração ao Regulamento sob o nº 874132 em 06/07/2007; (iv) Quarta Alteração ao Regulamento sob o nº 908375 em 29/10/2008; (v) Quinta Alteração ao Regulamento sob o nº 908822 em 05/11/2008, e (vi) Sexta Alteração ao Regulamento sob o nº 920464 em 04/05/2009, todos perante o 3º Ofício de Registro de Títulos e Documentos do Rio de Janeiro, ("Fundo"), nos termos da Instrução CVM nº 356, de 17 de dezembro de 2001 e suas alterações posteriores.

**CONSIDERANDO** que o único Quotista titular de Quotas Subordinadas do Fundo, aprovou em Assembléia Geral de Quotista, realizada em 28/04/2009, a prorrogação do prêmio de remuneração de 4% da Taxa DI, conferido aos Quotistas Seniores através da Assembléia Geral de Quotista realizada em 31/10/2008, por outro período de 6 meses.

**CONSIDERANDO** que o benchmark das Quotas Seniores do Fundo será de 115% da Taxa DI, no período que se inicia em 04/11/2008 (inclusive) e encerrando-se em 04/11/2009 (inclusive) e, portanto, para cada período de aplicação do Quotista titular de Quotas Seniores, haverá um benchmark diferente, influenciando diretamente no Fator de Saída.

Resolve a Administradora deliberar pela alteração do item 17.18 "b", Fator de Saída "Até 360 dias corridos" e "De 361 até 720 dias corridos", que vigorarão na forma do Regulamento consolidado anexo à presente Deliberação.

Sendo assim, assina o presente Instrumento em 01 (uma) via, juntamente com 2 (duas) testemunhas.

Rio de Janeiro, 17 de junho de 2009.

3ºRTD-RJ-Reg. nº 922182  
Emolumentos R\$ 280,14  
Distribuidor R\$ 12,55  
Mutua/Acoter R\$ 8,72  
Fet/Fundper/Funper R\$ 86,33  
Total R\$ 387,74



**OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S/A**  
Alexandre Lodi de Oliveira  
PROCURADOR

Testemunhas:

*Maria Eunice Motta M. Def. Mello*

MARIA EUNICE MOTTA M. DEF. MELLO  
CPF: 088.887.377-82  
IFP: 12.857.135-3

*Aline de Araujo Hamond*

Aline de Araujo Hamond  
CPF: 116.576.577-28  
RG: 11.122.043-0 DETRAN/RJ



ACERTADA COISA EM MONTAGEM  
RIO DE JANEIRO - CAPITAL - RJ

17 JUN 2009 922182

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS  
3º OFÍCIO

RNH72910



010502

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE OITAVA ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO DO OURINVEST  
FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS FINANCEIROS - SUPPLIERCARD**

Por este instrumento particular, **OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S/A**, instituição com sede na Cidade do Rio de Janeiro, na Av. das Américas, nº 500, bloco 13, grupo 205, Barra da Tijuca, inscrita no CNPJ sob o nº 36.113.876/0001-91, neste ato devidamente representada por seus representantes legais, na qualidade de Administradora (doravante denominada "Administradora") do **OURINVEST FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS FINANCEIROS - SUPPLIERCARD**, constituído em 06 de março de 2007, sob o nº 863081 e alterado pelo Instrumento Particular de (i) Primeira Alteração ao Regulamento, registrado sob o nº 865245 em 29/03/2007; (ii) Segunda Alteração ao Regulamento registrado sob o nº 871039 em 01/06/2007; (iii) Terceira Alteração ao Regulamento sob o nº 874132 em 06/07/2007; (iv) Quarta Alteração ao Regulamento sob o nº 908375 em 29/10/2008; (v) Quinta Alteração ao Regulamento sob o nº 908822 em 05/11/2008, (vi) Sexta Alteração ao Regulamento sob o nº 920464 em 04/05/2009, e (vii) Sétima Alteração ao Regulamento sob o nº 922182, em 17/06/2009, todos perante o 3º Ofício de Registro de Títulos e Documentos do Rio de Janeiro, ("Fundo"), nos termos da Instrução CVM nº 356, de 17 de dezembro de 2001 e suas alterações posteriores.

**CONSIDERANDO** que o único Quotista titular de Quotas Subordinadas do Fundo, aprovou em Assembléia Geral de Quotista, realizada em 22/10/2009, a prorrogação do prêmio de remuneração de 4% da Taxa DI, conferido aos Quotistas Seniores através da Assembléia Geral de Quotista realizada em 31/10/2008, por um período de 1 ano.

**CONSIDERANDO** que o benchmark das Quotas Seniores do Fundo será de 115% da Taxa DI, no período que se inicia em 04/11/2008 (inclusive) e encerrando-se em 04/11/2010 (inclusive) e, portanto, para cada período de aplicação do Quotista titular de Quotas Seniores, haverá um benchmark diferente, influenciando diretamente no Fator de Saída.

Resolve a Administradora deliberar pela alteração do item 4.2.1 do regulamento do Fundo, de modo a refletir a prorrogação do prêmio de remuneração de 4% da taxa DI por um período de 1 ano, que vigorará na forma do Regulamento consolidado anexo à presente Deliberação.

Sendo assim, assina o presente Instrumento em 01 (uma) via, juntamente com 2 (duas) testemunhas.

Rio de Janeiro, 22 de outubro de 2009.

*Maria Eunice M. M. de Farias Melo*

**OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S/A**  
Maria Eunice M. M. de Farias Melo  
Procuradora

Testemunhas:

*Alina TAVARES DA SILVA*

**ALINE TAVARES DA SILVA**  
Detran/RJ:020.621.272-2  
CPF: 101.900.787-74

*Renata Santiago Coutinho*

**Renata Santiago Coutinho**  
RG: 20.165960-4  
103.005.347-28

3ºRTD-RJ-Reg. nº 936802  
Emolumentos ..... R\$ 282,07  
Distribuidor ..... R\$ 12,55  
Mutual/Acoterj ..... R\$ 8,72  
Fet/Fundoperj/Funperj ..... R\$ 86,89  
Total ..... R\$ 390,23



26 OUT 2013 936802

## Regulamento do

OURINVEST FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS  
FINANCEIROS - SUPPLIERCARD

## Índice

CAPÍTULO I –	DO FUNDO.....	2
CAPÍTULO II –	DAS DEFINIÇÕES.....	2
CAPÍTULO III –	DA NATUREZA DO FUNDO.....	13
CAPÍTULO IV –	DA POLÍTICA DE INVESTIMENTO E DA COMPOSIÇÃO DA CARTEIRA.....	13
CAPÍTULO V –	DOS CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE E DA CONDIÇÃO DE CESSÃO .....	16
CAPÍTULO VI –	DOS PROCEDIMENTOS DE CESSÃO DE DIREITOS CREDITÓRIOS, DO RECEBIMENTO DE VALORES, DA EMISSÃO DOS DEMONSTRATIVOS DE PAGAMENTO E DA COBRANÇA .....	18
CAPÍTULO VII –	DA CEDENTE E DOS DIREITOS CREDITÓRIOS.....	19
CAPÍTULO VIII –	DA ADMINISTRAÇÃO DO FUNDO.....	19
CAPÍTULO IX –	DA REMUNERAÇÃO DA ADMINISTRADORA .....	22
CAPÍTULO X –	DA SUBSTITUIÇÃO E RENÚNCIA DA ADMINISTRADORA .....	23
CAPÍTULO XI –	DO CUSTODIANTE E DEMAIS TERCEIROS CONTRATADOS .....	24
CAPÍTULO XII –	DOS FATORES DE RISCO .....	27
CAPÍTULO XIII –	DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO .....	33
CAPÍTULO XIV –	DAS QUOTAS .....	33
CAPÍTULO XV –	DA EMISSÃO E DA INTEGRALIZAÇÃO DAS QUOTAS .....	34
CAPÍTULO XVI –	DA VALORIZAÇÃO DAS QUOTAS.....	35
CAPÍTULO XVII –	DO RESGATE DAS QUOTAS SENIORES .....	37
CAPÍTULO XVIII –	DO RESGATE DAS QUOTAS SUBORDINADAS .....	40
CAPÍTULO XIX –	DOS PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS E DEMAIS CONDIÇÕES DE RESGATE.....	42
CAPÍTULO XX –	DA METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DOS ATIVOS DO FUNDO .....	44
CAPÍTULO XXI –	DA ASSEMBLÉIA GERAL .....	45
CAPÍTULO XXII –	DA ORDEM DE APLICAÇÃO DE RECURSOS .....	47
CAPÍTULO XXIII –	DOS EVENTOS DE LIQUIDAÇÃO E DOS EVENTOS DE RESGATE ANTECIPADO .....	48
CAPÍTULO XXIV –	DO RE-ENQUADRAMENTO DA RAZÃO DE GARANTIA, DO ÍNDICE DE LIQUIDEZ E DA ALOCAÇÃO MÍNIMA DE INVESTIMENTO.....	52
CAPÍTULO XXV –	DO RESGATE ANTECIPADO COMPULSÓRIO.....	52
CAPÍTULO XXVI –	DOS PROCEDIMENTOS DE DAÇÃO EM PAGAMENTO.....	53
CAPÍTULO XXVII –	DOS ENCARGOS DO FUNDO .....	54
CAPÍTULO XXVIII –	DO CONSELHO CONSULTIVO.....	55
CAPÍTULO XXIX –	DA PUBLICIDADE E DA REMESSA DE DOCUMENTOS.....	56
CAPÍTULO XXX –	DOS CUSTOS REFERENTES À DEFESA DOS QUOTISTAS SENIORES .....	56
CAPÍTULO XXXI –	DISPOSIÇÕES FINAIS .....	57

26 OUT 2013 936802

**Regulamento do**  
**OURINVEST FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS**  
**FINANCEIROS - SupplierCard**

RIO DE JANEIRO - CAPITAL - RJ

**CAPÍTULO I – DO FUNDO**

- 1.1. O OURINVEST FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS FINANCEIROS - SupplierCard (“Fundo”) é um Fundo de Investimento em Direitos Creditórios constituído sob a forma de condomínio aberto, com prazo de duração de 20 (vinte) anos, contado do Início das Atividades, podendo ser prorrogado a critério da maioria dos Quotistas reunidos em Assembléia Geral, regido pela Resolução CMN nº 2.907, pela Instrução CVM nº 356, e pelo presente Regulamento.
- 1.2. O Fundo é destinado a quaisquer Pessoas que estejam habilitadas a adquirir quotas de emissão de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios de acordo com a regulamentação em vigor, nos termos de seus respectivos regulamentos, que busquem rentabilidade no médio e longo prazos condizente com a política de investimento do Fundo, e que estejam dispostos a aceitar risco de crédito em suas aplicações.
- 1.3. O presente Regulamento e seus eventuais aditamentos serão levados a registro pela Administradora em cartório de Registro de Títulos e Documentos localizado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

**CAPÍTULO II – DAS DEFINIÇÕES**

- 2.1. Para o efeito do disposto no presente Regulamento, os termos e as expressões a seguir definidos, aplicáveis tanto às formas no singular quanto no plural, terão os seguintes significados quando iniciados em letras maiúsculas:
1. “Aceite Eletrônico de Cessão”: arquivo eletrônico no qual encontram-se definidas as condições aplicáveis de cada cessão, nos termos do Contrato de Cessão;
  2. “Administradora”: tem o significado que lhe é atribuído no item (8.1) do Capítulo VIII;
  3. “Afiliada”: a(s) Pessoa(s), direta ou indiretamente, controlada(s) pela respectiva Pessoa, Pessoa(s), direta ou indiretamente, controladora(s) da respectiva Pessoa, sociedade(s) que sejam controladas pelo mesmo controlador, direto ou indireto, da respectiva Pessoa, sendo, para todos os fins e efeitos dos Documentos de Securitização, a Supplier, considerada uma sociedade Afiliada da Cedente;
  4. “Agência de Classificação de Risco”: Moody’s América Latina Ltda., sociedade limitada, com sede na Avenida das Nações Unidas, 12.551, 16º andar, conjunto 1601, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ sob o nº 02.101.919/0001-05, ou sua sucessora, contratada pela Administradora, por conta e ordem do Fundo, responsável pela classificação de risco das Quotas Seniores;
  5. “Agente”: qualquer acionista, administrador, empregado, prestador de serviços, preposto ou mandatário de qualquer Pessoa que tenha sido expressamente autorizado a atuar em nome da referida Pessoa;

6. "Agente Cobrador Bancário": (i) o Banco Bradesco S.A., instituição financeira com sede no núcleo administrativo "Cidade de Deus", S/N, na Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ sob nº 60.746.948/0001-12; e/ou (ii) qualquer outra Instituição Autorizada que tenha celebrado contrato, cujo objeto e atribuições sejam substancialmente equivalentes às avenças contidas no Contrato de Cobrança Bancária;
7. "Aldo Componentes": Aldo Componentes Eletrônicos Ltda.;
8. "Alocação Mínima de Investimento": fração cujo numerador é equivalente ao valor controlado dos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo e o denominador equivalente ao valor do Patrimônio Líquido, apurada diariamente pelo Custodiante (exemplo: se Alocação Mínima de Investimento = 0,50, então Alocação Mínima de Investimento = 50%);
9. "Anexo": anexos a este Regulamento, cujos termos e condições são parte integrante e complementar deste instrumento;
10. "Apólice de Seguro": apólice de seguros da Euler Seguros de Crédito - Seguradora Internacional;
11. "Apontamentos": os seguintes apontamentos constantes do "Sistema-Serasa": (i) "protesto"; (ii) "concordata preventiva requerida"; (iii) "concordata preventiva deferida"; (iv) "falência decretada"; e (v) "concordata suspensiva";
12. "Assembleia Geral": assembleia geral de Quotistas do Fundo;
13. "Aviso de Desenquadramento": aviso preparado substancialmente na forma do Anexo I, que deverá ser encaminhado pela Administradora à Cedente no caso de haver a necessidade de re-enquadramento da Razão de Garantia e/ou da Alocação Mínima de Investimento, na hipótese prevista no item (24.1) do Capítulo XXIV;
14. "Bacen": Banco Central do Brasil;
15. "Base de Dados do Fundo": base de dados, atualizada diariamente pelo Custodiante, contendo certas informações relacionadas aos Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo, identificadas nos modelos de relatórios definidos no Anexo II;
16. "BM&F": Bolsa de Mercadorias & Futuros;
17. "BOVESPA": Bolsa de Valores de São Paulo;
18. "Bunge": Bunge Alimentos S.A.;
19. "Cartão": "Cartão de Crédito SupplierCard" emitido substancialmente nos termos do Contrato de Cartão de Crédito e do Contrato de CardMember;
20. "CDIAcm1": tem o significado que lhe é atribuído no subitem "b" do item (17.18) do Capítulo XVII;
21. "CDIAcm2": tem o significado que lhe é atribuído no subitem "b" do item (17.18) do Capítulo XVII;
22. "C&C": C&C Casa e Construção Ltda.;



23. “Cedente”: Banco Ourinvest S.A., instituição financeira com sede na Avenida Paulista, 1728, sobreloja, 1º, 2º, 10º e 11º andares, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ sob o nº 78.632.767/0001-20;
24. “CETIP”: Câmara de Custódia e Liquidação;
25. “Circulação”: número de Quotas devidamente subscritas, integralizadas e não resgatadas, nos termos deste Regulamento, referente a cada classe de Quotas em cada ocasião ou evento a que se faça referência neste Regulamento;
26. “CMN”: Conselho Monetário Nacional;
27. “CNPJ”: Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda;
28. “COFINS”: Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social;
29. “Condição de Cessão”: tem o significado que lhe é atribuído no item (5.3) do Capítulo V, a ser observada pela Cedente
30. “Condições de Derivativos”: tem o significado que lhe é atribuído no item (4.8) do Capítulo IV;
31. “Condições Resolutivas da Cessão”: cada um dos eventos definidos no Contrato de Cessão que, quando ocorrido, será considerada resolvida a cessão correspondente feita ao Fundo, nos termos do Contrato de Cessão;
32. “Conselho Consultivo”: tem o significado que lhe é atribuído no item (28.1) do Capítulo XXVIII;
33. “Conta Centralizadora”: conta corrente nº 2723-5, na agência 2374-4, do banco 237 (Banco Bradesco S.A.), de titularidade da Cedente, para a qual todos os recursos oriundos dos pagamentos feitos pelos Titulares, em relação a cada um dos Direitos Creditórios de titularidade da Cedente ou cedidos, nos termos do Contrato de Cessão, ao Fundo, serão transferidos, para conciliação e posterior repasse à Conta do Fundo, nos termos do Convênio de Cobrança;
34. “Conta do Fundo”: conta corrente nº 57.503-0, mantida junto ao Custodiante, banco 341 (Banco Itaú S.A.), na agência 2001, de titularidade do Fundo;
35. “Contrato de CardMember”: “Normas Gerais para a Concessão de Limite de Cartão de Crédito”, as quais estabelecem as disposições gerais acerca da utilização do Cartão e do limite de crédito conferido pela Cedente a cada Titular, cujo modelo é parte integrante deste Regulamento como seu Anexo III;
36. “Contrato de Cartão de Crédito”: “Contrato para Concessão de Limite de Cartões de Crédito Sistema SupplierCard” e/ou instrumento equivalente celebrado entre a Cedente, a Supplier e os Estabelecimentos, preparado substancialmente na forma do Anexo IV;
37. “Contrato de Cessão”: “Instrumento Particular de Contrato de Promessa de Cessão e Aquisição de Direitos Creditórios e Outras Avenças” a ser celebrado entre a Administradora, por conta e ordem do Fundo, a Cedente e a Supplier, com interveniência e anuência do Custodiante;
38. “Contrato de Cobrança”: “Contrato de Prestação de Serviços de Cobrança” a ser celebrado entre a Administradora, por conta e ordem do Fundo, e a Cedente, com interveniência da



Supplier, para a cobrança dos Direitos Creditórios inadimplentes que tenham sido cedidos ao Fundo, nos termos do Contrato de Cessão;

39. "Contrato de Cobrança Bancária": "Contrato de Prestação de Serviços de Cobrança Bancária" a ser celebrado entre o Agente Cobrador Bancário, a Cedente, a Administradora, por conta e ordem do Fundo, e a Supplier;
40. "Contrato de Custódia": "Contrato de Prestação de Serviços de Custódia e Contabilização de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios" a ser celebrado entre a Administradora, por conta e ordem do Fundo, o Custodiante e a Cedente;
41. "Contrato de Distribuição": "Contrato de Distribuição Pública de Quotas Subordinadas do Ourinvest Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Financeiros - Suppliercard" a ser celebrado entre a Administradora e o Banco Ourinvest S.A., na qualidade de distribuidor das Quotas;
42. "Convênio de Cobrança": "Convênio para Prestação de Serviços de Cobrança Bancária, Recebimento e Repasse de Valores" celebrado entre a Administradora, por conta e ordem do Fundo, e a Cedente, com interveniência da Supplier e do Custodiante;
43. "COSIF": Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional editado pelo Bacen;
44. "Crítérios de Elegibilidade": critérios a serem observados pelo Custodiante na aquisição de Direitos Creditórios pelo Fundo, definidos no item (5.2) do Capítulo V;
45. "Custodiante": Banco Itaú S.A., instituição financeira com sede na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100, Torre Itaúsa, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ sob o nº 60.701.190/0001-04;
46. "CVM": Comissão de Valores Mobiliários;
47. "Data de Apuração do Resgate de Quotas Seniores": tem o significado que lhe é atribuído no item (17.4) do Capítulo XVII;
48. "Data de Apuração do Resgate de Quotas Subordinadas": tem o significado que lhe é atribuído no item (18.4) do Capítulo XVIII;
49. "Data de Aquisição": data em que o Fundo efetua o pagamento pela aquisição de Direitos Creditórios Elegíveis à Cedente, em moeda corrente nacional, nos termos do Contrato de Cessão, e/ou quando ocorre o lançamento, na conta de valores mobiliários de titularidade da Cedente, de Quotas Subordinadas em razão de sua integralização, por meio da cessão de Direitos Creditórios Elegíveis ao Fundo, nos termos do Contrato de Cessão;
50. "Data de Emissão": data em que são convertidos em Quotas os recursos em moeda corrente nacional ou, conforme o caso, Direitos Creditórios, decorrentes da integralização de Quotas Seniores ou de Quotas Subordinadas, a qual deverá ser, necessariamente, um Dia Útil;
51. "Data de Oferta": data em que a Cedente envia a relação de Direitos Creditórios disponíveis para cessão ao Custodiante, nos termos do Contrato de Cessão;
52. "Data de Resgate de Quotas Seniores": possui a definição indicada no item (17.12) do Capítulo XVII;



*Ujan*

53. “Data de Resgate de Quotas Subordinadas”: possui a definição indicada no item (18.6) do Capítulo XVIII;
54. “Data de Verificação”: significa o 5º (quinto) Dia Útil de cada mês calendário;
55. “DCV”: fração informada pela Administradora, em cada Data de Verificação, (i) cujo numerador é igual ao somatório do valor nominal dos Direitos Creditórios referentes às Operações de Financiamento integrantes da Base de Dados do Fundo, que contenham, na respectiva Data de Verificação, qualquer Direito Creditório com data de vencimento até o último Dia Útil do mês calendário imediatamente anterior à respectiva Data de Verificação, vencido e não pago por prazo inferior a 30 (trinta) dias a contar da Data de Verificação, e (ii) o denominador o somatório do valor nominal dos Direitos Creditórios integrantes da Base de Dados do Fundo, excluindo o somatório do valor nominal dos Direitos Creditórios relativos às Operações de Financiamento Provisionadas integrantes da carteira do Fundo (se DCV for 0,19, então  $DCV = 19,00\%$ );
56. “DCV30”: fração informada pela Administradora, em cada Data de Verificação, (i) cujo numerador é igual ao somatório do valor nominal dos Direitos Creditórios referentes às Operações de Financiamento integrantes da Base de Dados do Fundo, que contenham, na respectiva Data de Verificação, qualquer Direito Creditório com data de vencimento até o último Dia Útil do mês calendário imediatamente anterior à respectiva Data de Verificação, vencido e não pago por prazo igual ou superior a 30 (trinta) dias e inferior a 120 (cento e vinte) dias a contar da Data de Verificação, e (ii) o denominador o somatório do valor nominal dos Direitos Creditórios integrantes da Base de Dados do Fundo, excluindo o somatório do valor nominal dos Direitos Creditórios relativos às Operações de Financiamento Provisionadas integrantes da carteira do Fundo (se DCV30 for 0,10, então  $DCV30 = 10,00\%$ );
57. “DCV120”: fração informada pela Administradora, em cada Data de Verificação, (i) cujo numerador é igual ao somatório do valor nominal dos Direitos Creditórios referentes às Operações de Financiamento integrantes da Base de Dados do Fundo, que contenham, na respectiva Data de Verificação, qualquer Direito Creditório com data de vencimento até o último Dia Útil do mês calendário imediatamente anterior à respectiva Data de Verificação, vencido e não pago por prazo igual ou superior a 120 (cento e vinte) dias e inferior a 180 (cento e oitenta) dias a contar da Data de Verificação, e (ii) o denominador o somatório do valor nominal dos Direitos Creditórios integrantes da Base de Dados do Fundo, excluindo o somatório do valor nominal dos Direitos Creditórios relativos às Operações de Financiamento Provisionadas integrantes da carteira do Fundo (se DCV120 for 0,03, então  $DCV120 = 3,00\%$ );
58. “DCV180”: fração informada pela Administradora em cada Data de Verificação, (i) cujo numerador é igual ao somatório do valor nominal dos Direitos Creditórios referentes às Operações de Financiamento integrantes da Base de Dados do Fundo, que contenham, na respectiva Data de Verificação, qualquer Direito Creditório com data de vencimento até o último Dia Útil do mês calendário imediatamente anterior à respectiva Data de Verificação, vencido e não pago por prazo igual ou superior a 180 (cento e oitenta) dias a contar da Data de Verificação, incluindo o valor nominal dos Direitos Creditórios relativos às Operações de Financiamento Provisionadas que tenham sido cedidos pelo Fundo para qualquer terceiro, incluindo a Cedente, e (ii) o denominador o somatório do valor nominal de todos os Direitos Creditórios que tenham sido adquiridos pelo Fundo desde a 1ª Data de Oferta, incluindo aqueles que tenham sido cedidos pelo Fundo para qualquer terceiro, incluindo a Cedente (se DCV180 for 0,02, então  $DCV180 = 2,00\%$ );



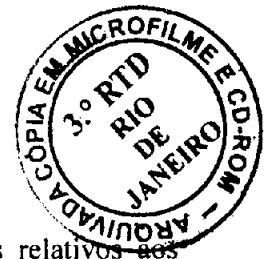


59. “Demonstrativo de Pagamento”: documento enviado pela Cedente a cada Titular, acompanhado da respectiva ficha de compensação bancária, no curso dos procedimentos previstos no Contrato de Cartão de Crédito e no Contrato de CardMember, preparado substancialmente na forma do Anexo V, no qual são discriminados, entre outras informações, os débitos e créditos relativos às operações de aquisição de mercadorias realizadas pelos Titulares nos Estabelecimentos mediante a utilização do Cartão, o valor da Operação Parcelado Emissor, do Saque, assim como Encargos, pagamentos, estornos, ajustes, taxas, tarifas, valor mínimo de pagamento e avisos em geral;
60. “Dia Útil”: significa todo o dia, excetuados sábados, domingos e feriados nacionais;
61. “Direito Creditório”: possui a definição indicada no item (7.1) do Capítulo VII;
62. “Direito Creditório Adimplente”: cada Direito Creditório vincendo ou vencido, integrante da carteira do Fundo, e que não seja vinculado a uma Operação de Financiamento Inadimplente;
63. “Direito Creditório Elegível”: todo o Direito Creditório que atenda, cumulativamente, na respectiva Data de Aquisição, aos Critérios de Elegibilidade e à Condição de Cessão;
64. “Diretor Designado”: diretor da Administradora designado para, nos termos da legislação aplicável, responder civil e criminalmente pela gestão, supervisão e acompanhamento do Fundo, assim como pela prestação de informações relativas a esse;
65. “Distribuidores”: Banco Ourinvest S.A., na qualidade de instituição distribuidora das Quotas, ou qualquer outra instituição integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários que venha a ser contratada pela Administradora, por meio de adesão ao Contrato de Distribuição;
66. “DI<sub>T-1</sub>”: tem o significado que lhe é atribuído no subitem “b” do item (16.1) do Capítulo XVI;
67. “Documentos Comprobatórios”: são os documentos que evidenciam os Direitos Creditórios cedidos ao Fundo, quais sejam: (i) Contrato de Cartão de Crédito; (ii) Contrato de CardMember; e (iii) Cédula de Crédito Bancário;
68. “Documentos da Securitização”: são, conjunta ou isoladamente: (i) este Regulamento; (ii) o Contrato de Cessão; (iii) o Prospecto; (iv) o Contrato de Custódia; (v) o Convênio de Cobrança; (vi) o Contrato de Cobrança Bancária; (vii) o Contrato de Cobrança; (viii) o Contrato de Distribuição; (ix) os Termos de Cessão Consolidados; e (x) os Aceites Eletrônicos de Cessão;
69. “Eletrodireto”: Eletrodireto S.A. Central de Distribuição;
70. “Empresa de Auditoria”: auditor devidamente contratado pelo Fundo para a prestação de serviços de auditoria de sua carteira;
71. “Encargos”: é o somatório da taxa de juros, impostos, taxas, contribuições e demais tributos incidentes; bem como outras despesas, indicadas no Demonstrativo de Pagamento, decorrentes de Operações de Financiamento efetuadas pelo Titular por meio da utilização do Cartão;
72. “ES” ou “Excesso de Spread”: valor apurado pela Administradora, em cada Data de Verificação, mediante a utilização da seguinte expressão:



*Ugn*

$$ES = \left\{ \left[ 1 + \frac{RDCA_{(t-1)} + ROA_{(t-1)} - RQSC_{(t-1)} - D_{(t-1)}}{DCA_{(t-1)}} \right]^{12} - 1 \right\} \times 100,$$



onde:

$RDCA_{(t-1)}$  = somatório do valor contábil dos rendimentos auferidos relativos aos Direitos Creditórios Adimplentes apropriados no mês calendário imediatamente anterior à data “t” de apuração do ES;

$ROA_{(t-1)}$  = somatório do valor contábil dos rendimentos auferidos relativos aos Outros Ativos apropriado no mês calendário imediatamente anterior à data “t” de apuração do ES;

$RQSC_{(t-1)}$  = somatório do valor contábil da remuneração das Quotas Seniores em Circulação apropriado no mês calendário imediatamente anterior à data “t” de apuração do ES;

$D_{(t-1)}$  = somatório do valor contábil das despesas incorridas pelo Fundo no mês calendário imediatamente anterior à data “t” de apuração do ES, não considerando as despesas ou ajustes com operações com instrumentos derivativos realizadas; e

$DCA_{(t-1)}$  = somatório do valor contábil dos Direitos Creditórios Adimplentes e do valor contábil dos Outros Ativos na Data de Verificação do mês calendário imediatamente anterior à data “t” de apuração do ES;

73. “Estabelecimentos”: “Intersmart”, “C&C”, “KSR/Votorantim”, “Eletrodireto”, “Aldo Componentes” e “Bunge”, estabelecimentos que celebraram o Contrato de Cartão de Crédito com a Cedente e a Supplier, sendo que, qualquer inclusão de novo estabelecimento deverá ser previamente informada à Agência de Classificação de Risco, com o envio dos documentos cadastrais e financeiros do respectivo Estabelecimento;
74. “Eventos de Liquidação”: eventos descritos no item (23.5) do Capítulo XXIII, que, no caso de ocorrência, deverá ser suspensa a aquisição de Direitos Creditórios e, por conseguinte, ser realizado o resgate antecipado das Quotas Seniores, nos termos do item (19.15) do Capítulo XIX;
75. “Eventos de Resgate Antecipado”: eventos que podem ensejar a liquidação antecipada do Fundo, a ser deliberada por Assembléia Geral, nos termos do item (23.1) do Capítulo XXIII;
76. “Eventos de Revisão”: eventos descritos no Contrato de Cessão, cuja ocorrência poderá caracterizar um Evento de Resgate Antecipado, nos termos do subitem “s” do item (23.1) do Capítulo XXIII deste Regulamento;
77. “FGC”: Fundo Garantidor de Créditos;
78. “FS” ou “Fator de Saída”: tem o significado que lhe é atribuído no subitem “b” do item (17.18) do Capítulo XVII;
79. “Fundo”: tem o significado que lhe é atribuído no item (1.1) do Capítulo I;
80. “Grau de Confiança”: percentual que confere ao auditor a certeza de que o número de erros na população analisada não ultrapassará o limite máximo tolerável;

81. “IGP-DI/FGV”: Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna, conforme calculado e divulgado pela Fundação Getúlio Vargas;
82. “IGP-M/FGV”: Índice Geral de Preços do Mercado, conforme calculado e divulgado pela Fundação Getúlio Vargas;
83. “Índice de Refinanciamento”: valor apurado em cada Data de Verificação pela Administradora, com base nas informações colocadas à disposição pelo Custodiante, no site *itaucustodia*, mediante a aplicação da seguinte expressão:

$$\text{Índice de Refinanciamento} = \text{SDCRF} / \text{SDCR};$$

onde:

**SDCRF** = somatório dos valores efetivamente recebidos pelo Fundo, decorrentes dos pagamentos dos Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo, no meio do procedimento referido no subitem “d” do item (6.2) do Capítulo VI, durante o mês calendário imediatamente anterior à data de apuração do Índice de Refinanciamento; e

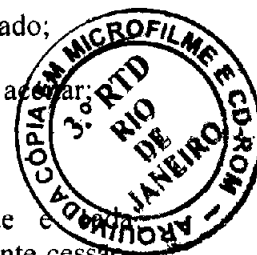
**SDCR** = somatório dos valores efetivamente recebidos pelo Fundo, decorrentes dos pagamentos dos Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo, por qualquer dos procedimentos referidos nos subitens “a”, “b”, “c” e “d” do item (6.2) do Capítulo VI, durante o mês calendário imediatamente anterior à data de apuração do Índice de Refinanciamento (se Índice de Refinanciamento é igual à 0,15, então Índice de Refinanciamento é 15,0%);

84. “Início das Atividades”: data da 1ª integralização de Quotas;
85. “Instituições Autorizadas”: instituições aptas a atuar como contraparte nas operações de *swap* contratadas pela Administradora em nome do Fundo, quais sejam: (i) União de Bancos Brasileiros S.A. - Unibanco; (ii) Banco Bradesco S.A.; (iii) Banco Itaú S.A.; (iv) Banco Itaú BBA S.A.; (v) Banco Santander Brasil S.A.; (vi) Banco Citibank S.A.; (vii) ING Bank N.V., Filial São Paulo; (viii) HSBC Bank Brasil S.A. - Banco Múltiplo; (ix) Banco ABN Amro Real S.A.; (x) Banco do Brasil S.A.; ou (xi) outras instituições de 1ª (primeira) linha que venham a ser aprovadas pelos titulares da maioria das Quotas Seniores, reunidos em Assembléia Geral, cuja deliberação seja condicionada a parecer emitido pela Agência de Classificação de Risco acerca da manutenção do *rating* em função da inclusão de tais outras instituições;
86. “Instrução CVM nº 356”: Instrução CVM nº 356, de 17 de dezembro de 2001, conforme alterada pela Instrução CVM nº 393, de 22 de julho de 2003, pela Instrução CVM nº 435, de 5 de julho de 2006, pela Instrução CVM nº 442, de 8 de dezembro de 2006, e pela Instrução CVM nº 446, de 19 de dezembro de 2006;
87. “Intersmart”: Intersmart Comércio, Importação, Exportação de Equipamentos Eletrônicos Ltda.;
88. “IPC/FIPE”: Índice de Preços ao Consumidor, conforme calculado e divulgado pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas;
89. “IPCA/IBGE”: Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, conforme calculado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística;



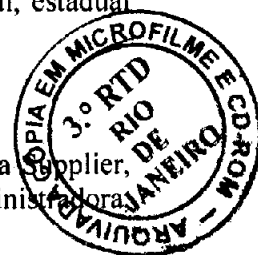
*[Handwritten signature]*

90. “ISS”: Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza;
91. “Layout”: arquivo remessa enviado eletronicamente pela Cedente ou seus Agentes ao Custodiante, nos termos do Contrato de Cessão, o qual contém os Direitos Creditórios oferecidos à cessão ao Fundo;
92. “Liquidez”: característica daquilo que se encontra claramente definido ou determinado;
93. “Limite de Erro Tolerável”: erro máximo na população que o aditor está disposto a aceitar;
94. “KSR”: KSR Papéis e Produtos Gráficos;
95. “Operação de Desconto”: operação de crédito realizada entre a Cedente e o Estabelecimento, por meio da qual a Cedente adquire do Estabelecimento, mediante cessão, direitos creditórios, em moeda corrente nacional, decorrentes de operações de aquisição de mercadorias realizadas em cada Estabelecimento pelos Titulares por meio da utilização do Cartão, nos termos e condições do Contrato de Cartão de Crédito e do Contrato de CardMember, as quais são liquidadas por meio de Demonstrativos de Pagamento;
96. “Operação de Financiamento”: qualquer Operação Parcelado Emissor, Operação de Desconto, Operação de Refinanciamento de Saldo Remanescente e/ou Saque;
97. “Operação de Financiamento Adimplente”: Operação de Financiamento integrante da carteira do Fundo, que não contenha, na respectiva data de observação, qualquer Direito Creditório vencido e não pago por prazo de até 30 (trinta) dias (inclusive);
98. “Operação de Financiamento Inadimplente”: significa a Operação de Financiamento que contenha qualquer Direito Creditório vencido e não pago por prazo superior a 30 (trinta) dias;
99. “Operação de Financiamento Provisionada”: significa a Operação de Financiamento cujos Direitos Creditórios tenham sido integralmente provisionados pelo Fundo;
100. “Operação de Refinanciamento de Saldo Remanescente”: operação financeira por meio da qual o Titular, caso esta opção lhe seja facultada, efetua o pagamento igual ou superior ao mínimo indicado no respectivo Demonstrativo de Pagamento, hipótese em que o Saldo Remanescente (i) será automaticamente financiado pela Cedente e (ii) ficará sujeito à cobrança de Encargos, contados a partir da data do vencimento do Demonstrativo de Pagamento;
101. “Operação Parcelado Emissor”: operações de crédito com a cobrança de Encargos, por meio da qual a Cedente financia a aquisição de mercadorias realizadas pelos Titulares nos Estabelecimentos, com a utilização do Cartão;
102. “Outros Ativos”: ativos financeiros, modalidades operacionais, incluindo operações com instrumentos derivativos, e recursos em moeda corrente nacional integrantes da carteira do Fundo, excluindo-se Direitos Creditórios;
103. “Periódico”: o periódico “Monitor Mercantil”, que deverá ser utilizado para a divulgação das informações do Fundo, nos termos do item (29.2) do Capítulo XXIX;
104. “Período de Efetivação do Resgate”: tem o significado que lhe é atribuído no item (17.6) do Capítulo XVII;



*Wm*

105. “Pessoas”: pessoas naturais, pessoas jurídicas ou grupos não personificados, de direito público ou privado, incluindo qualquer entidade da administração pública, federal, estadual ou municipal, direta ou indireta, incluindo qualquer modalidade de condomínio;
106. “PIS”: Programa de Integração Social;
107. “Política de Cobrança”: rotina e política de cobrança seguidas pela Cedente e pela Supplier, descritas resumidamente no Anexo VI e contidas em manual a ser entregue à Administradora, mediante protocolo de recebimento, na data de celebração do Contrato de Cessão;
108. “Política de Concessão de Crédito”: política de concessão de crédito seguida pela Cedente, descrita resumidamente no Anexo VII e contida em manual a ser entregue à Administradora, mediante protocolo de recebimento, na data de celebração do Contrato de Cessão;
109. “Potencial de Cessão”: o valor das disponibilidades, em moeda corrente nacional, de titularidade do Fundo, apurado em cada Data de Oferta, que, a critério da Administradora e do Conselho Consultivo, possa ser utilizado para aquisição de Direitos Creditórios Elegíveis pelo Fundo;
110. “Programa de Securitização”: mecanismos e procedimentos definidos nos Documentos da Securitização por meio dos quais a Cedente cede Direitos Creditórios Elegíveis ao Cessionário, captando recursos para suas atividades;
111. “Prospecto”: o prospecto preliminar e definitivo do Fundo;
112. “Q”: tem o significado que lhe é atribuído no subitem “a” do item (17.18) do Capítulo XVII;
113. “Quotas”, “Quotas Seniores” e “Quotas Subordinadas”: as quotas, quotas seniores e quotas subordinadas do Fundo, conforme o caso;
114. “Quotas Seniores Postergadas”: tem o significado que lhe é atribuído no item (17.10) do Capítulo XVII;
115. “Quotas Seniores Resgatadas”: tem o significado que lhe é atribuído no item (17.4) do Capítulo XVII;
116. “Quotas Subordinadas Resgatadas”: tem o significado que lhe é atribuído no item (18.4) do Capítulo XVIII;
117. “Quotistas”, “Quotistas Seniores” e “Quotistas Subordinados”: os titulares das Quotas, das Quotas Seniores ou das Quotas Subordinadas, conforme o caso;
118. “Razão de Garantia”: fração cujo numerador é equivalente ao somatório do valor atualizado das Quotas Seniores, deduzido do valor dos Outros Ativos, e o denominador o valor do patrimônio líquido, deduzido do valor dos Outros Ativos, apurada diariamente pelo Custodiante (exemplo: se Razão de Garantia for 0,80, então Razão de Garantia = 80%);
119. “Regulamento”: o presente regulamento;
120. “Reserva de Caixa”: tem o significado que lhe é atribuído no item (22.3) do Capítulo XXII;
121. “Reserva de Liquidez”: tem o significado que lhe é atribuído no item (22.3) do Capítulo XXII;



122. “Resgate Antecipado Compulsório”: tem o significado que lhe é atribuído no item (25.1) do Capítulo XXV;
123. “Resolução CMN nº 2.682”: Resolução nº 2.682, de 23 de dezembro de 1999, do CMN, conforme alterada;
124. “Resolução CMN nº 2.907”: Resolução nº 2.907, de 28 de novembro de 2001, do CMN;
125. “Saldo Remanescente”: a diferença apurada entre o saldo efetivamente devido pelo Titular, conforme constante no respectivo Demonstrativo de Pagamento, e o valor pago pelo Titular, quando esse pagamento for maior ou igual ao pagamento mínimo autorizado pela Cedente e indicado no respectivo Demonstrativo de Pagamento;
126. “Saque”: operação de crédito, com a cobrança de Encargos, contratada pelo Titular, por meio da utilização do Cartão;
127. “SELIC”: Sistema Especial de Liquidação e Custódia;
128. “Serasa”: SERASA - Centralização dos Serviços de Bancos S.A.;
129. “SISBACEN”: Sistema de Informações do Bacen;
130. “SPC”: Serviço de Proteção ao Crédito;
131. “Spread”: tem o significado que lhe é atribuído no subitem “b” do item (16.1) do Capítulo XVI;
132. “Supplier”: SupplierCard Administradora de Cartões de Crédito S.A., sociedade anônima com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Paulista, 1728, 13º andar, inscrita no CNPJ sob o nº 06.951.711/0001-28;
133. “Taxa de Administração”: tem o significado que lhe é atribuído no item (9.1) do Capítulo IX;
134. “Taxa DI”: tem o significado que lhe é atribuído no subitem “b” do item (16.1) do Capítulo XVI;
135. “Taxa Mínima de Desconto”: taxa apurada de acordo com a seguinte fórmula:



$$TMD = (ESM + 1) \times \left\{ \left[ \left( \frac{DI_{T-1}}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1 \right] \times \left( \frac{Spread}{100} + 1 \right) + 1 \right\}^{252} - 1;$$

onde:

*TMD* Taxa Mínima de Desconto, expressa na forma decimal ao ano.

*ESM* Valor mínimo do Excesso de Spread, conforme estabelecido no item (14.7) do Capítulo XIV.

*DI<sub>T-1</sub>* Referente ao Dia Útil anterior à data “t” de apuração da Taxa Mínima de Desconto. Exemplo: se a Taxa DI do Dia Útil anterior for 13,00% ao ano, então DI T-1 = 13,00.

*Spread* Valor atribuído ao Spread, conforme o subitem “b” do item (16.1) do Capítulo XVI.

136. “Taxa de Saída”: tem o significado que lhe é atribuído no item (17.15) do Capítulo XVII;
137. “TED”: Transferência Eletrônica Disponível;
138. “Tempo de Permanência”: período compreendido entre a respectiva Data de Emissão das Quotas Seniores e a data de seu respectivo e efetivo resgate, inteiro ou fracionado;
139. “Termo de Adesão”: documento preparado na forma do Anexo VIII, a ser firmado pelos Quotistas, evidenciando sua adesão aos termos deste Regulamento;
140. “Termo de Cessão Consolidado”: termo de cessão preparado e consolidado na forma do Contrato de Cessão;
141. “Titular”: pessoa física ou jurídica titular do Cartão, devidamente credenciada pela Cedente ou, por delegação da Cedente, pela Supplier, com sede/domicílio no Brasil, que realiza transações mediante a utilização do Cartão;
142. “Valor Bruto do Resgate” ou “VBR”: tem o significado que lhe é atribuído no item (17.17) do Capítulo XVII;
143. “Valor Máximo de Resgate”: tem o significado que lhe é atribuído no item (17.9) do Capítulo XVII;
144. “Valor Referencial”: tem o significado que lhe é atribuído no item (26.1) do Capítulo XXVI;
145. “VQS<sub>r</sub>”: tem o significado que lhe é atribuído no subitem “b” do item (16.1) do Capítulo XVI; e
146. “VQS<sub>T-1</sub>”: tem o significado que lhe é atribuído no subitem “b” do item (16.1) do Capítulo XVI.



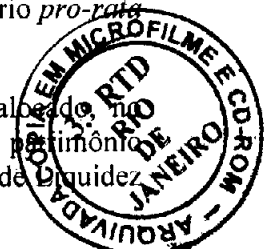
### **CAPÍTULO III – DA NATUREZA DO FUNDO**

- 3.1. O Fundo é uma comunhão de recursos destinados à aquisição preponderante de Direitos Creditórios Elegíveis de acordo com a política de investimento descrita no Capítulo IV deste Regulamento. Os Direitos Creditórios Elegíveis serão adquiridos pelo Fundo de forma rotativa e de acordo com os critérios de composição de carteira estabelecidos na legislação e na regulamentação vigente, assim como neste Regulamento. O Fundo é constituído sob a forma de condomínio aberto, podendo suas Quotas serem resgatadas de acordo com as condições e procedimentos estabelecidos nos Capítulos XVII, XVIII e XIX deste Regulamento.

### **CAPÍTULO IV – DA POLÍTICA DE INVESTIMENTO E DA COMPOSIÇÃO DA CARTEIRA**

- 4.1. É objetivo do Fundo proporcionar aos seus Quotistas a valorização de suas Quotas por meio da aplicação de recursos, preponderantemente, na aquisição de Direitos Creditórios do segmento financeiro, originados e cedidos pela Cedente, que atendam aos Critérios de Elegibilidade e à Condição de Cessão, observados todos os índices de composição e diversificação da carteira estabelecidos neste Regulamento. Em caráter complementar, o Fundo aplicará seus recursos em Outros Ativos.

- 4.2. O Fundo buscará atingir uma rentabilidade (*benchmark*) de 111% (cento e onze por cento) da Taxa DI, observado o critério *pro-rata temporis*, conforme as condições estabelecidas no Capítulo XVI. O *benchmark* aplica-se às Quotas Seniores, sendo que não há *benchmark* predeterminado para as Quotas Subordinadas.
- 4.2.1. Exclusivamente durante o período compreendido entre 04 de novembro de 2008 (inclusive) e 04 de novembro de 2010, o Fundo buscará atingir uma rentabilidade (*benchmark*) de 115% (cento e quinze por cento) da Taxa DI, para as Quotas Seniores, observado o critério *pro-rata temporis*, conforme as condições estabelecidas no Capítulo XVI.
- 4.3. Decorridos 90 (noventa) dias do Início das Atividades, o Fundo deverá ter alocado, no mínimo, 50% (cinquenta por cento), e, no máximo, 100% (cem por cento) de seu patrimônio em Direitos Creditórios, observada, ainda, a alocação de recursos para a Reserva de Liquidez e Reserva de Caixa.
- 4.4. A cessão dos Direitos Creditórios será realizada sem direito de regresso contra ou co-obrigação da Cedente, da Supplier e/ou de qualquer de suas Afiliadas. A Cedente, a Supplier e/ou qualquer de suas Afiliadas não respondem pelo pagamento dos Direitos Creditórios cedidos nem pela solvência dos Titulares ou dos Estabelecimentos, conforme o caso, inclusive na hipótese de a Cedente e/ou de a Supplier, por qualquer motivo, incluindo a decretação de intervenção, falência, recuperação ou liquidação (extrajudicial ou judicial), ou evento assemelhado, tornarem-se impedidas de oferecer o financiamento automático ao Titular, na forma prevista no Contrato de Cartão de Crédito. A Cedente é somente responsável pela existência, Liquidez e correta formalização dos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo, nos termos descritos no Contrato de Cessão.
- 4.5. A Administradora, o Custodiante, o(s) Distribuidor(es) e/ou qualquer de suas Afiliadas não respondem pela solvência dos Titulares, pelo pagamento dos Direitos Creditórios cedidos ou por sua existência, Liquidez e correta formalização, observados os termos do item (11.7.1) do Capítulo XI.
- 4.6. Observados os limites de concentração definidos no item (4.3) deste Capítulo, respeitada a Alocação Mínima de Investimento, o Fundo poderá manter ou aplicar a totalidade do saldo remanescente de seu patrimônio líquido, não investido em Direitos Creditórios, em qualquer das seguintes modalidades de investimento:
- a) moeda corrente nacional;
  - b) títulos de emissão do Tesouro Nacional ou do Bacen;
  - c) quotas de fundo(s) de investimento classificados como renda fixa ou como referenciados, com liquidez diária, que tenha(m) seu(s) patrimônio(s) representado(s) por títulos ou ativos de renda fixa de longo prazo, pré ou pós-fixados, de emissão do Tesouro Nacional ou do Bacen, bem como quotas de fundo(s) de investimento em quotas desses fundos de investimento, e que sejam administrados por qualquer das Instituições Autorizadas; e
  - d) operações compromissadas lastreadas em títulos públicos.
- 4.7. Adicionalmente ao descrito no item (4.6) anterior, é facultado ao Fundo, ainda, observado o disposto no item (4.8) a seguir e a deliberação do Conselho Consultivo, na forma do item (28.4) do Capítulo XXVIII, realizar operações em mercados derivativos com o objetivo único e exclusivo de proteger a rentabilidade dos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo das flutuações da taxa de juros, cuja remuneração estará, conforme o caso, vinculada a taxas pré-





fixadas. As operações contratadas pelo Fundo com instrumentos derivativos poderão ser realizadas: (a) em mercado de balcão tendo como contraparte, necessariamente, 1 (uma) ou mais Instituições Autorizadas, sendo que tais operações deverão ser necessariamente registradas na BM&F sob a modalidade "sem garantia"; e/ou (b) diretamente na BM&F, sob a modalidade "com garantia"; desde que tal modalidade de operação seja previamente autorizada, por escrito, pela Agência de Classificação de Risco. É expressamente vedada a realização de operações de compra e venda de opções, de compra a descoberto e alavancadas a qualquer título.

4.8. Observados o disposto neste Regulamento e a deliberação do Conselho Consultivo, na forma do item (28.4) do Capítulo XXVIII, a Administradora somente poderá proceder à contratação de operações com instrumentos derivativos, por conta e ordem do Fundo, desde que estejam presentes as seguintes condições ("Condições de Derivativos"):

- a) existência de contraparte para realização da respectiva operação com instrumentos derivativos; e
- b) caso o Fundo tenha recursos livres e disponíveis para arcar com os custos de realização da respectiva operação com instrumentos derivativos.

4.9. Os recursos decorrentes de ajustes credores em operações de contratos futuros, celebradas pelo Fundo, deverão ser mantidos obrigatoriamente em qualquer das modalidades de investimento referidas neste Capítulo.

4.10. Todos os recursos devidos ao Fundo por conta da liquidação de operações no mercado de derivativos deverão ser creditados em conta corrente de titularidade do Fundo, devendo a Administradora fazer constar tal obrigação nos contratos porventura celebrados.

4.11. A Administradora não poderá contratar operações de *swap* caso os respectivos contratos estipulem: (i) direito de a contraparte rescindi-lo antecipadamente; e/ou (ii) restrições ou limitações no direito de receber os valores devidos por conta dos ajustes positivos em favor do Fundo.

4.12. Todos os resultados auferidos pelo Fundo serão incorporados ao seu patrimônio.

4.13. Os percentuais de composição e diversificação da carteira do Fundo indicados neste Capítulo serão observados diariamente, com base no patrimônio líquido do Fundo do Dia Útil imediatamente anterior.

4.14. A Administradora não poderá contratar quaisquer operações para a composição da carteira do Fundo em que figurem como contraparte(s) a própria Administradora, suas Afiliadas ou ainda quaisquer carteiras, clubes de investimento e/ou fundos de investimento administrados pela Administradora ou por suas Afiliadas.

4.15. Os Outros Ativos devem ser registrados, custodiados e/ou mantidos em conta depósito diretamente em nome do Fundo, em contas específicas abertas no SELIC, na CETIP ou em instituições ou entidades autorizadas à prestação desses serviços pelo Bacen ou pela CVM, excetuando-se as quotas de fundos de investimento.

4.16. Os Documentos Comprobatórios referentes aos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo deverão ser custodiados por instituição custodiante autorizada à prestação desse serviço, nos termos das normas da CVM, observados o disposto no subitem "a" do item (11.6) e no item (11.7) do Capítulo XI.

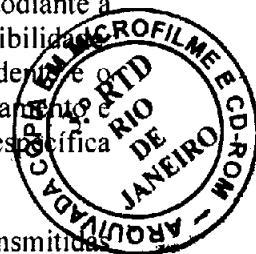


UFR

- 4.17. As aplicações no Fundo não contam com garantia da Cedente, da Supplier, da Administradora, do Custodiante, do(s) Distribuidor(es), de qualquer de suas Afiliadas, de qualquer mecanismo de seguro ou do FGC.

## CAPÍTULO V – DOS CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE E DA CONDIÇÃO DE CESSÃO

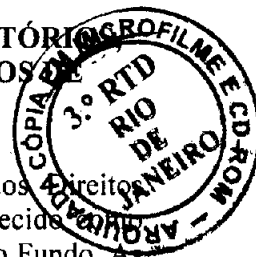
- 5.1. Na aquisição dos Direitos Creditórios pelo Fundo caberá à Cedente a verificação do atendimento, pelos Direitos Creditórios, da Condição de Cessão, bem como ao Custodiante a verificação do atendimento, pelos Direitos Creditórios, aos Critérios de Elegibilidade. Quando da aquisição de Direitos Creditórios pelo Fundo, a Administradora, a Cedente e o Custodiante deverão observar as rotinas e os procedimentos definidos neste Regulamento e nos demais Documentos da Securitização, cujo atendimento estejam sob sua específica responsabilidade.
- 5.2. O Fundo somente poderá adquirir Direitos Creditórios cujas informações sejam transmitidas pela Cedente ao Custodiante, por meio eletrônico ou magnético, de acordo com os procedimentos definidos no Contrato de Cessão e no Contrato de Custódia, e que atendam, cumulativamente, na Data de Aquisição, aos seguintes “Critérios de Elegibilidade”:
- a) não terem prazo de vencimento superior a 180 (cento e oitenta) dias corridos, contado da Data de Aquisição, observado que é permitido que até 5% (cinco por cento) do patrimônio líquido do Fundo contenha Direitos Creditórios com prazo de vencimento de até 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias corridos, contado da Data de Aquisição;
  - b) o respectivo Titular não se encontrar com uma Operação de Financiamento Inadimplente perante o Fundo;
  - c) depois de computada, *pro forma*, a cessão pretendida, o percentual correspondente ao somatório do valor total de Direitos Creditórios de titularidade do Fundo, devido pelo respectivo Titular, resultar em um valor igual ou inferior a (i) 0,75% (setenta e cinco centésimos por cento) do patrimônio líquido do Fundo na ocasião, caso o respectivo Titular não esteja coberto por Apólice de Seguro ou, (ii) 4% (quatro por cento) do patrimônio líquido do Fundo na ocasião, caso o respectivo Titular esteja coberto por Apólice de Seguro;
  - d) depois de computada, *pro forma*, a cessão pretendida, o percentual correspondente ao somatório do valor total de Direitos Creditórios de titularidade do Fundo, originado pelo Estabelecimento Bunge, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 84.046.101/0001-93, resultar em um valor igual ou inferior a 80% (oitenta por cento) do patrimônio líquido do Fundo na ocasião;
  - e) depois de computada, *pro forma*, a cessão pretendida, o percentual correspondente ao somatório do valor total de Direitos Creditórios de titularidade do Fundo, originado pelo respectivo Estabelecimento, resultar em um valor igual ou inferior a 50% (cinquenta por cento) do patrimônio líquido na ocasião, sendo que, passados 18 (dezoito) meses do Início das Atividades, esse percentual deverá ser, no máximo, 40% (quarenta por cento), observada a alínea (d) anterior;
  - f) o respectivo Titular, na Data de Aquisição, não apresentar registros de Apontamentos negativos de cadastro no Serasa, sendo que, no caso de protestos, não apresentar registros em valor agregado igual ou superior a R\$ 1.000,00 (mil reais); e





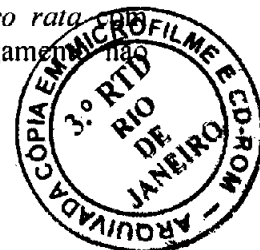
- 5.9. O Fundo não poderá adquirir Direitos Creditórios que, no momento da cessão, se encontrem vencidos e não pagos.

**CAPÍTULO VI – DOS PROCEDIMENTOS DE CESSÃO DE DIREITOS CREDITÓRIOS  
DO RECEBIMENTO DE VALORES, DA EMISSÃO DOS DEMONSTRATIVOS DE  
PAGAMENTO E DA COBRANÇA**



- 6.1. Observados os procedimentos definidos no Contrato de Cessão, a cessão dos Direitos Creditórios será formalizada por meio de Aceite Eletrônico de Cessão, reconhecido como válido e eficaz pela Cedente e pela Administradora, atuando por conta e ordem do Fundo. As cessões contratadas nos termos de cada Aceite Eletrônico de Cessão serão consolidadas por meio da lavratura de Termo de Cessão Consolidado celebrado na forma estabelecida no Contrato de Cessão.
- 6.1.1. Os preços de cessão dos Direitos Creditórios serão definidos em cada cessão, devendo ser sempre observada a Taxa Mínima de Desconto.
- 6.2. No curso ordinário do Programa de Securitização:
- a) a totalidade dos recursos decorrentes do pagamento, pelos Titulares, dos Demonstrativos de Pagamento vinculados aos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo, incluindo aqueles decorrentes de seu pagamento mínimo, efetuados em dinheiro e/ou em cheque, serão: (i) acolhidos pelo Agente Cobrador Bancário, nos termos do Contrato de Cobrança Bancária; (ii) repassados à Cedente nos termos do Contrato de Cobrança Bancária; e (iii) transferidos, pela Cedente, nos termos do Convênio de Cobrança, para a Conta do Fundo, em até 1 (um) Dia Útil, contado da data em que os respectivos recursos encontrem-se disponíveis para a Cedente;
  - b) na hipótese de inadimplemento, pelos Titulares, dos Direitos Creditórios cedidos com co-obrigação, total ou parcial, dos Estabelecimentos, os valores pagos pelos Estabelecimentos serão: (i) acolhidos pela Cedente; e (ii) transferidos para Conta do Fundo, nos termos do Convênio de Cobrança, em até 1 (um) Dia Útil, contado da data em que os respectivos recursos encontrem-se disponíveis para a Cedente;
  - c) a totalidade dos recursos decorrentes do pagamento, pelos Titulares, dos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo, efetuados por meio de transferência eletrônica de fundos, serão acolhidos pela Cedente e subsequentemente transferidos diretamente, pela Cedente, para Conta do Fundo, nos termos do Convênio de Cobrança, em até 1 (um) Dia Útil, contado da data em que os respectivos recursos encontrem-se disponíveis para a Cedente; e/ou
  - d) a totalidade dos valores equivalentes ao refinanciamento automático do Saldo Devedor, relativos aos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo, deverão ser creditados pela Cedente, diretamente na Conta do Fundo, no prazo de até 1 (um) Dia Útil, contado da data da concessão do financiamento automático do Saldo Devedor, na forma prevista no Contrato de CardMember.
- 6.3. Nos termos do item (6.2) anterior, o Agente Cobrador Bancário foi contratado, entre outras atribuições, para realizar a cobrança escritural bancária da totalidade dos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo, tudo nos termos do Contrato de Cobrança Bancária.

- 6.4. A Cedente, na qualidade de mandatária do Fundo especialmente contratada pela Administradora, por conta e ordem do Fundo, nos termos do Contrato de Cobrança, será responsável pela implementação dos procedimentos de cobrança extrajudicial dos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo vencidos e não pagos.
- 6.5. Caso os Titulares venham a efetuar pagamentos em valores inferiores aos indicados nos respectivos Demonstrativos de Pagamento, excetuados os casos de refinanciamento do Saldo Remanescente, a Cedente, nos termos do Contrato de Cartão de Crédito e do Contrato de CardMember, estornará o respectivo crédito em favor do Titular, no Demonstrativo de Pagamento subsequente, e, portanto, não considerará qualquer valor pago. Nesse sentido, não repassará qualquer valor ao Fundo. Caso os Direitos Creditórios representados naquele respectivo Demonstrativo de Pagamento venham a ser considerados como perda, conforme os critérios contábeis estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682, e existirem recursos não estornados pela Cedente ao Titular, nos termos descritos neste item, caberá à Cedente repassar a eventual quantia não estornada ao Fundo, observado o critério *pro rata* na relação aos Direitos Creditórios representados naquele Demonstrativo de Pagamento não quitado.



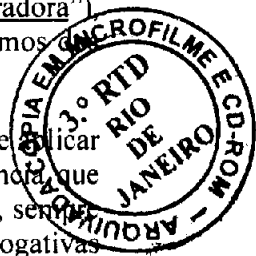
## CAPÍTULO VII – DA CEDENTE E DOS DIREITOS CREDITÓRIOS

- 7.1. A Cedente é uma instituição financeira caracterizada como banco múltiplo para os fins e efeitos do Bacen, que realiza, no seu curso normal de negócios, dentre outras atividades, Operações de Financiamentos com Encargos, Operações de Desconto e Operação de Refinanciamento de Saldo Devedor. Caracteriza-se como direito creditório passível de cessão ao Fundo, cada contrato ou prestação pecuniária devido por Titular vinculado(s) a: (i) Operação Parcelado Emissor; (ii) Operações de Desconto; (iii) Operação de Refinanciamento de Saldo Devedor; e/ou (iv) Saque (“Direitos Creditórios”).
- 7.2. Os Direitos Creditórios são pagos pelos Titulares, no curso ordinário do Programa de Securitização, por meio de Demonstrativo de Pagamento, devidamente enviado pela Cedente e/ou pela Supplier, os quais poderão ser liquidados em instituições integrantes do sistema de compensação bancária brasileiro.
- 7.3. Os Direitos Creditórios vinculados a Operações de Desconto poderão ser cedidos ao Fundo com co-obrigação do Estabelecimento.
- 7.4. Os documentos representativos dos Direitos Creditórios são todos aqueles definidos como Documentos Comprobatórios.
- 7.5. A Cedente, tendo em vista que acumula funções de cedente dos Direitos Creditórios, distribuidora das Quotas, e agente responsável pelo recebimento, a coleta, a conciliação e o repasse dos valores de titularidade do Fundo, declara que não se encontra em conflito de interesses no exercício de suas funções, e que possui mecanismos apropriados de segregação de suas atividades, assim como independência em suas funções.

## CAPÍTULO VIII – DA ADMINISTRAÇÃO DO FUNDO

- 8.1. O Fundo é administrado pela **OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**, instituição financeira com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 500, Bloco 13, Grupo 205,

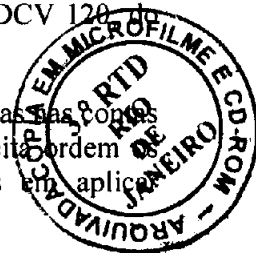
Condomínio Downtown, inscrita no CNPJ sob o nº 36.113.876/0001-91 ("Administradora") que será responsável pelas atividades de administração e gestão da carteira, nos termos dos artigos 33 e seguintes da Instrução CVM nº 356.



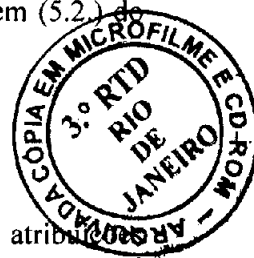
- 8.2. Para a plena consecução dos objetivos do Fundo, a Administradora tem a obrigação de aplicar em sua administração os princípios técnicos recomendáveis e o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na condução de seus próprios negócios, sendo que o único e exclusivo benefício do Fundo, observados os direitos, garantias e prerrogativas especiais dos Quotistas Seniores, definidos nos Documentos da Securitização, atentos à conjuntura em geral, respeitadas as determinações das autoridades monetárias e fiscalizadoras competentes, além das obrigações que lhe são impostas por força de lei e deste Regulamento.
- 8.3. Observados os termos e as condições deste Regulamento e dos demais Documentos da Securitização, e sem prejuízo das demais responsabilidades estabelecidas pela Instrução CVM nº 356, a Administradora, sob sua responsabilidade, diretamente ou por meio de seus Agentes, independentemente de qualquer procedimento adicional, pode:
- a) iniciar quaisquer procedimentos, judiciais ou extrajudiciais, necessários (i) à cobrança dos Direitos Creditórios e Outros Ativos integrantes da carteira do Fundo, (ii) à execução de quaisquer garantias eventualmente prestadas e (iii) à salvaguarda dos direitos, interesses e prerrogativas do Fundo, observado o disposto neste Regulamento e nos demais Documentos da Securitização;
  - b) celebrar ou realizar qualquer acordo, transação, ato de alienação, de transferência, de desconstituição, de substituição ou de liberação de quaisquer garantias, no todo ou em parte, relacionados aos ativos integrantes da carteira do Fundo;
  - c) alienar os Direitos Creditórios e os Outros Ativos de titularidade do Fundo, sendo que o seu preço de venda não poderá, sob pena de responsabilização da Administradora por eventuais danos ou prejuízos causados ao Fundo, ser inferior ao valor contábil dos respectivos ativos, exceto quando autorizado pelos titulares da maioria das Quotas Seniores reunidos em Assembléia Geral; e
  - d) constituir procuradores, inclusive para os fins de proceder à cobrança amigável dos ativos integrantes do Fundo. Exceção feita às procurações com poderes da cláusula *ad judicia* e àquelas outorgadas: (i) ao Custodiante, nos termos do Contrato de Custódia; e (ii) à Cedente, nos termos do Contrato de Cessão e do Contrato de Cobrança; que poderão ser outorgadas por prazo indeterminado, mas com finalidade específica, em todas as demais procurações outorgadas pela Administradora, em nome do Fundo, constará o respectivo prazo de validade, que não poderá ser superior a 12 (doze) meses, contado da data da outorga.
- 8.4. Sem prejuízo de seus outros deveres legais, incluem-se entre as obrigações da Administradora:
- a) decidir pela contratação, pelo Fundo, de operações em mercados de derivativos, observada a deliberação do Conselho Consultivo, e, ainda, observado o disposto na política de investimento do Fundo prevista neste Regulamento;
  - b) encaminhar ao Bacen, nos termos previstos pela legislação aplicável, as informações relativas à cessão dos Direitos Creditórios da Cedente ao Fundo;
  - c) providenciar o registro do Regulamento e de seus eventuais aditamentos, nos termos do item (1.3) do Capítulo I, dos demais Documentos da Securitização, observados os

termos e condições ali convencionados, e a realização dos procedimentos de registro e lavratura dos Termos de Cessão Consolidados;

- d) calcular, na periodicidade definida neste Regulamento, o valor do Excesso de *Spread*, da Reserva de Caixa, da Reserva de Liquidez, do DCV, do DCV30, do DCV 120, do DCV 180 e do Índice de Refinanciamento;
- e) manter registros analíticos e completos de todas as movimentações ocorridas nas contas de depósito abertas em nome dos Quotistas, bem como manter em perfeita ordem os documentos necessários à comprovação da capacidade dos Quotistas em aplicar recursos em quotas de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios;
- f) providenciar, mensalmente, às expensas do Fundo, o envio aos Quotistas, pelo correio ou por meio eletrônico (*e-mail*), de extrato das contas de depósito abertas em seu nome, contendo, no mínimo, as seguintes informações: (i) o número de Quotas detidas pelo respectivo Quotista; (ii) o valor atualizado de suas Quotas; e (iii) a remuneração acumulada desde a respectiva Data de Emissão;
- g) fornecer, anualmente, aos Quotistas, documento contendo informações sobre os rendimentos auferidos no ano civil e, com base nos dados relativos ao último dia do mês de dezembro, sobre o número de Quotas de sua propriedade e seu respectivo valor;
- h) efetuar o recolhimento dos impostos incidentes sobre a rentabilidade auferida pelos Quotistas, nos termos da legislação aplicável, observados os termos do Contrato de Custódia;
- i) confirmar ao Custodiante, conforme o caso, sua concordância com a aquisição dos respectivos Direitos Creditórios Elegíveis, nos termos do Contrato de Cessão;
- j) monitorar o cumprimento, pelo Fundo, dos índices e parâmetros referidos no item (14.7) do Capítulo XIV e nos demais dispositivos deste Regulamento;
- k) processar a subscrição e integralização de Quotas Seniores, de forma que, considerado, *pro-forma*, o respectivo evento, o Fundo atenda ao disposto nos itens (14.7) e (15.5) dos Capítulos XIV e XV, respectivamente;
- l) processar o resgate de Quotas Seniores, de forma que, considerado, *pro-forma*, o respectivo evento, o Fundo atenda ao disposto no item (14.7) do Capítulo XIV;
- m) processar a subscrição, integralização e resgate de Quotas Subordinadas, observados os procedimentos definidos neste Regulamento, de forma que, considerado, *pro-forma*, o respectivo evento, o Fundo atenda ao disposto no item (14.7) do Capítulo XIV;
- n) informar imediatamente à Agência Classificadora de Risco a ocorrência de qualquer dos seguintes eventos:
  - i) substituição da Empresa de Auditoria ou do Custodiante;
  - ii) ocorrência de qualquer Evento de Resgate Antecipado; ou
  - iii) celebração de aditamentos aos Documentos da Securitização;
- o) entregar e/ou manter à disposição da Agência Classificadora de Risco cópia dos relatórios preparados pela própria Administradora, pelo Custodiante, pela Cedente e



p) informar ao Custodiante qualquer alteração nos Critérios de Elegibilidade com até 10 (dez) Dias Úteis de antecedência de sua implementação, incluindo, mas não limitando a, a alteração do percentual de concentração que trata o subitem “d” do item (5.2.) do Capítulo V.



9.1. Será devida à Administradora, a título de honorários pelo desempenho de suas atribuições definidas neste Regulamento e nos Documentos da Securitização, uma remuneração mensal equivalente ao maior valor entre: (i) R\$ 10.000,00 (dez mil reais); ou (ii) o valor correspondente a 0,20 % (vinte centésimos por cento) ao ano sobre o valor do patrimônio líquido que atingir até R\$ 70.000.000,00 (setenta milhões de reais), acrescido do valor apurado pela aplicação do percentual de 0,15 % (quinze centésimos por cento) ao ano sobre o montante que exceder os R\$ 70.000.000,00 (setenta milhões de reais) de patrimônio líquido pagáveis mensalmente à razão de 1/12 (um doze avos), apurado no último Dia Útil de cada mês. A primeira remuneração devida à Administradora, nos termos deste item, será paga no último Dia Útil do mês da 1ª (primeira) Data de Emissão e as demais no último Dia Útil dos meses subsequentes. A remuneração mensal prevista neste item será acrescida das verbas devidas à Administradora no termos do item (9.4) deste Capítulo (“Taxa de Administração”).

9.2. Os valores em reais definidos no subitem “i” do item (9.1) deste Capítulo serão atualizados pela Administradora e informados ao Custodiante a cada período de 12 (doze) meses, contado a partir de 1º de maio de 2006, ou, na menor periodicidade admitida em lei, pela variação do IGP-M/FGV, e acrescidos dos tributos ISS, PIS, Cofins, Imposto de Renda Retido na Fonte e outros que porventura venham a incidir, nas alíquotas vigentes nas respectivas datas de pagamento.

9.3. A Taxa de Administração não inclui as despesas com publicações de editais de convocação de Assembléias Gerais. Não estão incluídas, igualmente, despesas com a contratação de especialistas, tais como auditoria, fiscalização ou assessoria legal ao Fundo, entre outros.

9.4. Sobre o valor da Taxa de Administração, serão acrescidos os valores, em moeda corrente nacional, equivalentes:

- a) ao maior valor entre (i) o montante apurado de acordo com os parâmetros definidos na tabela contida no item (9.5) a seguir, pagável mensalmente à razão de 1/12 (um doze avos), e (ii) R\$ 1.000,00 (mil reais) mensais;
- b) à R\$ 2,45 (dois reais e quarenta e cinco centavos) por aplicação, resgate ou qualquer evento de Quotista no Fundo; e
- c) à R\$ 0,60 (sessenta centavos) pela emissão de cada extrato de movimentação do Quotista.

9.5. Os valores monetários definidos no item anterior serão corrigidos anualmente, pelo critério *pro-rata temporis*, no 1º (primeiro) Dia Útil do mês de janeiro de 2007 e, posteriormente, sempre no 1º (primeiro) Dia Útil do mês de janeiro dos anos subsequentes, pela variação do IPC do ano imediatamente anterior ou, na sua falta, pela variação do IGP-M/FGV, ou, na falta de ambos, pela variação do IGP-DI/FGV. Sobre os valores apurados nos subitens “a”, “b” e



“c” do item anterior, deverá ser acrescido o valor resultante da aplicação das alíquotas vigentes, nas respectivas datas de pagamento, dos seguintes tributos: ISS, PIS e COFINS.

Patrimônio Líquido (em mil reais)	Percentual <u>anual</u> incidente sobre o Patrimônio Líquido
0,000 a 50.000	0,0240
50.001 a 100.000	0,0208
100.001 a 150.000	0,0200
150.001 a 200.000	0,0195
Acima de 200.001	0,0190



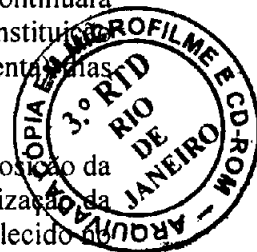
- 9.6. A Administradora pode estabelecer que parcelas da Taxa de Administração sejam pagas diretamente pelo Fundo aos prestadores de serviços contratados, desde que o somatório dessas parcelas não exceda o montante total da Taxa de Administração fixada neste Capítulo.
- 9.7. Sem prejuízo do disposto no item (9.6) deste Capítulo, o valor correspondente a 50,0% (cinquenta por cento) da parcela da Taxa de Administração devida exclusivamente à Administradora, após serem deduzidos os valores devidos aos demais terceiros contratados, será pago diretamente pelo Fundo à Oliveira Trust Servicer S.A., sociedade com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 500, bloco 13, sala 206, Barra da Tijuca, inscrita no CNPJ sob o nº 02.150.453/0001-20, de acordo com o artigo 56, parágrafo 2º da Instrução CVM nº 356, nas mesmas datas de pagamento da Taxa de Administração, sem qualquer encargo adicional para o Fundo. O valor pago nos termos deste item será deduzido da Taxa de Administração devida.
- 9.8. O Fundo não cobrará taxas de ingresso, desempenho ou performance. O Fundo cobrará Taxa de Saída, nos termos da Seção 7 do Capítulo XVII deste Regulamento.

## CAPÍTULO X – DA SUBSTITUIÇÃO E RENÚNCIA DA ADMINISTRADORA

- 10.1. Os titulares da maioria das Quotas Seniores e/ou das Quotas Subordinadas em Circulação, reunidos em Assembléia Geral, poderão solicitar, em votação em separado, realizada entre os titulares de Quotas da mesma classe, a substituição da Administradora. Para tanto, os Quotistas que solicitarem a substituição da Administradora deverão encaminhar à Administradora, no curso da referida Assembléia Geral, documento contendo as razões e os fundamentos da substituição e indicar o nome, a qualificação, experiência e remuneração de, no mínimo, 3 (três) instituições notoriamente capazes de assumir, com o mesmo grau de confiabilidade e qualidade, todos os deveres e as obrigações da Administradora, nos termos da legislação aplicável, deste Regulamento e dos demais Documentos da Securitização. A remuneração de cada uma das instituições substitutas apresentadas pelos Quotistas Seniores, caso esses solicitem a substituição da Administradora, não poderá ser superior em 20% (vinte por cento) do valor da Taxa de Administração em vigor.
- 10.2. Na hipótese do item (10.1) anterior, os Quotistas titulares da maioria das Quotas em Circulação, cuja classe não esteja solicitando a substituição da Administradora, terão o direito de escolher, na referida Assembléia Geral, em votação em separado, qualquer das instituições apresentadas pelos Quotistas que estejam solicitando a sua substituição, para exercer as funções da Administradora.
- 10.3. A Administradora poderá, mediante aviso divulgado no Periódico e por meio de carta com aviso de recebimento endereçada a cada Quotista, renunciar à administração do Fundo, desde que convoque, no mesmo ato, Assembléia Geral a se realizar no prazo de, no mínimo, 20

(vinte) dias e, no máximo, 30 (trinta) dias, contado da data em que os Quotistas sejam comunicados da decisão da Administradora, nos termos deste item. Na hipótese de ocorrência de um Evento de Liquidação ou de um Evento de Resgate Antecipado, a Administradora não poderá renunciar às suas funções, até a conclusão dos procedimentos referidos nos itens (23.6) e (23.3), respectivamente, ambos do Capítulo XXIII.

- 10.4. Na hipótese de substituição ou renúncia da Administradora e nomeação de nova instituição administradora em Assembléia Geral, nos termos deste Capítulo, a Administradora continuará obrigada a prestar os serviços de administração e gestão do Fundo até que nova instituição venha a lhe substituir, o que deverá ocorrer dentro do prazo máximo de 90 (noventa) dias corridos, contado da data da realização da respectiva Assembléia Geral.
- 10.5. A Administradora deverá, sem qualquer custo adicional para o Fundo, colocar à disposição da instituição que vier a substituí-la, no prazo de 10 (dez) Dias Úteis, contado da realização da respectiva Assembléia Geral, ou, conforme o caso, antes do término do prazo estabelecido no item (10.4), todos os registros, relatórios, extratos, bancos de dados e demais informações sobre o Fundo e sobre sua administração que tenham sido obtidos, gerados, preparados ou desenvolvidos pela Administradora ou seus Agentes envolvidos, direta ou indiretamente, com a administração do Fundo ou que quaisquer das Pessoas anteriormente referidas tenham tido acesso por força da execução de suas funções, independentemente do meio em que as informações estejam armazenadas ou disponíveis, de forma que a instituição substituta cumpra, sem solução de continuidade, os deveres e as obrigações da Administradora, nos termos deste Regulamento.
- 10.6. Caso a nova instituição administradora nomeada nos termos deste Capítulo não substitua a Administradora dentro do prazo estabelecido no item (10.4), tal hipótese também será considerada um Evento de Resgate Antecipado.

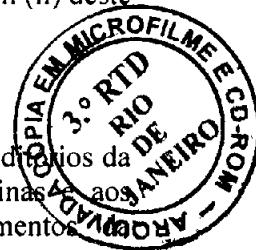


## **CAPÍTULO XI – DO CUSTODIANTE E DEMAIS TERCEIROS CONTRATADOS**

- 11.1. As atividades de custódia e controladoria dos Direitos Creditórios e Outros Ativos do Fundo serão exercidas pelo Custodiante, instituição regularmente autorizada a operar pelo Bacen, assim como credenciada perante a CVM para o exercício do serviço de custódia, que será responsável pelas atividades descritas no artigo 38 da Instrução CVM nº 356, de acordo com os termos do Contrato de Custódia.
- 11.2. Sem prejuízo dos demais deveres e obrigações definidos na Instrução CVM nº 356 e no Contrato de Custódia, o Custodiante, diretamente ou por meio de seus Agentes, será responsável pelas seguintes atividades:
- a) verificar se os Direitos Creditórios a serem cedidos pela Cedente ao Fundo atendem aos Critérios de Elegibilidade;
  - b) operacionalizar todos os procedimentos e rotinas definidos nos Documentos da Securitização que sejam de sua exclusiva responsabilidade;
  - c) receber e analisar, observado o item (11.7) deste Capítulo, a documentação que evidencie o lastro dos Direitos Creditórios, sendo que a metodologia e os resultados obtidos deverão ser colocados à disposição da Administradora, Agência de Classificação de Risco, Empresa de Auditoria, Cedente e dos órgãos reguladores;

*Handwritten signature*

- d) movimentar as contas correntes de titularidade do Fundo, observadas as instruções passadas pela Administradora e os termos e condições dos Documentos da Securitização;
- e) receber e fazer a guarda e custódia física ou escritural dos documentos a seguir relacionados, diretamente ou por meio de seus Agentes, mantendo em arquivo físico ou eletrônico a documentação negocial e fiscal relativa a cada operação realizada pelo Fundo, pelo prazo de duração do Fundo, ressalvado o prazo específico do item (ii) deste subitem:
- i) extratos das contas correntes de titularidade do Fundo;
  - ii) Aceites Eletrônicos de Cessão formalizando a cessão de Direitos Creditórios da Cedente para o Fundo e demais documentos relacionados às rotinas e aos procedimentos sob sua responsabilidade, definidos nos Documentos da Securitização, pelo prazo de 10 (dez) Dias Úteis;
  - iii) Documentos Comprobatórios referentes aos Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo que lhe tenham sido encaminhados pela Cedente ou por seus Agentes, observada, assim, a sub-contratação estabelecida no subitem "a" do item (11.6) deste Capítulo;
  - iv) Documentos Comprobatórios referentes aos Outros Ativos;
  - v) registros eletrônicos da Base de Dados do Fundo, relatórios preparados nos termos do Contrato de Custódia e demais documentos relacionados às rotinas e aos procedimentos definidos nos Documentos da Securitização que sejam de sua responsabilidade;
- f) entregar à Administradora, quando solicitado, os documentos referidos no item "i" do subitem "e" deste item;
- g) receber, diretamente ou por meio de seus Agentes, os valores relativos aos Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo, transferidos, a qualquer título, pela Cedente ou por seus Agentes, sendo que todas as quantias recebidas deverão ser creditadas única e exclusivamente em conta(s) corrente(s) de titularidade do Fundo;
- h) receber, diretamente ou por meio de seus Agentes, quaisquer rendimentos ou valores relacionados aos Outros Ativos, sendo que todas as quantias recebidas deverão ser creditadas única e exclusivamente em conta(s) corrente(s) de titularidade do Fundo;
- i) efetuar a liquidação financeira relativa à aquisição de Direitos Creditórios, observadas as instruções passadas pela Administradora e os procedimentos definidos neste Regulamento e no Contrato de Cessão;
- j) calcular e colocar à disposição da Administradora, diariamente, o valor da Razão de Garantia e da Alocação Mínima de Investimento;
- k) colocar à disposição da Administradora, diariamente, no site *itaucustodia*, relatórios para apuração da Reserva de Caixa, da Reserva de Liquidez e do Excesso de *Spread*;
- l) colocar à disposição da Administradora, em cada Data de Verificação, no site *itaucustodia*, relatórios para apuração do valor do DCV, do DCV30, do DCV120, do DCV180 e do Índice de Refinanciamento;



- m) colocar à disposição da Administradora o fluxo financeiro do Fundo com registro dos respectivos lançamentos, em base diária, de forma que ele possa cumprir pontualmente suas obrigações financeiras e contratuais; e
- n) processar, calcular e aplicar a Taxa de Saída quando da efetivação do Resgate das Quotas Seniores na respectiva Data de Resgate das Quotas Seniores.
- 11.3. Enquanto no exercício de suas respectivas funções, o Custodiante está autorizado, em caráter exclusivo, por conta e ordem da Administradora, a:
- a) conforme o caso, abrir e movimentar, em nome do Fundo, as contas correntes, as contas de depósito específicas abertas diretamente em nome do Fundo (i) no SELIC, no CETIP ou (iii) em instituições ou entidades autorizadas à prestação desses serviços pelo Bacen ou pela CVM em que os Outros Ativos sejam negociados, liquidados ou registrados, sempre com estrita observância aos termos e às condições deste Regulamento e do Contrato de Custódia;
  - b) dar e receber quitação ou declarar o vencimento antecipado dos Outros Ativos, sempre observadas as instruções passadas pela Administradora;
  - c) efetuar, às expensas do Fundo, o pagamento das despesas e encargos do Fundo necessários à manutenção de sua boa ordem administrativa, legal e operacional, desde que existam recursos disponíveis e suficientes para tanto, sempre observadas as instruções passadas pela Administradora; e
  - d) somente acatar ordens assinadas por pessoa(s) autorizada(s) da Administradora.
- 11.4. Na hipótese de substituição do Custodiante pelos Quotistas, deverão ser observados, no que forem aplicáveis, os procedimentos definidos no Capítulo X, relativos à substituição da Administradora.
- 11.5. O Custodiante poderá renunciar, a qualquer tempo, às funções a esse atribuídas nos termos deste Regulamento, do Contrato de Custódia e dos demais Documentos da Securitização. Nesse caso, o Custodiante deverá, a exclusivo critério da Administradora, desempenhar todas as suas funções pelo prazo de até 60 (sessenta) dias, contado do envio à Administradora de comunicação por escrito, informando-a de sua renúncia. O prazo de 60 (sessenta) dias anteriormente referido poderá ser prorrogado uma única vez por igual período, mediante solicitação da Administradora, até que a instituição substituta assuma efetivamente todos os deveres e as obrigações do Custodiante.
- 11.6. Sem prejuízo de suas responsabilidades, o Custodiante sub-contratará a Cedente para:
- a) realizar a guarda dos Documentos Comprobatórios, nos termos do Contrato de Custódia; e
  - b) efetuar a cobrança escritural dos Direitos Creditórios, nos termos do Convênio de Cobrança.
- 11.7. Observado o disposto no item (11.6) anterior, os Documentos Comprobatórios relativos aos Direitos Creditórios ficarão sob a guarda e responsabilidade da Cedente, conforme indicado no Contrato de Custódia e no Contrato de Cessão, podendo a Cedente sub-contratar terceiros mediante prévia e expressa anuência do Custodiante.



11.7.1. Em decorrência da expressiva diversificação de devedores (aproximadamente 3.200 Titulares) e significativo volume de Direitos Creditórios cedidos (valor médio de R\$ 2.900,00 por transação), o Custodiante verificará, trimestralmente, por amostragem, o lastro dos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo no respectivo trimestre, comunicando o resultado dessa verificação à Administradora, à Cedente, à Agência de Classificação de Risco e à Empresa de Auditoria do Fundo. Independentemente do disposto neste item, o Custodiante poderá verificar a qualquer momento e desde que em data e horário comercial, a existência e formalização dos Documentos Comprobatórios e o cumprimento com relação à guarda e organização dos Documentos Comprobatórios, tudo nos termos do Contrato de Custódia e Contrato de Cessão.

11.7.2. A verificação do lastro por amostragem a ser efetuada pelo Custodiante seguirá os seguintes parâmetros definidos pela Empresa de Auditoria do Fundo:

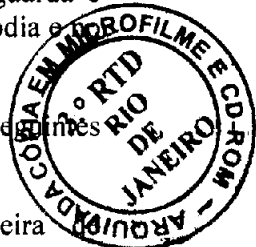
- a) em conformidade com as boas práticas nacionais ("Norma Brasileira Contabilidade nº 11, do Conselho Federal de Contabilidade") e internacionais, serão empregadas técnicas de amostragem estatística para aplicação dos procedimentos de auditoria dos Documentos Comprobatórios do Fundo, em que a amostra é selecionada com a finalidade de que os resultados obtidos possam ser estendidos ao conjunto, de acordo com a teoria da probabilidade ou as regras estatísticas;
- b) para seleção da amostragem, emprega-se técnica de seleção aleatória utilizando rotina automática, que permite ao auditor utilizar o resultado dos testes da amostra para realizar inferências sobre a população, definindo-se o seguinte critério para seleção da amostra:
  - (i) Grau de Confiança: 95% (noventa e cinco por cento);
  - (ii) Limite de Erro Tolerável: 5% (cinco por cento).
- c) se o auditor espera que a população contenha erro superior ao Limite de Erro Tolerável, será necessário examinar amostra maior, para concluir que o erro real da população não exceda o Erro Tolerável.

## CAPÍTULO XII – DOS FATORES DE RISCO

12.1. Os Direitos Creditórios e os Outros Ativos integrantes da carteira do Fundo, por sua própria natureza, estão sujeitos, conforme o caso, a flutuações de mercado e/ou riscos de crédito das contrapartes que poderão gerar perdas até o montante das operações contratadas e não liquidadas. Mesmo que a Administradora mantenha sistema de gerenciamento de riscos, não há garantia de eliminação da possibilidade de perdas para o Fundo e para os Quotistas, não podendo a Administradora, o Custodiante, o(s) Distribuidor(es) ou qualquer de suas respectivas Afiliadas serem responsabilizados por qualquer depreciação ou perda no valor dos ativos integrantes da carteira do Fundo, pela inexistência de um mercado secundário para os Direitos Creditórios e Outros Ativos integrantes da carteira do Fundo, por eventuais prejuízos incorridos pelos Quotistas quando do resgate de suas Quotas, entre outros eventos, nos termos deste Regulamento.

12.2. Quanto aos riscos associados ao investimento no Fundo, destacam-se, de forma não taxativa:

- a) **Riscos de liquidez dos Direitos Creditórios e inexistência de mercado secundário.** O investimento do Fundo em Direitos Creditórios apresenta peculiaridades com relação



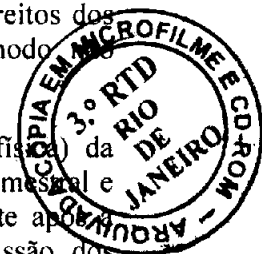
*Handwritten signature*

aos investimentos realizados pela maioria dos fundos de investimento brasileiros, não existindo mercado secundário organizado para a negociação de tais Direitos Creditórios. Caso o Fundo necessite alienar seus Direitos Creditórios a terceiros, ou caso o Quotista receba tais Direitos Creditórios em pagamento pelo resgate de suas Quotas, nos termos do Capítulo XXVI, (i) poderá não haver mercado comprador para os Direitos Creditórios, (ii) o preço de alienação dos Direitos Creditórios poderá causar prejuízos ao Fundo e a seus Quotistas e/ou (iii) a Administradora, por conta e ordem do Fundo, ou os Quotistas poderão ter dificuldade para cobrar os valores devidos em caso de inadimplemento. Não há qualquer garantia ou certeza de que será possível ao Fundo liquidar posições ou negociar os Direitos Creditórios integrantes de sua carteira ao preço e no momento desejados.

- b) **Liquidez das Quotas.** Em razão (i) das quotas do Fundo serem inegociáveis e (ii) de o Fundo ser constituído sob a forma de condomínio aberto, admitindo o resgate das Quotas pelos Quotistas nos termos estabelecidos nos Capítulos XVII, XVIII e XIX, esses podem ter dificuldade em realizar seus investimentos mediante o resgate de suas Quotas no momento em que considerarem oportuno.
- c) **Resgate condicionado.** O Fundo somente procederá ao resgate das Quotas em moeda corrente nacional na medida em que os Direitos Creditórios sejam devidamente pagos pelos Titulares ou por eventuais garantidores, que os Outros Ativos sejam liquidados e/ou alienados e que os recursos recebidos sejam depositados em conta(s) corrente(s) de titularidade do Fundo. A Administradora encontra-se impossibilitada de determinar o intervalo de tempo necessário para o resgate integral das Quotas, não havendo qualquer garantia de que o Fundo procederá ao resgate integral das Quotas Seniores Resgatadas, até o limite do respectivo Valor Máximo de Resgate, e das Quotas Subordinadas Resgatadas durante o Período de Efetivação de Resgate correspondente e/ou na Data de Resgate de Quotas Subordinadas. O valor de resgate das Quotas Seniores continuará a ser atualizado até a data de seu efetivo pagamento, sempre até o limite do patrimônio líquido do Fundo, não sendo devido, todavia, pelo Fundo ou por qualquer Pessoa qualquer multa ou penalidade caso o referido evento prolongue-se por prazo indeterminado ou não possa, por qualquer motivo, ser realizado. Assim, tendo em vista a inexistência de co-obrigação ou direito de regresso contra a Cedente e/ou qualquer de suas Afiliadas com relação aos Direitos Creditórios e Outros Ativos, após o recebimento desses recursos e, se for o caso, depois de esgotados todos os meios cabíveis para a cobrança, judicial ou extrajudicial, dos referidos ativos, o Fundo não disporá de quaisquer outros valores para efetuar o resgate, em moeda corrente nacional, de suas Quotas.
- d) **Valor máximo de resgate.** O valor máximo pago quadrimestralmente pelo Fundo a título de resgate das Quotas Seniores Resgatadas não poderá ser superior a 20% (vinte por cento) do valor total das Quotas Seniores em Circulação, apurado para a última Data de Apuração de Resgate de Quotas Seniores, acrescido do valor das Quotas Seniores Postergadas nos termos deste Regulamento. Caso o valor a ser pago a título de resgate exceda ao limite anteriormente definido, o Fundo procederá ao resgate do saldo do valor das respectivas Quotas Seniores Resgatadas, por seu valor apurado na forma do item (16.1) do Capítulo XVI, na Data de Resgate das Quotas Seniores imediatamente subsequente, observados os procedimentos definidos no item (19.4) do Capítulo XIX.
- e) **Resgate por meio da dação em pagamento dos ativos integrantes de sua carteira.** O Regulamento estabelece que o Fundo poderá ser liquidado no prazo de até 1 (um) ano contado da ocorrência de um Evento de Resgate Antecipado, observado o disposto no

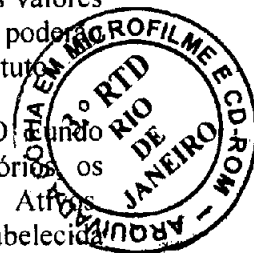
Capítulo XXVI. Nesse caso, o resgate das Quotas poderá ser realizado mediante a dação em pagamento de Direitos Creditórios. Assim, os Quotistas poderão encontrar dificuldades para alienar os Direitos Creditórios entregues em dação e/ou cobrar os valores devidos pelos Titulares e eventuais garantidores dos créditos, além de incorrerem, entre outras despesas e encargos (*i.e.* honorários advocatícios), em custos de custódia dos Direitos Creditórios e dos Documentos Comprobatórios.

- f) **Risco da titularidade indireta.** A titularidade das Quotas não confere aos Quotistas o domínio direto sobre os Direitos Creditórios ou Outros Ativos integrantes da carteira do Fundo ou sobre fração ideal específica desses ativos, sendo exercidos os direitos dos Quotistas sobre todos os ativos integrantes da carteira do Fundo de modo individualizado, por intermédio da Administradora.
- g) **Riscos operacionais.** O Custodiante realizará a verificação documental (física) da regularidade dos Documentos Comprobatórios apenas através de auditoria semestral e por amostragem. Considerando que: (i) tal auditoria é realizada tão somente após a cessão dos Direitos Creditórios ao Fundo; (ii) os procedimentos de emissão dos Demonstrativos de Pagamento para cobrança são processados por sistema interno de controle da Cedente ou da Supplier, não tendo a Administradora e o Custodiante qualquer controle sobre tais procedimentos; (iii) o Custodiante, sem prejuízo de suas responsabilidades, poderá sub-contratar terceiros no que tange à guarda dos Documentos Comprobatórios; e (iv) a carteira do Fundo poderá conter Direitos Creditórios cuja documentação apresente irregularidades, o que poderá obstar o pleno exercício pelo Fundo das prerrogativas decorrentes da titularidade dos Direitos Creditórios. Qualquer falha ou alteração nas rotinas e nos sistemas internos de controle sob responsabilidade da Cedente, da Supplier, dos terceiros contratados pelo Custodiante e de seus Agentes, nos termos dos Documentos da Securitização, poderá causar, entre outras ocorrências adversas, atraso no recolhimento dos valores devidos pelos devedores dos Direitos Creditórios. A ocorrência de tais hipóteses poderá afetar negativamente o valor do patrimônio líquido do Fundo.
- h) **Trânsito dos valores relativos aos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo por contas correntes de titularidade da Cedente e outros procedimentos de liquidação.** A totalidade dos recursos decorrentes do pagamento, pelos Titulares, dos Demonstrativos de Pagamentos vinculados aos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo, incluindo aqueles decorrentes de seu pagamento parcial e/ou pré-pagamento, efetuados em dinheiro e/ou em cheque, serão (i) acolhidos pelo Agente Cobrador Bancário, (ii) repassados à Cedente; e (iii) transferidos, pela Cedente para Conta do Fundo, conforme identificado no item (6.2) do Capítulo VI. Os procedimentos de recebimento e repasse dos valores relativos aos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo poderão atrasar ou deixar de ocorrer, por diversas razões, incluindo, sem limitação, (i) na hipótese de decretação de intervenção, liquidação extrajudicial ou regime especial de administração temporária ou evento equivalente com referência à Cedente e/ou ao Agente Cobrador Bancário, ou (ii) o inadimplemento, pela Cedente e/ou pelo Agente Cobrador Bancário, de suas obrigações previstas no Convênio de Cobrança e no Contrato de Cobrança Bancária respectivamente. Ademais, na ocorrência de qualquer das hipóteses anteriormente indicadas, e caso os recursos de titularidade do Fundo se encontrem na posse do Agente Cobrador Bancário e/ou da Cedente, eles podem ser bloqueados, sendo que sua liberação e/ou recuperação poderá depender da instauração de procedimentos administrativos ou judiciais pela Administradora, por conta e ordem do Fundo. A ocorrência de qualquer evento que impossibilite aos Titulares efetuarem o pagamento de seus Demonstrativos de Pagamento poderá levar à necessidade de adoção de nova sistemática de recebimento e cobrança direta, pela Administradora, por conta e ordem



do Fundo, dos valores devidos ao Fundo, a qual poderá ser ineficiente ou apresentar elevados custos de transação, causando assim efeitos adversos na sua carteira.

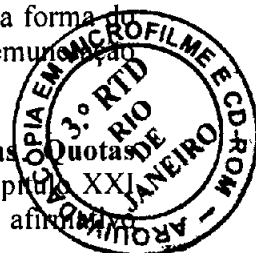
- i) **Impossibilidade da prestação de serviços de cobrança pela Cedente.** Caso a Cedente deixe, por qualquer motivo, de atuar como agente de cobrança do Fundo, nos termos do Convênio de Cobrança, o recebimento, a coleta, a conciliação e o repasse dos valores de titularidade do Fundo, conforme identificado no item (6.2) do Capítulo VI, poderão ser negativamente afetados até a efetiva nomeação de agente de cobrança substituto.
- j) **Descasamentos de taxas e operações com instrumentos derivativos.** O Fundo aplicará suas disponibilidades financeiras precipuamente em Direitos Creditórios, os quais são remunerados principalmente a taxas pré-fixadas, e em Outros Ativos. Considerando-se que o valor das Quotas Seniores será apurado na forma estabelecida no item (16.1) do Capítulo XVI, utilizando-se a variação da Taxa DI, poderá ocorrer o descasamento entre os valores de atualização (i) dos Direitos Creditórios e dos Outros Ativos e (ii) das Quotas Seniores. A ocorrência do evento anteriormente descrito poderá resultar na perda do valor de principal das aplicações dos Quotistas, mesmo na hipótese de a Administradora utilizar-se de instrumentos derivativos para mitigar o risco de descasamento identificado neste item. A Administradora não se encontra obrigada a manter a carteira do Fundo protegida, total ou parcialmente, contra o risco de descasamento entre o valor dos ativos integrantes da carteira do Fundo e o valor das Quotas Seniores, por meio da contratação de operações com instrumentos derivativos.
- k) **Fatores macroeconômicos relevantes.** Variáveis exógenas, tais como a ocorrência, no Brasil ou no exterior, de fatos extraordinários ou de situações especiais de mercado ou, ainda, de eventos de natureza política, econômica ou financeira que modifiquem a ordem atual e influenciem de forma relevante o mercado financeiro brasileiro, a capacidade de pagamento e o equilíbrio econômico e financeiro dos devedores dos Direitos Creditórios e dos Outros Ativos integrantes da carteira do Fundo, incluindo variações nas taxas de juros, eventos de desvalorização da moeda e mudanças legislativas ou políticas, assim como os demais fatores de risco descritos neste Capítulo, poderão resultar em perdas para os Quotistas.
- l) **Emissão de novas Quotas.** O Fundo poderá, a qualquer tempo, observado o disposto no Capítulo XV deste Regulamento, independentemente de autorização prévia dos Quotistas, emitir novas Quotas. Na hipótese de emissão de novas Quotas, não será assegurado direito de preferência para os atuais Quotistas, podendo haver diluição dos direitos políticos dos Quotistas da mesma classe de Quotas que já estejam em Circulação.
- m) **Riscos associados aos Outros Ativos.** Os Outros Ativos, os quais podem compor até 50% (cinquenta por cento) do patrimônio líquido do Fundo, estão sujeitos a oscilações de preços, cotações de mercado e a outros riscos, tais como riscos de crédito, de liquidez ou riscos decorrentes do uso de derivativos, de oscilação de mercados e de precificação de ativos, os quais podem afetar, negativamente, o desempenho do Fundo e o investimento realizado pelos Quotistas.
- n) **Inexistência de rendimento predeterminado.** O valor das Quotas Seniores será apurado de acordo com os critérios definidos no item (16.1) do Capítulo XVI. Tal critério tem como finalidade definir qual a parcela do patrimônio líquido, devidamente ajustado, deve ser prioritariamente alocada aos Quotistas Seniores na hipótese de resgate de suas respectivas Quotas e não representa nem deverá ser considerado, sob nenhuma hipótese ou circunstância, como uma promessa ou obrigação, legal ou



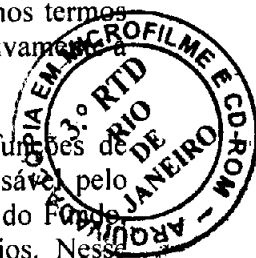


contratual, da Administradora, do Custodiante, da Cedente, da Supplier, do(s) Distribuidor(es) e/ou de suas respectivas Afiliadas em assegurar tal remuneração aos referidos Quotistas. Independentemente do valor do patrimônio líquido, os Quotistas Seniores não farão *jus*, em nenhuma circunstância, quando do resgate de suas aplicações, a uma remuneração superior ao valor de suas Quotas apurado na forma do item (16.1) do Capítulo XVI, o qual representa o limite máximo de remuneração possível para essa classe de Quotas.

- o) **Risco do exercício de poder de veto pelo Quotista titular das Quotas Subordinadas.** A aprovação das matérias definidas no item (21.10) do Capítulo XXI dependerá dos titulares da maioria das Quotas Seniores presentes e do voto afirmativo dos titulares da maioria das Quotas Subordinadas.
- p) **Resgate antecipado de Quotas Seniores.** Conforme estabelecido no Capítulo XXV, para re-enquadramento da Razão de Garantia e/ou da Alocação Mínima de Investimento, ou, ainda, caso a Cedente decida por descontinuar, temporariamente, os procedimentos de cessão dos Direitos Creditórios ao Fundo, a Administradora poderá proceder ao resgate compulsório antecipado, inteiro ou fracionado, independentemente de realização de Assembléia Geral, de todas as Quotas Seniores em Circulação, concomitantemente e em igualdade de condições, por seu valor apurado na forma do item (16.1) do Capítulo XVI.
- q) **Risco de descontinuidade do Fundo.** A política de investimento do Fundo, conforme descrita no Capítulo IV, estabelece que o Fundo deve destinar-se, primordialmente, à aplicação em Direitos Creditórios. Nesse sentido, a continuidade do Fundo pode ser comprometida, independentemente de qualquer expectativa por parte de Quotistas quanto ao tempo de duração de seus investimentos no Fundo, em função da descontinuidade das operações regulares da Cedente, da Supplier, da capacidade da Cedente e/ou da Supplier, nos termos do Contrato de CardMember, originarem Direitos Creditórios Elegíveis para o Fundo e da vontade unilateral da Cedente em continuar a ceder Direitos Creditórios ao Fundo.
- r) **Risco no atraso dos repasses dos recursos de titularidade do Fundo.** A obrigação de a Cedente repassar os valores referentes aos pagamentos dos Direitos Creditórios feitos pelos Titulares, nos termos do item (6.2) do Capítulo VI, inicia-se na data do respectivo recebimento dos valores pela Cedente. Nesse sentido, caso o Titular efetue pagamentos mediante cheque, ou em agentes de correspondente bancário e em agências situadas em locais remotos, os referidos recursos somente encontrar-se-ão disponíveis para transferência pela Cedente ao Fundo no prazo de até 4 (quatro) Dias Úteis.
- s) **Risco da Cedente.** A Cedente, sem prejuízo das penalidades previstas no Contrato de Cessão, pode, a qualquer momento, deixar de ceder Direitos Creditórios ao Fundo. Assim, a existência do Fundo está condicionada à continuidade das operações da Cedente com Direitos Creditórios elegíveis nos termos deste Regulamento, uma vez que a Cedente é a originadora exclusiva dos Direitos Creditórios que comporão o Fundo, inclusive em volume suficiente para alcançar a meta de rentabilidade das Quotas Seniores, bem como à vontade unilateral da Cedente em ceder Direitos Creditórios ao Fundo, observada a possibilidade de os Quotistas deliberarem a alteração dos critérios de elegibilidade deste Regulamento em assembléia geral de Quotistas.
- t) **Risco de pagamentos inferiores ao mínimo estabelecido no Demonstrativo de Pagamento.** Caso o Titular venha a realizar pagamentos inferiores ao valor mínimo estabelecido no Demonstrativo de Pagamento, a Cedente estornará o respectivo crédito



em favor do Titular e, portanto, não considerará qualquer valor pago. Nessa hipótese, não haverá repasse de qualquer valor ao Fundo, o que poderá causar efeitos adversos em sua carteira. Ainda, caso de eventuais repasses de valores que estejam retidos após os Direitos Creditórios a eles vinculados serem considerados como perda, nos termos do item (6.5) do Capítulo XI deste Regulamento, tal fato poderá afetar negativamente a carteira do Fundo e, por conseguinte, a valorização das Quotas.



- u) **Conflito de interesses por parte da Cedente.** A Cedente acumula as funções de cedente dos Direitos Creditórios, distribuidora das Quotas e agente responsável pelo recebimento, a coleta, a conciliação e o repasse dos valores de titularidade do Fundo, sendo também a responsável pela guarda dos Documentos Comprobatórios. Nesse sentido, não há garantia que no futuro não venha a existir a possibilidade de conflito de interesses pela Cedente, em razão do acúmulo de funções por ela exercidas, o que poderá causar efeitos adversos ao Fundo e à sua carteira.

12.3. Quanto aos riscos associados aos Direitos Creditórios, destacam-se, de forma não taxativa:

- a) **Risco de crédito.** Os Direitos Creditórios são pagos pelos Titulares quando do vencimento de seus respectivos Demonstrativos de Pagamento, nos termos do Contrato de Cartão de Crédito, inclusive, na hipótese de pagamento parcial do saldo devedor expresso no Demonstrativo de Pagamento, por meio dos procedimentos de financiamento automático conforme definidos no Contrato de Cartão de Crédito. A realização dos Direitos Creditórios depende exclusivamente da solvência dos Titulares e do efetivo pagamento dos valores devidos, inexistindo, portanto, qualquer garantia ou certeza de que o pagamento será efetuado ou, caso o seja, de que será realizado nos prazos e nos valores avençados. No caso dos Direitos Creditórios cedidos com co-obrigação, total ou parcial, dos Estabelecimentos, esses são responsáveis por seu pagamento na hipótese de inadimplemento do Titular, nos termos do Contrato de Cartão de Crédito. Tal circunstância, contudo, não assegura que os valores devidos ao Fundo sejam recuperados, total ou parcialmente.
- b) **Inexistência de co-obrigação.** A cessão ao Fundo de Direitos Creditórios será realizada sem direito de regresso ou co-obrigação da Cedente ou de qualquer de suas Afiliadas. A Cedente, a Supplier e quaisquer de suas Afiliadas não assumem qualquer responsabilidade pelo pagamento dos Direitos Creditórios cedidos ou pela solvência dos Titulares e de eventuais garantidores dos Direitos Creditórios. Em nenhuma hipótese, a Administradora, o Custodiante e quaisquer de suas respectivas Afiliadas se responsabilizam pelo pagamento dos Direitos Creditórios ou pela solvência dos Titulares e de eventuais garantidores dos Direitos Creditórios.
- c) **Impossibilidade de a Cedente prover o refinanciamento automático do saldo devedor aos Titulares.** Nos casos de refinanciamento automático do Saldo Devedor, o Titular poderá vir a atrasar o pagamento de suas obrigações referentes aos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo, caso a Cedente, por qualquer motivo, incluindo a decretação de sua intervenção, liquidação extrajudicial ou regime especial de administração temporária ou evento equivalente, torne-se impedida de oferecer o financiamento automático ao Titular e a Supplier não obtenha recursos no mercado para prover o financiamento do respectivo Saldo Devedor, na forma estabelecida no Contrato de Cartão de Crédito. Dessa forma, o Titular terá de efetuar o pagamento integral do valor expresso em seu Demonstrativo de Pagamento. A ocorrência do evento identificado neste item poderá afetar negativamente o valor do patrimônio líquido e, conseqüentemente, a solvência do Fundo.

- d) **Modificações ao Contrato de Cartão de Crédito, à Política de Concessão de Crédito e à Política de Cobrança.** A Cedente e a Supplier poderão, unilateralmente, proceder alterações aos termos e às condições do Contrato de CardMember, do Contrato de Cartão de Crédito, da Política de Concessão de Crédito e/ou da Política de Cobrança, sem a necessidade de aprovação prévia da Administradora e/ou dos Quotistas. A Cedente somente informará à Administradora e ao Custodiante qualquer alteração aos documentos anteriormente referidos após a sua implementação. Assim, dependendo de seu conteúdo e extensão, as modificações de tais documentos poderão causar efeitos adversos aos direitos, garantias e prerrogativas dos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo estabelecidos ao tempo de sua cessão ao Fundo.

- 12.4. Não será devido pelo Fundo ou por qualquer Pessoa, incluindo a Cedente, a Supplier, a Administradora, o Custodiante, o(s) Distribuidor(es) e/ou qualquer de suas Afiliadas qualquer multa ou penalidade caso os Quotistas sofram qualquer dano ou prejuízo resultante dos eventos descritos neste Capítulo, desde que tais eventos não tenham se dado por má-fé da Cedente, da Supplier, da Administradora, do Custodiante, do(s) Distribuidor(es) e/ou de qualquer de suas Afiliadas.



### **CAPÍTULO XIII – DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

- 13.1. Entender-se-á por patrimônio líquido do Fundo a soma do disponível do valor da carteira e dos valores a receber, subtraídas as exigibilidades.
- 13.2. Para efeito da determinação do valor do patrimônio líquido da carteira, devem ser observadas as normas e os procedimentos contábeis previstos na legislação em vigor e neste Regulamento.

### **CAPÍTULO XIV – DAS QUOTAS**

- 14.1. As Quotas correspondem a frações ideais do patrimônio do Fundo, observadas as peculiaridades das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas, descritas nos itens (14.4) e (14.5) deste Capítulo, respectivamente, e poderão ser resgatadas nos termos dos Capítulos XVII, XVIII e XIX. Ainda, as Quotas assumirão a forma escritural e serão mantidas, pela Administradora, em contas de depósito em nome de seus titulares em sistema próprio da Administradora.
- 14.2. As Quotas serão de 2 (duas) classes: (a) 1 (uma) classe de Quotas Seniores; e (b) 1 (uma) classe de Quotas Subordinadas.
- 14.3. As Quotas são intransferíveis, salvo por decisão judicial, execução de garantia ou sucessão universal.
- 14.4. Cada Quota Sênior possui como características e confere a seu titular as seguintes vantagens, direitos e obrigações comuns:
- a) tem prioridade em relação às Quotas Subordinadas na hipótese de seu resgate, observado o disposto neste Regulamento;
  - b) tem o preço unitário de R\$ 100,00 (cem reais) na 1ª (primeira) Data de Emissão de Quotas Seniores;

- c) tem seu valor apurado na forma do item (16.1) do Capítulo XVI deste Regulamento;
  - d) nos termos do Capítulo XXX, os Quotistas Seniores poderão ser solicitados a contribuir com recursos para o Fundo, na proporção de seus créditos, por meio da integralização de novas Quotas Seniores, para assegurar a defesa de seus direitos, interesses e prerrogativas; e
  - e) tem o direito de votar com referência a todas e quaisquer matérias objeto de deliberação nas Assembléias Gerais, sendo que cada Quota Sênior legitimará o seu titular a participar com 1 (um) voto.
- 14.5. Cada Quota Subordinada possui como característica e confere a seu titular as seguintes vantagens, direitos e obrigações:
- a) subordina-se às Quotas Seniores para efeito de resgate, observados os termos deste Regulamento;
  - b) tem o preço unitário de R\$ 100,00 (cem reais) na 1ª (primeira) Data de Emissão;
  - c) tem seu valor calculado conforme o disposto no item (16.2) do Capítulo XVI deste Regulamento;
  - d) enquanto existirem Quotas Seniores em Circulação, terá o direito de vetar (i) a inclusão da instituição escolhida pelos titulares de Quotas Seniores como nova Instituição Autorizada, e (ii) a adoção do índice escolhido pelos titulares das Quotas Seniores, nos termos do item (16.5) do Capítulo XVI;
  - e) enquanto existirem Quotas Seniores em Circulação, terá o direito de aprovar, por meio de voto afirmativo em separado, (i) as matérias de que trata o item (21.10) e (21.11) do Capítulo XXI, e (ii) a substituição da Administradora e do Custodiante nos termos dos itens (10.1) e (10.2) do Capítulo X.
- 14.6. Nas hipóteses previstas nos subitens “d” e “e” do item (14.5) anterior, cada Quota Subordinada legitimará o seu titular a participar com 01 (um) voto, sendo expressamente excluído o direito de voto ou veto para essa classe de Quotas, com referência a qualquer outra matéria. Na hipótese de inexistirem Quotas Seniores em Circulação, as Quotas Subordinadas poderão votar em qualquer matéria nas Assembléias Gerais.
- 14.7. Enquanto existirem Quotas Seniores em Circulação, a Razão de Garantia deverá ser equivalente a, no máximo, 80% (oitenta por cento), a Alocação Mínima de Investimento deverá ser, no mínimo, equivalente a 50% (cinquenta por cento) e o Excesso de *Spread* deverá ser, no mínimo, equivalente a 5% (cinco por cento) ao ano, todos calculados na periodicidade e na forma definidas neste Regulamento.
- 14.8. A qualidade de Quotista caracteriza-se pela inscrição do nome do respectivo titular no registro de Quotistas.

## **CAPÍTULO XV – DA EMISSÃO E DA INTEGRALIZAÇÃO DAS QUOTAS**

- 15.1. As Quotas Seniores e as Quotas Subordinadas poderão ser emitidas, a qualquer tempo, pelo valor apurado na respectiva Data de Emissão na forma definida nos itens (16.1) e (16.2) do Capítulo XVI, respectivamente. O Fundo emitirá no mínimo 100.000 (cem mil) e no máximo 10.000.000 (dez milhões) de Quotas Seniores, observados os termos deste Regulamento.

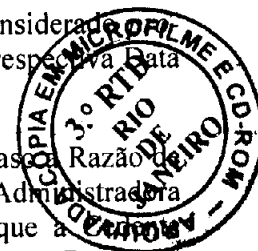
- 15.2. A aplicação mínima de investimento por Quotista no Fundo, por evento, será de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais).
- 15.3. Será admitida, a critério do Administrador, a subscrição por um mesmo investidor de todas as Quotas Seniores e de Quotas Subordinadas emitidas. Não haverá, portanto, requisitos de diversificação dos detentores das Quotas.
- 15.4. As Quotas Subordinadas serão subscritas e integralizadas exclusivamente pela Cedente, pela Supplier ou por suas Afiliadas.
- 15.5. O Fundo somente poderá emitir Quotas Seniores se a Razão de Garantia, considerada *forma* o respectivo evento, for igual ou inferior a 80% (oitenta por cento) na respectiva Data de Emissão.
- 15.6. Na hipótese de investidores desejarem integralizar novas Quotas Seniores, e caso a Razão de Garantia encontre-se acima do patamar definido no item (15.5) anterior, a Administradora deverá solicitar, por escrito, previamente à emissão de Quotas Seniores, que a Administradora subscreva e integralize novas Quotas Subordinadas suficientes a restabelecer a Razão de Garantia, nos mesmos termos e prazos, *mutatis mutandis*, estabelecidos no item (24.1) do Capítulo XXIV. Caso a Cedente não opte por re-enquadrar a Razão de Garantia, a nova emissão de Quotas Seniores não poderá ser realizada.
- 15.7. Não haverá quantidade mínima de Quotas a serem emitidas, observado o disposto na regulamentação em vigor.
- 15.8. Quando do seu ingresso, cada Quotista deverá assinar o Termo de Adesão. Caberá a cada Quotista informar à Administradora os seus dados cadastrais completos, incluindo e-mail, assim como eventuais alterações.
- 15.9. A Administradora poderá suspender, a qualquer momento, novas aplicações no Fundo, desde que tal suspensão se aplique indistintamente a novos investidores e aos Quotistas atuais.
- 15.10. A suspensão do recebimento de novas aplicações em um dia não impede a reabertura posterior do Fundo para aplicações.
- 15.11. A Administradora deve comunicar imediatamente aos intermediários que o Fundo se encontra fechado para novas captações.

## CAPÍTULO XVI – DA VALORIZAÇÃO DAS QUOTAS

- 16.1. A partir da 1ª (primeira) Data de Emissão de Quotas Seniores, cada Quota Sênior terá seu valor unitário calculado diariamente na abertura, para fins de integralização ou resgate, sendo que tal valor será equivalente ao menor dos seguintes valores:

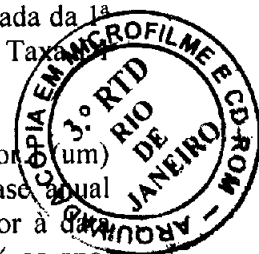
- o patrimônio líquido do Fundo dividido pelo número de Quotas Seniores em Circulação na ocasião; ou
- o valor apurado de acordo com a seguinte fórmula:

$$VQS_T = VQS_1 \times \prod_{T=1}^Z \left\{ \left[ \left( \frac{DI_{T-1}}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1 \right] \times \left( \frac{Spread}{100} + 1 \right) + 1 \right\};$$



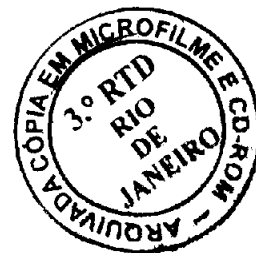
onde:

$VQS_T$	valor de cada Quota Sênior para efeito de cálculo de seu valor de integralização ou resgate, calculado para a data "T".
$VQS_1$	valor de cada Quota Sênior na 1ª Data de Emissão de Quotas Seniores, ou seja, $VQS_1$ é igual a R\$ 100,00 (cem reais);
$Z$	número total de Taxas DI;
$T$	número de ordem da Taxa DI, sendo "T=1" a Taxa DI divulgada da 1ª (primeira) Data de Emissão de Quotas Seniores, e "T=Z" a Taxa DI divulgada do Dia Útil anterior a data "T";
$DI_{T-1}$	Taxa DI, média, extra grupo, divulgada pela CETIP, válida por um Dia Útil ( <i>overnight</i> ), expressa na forma percentual, em base anual (252 Dias Úteis) ("Taxa DI"), referente ao Dia Útil anterior à data "T". Exemplo: se a Taxa DI do Dia Útil anterior for 13,50% ao ano, então $DI_{T-1} = 13,50$ ; e
<i>Spread</i>	11 (onze) ou 15 (quinze), exclusivamente durante o período compreendido entre 04 de novembro de 2008 (inclusive) e 04 de novembro de 2010 (inclusive).



- 16.2. Cada Quota Subordinada terá seu valor unitário equivalente ao resultado da divisão do eventual saldo remanescente do patrimônio líquido do Fundo, após a subtração do valor de todas as Quotas Seniores em Circulação, apurado conforme o item (16.1) deste Capítulo, pelo número total de Quotas Subordinadas em Circulação.
- 16.3. Os critérios de determinação do valor das Quotas Seniores, definidos no item (16.1) deste Capítulo, têm como finalidade definir qual parcela do patrimônio líquido, devidamente ajustado, deve ser prioritariamente alocada aos Quotistas Seniores na hipótese de resgate de suas Quotas, e não representam nem deverão ser considerados, sob qualquer hipótese ou circunstância, como uma promessa ou obrigação, legal ou contratual, do Fundo, da Administradora, do Custodiante, da Cedente, da Supplier, do(s) Distribuidor(es) e de suas respectivas Afiliadas, em garantir ou assegurar tal rentabilidade (remuneração) aos respectivos Quotistas.
- 16.4. Quando da determinação do valor das Quotas Seniores, nos termos deste Capítulo, a Taxa DI deverá ser utilizada considerando-se idêntico número de casas decimais divulgado pela CETIP. No caso de indisponibilidade temporária da Taxa DI quando da apuração do valor das Quotas Seniores será utilizada, em sua substituição, a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI conhecida até a data do respectivo evento. Nesse caso, a Administradora, por conta e ordem do Fundo, deverá promover os competentes ajustes no valor das Quotas na data de divulgação da Taxa DI que seria aplicável.
- 16.5. Na hipótese de extinção ou impossibilidade legal de aplicação da Taxa DI por imposição legal ou determinação judicial, será aplicada, no lugar da Taxa DI, automaticamente, a taxa substituta que venha a ser adotada pelos agentes de mercado, autorizados a funcionar pelo Bacen para operações similares. Na hipótese de inexistência do parâmetro referido neste item, a Administradora deverá convocar imediatamente uma Assembléia Geral para que seja deliberado pelos Quotistas Seniores o novo parâmetro a ser utilizado para determinação do

valor das Quotas Seniores. Os titulares da maioria das Quotas Subordinadas terão o direito de vetar a adoção do parâmetro aprovado na referida Assembléia Geral, por meio de deliberação alcançada em votação em separado, devendo, nessa ocasião, apresentar um índice ou critério alternativo de precificação.



## CAPÍTULO XVII – DO RESGATE DAS QUOTAS SENIORES

### Seção 1 – Solicitação de Resgate

- 17.1. Os Quotistas Seniores poderão requerer, a qualquer tempo, o resgate de suas Quotas à Administradora ou seus Agentes, por meio de solicitação escrita.
- 17.2. A solicitação de resgate nos termos do item anterior será considerada irrevogável e irretroatável, de modo que qualquer contra-ordem recebida pela Administradora não será acatada.
- 17.3. Não será admitida a solicitação de resgate de Quotas Seniores desde a data do envio da convocação para Assembléia Geral em que conste da ordem do dia a liquidação do Fundo, até a ocorrência da Assembléia Geral que delibere definitivamente sobre o tema, ressalvados os casos de resgate de Quotas Seniores previamente agendados antes da referida convocação.

### Seção 2 – Apuração do Resgate

- 17.4. A Administradora apurará a totalidade dos resgates de Quotas Seniores solicitados até as seguintes datas (“Quotas Seniores Resgatadas”):

	Período de Solicitação de Resgate de Quotas Seniores	(“ <u>Datas de Apuração do Resgate de Quotas Seniores</u> ”)
1.	de <u>1º de outubro</u> (inclusive) até <u>31 de janeiro</u> (inclusive)	<u>1º de fevereiro</u>
2.	de <u>1º de fevereiro</u> (inclusive) até <u>31 de maio</u> (inclusive)	<u>1º de junho</u>
3.	de <u>1º de junho</u> (inclusive) até <u>30 de setembro</u> (inclusive)	<u>1º de outubro</u>

- 17.5. Observados os termos das Seções 5 e 6 deste Capítulo, assim como dos demais procedimentos definidos no Capítulo XIX, as Quotas Seniores Resgatadas da respectiva Data de Apuração do Resgate de Quotas Seniores serão resgatadas no Período de Efetivação de Resgate subsequente.

### Seção 3 – Datas de Efetivação de Resgate

- 17.6. Observados os procedimentos administrativos descritos no Capítulo XIX, em especial nos itens (19.4) e (19.8), o resgate das Quotas Seniores Resgatadas deverá ocorrer dentro do período que se inicia no 45º (quadragésimo quinto) dia (inclusive) e termina no 75º (septuagésimo quinto) dia (inclusive) imediatamente subsequentes à última Data de Apuração do Resgate de Quotas Seniores (“Período de Efetivação do Resgate”). O resgate ora referido será realizado pela Administradora, por conta e ordem do Fundo.

#### *Seção 4 – Valor Mínimo de Solicitação de Resgate e Saldo Mínimo de Permanência*

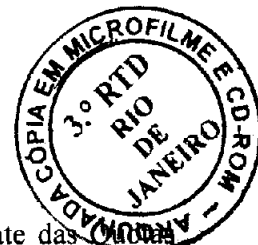
- 17.7. A solicitação mínima de resgate é de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), observado o disposto no item (17.8) a seguir.
- 17.8. O saldo mínimo de permanência do Fundo é de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais), ressalvada a hipótese de saldo de permanência inferior resultante (i) do evento definido no item (17.9), (ii) do Resgate Antecipado Compulsório, (iii) dos Eventos de Resgate Antecipado, (iv) dos Eventos de Liquidação ou (v) do disposto no item (19.5) deste Regulamento.

#### *Seção 5 – Valor Máximo de Resgate*

- 17.9. O valor máximo a ser pago quadrimestralmente pelo Fundo a título de resgate das Quotas Seniores Resgatadas, no curso dos procedimentos referidos no item (19.4) do Capítulo XIX, não poderá ser superior a 20% (vinte por cento) do valor total das Quotas Seniores em Circulação, apurado para a última Data de Apuração do Resgate de Quotas Seniores, nos termos deste Regulamento (“Valor Máximo de Resgate”).
- 17.10. Caso o valor a ser solicitado para resgate exceda ao respectivo Valor Máximo de Resgate, o Fundo procederá ao resgate das Quotas Seniores Resgatadas até o limite do Valor Máximo de Resgate, de forma que o saldo do valor das respectivas Quotas Seniores Resgatadas (“Quotas Seniores Postergadas”), devidamente apurado na forma do item (16.1) do Capítulo XVI, será resgatado no Período de Efetivação de Resgate subsequente, observados os procedimentos definidos no item (19.4) do Capítulo XIX.
- 17.11. O valor das Quotas Seniores Postergadas do Período de Efetivação do Resgate anterior não será considerado para o cômputo do Valor Máximo de Resgate do Período de Efetivação do Resgate seguinte.

#### *Seção 6 – Ordem de Efetivação do Resgate*

- 17.12. Durante o Período de Efetivação do Resgate a Administradora, observados os procedimentos definidos no Capítulo XIX deste Regulamento, resgatará: (i) a integralidade das Quotas Seniores Postergadas apurada na última Data de Apuração do Resgate de Quotas Seniores; e (ii) após resgatadas a totalidade das Quotas Seniores Postergadas, efetuará o resgate, inteiro ou fracionado, observado o Valor Máximo de Resgate para as Quotas Seniores Resgatadas, apurado para a respectiva Data de Apuração do Resgate de Quotas Seniores (“Data de Resgate de Quotas Seniores”).
- 17.13. Os Quotistas não poderão, sob nenhuma hipótese, exigir do Fundo o pagamento do resgate, de suas respectivas Quotas em termos outros que não os previstos neste Regulamento.
- 17.14. Não serão devidos aos titulares das Quotas Seniores Resgatadas e/ou das Quotas Seniores Postergadas, conforme aplicável, quaisquer valores a título de multa ou qualquer outra penalidade, caso o Fundo, no curso dos procedimentos definidos neste Capítulo ou no



*[Handwritten signature]*



Capítulo XIX, não conte com os recursos suficientes para efetuar o resgate integral de suas Quotas durante o respectivo Período de Efetivação do Resgate.



### Seção 7 – Taxa de Saída

- 17.15. Recairá sobre o valor das Quotas Seniores Resgatadas e das Quotas Seniores Postergadas uma taxa de saída decrescente, a ser calculada pelo Custodiante, de acordo com o Tempo de Permanência e que resultará em nenhum decréscimo sobre o valor do resgate caso o Tempo de Permanência seja superior a 720 (setecentos e vinte) dias corridos (“Taxa de Saída”).
- 17.16. Na hipótese de realização de Resgate Antecipado Compulsório ou em decorrência do evento definido no item (25.2) do Capítulo XXV, assim como do subitem “q” do item (23.1) do Capítulo XXIII, os Quotistas Seniores não estarão sujeitos ao pagamento da Taxa de Saída, excetuados os casos do item (25.1).
- 17.17. A Taxa de Saída irá reduzir o valor de resgate efetivamente pago às Quotas Seniores Resgatadas e às Quotas Seniores Postergadas de maneira inversamente proporcional ao Tempo de Permanência (“Valor Bruto de Resgate”).
- 17.18. O Valor Bruto de Resgate e a Taxa de Saída serão calculados pelas seguintes fórmulas:

a) 
$$VBR = \frac{VQS_T \times Q}{Taxa\ de\ Saída};$$

onde:

$VBR$  = valor das Quotas Seniores Resgatadas ou das Quotas Seniores Postergadas, na data do pagamento do resgate, inteiro ou fracionado;

$VQS_T$  = tem o significado que lhe é atribuído no subitem “b” do item (16.1) do Capítulo XVI; e

$Q$  = número de Quotas Seniores Resgatadas ou de Quotas Seniores Postergadas que está sendo efetivamente resgatado, de forma inteira ou fracionada, na data do pagamento do resgate (inteiro ou fracionado);

b) 
$$Taxa\ de\ Saída = \frac{CDI_{Acm1}}{CDI_{Acm2}};$$

onde:

i) 
$$CDI_{Acm1} = \prod_{i=1}^N \left\{ \left[ \left( \frac{DI_{T_i}}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1 \right] \times \left( \frac{Spread}{100} \right) + 1 \right\} + 1; e$$

*Ugm*

$$ii) \quad CDIAcm2 = \prod_{i=1}^N \left\{ \left[ \left( \frac{DI_{T_i}}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1 \right] \times \left( \frac{FS}{100} + 1 \right) + 1 \right\};$$



onde:

- Taxa de Saída* = fator de redução de rentabilidade pelo Tempo de Permanência;
- $DI_T$  = significa a Taxa DI;
- $CDIAcm1$  = produto dos "N" fatores da Taxa DI acrescida do *Spread*, desde a Data de Emissão ( $i = 1$ ) até o Dia Útil anterior à data do pagamento do resgate ( $i = N$ ), inteiro ou fracionado;
- $CDIAcm2$  = produto dos "N" fatores da Taxa DI acrescida do Fator de Saída, desde a Data de Emissão ( $i = 1$ ) até o Dia Útil anterior à data do pagamento do resgate ( $i = N$ ), inteiro ou fracionado;
- Spread* = tem o significado atribuído no subitem "b" do item (16.1); e
- FS* = fator de saída, calculado pela Administradora de acordo com o Tempo de Permanência, conforme a tabela a seguir:

Tempo de Permanência	Fator de Saída
Até 360 dias corridos	<i>Spread</i> - 2,0
De 361 até 720 dias corridos	<i>Spread</i> - 1,0
Acima de 720 dias corridos	<i>Spread</i>

## CAPÍTULO XVIII – DO RESGATE DAS QUOTAS SUBORDINADAS

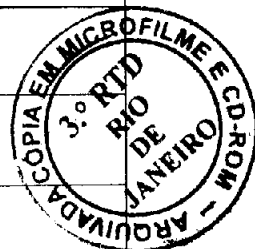
### Seção 1 – Solicitação de Resgate

- 18.1. Os Quotistas Subordinados poderão solicitar o resgate de suas Quotas a partir da 2ª (segunda) Data de Apuração de Resgate de Quotas Subordinadas imediatamente subsequente à Data de Emissão de suas respectivas Quotas, por meio de solicitação escrita.
- 18.2. A solicitação de resgate nos termos do item anterior será considerada irrevogável e irretratável, de modo que qualquer contra-ordem recebida pela Administradora não será acatada.
- 18.3. Não será admitida a solicitação de resgate de Quotas Subordinadas desde a data do envio da convocação para Assembléia Geral em que conste da ordem do dia a liquidação do Fundo, até a ocorrência da Assembléia Geral que delibere definitivamente sobre o tema.

## Seção 2 – Apuração do Resgate

- 18.4. A Administradora apurará a totalidade dos resgates de Quotas Subordinadas solicitados até as seguintes datas (“Quotas Subordinadas Resgatadas”):

	Período de Solicitação de Resgate de Quotas Subordinadas	(“ <u>Datas de Apuração do Resgate de Quotas Subordinadas</u> ”)
1.	de <u>20 de setembro</u> (inclusive) até <u>19 de janeiro</u> (inclusive)	<u>20 de janeiro</u>
2.	de <u>20 de janeiro</u> (inclusive) até <u>19 de abril</u> (inclusive)	<u>20 de abril</u>
3.	de <u>20 de abril</u> (inclusive) até <u>19 de setembro</u> (inclusive)	<u>20 de setembro</u>



- 18.5. Observados os termos da Seção 5 deste Capítulo e dos procedimentos definidos no Capítulo XIX, as Quotas Subordinadas Resgatadas da respectiva Data de Apuração do Resgate de Quotas Subordinadas serão resgatadas na Data de Resgate de Quotas Subordinadas subsequente.

## Seção 3 – Datas de Efetivação de Resgate

- 18.6. Observado o disposto nos itens (19.4) e (19.8) do Capítulo XIX, o resgate das Quotas Subordinadas Resgatadas deverá ocorrer no 90º (nonagésimo) dia contado da respectiva Data de Apuração do Resgate de Quotas Subordinadas (“Data de Resgate de Quotas Subordinadas”). O resgate ora referido será realizado pela Administradora, por conta e ordem do Fundo.

## Seção 4 – Valor Mínimo de Solicitação de Resgate e Saldo Mínimo de Permanência

- 18.7. A solicitação mínima de resgate é de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), observado o disposto no item (18.8) a seguir.
- 18.8. O saldo mínimo de permanência do Fundo é de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais), ressalvada a hipótese de saldo de permanência inferior resultante (i) de um Evento de Resgate Antecipado, (ii) de um Evento de Liquidação ou (iii) do disposto no item (19.5) deste Regulamento.

## Seção 5 – Procedimentos para Efetivação do Resgate

- 18.9. O resgate, proporcional, inteiro ou fracionado, das Quotas Subordinadas Resgatadas na Data de Resgate das Quotas Subordinadas somente ocorrerá após o resgate integral de todas as Quotas Seniores Postergadas e Quotas Seniores Resgatadas, até o limite das disponibilidades em moeda corrente nacional arrecadadas pelo Fundo no curso dos procedimentos definidos no item (19.4) do Capítulo XIX, que não estejam alocadas para o pagamento de outras obrigações do Fundo, (i) observado, ainda, o disposto no Capítulo XXII e (ii) considerado, *pro-forma*, o respectivo evento, o Fundo atenda a Razão de Garantia, a Alocação Mínima de Investimento e o Excesso de *Spread*.

- 18.10. Os Quotistas Subordinados não poderão, sob nenhuma hipótese, exigir do Fundo o pagamento do resgate, de suas respectivas Quotas em termos outros que não os previstos neste Regulamento.

## **CAPÍTULO XIX – DOS PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS E DEMAIS CONDIÇÕES DE RESGATE**



### *Seção 1 – Comunicações e Registro dos Resgates*

- 19.1. No máximo até o 3º (terceiro) Dia Útil seguinte à data de pedido de resgate de Quotas Subordinadas, ou no Dia Útil seguinte à Data de Apuração do Resgate de Quotas Subordinadas, o que primeiro ocorrer, a Administradora deverá enviar aos Quotistas Seniores, por *e-mail*, comunicação preparada na forma do Anexo IX, informando-os do pedido de resgate efetuado pelos Quotistas Subordinados.
- 19.2. Sem prejuízo do disposto no item (19.1) anterior, a Administradora deverá (i) registrar imediatamente, no sistema disponibilizado pelo Custodiante, o pedido de resgate de Quotas Seniores e/ou de Quotas Subordinadas, e, caso aplicável, (ii) dar início aos procedimentos de resgate definidos neste Capítulo.
- 19.3. A Administradora deverá notificar os titulares das Quotas Seniores Resgatadas, das Quotas Subordinadas Resgatadas e, conforme o caso, das Quotas Seniores Postergadas, com 24 (vinte e quatro) horas de antecedência da respectiva data de resgate, sobre o valor dos recursos a serem transferidos a título de resgate.

### *Seção 2 – Procedimentos para Efetivação do Resgate*

- 19.4. Observada a ordem de aplicação de recursos definida no Capítulo XXII, a Administradora, por conta e ordem do Fundo, a partir do 1º (primeiro) dia do Período de Efetivação de Resgate (inclusive), deverá, de acordo com o disposto nos itens (17.9), (17.10), (19.8), (19.11) e na Seção 3 deste Capítulo, observar os seguintes procedimentos e rotinas com vista ao resgate das Quotas Seniores Resgatadas e das Quotas Subordinadas Resgatadas:
- a) suspender os procedimentos de aquisição de Direitos Creditórios definidos no Contrato de Cessão e neste Regulamento e depositar todos os valores decorrentes: (i) do pagamento e/ou da alienação dos ativos de titularidade do Fundo; e (ii) da integralização de novas Quotas Seniores; única e exclusivamente em conta corrente de titularidade do Fundo, observado o disposto no item (19.11), até que os valores arrecadados sejam equivalentes ao valor, cumulativamente, das Quotas Seniores Resgatadas, até o limite do respectivo Valor Máximo de Resgate, das Quotas Seniores Postergadas, caso aplicável, devidamente atualizadas nos termos deste Regulamento, e das Quotas Subordinadas Resgatadas;
  - b) efetuar, no Período de Efetivação de Resgate, o resgate integral das Quotas Seniores Postergadas, caso aplicável;
  - c) efetuar, após o resgate integral das Quotas Seniores Postergadas, conforme aplicável, durante o mesmo Período de Efetivação de Resgate, o resgate, proporcional, inteiro ou fracionado, das Quotas Seniores Resgatadas solicitado até a Data de Apuração de

Resgate das Quotas Seniores imediatamente anterior, observado o limite do Valor Máximo de Resgate; e

- d) após o resgate integral de todas as Quotas Seniores Postergadas e Quotas Seniores Resgatadas, a Administradora, por conta e ordem do Fundo, deverá proceder, na Data de Resgate das Quotas Subordinadas, ao resgate, proporcional, inteiro ou fracionado, das Quotas Subordinadas Resgatadas, até o limite das disponibilidades em moeda corrente nacional arrecadadas pelo Fundo no curso dos procedimentos definidos no subitem "a" deste item, que não estejam alocadas para o pagamento de obrigações do Fundo, (i) observado o disposto no Capítulo XXII e (ii) considerado *pro-forma*, o respectivo evento, o Fundo atenda a Razão de Garantia e a Mínima de Investimento.

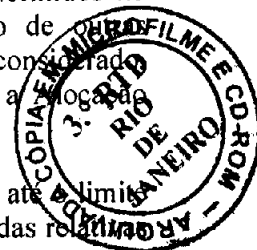
- 19.5. Somente após o resgate, inteiro ou fracionado, das Quotas Seniores Resgatadas, até o limite do Valor Máximo de Resgate, e, conforme o caso, das Quotas Seniores Postergadas relativas ao quadrimestre anterior, bem como do resgate, proporcional, inteiro ou fracionado, das Quotas Subordinadas Resgatadas, o Fundo reiniciará os procedimentos de aquisição de Direitos Creditórios nos termos deste Regulamento e do Contrato de Cessão.

### *Seção 3 – Procedimentos Especiais de Resgate*

- 19.6. Observado o que vier a ser deliberado pelo Conselho Consultivo, a Administradora, poderá, a partir da data de início do Período de Efetivação de Resgate (inclusive), até a Data de Resgate de Quotas Seniores do Período de Efetivação de Resgate seguinte (inclusive), e observada a ordem de aplicação de recursos definida no Capítulo XXII, proceder: (i) ao resgate integral das Quotas Seniores Postergadas por seu valor devidamente atualizado, e, após a conclusão do seu resgate integral; (ii) ao resgate, proporcional, inteiro ou fracionado, das Quotas Seniores Resgatadas; e (iii) ao resgate, proporcional, inteiro ou fracionado, das Quotas Subordinadas Resgatadas, sendo que, nesses últimos casos, o valor de cada evento de resgate fracionado por Quotista não poderá ser inferior a R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais), ressalvado o caso em que o saldo e/ou a solicitação forem menores que esse valor.
- 19.7. Caso durante o Período de Efetivação do Resgate, o Fundo não conte com recursos suficientes para efetuar o resgate integral das Quotas Seniores Resgatadas, até o limite do respectivo Valor Máximo de Resgate, a Administradora, por conta e ordem do Fundo, procederá ao resgate, proporcional, inteiro ou fracionado, das Quotas Seniores Resgatadas, por seu valor apurado na forma do item (16.1) do Capítulo XVI, na medida e até o limite da totalidade dos recursos em moeda corrente nacional arrecadados no curso dos procedimentos definidos no item (19.4) deste Capítulo. Nessa hipótese, o valor de cada evento de resgate fracionado por Quotista não poderá ser inferior a R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais), ressalvado o caso em que o saldo e/ou a solicitação forem menores que esse valor.

### *Seção 4 – Outras Condições*

- 19.8. Todos os resgates das Quotas Seniores Resgatadas e das Quotas Seniores Postergadas deverão ser feitos com base no valor atualizado da Quota Sênior, apurado nos termos do item (16.1) do Capítulo XVI, até a data do efetivo resgate.
- 19.9. O Custodiante efetuará o pagamento do resgate, inteiro ou fracionado, conforme o caso, de Quotas Seniores Postergadas, de Quotas Seniores Resgatadas e de Quotas Subordinadas Resgatadas, por meio de TED, lançamento específico no Sistema de Cotas de Fundo – SCF, administrado pela CETIP, em outro sistema de balcão organizado em que as Quotas sejam



*[Handwritten signature]*

registradas ou crédito em conta corrente, ou qualquer outra forma de transferência autorizada pelo Banco Central, sem a cobrança de qualquer taxa ou despesa adicional não prevista neste Regulamento.

- 19.10. A Administradora procederá ao pagamento do resgate das Quotas Subordinadas Resgatadas considerando os registros de titularidade mantidos pela Administradora, conforme o caso, no Dia Útil imediatamente anterior à respectiva Data de Resgate de Quotas Subordinadas.
- 19.11. Os recursos arrecadados pelo Fundo nos termos do subitem "a" do item (19.4) deste Capítulo poderão ser aplicados pela Administradora nos ativos descritos nos subitens "a" a "c" do item (4.6) do Capítulo IV, desde que tais investimentos sejam de liquidez imediata, até que as aplicações atinjam os montantes definidos neste Regulamento necessários à efetivação do resgate de Quotas.
- 19.12. Os valores correspondentes ao resgate de Quotas não reclamados pelos respectivos Quotistas ficarão à disposição do titular na sede da Administradora, sem direito a qualquer remuneração.
- 19.13. Caso (i) o Fundo encontre-se preparado para efetuar o resgate das Quotas, nos termos dos subitens "b" e "c" do item (19.4) deste Capítulo, e a respectiva Data de Resgate de Quotas Seniores e/ou (ii) a Data de Resgate de Quotas Subordinadas não seja Dia Útil, os valores correspondentes serão pagos pelo Fundo ao(s) Quotista(s) no primeiro Dia Útil subsequente, não havendo direito, por parte dos Quotistas, a qualquer acréscimo.
- 19.14. Em casos excepcionais de iliquidez dos ativos componentes da carteira do Fundo, inclusive em decorrência de pedidos de resgates incompatíveis com a liquidez existente, ou que possam implicar alteração do tratamento tributário do Fundo ou do conjunto dos Quotistas, em prejuízo desses últimos, a Administradora poderá declarar o fechamento do Fundo para a realização de resgates, sendo obrigatória a convocação de Assembléia Geral, nos termos do item (21.4.1) do Capítulo XXI, para deliberar, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da data do fechamento para resgate, se o respectivo evento constitui, ou não, um Evento de Resgate Antecipado.

#### *Seção 5 – Liquidação do Fundo*

- 19.15. Sem prejuízo dos demais eventos de aceleração de resgate, conforme indicados no Capítulo XXIII, a Administradora, em nome do Fundo, deverá iniciar os procedimentos de resgate para a liquidação acelerada do Fundo quando restarem 12 (doze) meses para o prazo final de duração do Fundo, conforme indicado no item (1.1) do Capítulo I, observadas, se for o caso, eventuais prorrogações. Para tanto, a Administradora, no início do referido prazo, realizará *mutatis mutandis* os procedimentos definidos no item (23.3) do Capítulo XXIII até que se proceda ao completo resgate das Quotas, observados os demais termos do presente Regulamento.

### **CAPÍTULO XX – DA METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DOS ATIVOS DO FUNDO**

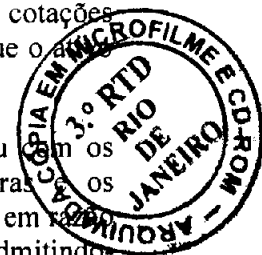
- 20.1. Os ativos integrantes da carteira do Fundo deverão ser registrados pelo seu custo de aquisição e ter os seus valores ajustados nos termos dos itens deste Capítulo.
- 20.2. Os rendimentos auferidos com os Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo, inclusive o ágio ou deságio apurado na sua aquisição, devem ser reconhecidos em razão da



*Ugn*

fluência de seus prazos de vencimento, computando-se a valorização em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa no resultado do período.

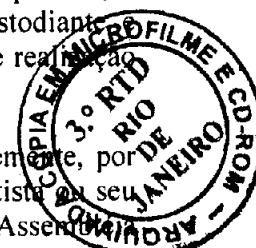
- 20.3. Os Outros Ativos da carteira do Fundo serão marcados a mercado, nos termos da legislação em vigor e com observância dos procedimentos definidos pelo Custodiante, conforme disposto no Contrato de Custódia. A valorização dos títulos públicos ou privados e dos valores mobiliários que compõem a carteira do Fundo será efetuada com base nas cotações obtidas na BOVESPA, BM&F, SISBACEN ou outros mercados organizados em que o ativo seja negociado, de acordo com as regras do Bacen e da CVM aplicáveis.
- 20.4. As perdas reconhecidas e as provisões realizadas com os Direitos Creditórios ou Outros Ativos serão registradas no resultado do período, observadas as regras e os procedimentos definidos no COSIF e na Resolução CMN nº 2.682. O valor ajustado em razão do reconhecimento das referidas perdas passará a constituir a nova base de custo, admitindo-se a reversão das perdas, desde que por motivo justificado subsequente ao que levou ao seu reconhecimento, limitada ao custo de aquisição, acrescida dos rendimentos auferidos, computando-se a valorização em contrapartida à adequada conta de receita no resultado do período.
- 20.5. É obrigatória a divulgação, em notas explicativas às demonstrações financeiras anuais do Fundo, de informações que abranjam, no mínimo, o montante, a natureza e as faixas de vencimento dos ativos integrantes da carteira do Fundo e os valores de custo e, caso aplicável, de mercado dos ativos, segregados por tipo de ativo, bem como os parâmetros utilizados na determinação desses valores.



## CAPÍTULO XXI – DA ASSEMBLÉIA GERAL

- 21.1. Observados os respectivos *quoruns* de instalação e de deliberação definidos neste Regulamento, compete privativamente à Assembléia Geral:
- a) tomar, anualmente, no prazo máximo de 4 (quatro) meses após o encerramento do exercício social, as contas relativas ao Fundo e deliberar sobre as demonstrações financeiras apresentadas pela Administradora;
  - b) alterar qualquer dispositivo deste Regulamento, nos curso ordinário do Programa de Securitização;
  - c) deliberar sobre a incorporação, fusão, cisão ou liquidação do Fundo;
  - d) deliberar sobre a nomeação de representante dos Quotistas, se houver;
  - e) deliberar sobre a substituição da Administradora e/ou do Custodiante, observados os termos e condições deste Regulamento;
  - f) deliberar sobre a substituição da Agência de Classificação de Risco;
  - g) deliberar sobre os procedimentos a serem implementados pela Administradora, por conta e ordem do Fundo, em razão da ocorrência de qualquer Evento de Resgate Antecipado;
  - h) deliberar sobre a alteração dos Documentos da Securitização; e

- i) deliberar sobre a elevação da Taxa de Administração, inclusive na hipótese de restabelecimento de taxa que tenha sido objeto de redução.
- 21.2. O Regulamento e os Documentos da Securitização poderão ser alterados, independentemente de Assembléia Geral, sempre que tal alteração decorrer, exclusivamente, da necessidade de atendimento de exigências das autoridades competentes, de normas legais ou regulamentares, assim como poderão ser feitos outros ajustes de caráter não material. Nessas hipóteses, a respectiva alteração deverá ser informada no ato pela Administradora ao Custodiante, e divulgada aos Quotistas, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contado da data de realização da alteração, por meio de correspondência enviada com aviso de recebimento.
- 21.3. A primeira e a segunda convocação da Assembléia Geral far-se-á, concomitantemente, por meio de anúncio publicado no Periódico ou por meio de *e-mail* enviado ao Quotista em seu representante, do qual constará o dia, a hora e o local em que será realizada a Assembléia Geral e, ainda que de forma sucinta, a ordem do dia. A convocação deverá indicar a disponibilidade das informações e os elementos materiais necessários à análise prévia pelos Quotistas das matérias objeto da Assembléia Geral.
- 21.4. A Assembléia Geral poderá ser convocada a qualquer tempo pela Administradora ou por Quotistas que representem, no mínimo, em conjunto ou separadamente, 5% (cinco por cento) das Quotas em Circulação.
- 21.4.1. Salvo se outro prazo não for estabelecido neste Regulamento, a Assembléia Geral deverá realizar-se, em primeira convocação, no prazo mínimo de 10 (dez) dias contado de sua convocação, e, em segunda convocação, no prazo de 5 (cinco) dias contado da data estabelecida para a realização da Assembléia Geral em primeira convocação, tudo nos termos do item (21.3) anterior.
- 21.4.2. A Assembléia Geral instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de Quotistas que representem, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das Quotas em Circulação, e, em segunda convocação, com a presença de, pelo menos, 1 (um) Quotista.
- 21.5. Independentemente das formalidades previstas neste Capítulo, será considerada regular a Assembléia Geral a que comparecerem todos os Quotistas.
- 21.6. A Assembléia Geral realizar-se-á no edifício onde a Administradora tiver sua sede, salvo motivo de força maior. Quando houver de efetuar-se em outro local, os avisos de convocação indicarão, com clareza, o lugar da reunião, que em nenhum caso poderá realizar-se fora da cidade da sede da Administradora.
- 21.7. Toda e qualquer matéria submetida à deliberação dos Quotistas deverá ser aprovada pelos votos favoráveis dos titulares da maioria das Quotas presentes à Assembléia Geral que tenham direito de votar a matéria objeto de deliberação, salvo se outro *quorum* de deliberação for exigido por este Regulamento.
- 21.8. Para efeito da constituição de quaisquer dos *quoruns* de instalação ou deliberação da Assembléia Geral, serão excluídas as Quotas Seniores de titularidade, direta ou indireta, inclusive por meio de fundos de investimento, da Administradora, da Supplier, de suas Afiliadas, assim como por funcionários e administradores de quaisquer dessas Pessoas e da Cedente.
- 21.9. Os Quotistas Seniores e os Quotistas Subordinados, independentemente de possuírem direito de voto sobre as matérias previstas na ordem do dia, bem como os representantes das



*[Handwritten signature]*

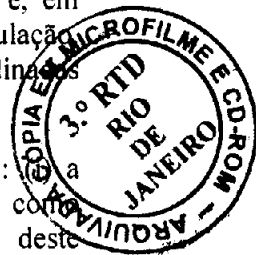


instituições responsáveis pela distribuição das Quotas, poderão comparecer a todas as Assembléias Gerais.

- 21.10. Ressalvado o disposto no item (23.3) do Capítulo XXIII, as deliberações relativas a qualquer das matérias previstas nos subitens "b", "f" e "h" do item (21.1) deste Capítulo serão tomadas em primeira convocação pela unanimidade dos titulares de Quotas em Circulação, e, em segunda convocação, pelos Quotistas titulares da maioria das Quotas Seniores em Circulação, assim como pelo voto afirmativo dos Quotistas titulares da maioria das Quotas Subordinadas em Circulação, reunidos separadamente no curso da mesma Assembléia Geral.
- 21.11. Adicionalmente, caberá exclusivamente aos Quotistas Subordinados deliberar sobre: (i) a criação de um prêmio de remuneração a ser conferido aos Quotistas Seniores, assim como determinar a forma de apuração e o critério de pagamento; e (ii) a alteração deste Regulamento no que tange à negociação das Quotas Subordinadas no mercado de balcão organizado, devendo o Fundo e Administradora, nesse caso, observar a legislação aplicável, inclusive no que tange ao registro de emissão das referidas Quotas Subordinadas perante a CVM e as entidades em que as Quotas Subordinadas forem registradas para negociação. As deliberações de que trata este item devem ser realizadas mediante Assembléia Geral convocada especificamente para tanto, devendo tais deliberações serem tomadas em primeira convocação pela unanimidade dos Quotistas titulares de Quotas Subordinadas em Circulação e, em segunda convocação, pela unanimidade dos Quotistas titulares de Quotas Subordinadas presentes na referida Assembléia Geral. Tais deliberações devem ser divulgadas na forma dos itens (21.13) e (21.14) deste Capítulo.
- 21.12. Têm qualidade para comparecer à Assembléia Geral, além dos Quotistas, os seus representantes legais ou procuradores devidamente constituídos há menos de um ano.
- 21.13. A divulgação referida no item (21.11) deste Capítulo deve ser providenciada mediante anúncio publicado no Periódico ou por meio de carta com aviso de recebimento endereçada a cada Quotista.
- 21.14. As deliberações tomadas pelos Quotistas, observados os *quorums* de instalação e de deliberação estabelecidos neste Regulamento, serão válidas e eficazes e obrigarão tanto os Quotistas Seniores quanto os Quotistas Subordinados, quer tenham comparecido à Assembléia Geral, e nela hajam se absterido de votar, inclusive na hipótese de exclusão do direito de voto, ou votado contra, quer não tenham comparecido, devendo ser divulgadas aos Quotistas no prazo máximo de 30 (trinta) dias contado da realização da Assembléia Geral em que tenha sido deliberada a matéria.
- 21.15. A Assembléia Geral pode, a qualquer momento, nomear um ou mais representantes para exercerem as funções de fiscalização e de controle gerencial das aplicações do Fundo, em defesa dos direitos e dos interesses dos Quotistas, observado o disposto no artigo 31 da Instrução CVM nº 356.

## CAPÍTULO XXII – DA ORDEM DE APLICAÇÃO DE RECURSOS

- 22.1. A partir da 1ª (primeira) data de integralização de Quotas e até a liquidação do Fundo, sempre preservada a manutenção de sua boa ordem legal, administrativa e operacional, a Administradora obriga-se, por meio dos competentes débitos e créditos realizados nas contas correntes de titularidade do Fundo, a alocar os recursos decorrentes da integralização das Quotas e do recebimento dos ativos integrantes da carteira do Fundo, na seguinte ordem:

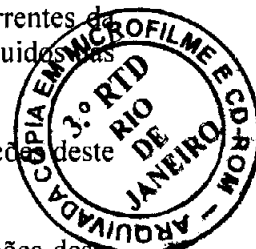


*[Handwritten signature]*

- a) no pagamento dos encargos de responsabilidade do Fundo, devidos nos termos deste Regulamento e da legislação aplicável;
  - b) na constituição ou enquadramento da Reserva de Caixa e da Reserva de Liquidez;
  - c) no pagamento de dispêndios efetivamente incorridos a título de prestação de margens de garantia em espécie, ajustes diários, prêmios e custos operacionais, decorrentes da manutenção de posições em mercados de derivativos, inclusive os valores líquidos das operações;
  - d) no resgate das Quotas Seniores Postergadas, observados os termos e as condições deste Regulamento, conforme aplicável;
  - e) no resgate de Quotas Seniores Resgatadas, observados os termos e as condições deste Regulamento;
  - f) no pagamento do Preço de Aquisição dos Direitos Elegíveis, em moeda corrente nacional, sempre até o Potencial de Cessão;
  - g) na constituição de reserva de pagamento relacionada à liquidação e extinção do Fundo, ainda que exigível em data posterior ao encerramento de suas atividades; e
  - h) no resgate de Quotas Subordinadas, observados os limites, os termos e as condições deste Regulamento.
- 22.2. Exclusivamente na hipótese de ocorrência de um Evento de Liquidação e/ou de um Evento de Resgate Antecipado, o pagamento da remuneração da Agência de Classificação de Risco somente ocorrerá após o resgate integral das Quotas Seniores.
- 22.3. No curso ordinário do Programa de Securitização e observada a ordem de aplicação de recursos definida neste Capítulo e a política de investimento constante do Capítulo IV, a Administradora deverá segregar na contabilidade do Fundo e manter aplicada nas modalidades de investimento referidas nos subitens “a” a “c” do item (4.6), parcela de seu patrimônio líquido equivalente ao montante estimado dos encargos de responsabilidade do Fundo a serem incorridos nos 3 (três) meses calendários subseqüentes à realização do respectivo provisionamento (“Reserva de Caixa”), assim como deverá constituir uma reserva de liquidez equivalente a 3% (três por cento) do valor dos Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo (“Reserva de Liquidez”).

## **CAPÍTULO XXIII – DOS EVENTOS DE LIQUIDAÇÃO E DOS EVENTOS DE RESGATE ANTECIPADO**

- 23.1. Sem prejuízo das disposições legais aplicáveis, são eventos que poderão ensejar a liquidação do Fundo, a ser deliberada em Assembléia Geral qualquer das seguintes ocorrências (“Eventos de Resgate Antecipado”):
- a) inobservância pelo Custodiante de seus deveres e obrigações previstos nos Documentos da Securitização, desde que, notificado pela Administradora para regularizar ou justificar o descumprimento, não o faça no prazo de 30 (trinta) dias, contado do recebimento da referida notificação;
  - b) inobservância pela Cedente de seus deveres e obrigações previstos nos Documentos da Securitização, desde que, notificado pela Administradora para regularizar ou justificar o



descumprimento, não o faça no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis, contado do recebimento da referida notificação;

- c) inobservância pela Cedente, quanto à cessão ao Fundo, de Direitos Creditórios que não atenda à Condição da Cessão;
- d) rebaixamento da classificação de risco inicial das Quotas Seniores em mais de 2 (dois) sub-níveis, considerando-se a tabela de classificação da Agência de Classificação de Risco;
- e) resgate de Quotas Subordinadas em desacordo com os procedimentos definidos neste Regulamento;
- f) rescisão do Contrato de Custódia ou renúncia do Custodiante, com a não assunção de suas funções por uma nova instituição, nos termos ali definidos;
- g) rescisão do Convênio de Cobrança ou renúncia da Cedente, com a não assunção de suas funções por uma nova instituição, nos termos ali definidos;
- h) rescisão de qualquer dos Documentos da Securitização por qualquer Pessoa, sem que outra(s) Pessoa(s) assumam(m) integralmente as atribuições ali estabelecidas nos termos ali definidos;
- i) descumprimento pelo Agente Cobrador Bancário de qualquer de suas obrigações definidas no Contrato de Cobrança Bancária, que não seja sanado nos prazos ali assinalados, que possa, a critério exclusivo da Administradora, comprometer negativamente a boa ordem legal, administrativa e operacional do Programa de Securitização;
- j) interrupção ou mudança significativa nos procedimentos de recebimento e transferência de valores previstos no Convênio de Cobrança e/ou no Contrato de Cobrança Bancária, e tal evento possa, a critério exclusivo da Administradora, afetar a boa ordem legal, administrativa e operacional do Programa de Securitização;
- k) renúncia da Administradora, com a não assunção de suas funções por uma nova instituição, nos termos deste Regulamento, ou sua não substituição, nos termos deste Regulamento;
- l) caso haja um acréscimo da Taxa DI acima de 50% (cinquenta por cento) em relação à Taxa DI do Dia Útil imediatamente anterior;
- m) caso o Fundo deixe de atender à Reserva de Caixa, à Reserva de Liquidez, à Alocação Mínima de Investimento e/ou à Razão de Garantia e tal evento não seja sanado no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis, contado da data em que se verificar o desenquadramento;
- n) caso o Fundo deixe de atender ao Excesso de *Spread* em 2 (duas) Datas de Verificação consecutivas ou 3 (três) Datas de Verificação alternadas, durante o período de 180 (cento e oitenta) dias imediatamente anterior à última data de apuração do Excesso de *Spread*. Não será exigido o atendimento da obrigação contida neste subitem durante os 2 (dois) primeiros meses subsequentes à 1ª (primeira) Data de Emissão de Quotas Seniores;
- o) caso o DCV, o DCV30, o DCV120, o DCV180 ou o Índice de Refinanciamento, apurado pela Administradora em 2 (duas) Datas de Verificação consecutivas ou 3 (três)



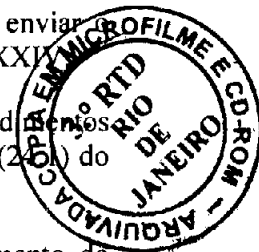
Datas de Verificação alternadas, seja superior a 15% (quinze por cento), a 10% (dez por cento), a 6% (seis por cento), a 7% (sete por cento) ou a 50% (cinquenta por cento), respectivamente;

- p) caso os Quotistas não consigam, por 2 (duas) Assembléias Gerais consecutivas, determinar um novo índice ou parâmetro de determinação do valor para as Quotas Seniores, nos termos do item (16.5) do Capítulo XVI;
- q) caso a Cedente deixe de responder o Aviso de Desenquadramento e/ou de enviar o *Layout* ao Custodiante, nos termos do subitem "a" do item (24.1) do Capítulo XXI;
- r) caso a Cedente informe sua decisão de interromper definitivamente os procedimentos de cessão de Direitos Creditórios, conforme previsto no subitem "c" do item (24.1) do Capítulo XXIV;
- s) caso os Quotistas, reunidos em Assembléia Geral, deliberem que o fechamento do Fundo para resgate é um Evento de Resgate Antecipado, nos termos do item (19.14) do Capítulo XIX;
- t) caso ocorra qualquer Evento de Revisão, que não seja, caso aplicável, sanado nos prazos estabelecidos no Contrato de Cessão;
- u) existência de indícios de que a Cedente tenha cedido Direitos Creditórios sem lastro em uma Operação Parcelado Emissor, Operação de Desconto, Operação de Refinanciamento de Saldo Devedor e/ou Saque; ou
- v) a decretação de falência, de autofalência ou de recuperação judicial ou extrajudicial de qualquer Estabelecimento, desde que a soma dos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo e vinculados ao respectivo Estabelecimento represente 15% (quinze por cento) ou mais do total de Direitos Creditórios de titularidade do Fundo.

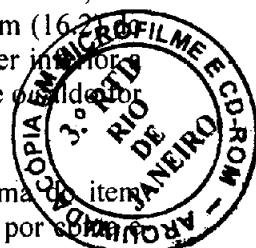
23.2. A Administradora deverá, caso ocorra qualquer Evento de Resgate Antecipado: (i) dar ciência, por escrito, de tal fato aos Quotistas ou seus representantes, (ii) suspender, de imediato, o resgate de Quotas e o recebimento de quaisquer solicitações de resgate de Quotas; (iii) convocar a Assembléia Geral, nos termos do item (21.4.1) do Capítulo XXI, no prazo máximo de 2 (dois) Dias Úteis, a contar da data da ocorrência do respectivo Evento de Resgate Antecipado, para que ela se reúna no prazo máximo de 20 (vinte) dias; (iv) suspender, de imediato, a aquisição de novos Direitos Creditórios; e, (v) se assim dispuser a Assembléia Geral, iniciar os procedimentos para a liquidação do Fundo, conforme disposições constantes deste Regulamento e da regulamentação vigente.

23.3. Na hipótese de os Quotistas reunidos em Assembléia Geral, convocada na forma do item (23.2) anterior, deliberarem e aprovarem a liquidação do Fundo, observado o *quorum* de deliberação definido no item (21.7) do Capítulo XXI, a Administradora, por conta e ordem do Fundo, deverá promover o resgate das Quotas Seniores, proporcional, inteiro ou fracionado, concomitantemente e em igualdade de condições, por seu valor apurado na forma do item (16.1) do Capítulo XVI, observados a ordem de aplicação de recursos definida no Capítulo XXII e os seguintes procedimentos:

- a) suspender os procedimentos de aquisição de Direitos Creditórios definidos no Contrato de Cessão e neste Regulamento e depositar todos os valores decorrentes do pagamento e/ou da alienação dos ativos de titularidade do Fundo única e exclusivamente em conta corrente de titularidade do Fundo;



- b) utilizar os recursos arrecadados na forma do subitem "a" deste item no resgate, proporcional, inteiro ou fracionado, das Quotas Seniores, por seu valor apurado na forma do item (16.1) do Capítulo XVI, sendo que cada evento de resgate fracionado por Quotista não poderá ser inferior a R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais), ressalvado o caso em que o saldo for menor que esse valor; e
- c) somente após o resgate integral das Quotas Seniores em Circulação, nos termos do subitem "b" anterior, a Administradora deverá utilizar os recursos arrecadados na forma do subitem "a" deste item no resgate, proporcional, inteiro ou fracionado, das Quotas Subordinadas, por seu valor devidamente apurado na forma do item (16.2) do Capítulo XVI, sendo que cada evento de resgate fracionado não poderá ser inferior a R\$ 25.000 (vinte e cinco mil reais) por Quotista, ressalvado o caso em que o saldo for menor que esse valor.



- 23.4. Na hipótese de os Quotistas reunidos em Assembléia Geral, convocada na forma do item (23.2) deste Capítulo, decidam pela não liquidação do Fundo, a Administradora, por ordem do Fundo, deverá proceder ao resgate antecipado das Quotas Seniores detidas pelos Quotistas que tenham manifestado sua discordância com a decisão da Assembléia Geral, desde que sua manifestação de voto seja devidamente formalizada na respectiva Assembléia Geral, pelo valor delas, à época do resgate, apurado na forma do item (16.1) do Capítulo XVI, em moeda corrente nacional, observados, no que forem aplicáveis, os procedimentos definidos no item (23.3) anterior.
- 23.5. São Eventos de Liquidação, os quais ensejam a liquidação automática do Fundo, a ser efetuada nos termos do item (23.6) a seguir:
- a) caso o Fundo não possua recursos suficientes para realizar o resgate tanto das Quotas Seniores Resgatadas quanto das Quotas Seniores Postergadas, conforme solicitado pelos Quotistas, nas datas, prazos e termos constantes deste Regulamento;
  - b) caso o Contrato de Cessão seja, por qualquer motivo, resilido;
  - c) requerimento de (i) autofalência, (ii) recuperação judicial ou extrajudicial, ou (iii) intervenção da Cedente e/ou de qualquer de suas Afiliadas, conforme o caso; e
  - d) decretação de falência, intervenção, regime especial de administração temporária, liquidação, ou evento assemelhado da Cedente e/ou de qualquer de suas Afiliadas, conforme o caso.
- 23.6. A Administradora deverá, caso ocorra qualquer Evento de Liquidação: (i) dar ciência, por escrito, de tal fato aos Quotistas ou a seus representantes, (ii) suspender, de imediato, a aquisição de novos Direitos Creditórios; e, (iii) iniciar os procedimentos para a liquidação do Fundo, primeiramente efetuando o resgate das Quotas Seniores, considerado proporcionalmente os investimentos no Fundo, conforme disposições constantes deste Regulamento e da regulamentação vigente, e por conseguinte, o resgate das Quotas Subordinadas, observados os termos do item (23.3). Nessa hipótese, o valor de cada evento de resgate fracionado, tanto para Quota Sênior quanto para Quota Subordinada, não poderá ser inferior a R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais), ressalvado o caso em que o saldo for menor que esse valor.

## CAPÍTULO XXIV – DO RE-ENQUADRAMENTO DA RAZÃO DE GARANTIA, DO ÍNDICE DE LIQUIDEZ E DA ALOCAÇÃO MÍNIMA DE INVESTIMENTO

- 24.1. A Administradora deverá enviar à Cedente, por meio eletrônico, no dia em que for verificado que o Fundo deixou de atender à Razão de Garantia e/ou à Alocação Mínima de Investimento, observado o disposto no item (14.7) do Capítulo XIV, o Aviso de Desenquadramento, o qual deverá ser respondido pela Cedente à Administradora, improrogavelmente até o 2º (segundo) Dia Útil subsequente à data de seu recebimento. Quando do envio da resposta ao Aviso de Desenquadramento, a Cedente deverá:
- a) informar se a competente integralização de Quotas Subordinadas será realizada em moeda corrente nacional e/ou em Direitos Creditórios Elegíveis, observado o disposto no Contrato de Cessão, devendo, conforme o caso, enviar, concomitantemente, *Layout* ao Custodiante;
  - b) informar sua intenção em re-enquadrar a Razão de Garantia e/ou a Alocação Mínima de Investimento aos parâmetros definidos neste Regulamento, por meio do Resgate Antecipado Compulsório, observados os procedimentos definidos no Capítulo XXV a seguir. Quando do envio de sua resposta ao Aviso de Desenquadramento, a Cedente deverá indicar o valor do Resgate Antecipado Compulsório, a ser implementado pela Administradora no curso dos procedimentos definidos no Capítulo XXV, e o novo valor do patrimônio líquido em que a Cedente re-enquadrará o Fundo aos parâmetros definidos no item (14.7) do Capítulo XIV; ou
  - c) interromper definitivamente os procedimentos de cessão definidos no Contrato de Cessão.
- 24.2. Na hipótese do subitem “a” do item (24.1) anterior, a integralização das Quotas Subordinadas será realizada em moeda corrente nacional e/ou por meio da cessão de Direitos Creditórios Elegíveis ao Fundo, de forma que, considerada, *pro-forma*, a integralização pretendida, o Fundo atenda, concomitantemente, aos parâmetros definidos no item (14.7) do Capítulo XIV.
- 24.3. Na hipótese do subitem “b” do item (24.1) deste Capítulo, a Administradora, caso necessário, dará início aos procedimentos definidos no Capítulo XXV, com vista ao Resgate Antecipado Compulsório.

## CAPÍTULO XXV – DO RESGATE ANTECIPADO COMPULSÓRIO

- 25.1. Para re-enquadramento da Razão de Garantia e/ou da Alocação Mínima de Investimento, ou, ainda, para os termos e efeitos do item (25.2) a seguir, a Administradora, a seu exclusivo critério, procederá ao resgate compulsório antecipado, inteiro ou fracionado, independentemente de realização de Assembleia Geral, de todas as Quotas Seniores em Circulação, concomitantemente e em igualdade de condições, por seu valor apurado na forma do item (16.1) do Capítulo XVI, observados, no que forem aplicáveis, os procedimentos definidos no item (23.3) do Capítulo XXIII, de forma que, computada, *pro-forma*, o resgate pretendido, o Fundo atenda, concomitantemente, aos parâmetros de enquadramento definidos no item (14.7) do Capítulo XIV, à Reserva de Caixa e à Reserva de Liquidez (“Resgate Antecipado Compulsório”), observado, ainda, o disposto no item (25.3) a seguir.
- 25.2. A Cedente poderá notificar a Administradora acerca de sua pretensão, temporária, de não mais ceder Direitos Creditórios ao Fundo até que esse reduza seu patrimônio líquido ao



*Handwritten signature or mark.*

patamar indicado na respectiva notificação, hipótese em que deverá ser observados os procedimentos definidos no item (25.1) anterior.

- 25.3. Na hipótese do item (25.1) deste Capítulo, a Administradora deverá inicialmente efetuar o resgate das Quotas Seniores Postergadas e das Quotas Seniores Resgatadas, para, somente depois, iniciar os procedimentos descritos no referido item.
- 25.4. Nos termos deste Capítulo, a Administradora deverá realizar o Resgate Compulsório Antecipado, inteiro ou fracionado, até que o patrimônio líquido do Fundo atinja o patamar indicado nas notificações de que tratam os itens (25.1) e (25.2), observada a prioridade estabelecida pelo item (25.3), sendo obrigatório, para que seja retomada a compra de Direitos Creditórios pelo Fundo, que se encontrem atendidos pelo Fundo, concomitantemente, os parâmetros de enquadramento definidos no item (14.7) do Capítulo XIV, à Reserva de Caixa e a Reserva de Liquidez.
- 25.5. Na hipótese de ocorrência de qualquer dos eventos referidos nos itens (25.1) a (25.3) deste Capítulo, a Administradora deverá informar imediatamente aos Quotistas, ou seus representantes, conforme endereço cadastrado na forma do item (15.8) do Capítulo XV, mediante correspondência com aviso de recebimento, a ocorrência e a natureza do evento, assim como a razão da antecipação dos resgates, conforme o caso, e o valor total do respectivo resgate devido a cada Quotista.

## **CAPÍTULO XXVI – DOS PROCEDIMENTOS DE DAÇÃO EM PAGAMENTO**

- 26.1. Para efeito do disposto no inciso VI, alínea “c”, do artigo 24 da Instrução CVM nº 356, o Fundo deverá ser liquidado caso, no prazo de até 1 (um) ano contado da deliberação dos Quotistas Seniores referida no item (23.3) do Capítulo XXIII, existam Quotas Seniores em Circulação. Nessa hipótese, a Administradora promoverá, a seu exclusivo critério, o resgate de todas as Quotas Seniores em Circulação, mediante dação em pagamento dos Direitos Creditórios e dos Outros Ativos de titularidade do Fundo, sempre até o limite do valor de cada Quota Sênior apurado, *pro-forma*, observado o disposto no item (16.1) do Capítulo XVI (“Valor Referencial”). Após a conclusão do resgate das Quotas Seniores, por meio dos mecanismos de dação em pagamento aqui previstos, o Fundo promoverá o resgate de Quotas Subordinadas, por meio da dação em pagamento do eventual saldo de ativos remanescente em sua carteira, se houver. As cessões de crédito realizadas nos termos deste item deverão observar ao disposto no item (5.6) do Capítulo V deste Regulamento.
- 26.2. Antes da realização dos procedimentos descritos no item (26.1) anterior, a Administradora deverá promover, às expensas do Fundo, procedimento de avaliação independente, objetivando determinar o valor de liquidação dos ativos integrantes da carteira do Fundo. Posteriormente, a Administradora deverá convocar uma Assembléia Geral com a finalidade de informar o resultado do processo de avaliação e proceder à eleição, pelos Quotistas, de um administrador para o condomínio civil referido no item (26.3) a seguir.
- 26.3. Para fins do disposto no item (26.1) deste Capítulo, os Direitos Creditórios dados em dação pelo Fundo aos Quotistas Seniores e, conforme o caso, das Quotas Subordinadas, serão compulsoriamente mantidos em condomínio, nos termos da Seção I, do Capítulo VI, do Título III, do Livro III, da Parte Especial do Código Civil brasileiro, a ser necessariamente constituído no prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias contado da realização da Assembléia Geral referida no item (26.2) anterior. O quinhão de cada Quotista será equivalente ao valor dos créditos a ele efetivamente atribuídos. Os termos e as condições da convenção de condomínio conterão avença assegurando aos condôminos, originalmente

Quotistas Seniores, o direito de preferência no recebimento de quaisquer valores decorrentes da cobrança dos créditos mantidos em condomínio. Caso os Quotistas não procedam à eleição do administrador do condomínio civil, essa função será atribuída ao condômino que detenha, direta ou indiretamente, o maior quinhão.

- 26.4. O Custodiante, por meio de seu Agente contratado para prestação de serviço de custódia física, fará a guarda dos Documentos Comprobatórios relativos aos ativos mantidos em condomínio, pelo prazo de até 45 (quarenta e cinco) dias, contado de sua constituição. Ao término do prazo referido neste item, o administrador do condomínio civil indicará à Administradora a hora e o local para a entrega dos referidos documentos. Expirado esse prazo ou caso os Quotistas Seniores, por qualquer motivo, não venham a constituir o condomínio civil referido do item (26.3) anterior e/ou a eleger o seu respectivo administrador, a Administradora e o Custodiante poderão promover a consignação dos Direitos Creditórios dos Outros Ativos de titularidade do Fundo e dos respectivos Documentos Comprobatórios na forma do artigo 334 do Código Civil Brasileiro.
- 26.5. Antes da implementação dos procedimentos de dação referidos no item (26.1) deste Capítulo, a Cedente terá a opção de, a seu exclusivo critério, adquirir, em moeda corrente nacional, a totalidade dos Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo pelo Valor Referencial, deduzido dos Outros Ativos, se for o caso, e acrescido de todos os custos e despesas necessários à liquidação e extinção do Fundo, ainda que exigível em data posterior ao encerramento de suas atividades. A Cedente poderá exercer a opção de compra referida anteriormente no prazo decadencial de 10 (dez) Dias Úteis, contado do recebimento de comunicação, enviada pela Administradora, informando a Cedente do respectivo evento. As cessões de crédito realizadas nos termos deste item deverão observar o disposto no item (5.6) do Capítulo V deste Regulamento. Na hipótese de a Cedente optar por não exercer a opção de compra aqui referida, a Administradora iniciará os procedimentos referidos no item (26.2) deste Capítulo.
- 26.6. Os pagamentos de valores aos antigos Quotistas nos termos deste Capítulo deverão observar, no que forem aplicáveis, a ordem de aplicação de recursos definida no Capítulo XXII.

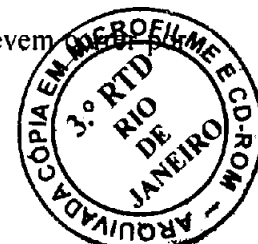
## CAPÍTULO XXVII – DOS ENCARGOS DO FUNDO

- 27.1. Constituem encargos do Fundo, além da Taxa de Administração, as seguintes despesas, que podem ser debitadas pela Administradora:
- a) taxas, impostos ou contribuições federais, estaduais, municipais ou autárquicas, que recaiam ou venham a recair sobre os bens, direitos e obrigações do Fundo;
  - b) despesas com impressão, expedição e publicação de relatórios, formulários e informações periódicas, previstas neste Regulamento ou na regulamentação pertinente;
  - c) despesas com correspondências de interesse do Fundo, inclusive comunicações aos Quotistas;
  - d) honorários e despesas do auditor encarregado da revisão das demonstrações financeiras, das contas do Fundo, da análise de sua situação e da atuação da Administradora;
  - e) emolumentos e comissões pagas sobre as operações do Fundo;



- f) honorários de advogados, custas e despesas correlatas feitas em defesa dos interesses do Fundo, em juízo ou fora dele, inclusive o valor da condenação, caso o Fundo venha a ser vencido;
- g) quaisquer despesas inerentes à constituição ou à liquidação do Fundo ou à realização de Assembléia Geral;
- h) despesas com a contratação de agência de classificação de risco; e
- i) despesas com o profissional especialmente contratado para zelar pelos interesses do Fundo, na forma do subitem “d” do item (21.1) do Capítulo XXI.
- j) taxas de custódia de ativos do Fundo, as quais incluirão todos os serviços prestados pelo Custodiante.

27.2. Quaisquer despesas não previstas neste Capítulo como encargos do Fundo devem ser pagas em conta da Administradora.



## CAPÍTULO XXVIII – DO CONSELHO CONSULTIVO

- 28.1. O Fundo terá um conselho consultivo (“Conselho Consultivo”) composto por 3 (três) membros, sendo 2 (dois) deles necessariamente representantes da Administradora e o outro escolhido pelos titulares da maioria das Quotas Subordinadas, reunidos em Assembléia Geral, os quais definirão, por meio de regimento interno, os procedimentos de convocação e deliberação do Conselho Consultivo. O Diretor Designado ou seu representante deverá necessariamente comparecer a todas as reuniões do Conselho Consultivo.
- 28.2. Os membros do Conselho Consultivo não serão remunerados.
- 28.3. As deliberações do Conselho Consultivo serão sempre tomadas por decisão unânime de seus membros.
- 28.4. A Administradora, por conta e ordem do Fundo, somente poderá realizar os seguintes negócios jurídicos ou transações após sua aprovação prévia pelo Conselho Consultivo:
  - a) observados os termos e condições deste Regulamento, definir a política de alocação, aquisição e alienação de Outros Ativos;
  - b) a contratação pelo Fundo de operações em mercado de derivativos, incluindo operações de *hedge*;
  - c) deliberar sobre a antecipação do resgate das Quotas Seniores Postergadas e/ou das Quotas Seniores Resgatadas, na forma do item (19.6) do Capítulo XIX; e
  - d) definir o Potencial de Cessão antes de cada aquisição de Direitos Creditórios pelo Fundo.
- 28.5. As deliberações adotadas nas reuniões do Conselho Consultivo deverão ser lavradas em ata própria, assinada por todos os presentes, e que deverá ser arquivada pela Administradora.
- 28.6. Considera-se o correio eletrônico (*e-mail*) como uma forma de correspondência válida nas comunicações entre os membros do Conselho Consultivo para fins das deliberações de que

trata este Capítulo, aceitando-se, inclusive, a assinatura eletrônica, para os fins do disposto no item (28.5) anterior.

- 28.7. Caberá ao Diretor Designado consolidar cada uma das deliberações realizadas e arquivá-las, nos termos do item (28.5) deste Capítulo.

## **CAPÍTULO XXIX – DA PUBLICIDADE E DA REMESSA DE DOCUMENTOS**



- 29.1. A Administradora divulgará, ampla e imediatamente, qualquer ato ou fato que possa ser entendido como um Evento de Liquidação ou Evento de Resgate Antecipado, nos termos dos itens (23.5) e (23.1), respectivamente, do Capítulo XXIII deste Regulamento, de modo a garantir a todos os Quotistas, acesso a tais informações.
- 29.2. A divulgação das informações previstas neste Capítulo deverá ser feita por meio de publicação no Periódico, qual seja "Monitor Mercantil", e mantida disponível para os Quotistas na sede e agências da Administradora e nas instituições que coloquem as Quotas no mercado.
- 29.3. A Administradora deverá, no prazo máximo de 10 (dez) dias após o encerramento de cada mês, colocar à disposição dos Quotistas, em seu *site*, em sua sede e dependências, informações sobre:
- a) o número de Quotas de propriedade de cada um dos Quotistas e o seu respectivo valor;
  - b) a rentabilidade do Fundo, com base nos dados relativos ao último dia do mês; e
  - c) o comportamento da carteira de Direitos Creditórios e demais ativos do Fundo, abrangendo, inclusive, dados sobre o desempenho esperado e o realizado.
- 29.4. A Administradora deverá colocar as demonstrações financeiras do Fundo à disposição de qualquer interessado que as solicitar, observados os seguintes prazos máximos:
- a) de 20 (vinte) dias após o encerramento do período a que se referirem, em se tratando de demonstrações financeiras mensais; e
  - b) de 60 (sessenta) dias após o encerramento de cada exercício social, em se tratando de demonstrações financeiras anuais.

## **CAPÍTULO XXX – DOS CUSTOS REFERENTES À DEFESA DOS QUOTISTAS SENIORES**

- 30.1. Caso o Fundo não possua recursos disponíveis, em moeda corrente nacional, suficientes para a adoção e manutenção, direta ou indireta, dos procedimentos judiciais e extrajudiciais necessários à cobrança dos Direitos Creditórios e dos Outros Ativos de titularidade do Fundo e à defesa dos direitos, interesses e prerrogativas do Fundo, os titulares da maioria das Quotas Seniores, reunidos em Assembléia Geral, poderão aprovar o aporte de recursos ao Fundo, por meio da integralização de novas Quotas Seniores para assegurar, se for o caso, a adoção e manutenção dos procedimentos anteriormente referidos.
- 30.2. Todos os custos e despesas referidos neste Capítulo serão de inteira responsabilidade do Fundo e dos Quotistas Seniores, não estando a Administradora, o Custodiante, a Cedente, a

Supplier, o(s) Distribuidor(es) e/ou quaisquer de suas respectivas Afiliadas, em conjunto ou isoladamente, obrigados pelo adiantamento ou pagamento de valores relacionados aos procedimentos referidos neste Capítulo.

- 30.3. A realização de despesas ou a assunção de obrigações, por conta e ordem do Fundo, nos termos deste Capítulo, deverá ser previamente aprovada pelos Quotistas titulares da maioria das Quotas Seniores reunidos na Assembléia Geral prevista no item (30.1) deste Capítulo. Caso a realização das referidas despesas ou a assunção de obrigações seja aprovada na forma deste Capítulo, os Quotistas deverão definir na referida Assembléia Geral, conforme o caso, o cronograma de integralização das Quotas Seniores, as quais deverão ser integralizadas em moeda corrente nacional, nos termos definidos na referida Assembléia Geral, sem qualquer forma de compensação.
- 30.4. Nenhuma medida judicial ou extrajudicial será iniciada ou mantida pela Administradora antes do recebimento integral do adiantamento a que se refere este Capítulo e da assunção pelos Quotistas Seniores do compromisso de prover os recursos necessários ao pagamento de qualquer de sucumbência a que o Fundo venha a ser eventualmente condenado.
- 30.5. A Administradora, o Custodiante, a Cedente, a Supplier, o(s) Distribuidor(es) e/ou qualquer de suas Afiliadas, bem como seus administradores, empregados e demais prepostos não são responsáveis por eventuais danos ou prejuízos, de qualquer natureza, sofridos pelo Fundo e pelos Quotistas em decorrência da não propositura (ou prosseguimento) de medidas judiciais ou extrajudiciais necessárias à salvaguarda de seus direitos, garantias e prerrogativas, caso os referidos Quotistas não aporem os recursos suficientes para tanto na forma deste Capítulo.
- 30.6. Todos os pagamentos devidos pelos Quotistas ao Fundo, nos termos deste Capítulo, deverão ser realizados em moeda corrente nacional, livres e desembaraçados de quaisquer taxas, impostos, contribuições ou encargos, presentes ou futuros, que incidam ou venham a incidir sobre tais pagamentos, incluindo as despesas decorrentes de tributos ou de contribuições incidentes sobre os pagamentos intermediários, independentemente de quem seja o contribuinte, de forma que o Fundo receba os recursos devidos pelos seus valores integrais, acrescidos dos montantes necessários para que o Fundo possa honrar integralmente suas obrigações, nas respectivas datas de pagamento, sem qualquer desconto ou dedução, sendo expressamente vedada qualquer forma de compensação.

## **CAPÍTULO XXXI – DISPOSIÇÕES FINAIS**

- 31.1. O Fundo terá escrituração própria e suas demonstrações financeiras estarão sujeitas às normas expedidas pela CVM e serão auditadas por auditor independente registrado junto à CVM.
- 31.2. Considerar-se-á o Fundo liquidado e suas atividades encerradas, após o pagamento de todos os encargos e obrigações assumidas pelo Fundo, o resgate da totalidade das Quotas Seniores e o resgate das Quotas Subordinadas.
- 31.3. O Fundo terá exercício social de 1 (um) ano, iniciando-se em 1º de janeiro e terminando em 31 de dezembro, ficando ressalvado apenas que o primeiro exercício iniciar-se-á na data de sua constituição e terminará em 31 de dezembro do mesmo ano.
- 31.4. O Custodiante, durante o exercício de suas atividades, em nenhuma hipótese será o responsável pela indicação dos Direitos Creditórios ao protesto ou pela inserção de nome de devedores de Direitos Creditórios em órgãos responsáveis pelo apontamento de descumprimento de obrigações pecuniárias, cabendo ao Fundo, representado pela

Administradora, realizar tais atividades e assumir a integral responsabilidade e os eventuais ônus dessa decisão.

- 31.5. Para fins tributários, e de acordo com a composição de sua carteira, o Fundo será classificado como “fundo de investimento de longo prazo” conforme Artigo 1º, Parágrafo 1º, inciso I, da Instrução nº 487, de 30 de dezembro de 2004, da Receita Federal.
- 31.6. Fica eleito o foro da Comarca do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, para dirimir quaisquer questões oriundas do presente Regulamento.

Rio de Janeiro, 22 de outubro de 2009



OLIVEIRA TRUST DTVM S.A.

Maria Eunice M. M. de Farias Mello  
Procuradora

ASSINADA EM  
RIO DE JANEIRO - CAPITAL - RJ

26 OUT 2009 936802

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS  
3º OFÍCIO

26 OUT 2009 936802

ARQUIVADA COPIA DO DOCUMENTO

Este Anexo é parte integrante do Regulamento do Ourinvest Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios Financeiros-SupplierCard, datado de 22 de outubro de 2009.

## ANEXO I

### AVISO DE DESENQUADRAMENTO

**Aviso de Desenquadramento nº [•]**

**Data: [•].**

Ref.: Aviso de Desenquadramento

Na qualidade de Administradora do Ourinvest Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios Financeiros-Suppliercard, nos termos do no item (24.1) do Capítulo XXIV do Regulamento, servimo-nos da presente para informar-lhes sobre o desenquadramento da [Razão de Garantia]/[Alocação de Mínima Investimento] estabelecida no Regulamento. Em razão disto, requer-se, de V.Sas., as providências necessárias para que seja sanada a situação conforme facultado em tal Regulamento.

Não havendo resposta a este aviso de desenquadramento, no prazo de 2 (dois) dias úteis a contar do seu recebimento, sobre qual medida que essa empresa pretende nos termos e prazos do Regulamento, será observado, pela Administradora, o disposto no Capítulo XXV do Regulamento.

Sem mais para o momento, subscrevemo-nos.

Atenciosamente,


**OLIVEIRA TRUST DTVM. S.A.**



## ANEXO II

### BASE DE DADOS DO FUNDO

#### Relatório de Demonstrativo de Caixa

 **Serviços para o  
Mercado de Capitais**

Data Atual: 31/10/2003 14:08:07  
Data de Posição: 25/10/2003 a 30/10/2003

Última Atualização da Carteira: 31/10/2003 - 11:15:07

Carteira: FIDC

Data Liquid.	Descrição	Entrada	Saída	Saldo
27/10/2003	SALDO ANTERIOR			462.347,82
27/10/2003	Diferença de Caixa a Conciliar		1.368,15	
27/10/2003	Resgate de Título RF (LFT O TESOIRO) Op: 10291899 Mv: 294479	1.912.954,23		
27/10/2003	Resgate de Título RF (LFT O TESOIRO) Op: 10291900 Mv: 294480	3.089.003,86		
27/10/2003	Resgate de Título RF (NBC O BC) Op: 10291909 Mv: 294481	1.961.084,05		
27/10/2003	Direitos Creditórios - Baixa Antecipada Dif. Valor Presente	75,05		
27/10/2003	Direitos Creditórios - Baixa de POD a Processar em 27/10/03		207.128,39	
27/10/2003	Direitos Creditórios - Baixa de Títulos a receber em 27/10/03	49.019,00		
27/10/2003	Direitos Creditórios - Diferença de Rendimento		3.727,84	
27/10/2003	Direitos Creditórios - Movimentação de Títulos Vencidos e Não Pagos		240.382,36	
27/10/2003	Fatura de CPMF em 24/10/03		6,46	
27/10/2003	Resgate de Título RF (DIRCR SADIÁ) Op: 10320891 Mv: 294482	80.500.092,03		
27/10/2003	Compra de Título RF (DIRCR SADIÁ) Op: 10332438 Mv: 528287		94.561.296,23	
27/10/2003	Venda de Título RF (LFT TESOIRO) Op: 10267280 Mv: 528714	4.493.961,59		
27/10/2003	Venda de Título RF (LFT TESOIRO) Op: 9720895 Mv: 528715	2.725.253,61		
27/10/2003	SALDO			199.951,80
28/10/2003	Compra de Título RF (DIRCR SADIÁ) Op: 10346433 Mv: 528352		86.691.043,56	
28/10/2003	Direitos Creditórios - Abatimentos		7.351,37	

*Assinatura*

RECEBIMOS DO  
RIO DE JANEIRO - CAPITAL - RJ

26 OUT 2003 936802

RECIBIMOS DE  
29 OCT 2003

\*\* D7RX/A dd/mm/aa 14.25.27 \*\*

D7 - FUNDOS DE RECEBIVEIS

\*\* FL. 000001 \*\*

RELATORIO DE CREDITOS ADQUIRIDOS VENCIDOS E A VENCER POSIÇÃO EM dd/mm/aa

AGENCIA/CONTA/DAC  
9999/12345-6

NOME DO CEDENTE  
XXXXXXXXXXXXXXXXXX

VENCTO	N. DIAS	VL. TITULO
dd/mm/aa	-14	xxx,xx
dd/mm/aa	-12	xxx,xx
dd/mm/aa	-11	xxx,xx
dd/mm/aa	-10	xxx,xx
dd/mm/aa	-9	xxx,xx
dd/mm/aa	-8	xxx,xx
dd/mm/aa	-7	xxx,xx
dd/mm/aa	-6	xxx,xx
dd/mm/aa	-5	xxx,xx
dd/mm/aa	-4	xxx,xx
dd/mm/aa	-3	xxx,xx
dd/mm/aa	-2	xxx,xx
dd/mm/aa	-1	xxx,xx
dd/mm/aa	1	xxx,xx
dd/mm/aa	2	xxx,xx
dd/mm/aa	3	xxx,xx
dd/mm/aa	4	xxx,xx
dd/mm/aa	5	xxx,xx
dd/mm/aa	6	xxx,xx
dd/mm/aa	7	xxx,xx
dd/mm/aa	8	xxx,xx
dd/mm/aa	9	xxx,xx
dd/mm/aa	10	xxx,xx
dd/mm/aa	11	xxx,xx
dd/mm/aa	12	xxx,xx
dd/mm/aa	13	xxx,xx
dd/mm/aa	14	xxx,xx
dd/mm/aa	15	xxx,xx
dd/mm/aa	16	xxx,xx
dd/mm/aa	17	xxx,xx
dd/mm/aa	18	xxx,xx
dd/mm/aa	19	xxx,xx
dd/mm/aa	20	xxx,xx
dd/mm/aa	21	xxx,xx
TOTAL		xxx.xxx,xx
TOTAL GERAL		xxx.xxx,xx

AGENCIAMENTO DE CREDITOS  
RIO DE JANEIRO - CAPITAL - RJ

26 OUT 2009 936802

REGISTRO DE DOCUMENTOS  
20 OUT 2009



Este Anexo é parte integrante do Regulamento do Ourinvest Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Financeiros  
- SupplierCard, datado de 22 de outubro de 2009.

### ANEXO III

#### CONTRATO DE CARDMEMBER

REGISTRO DE ITENS E DOCUMENTOS  
29 OUT 2010  
26 OUT 2010 936802  
ARQUIVADO EM 29 OUT 2010  
RIO DE JANEIRO - CAPITAL - RJ





**NORMAS GERAIS PARA A CONCESSÃO DE  
LIMITE DE CARTÃO DE CRÉDITO**

**CLÁUSULA 1 - DEFINIÇÕES:**

1. Para perfeito entendimento e interpretação destas NORMAS GERAIS, são adotadas as seguintes definições:

**ADMINISTRADORA** - é a **SUPPLIERCARD ADMINISTRADORA DE CARTÕES DE CRÉDITO S/A**, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Avenida Paulista, nº 1728, 13º Andar, CEP 01310-200, inscrita no CNPJ sob o nº 06.951.711/0001-28, empresa que é detentora do SISTEMA e do *know how* para mantê-lo e operacionalizá-lo, sendo responsável por todos os procedimentos operacionais descritos nestas NORMAS GERAIS.

**ASSOCIADO** - é a pessoa física ou jurídica aceita pelo EMISSOR ou, por delegação do EMISSOR, pela ADMINISTRADORA, cuja qualificação e registro se encontram no banco de dados específico, e que está apta a possuir o CARTÃO DE CRÉDITO e realizar TRANSAÇÕES por meio da utilização do CARTÃO DE CRÉDITO, nos termos da política de concessão de crédito do EMISSOR.

**CARTÃO DE CRÉDITO** - é o cartão de crédito "SupplierCard" emitido pelo EMISSOR, em nome do ASSOCIADO, e administrado pela ADMINISTRADORA, por meio do qual o ASSOCIADO realiza TRANSAÇÕES, nos termos destas NORMAS GERAIS.

**CENTRAL DE ATENDIMENTO** - é a central de atendimento disponibilizada pela ADMINISTRADORA ao ASSOCIADO, nos termos destas NORMAS GERAIS, na qual o ASSOCIADO poderá obter todas as informações relativas ao seu CARTÃO DE CRÉDITO e ao seu respectivo LIMITE DE CARTÃO DE CRÉDITO, a ser acessada por telefone e/ou por site específico da Internet.

**DEMONSTRATIVO DE PAGAMENTO** - é o documento representativo da prestação de contas do SISTEMA ao ASSOCIADO, emitido e remetido pela ADMINISTRADORA a cada ASSOCIADO, no endereço por ele indicado, no qual são discriminados os débitos e créditos relativos às TRANSAÇÕES efetuadas pelo ASSOCIADO, por meio da utilização do CARTÃO DE CRÉDITO, assim como pagamento, estornos, ajustes, taxas, tarifas, ENCARGOS, valores de multa, juros moratórios, saldo anterior e atual, valor do pagamento mínimo, caso aplicável, data de vencimento e avisos em geral, o qual é (i) o meio de comunicação entre, de um lado, a ADMINISTRADORA e o EMISSOR e, de outro lado, o ASSOCIADO, e, em conjunto com a ficha de compensação bancária, (ii) o principal meio de pagamento para o ASSOCIADO.

**DEVEDOR SOLIDÁRIO** - é cada um dos representantes legais do ASSOCIADO, seja como sócio, seja como administrador, que assina o TERMO DE ADESÃO ao presente, e que ao assiná-lo, automaticamente e sem formalidade adicional, obriga-se solidariamente com o ASSOCIADO, nos termos do artigo 264 do Código Civil brasileiro, pela liquidação de toda e qualquer obrigação assumida pelo ASSOCIADO, principal ou acessória, decorrente da utilização do CARTÃO DE CRÉDITO.

**EMISSOR** - é o **BANCO OURINVEST S/A**, instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Paulista, nº 1728, sobreloja, 1º, 2º, 10º e 11º andares, CEP 01310-200, inscrito no CNPJ sob nº 78.632.767/0001-20; ou outra instituição financeira que vier a aderir ao SISTEMA SUPPLIERCARD DE FINANCIAMENTO DE CARTÕES.



26 OUT 2003 936802

RECIBO DE PAGAMENTO E DOCUMENTOS  
2007010

**ENCARGOS** - é o somatório da taxa de juros, impostos, taxas, contribuições e demais tributos incidentes, bem como outras despesas, indicadas no DEMONSTRATIVO DE PAGAMENTO, decorrentes de TRANSAÇÕES efetuadas pelo ASSOCIADO por meio da utilização do CARTÃO. Os ENCARGOS especiais e máximos incidirão, conforme o caso, sempre que o ASSOCIADO (i) contratar SAQUE, OPERAÇÃO PARCELADO-EMISSION, efetuar o pagamento parcial do DEMONSTRATIVO DE PAGAMENTO, na respectiva data de vencimento, e/ou deixar de pagá-lo na data de vencimento, inclusive na hipótese de contratação da TRANSAÇÃO referida na Cláusula 4.5 (a) destas NORMAS GERAIS.

**ESTABELECIMENTO** - é o fornecedor de bens e serviços, no qual o ASSOCIADO realiza TRANSAÇÕES.

**IGP-M** - é o Índice Geral de Preços do Mercado divulgado pela Fundação Getúlio Vargas.

**INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS** - são as instituições bancárias nas quais poderão ser pagos os DEMONSTRATIVOS DE PAGAMENTO.

**LIMITE DE CARTÃO DE CRÉDITO** - limite máximo de crédito concedido para uso profissional/pessoal e intransferível do ASSOCIADO, unicamente para utilização do CARTÃO DE CRÉDITO em TRANSAÇÕES e/ou OPERAÇÕES DE CRÉDITO com o ESTABELECIMENTO ou com o EMISSION, conforme o caso. Este limite não poderá ser excedido, exceto quando e se houver prévia autorização do EMISSION ou da ADMINISTRADORA, a seus exclusivos critérios.

**NORMAS GERAIS** - a presente "Normas Gerais para Concessão de Limite de Cartão de Crédito".

**OPERAÇÃO DE CRÉDITO** - é a contratação, pelo ASSOCIADO, de OPERAÇÃO PARCELADO-EMISSION, SAQUE e/ou, caso esta modalidade de OPERAÇÃO DE CRÉDITO encontre-se disponível para o ASSOCIADO, o financiamento automático do SALDO DEVEDOR, nos termos da Cláusula 8 destas NORMAS GERAIS.

**OPERAÇÃO PARCELADO-EMISSION** - possui a definição indicada na Cláusula 4.5 (b) destas NORMAS GERAIS.

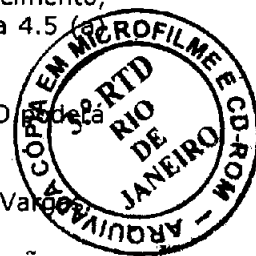
**OPERAÇÃO PARCELADO-ESTABELECIMENTO** - possui a definição indicada na Cláusula 4.5 (a) destas NORMAS GERAIS.

**OUTROS PRODUTOS E SERVIÇOS FINANCEIROS** - são produtos e serviços, que se disponíveis, podem ser adquiridos pelo ASSOCIADO utilizando-se, para tanto, do LIMITE DE CARTÃO DE CRÉDITO, e os quais incluem, mas não se limitam, a seguros, títulos de capitalização, produtos de assistência, empréstimos parcelados, etc., excetuados os casos de OPERAÇÕES DE CRÉDITO.

**SALDO REMANESCENTE** - possui a definição indicada na Cláusula 7 (b).

**SAQUE** - refere-se ao empréstimo de quantias em dinheiro, concedido pelo EMISSION ao ASSOCIADO através de telefone ou da Internet, se disponível, mediante uso do LIMITE DE CARTÃO DE CRÉDITO. O valor de cada empréstimo estará sujeito às normas do Banco Central do Brasil e aos procedimentos e tarifas do EMISSION. Em cada empréstimo será cobrada uma tarifa e, sobre o valor do empréstimo, incidirão ENCARGOS, que serão computados desde a data de concessão do empréstimo até o seu efetivo pagamento, observados os termos e condições definidos nestas NORMAS GERAIS.

**SENHA** - é o código sigiloso atribuído a cada ASSOCIADO para que, quando necessário, realize consultas às TRANSAÇÕES por ele efetuadas.



**SISTEMA** - são os procedimentos e a tecnologia operacional, de propriedade da ADMINISTRADORA, necessários à prestação do serviço de administração do CARTÃO, com o objetivo de viabilizar a realização de TRANSAÇÕES.

**SISTEMA SUPPLIERCARD DE FINANCIAMENTO DE CARTÕES** - significa o complexo de operações de financiamento e de cessões de crédito a terceiros, com o objetivo de prover os recursos necessários para, conforme o caso, financiar as TRANSAÇÕES decorrentes do uso do CARTÃO DE CRÉDITO pelos ASSOCIADOS.

**TERMO DE ADESÃO** - termo pelo qual, a critério da ADMINISTRADORA, o(s) representante(s) legal(is) do ASSOCIADO se vincula(m) às presentes NORMAS GERAIS e solidariamente se co-obriga(m) com o ASSOCIADO, nos termos do artigo 264 do Código Civil brasileiro, pela liquidação de toda e qualquer obrigação assumida pelo ASSOCIADO, principal ou acessória, decorrente da utilização do CARTÃO DE CRÉDITO.

**TRANSAÇÕES** - todas e quaisquer aquisições de bens e/ou serviços realizadas pelo ASSOCIADO em ESTABELECIMENTOS, por meio da utilização de seu CARTÃO DE CRÉDITO, com ou sem a cobrança de ENCARGOS, inclusive OPERAÇÕES DE CRÉDITO.

## **CLÁUSULA 2 - OBJETO**

2. Estas NORMAS GERAIS regulam as condições para a prestação dos serviços de administração do CARTÃO DE CRÉDITO, bem como as condições para (i) a realização de TRANSAÇÕES no ESTABELECIMENTO e (ii) a contratação de OPERAÇÃO DE CRÉDITO, ambas a serem feitas exclusivamente pelo ASSOCIADO, conforme vier a ser autorizado pelo EMISSOR e/ou pela ADMINISTRADORA, e as quais compreenderão:

- a) a concessão do LIMITE DE CARTÃO DE CRÉDITO, para aquisição de bens e serviços no ESTABELECIMENTO;
- b) a administração e gestão da utilização do CARTÃO DE CRÉDITO;
- c) a emissão do DEMONSTRATIVO DE PAGAMENTO; e
- d) demais serviços, inclusive financeiros, nesse caso a serem prestados pelo EMISSOR, pela ADMINISTRADORA, ou por terceiros.

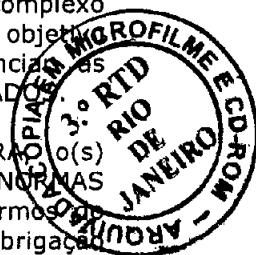
2.1. A concessão do LIMITE DE CARTÃO DE CRÉDITO dependerá da aceitação, pelo EMISSOR ou, nesse caso por delegação do EMISSOR, da ADMINISTRADORA, da inclusão do ASSOCIADO no SISTEMA, segundo critérios próprios de análise cadastral e creditícia.

## **CLÁUSULA 3 - ADESÃO ÀS NORMAS GERAIS**

3. A adesão a estas NORMAS GERAIS efetiva-se por meio de quaisquer dos seguintes eventos, o que ocorrer primeiro:

- a) pagamento, total ou parcial, do DEMONSTRATIVO DE PAGAMENTO;
- b) aquisição do CARTÃO DE CRÉDITO via telemarketing;
- c) assinatura no TERMO DE ADESÃO;
- d) desbloqueio do CARTÃO DE CRÉDITO, pelo ASSOCIADO, junto à CENTRAL DE ATENDIMENTO;
- e) utilização do CARTÃO DE CRÉDITO em qualquer TRANSAÇÃO; ou
- f) qualquer outra manifestação expressa de vontade do ASSOCIADO.

3.1. Como remuneração pelos serviços prestados, a ADMINISTRADORA poderá cobrar do ASSOCIADO, por LIMITE DE CARTÃO DE CRÉDITO concedido, custo de manutenção sempre que houver qualquer utilização do CARTÃO DE CRÉDITO pelo ASSOCIADO ou emissão e envio, ao ASSOCIADO, do DEMONSTRATIVO DE



*Handwritten signature*

PAGAMENTO, desde que previamente pactuado com o ESTABELECIMENTO.

- 3.2. As cobranças referidas na Cláusula anterior serão lançadas no DEMONSTRATIVO DE PAGAMENTO e dependerá de prévio aviso do EMISSOR ao ASSOCIADO discriminando os respectivos valores, por meio dos diversos meios de comunicação colocados à disposição do ASSOCIADO, conforme descrito na Cláusula 14.3.

#### **CLÁUSULA 4 - UTILIZAÇÃO DO CARTÃO DE CRÉDITO**

4. O ASSOCIADO se responsabilizará pela utilização do CARTÃO DE CRÉDITO na forma estabelecida por estas NORMAS GERAIS.
- 4.1. Na hipótese de "assinatura em arquivo", a qual se caracteriza por um processo que permite ao ASSOCIADO realizar TRANSAÇÕES por telefone e/ou por outros meios eletrônicos, sem a assinatura física no respectivo comprovante da TRANSAÇÃO, o ASSOCIADO se obriga a pagar as despesas realizadas por intermédio do SISTEMA, inclusive ENCARGOS, conforme discriminados no respectivo DEMONSTRATIVO DE PAGAMENTO.
- 4.2. O CARTÃO DE CRÉDITO deverá ser utilizado pelo ASSOCIADO unicamente como meio de pagamento das TRANSAÇÕES e/ou OPERAÇÕES DE CRÉDITO. É expressamente vedada a realização (i) de quaisquer operações que não se enquadrem na modalidade de crédito oferecida ao ASSOCIADO nestas NORMAS GERAIS, ou (ii) quaisquer outras operações proibidas pela legislação, sob pena de cancelamento imediato do CARTÃO DE CRÉDITO e retirada do ASSOCIADO do SISTEMA sem qualquer aviso prévio.
- 4.3. O ASSOCIADO deverá respeitar o LIMITE DE CARTÃO DE CRÉDITO concedido. O LIMITE DE CARTÃO DE CRÉDITO poderá ser reduzido ou aumentado, a livre critério do EMISSOR e/ou da ADMINISTRADORA, mediante comunicação ao ASSOCIADO através dos meios de comunicação colocados à sua disposição, nos termos da Cláusula 14.3 abaixo. O uso do CARTÃO DE CRÉDITO, após a comunicação feita ao ASSOCIADO sobre a alteração de LIMITE DE CARTÃO DE CRÉDITO, em qualquer das formas previstas nestas NORMAS GERAIS, implicará na expressa concordância do ASSOCIADO ao novo LIMITE DE CARTÃO DE CRÉDITO.
- 4.4. Sempre que necessitar cancelar qualquer operação de compra e venda mercantil, o ASSOCIADO deverá solicitá-lo diretamente ao ESTABELECIMENTO. O ESTABELECIMENTO, uma vez concordando com a solicitação de cancelamento, encaminhará à ADMINISTRADORA a ordem de cancelamento da respectiva operação de compra e venda mercantil.
- 4.5. Conforme permitido pela legislação em vigor e nestas NORMAS GERAIS, o CARTÃO DE CRÉDITO poderá ser utilizado pelo ASSOCIADO, desde que as respectivas modalidades de TRANSAÇÕES sejam previamente colocadas à sua disposição, para a contratação de SAQUES, financiamento automático do SALDO REMANESCENTE, e/ou, ainda, para a realização de TRANSAÇÕES conforme as opções a seguir indicadas:
- a) "OPERAÇÃO PARCELADO-ESTABELECIMENTO" - entendendo-se essa opção como a concessão, feita diretamente pelo ESTABELECIMENTO, da facilidade de pagamento a prazo, em 1 (uma) ou mais parcelas, das compras ali realizadas, desde que tal opção encontre-se disponível ao ASSOCIADO no SISTEMA, e sobre as quais não incidirão juros remuneratórios, salvo na hipótese de inadimplência, quando se aplicará o disposto na Cláusula 9; e
- b) "OPERAÇÃO PARCELADO-EMISSION" - entendendo-se essa opção como a concessão, feita diretamente pelo EMISSOR, da facilidade de pagamento a prazo, em 1 (uma) ou mais parcelas, mediante autorização prévia deste, na



forma e condições admitidas pelo SISTEMA, hipótese em que ocorrerá a imediata contratação de uma operação de financiamento, sobre a qual incidirão ENCARGOS, informados e devidos no momento da contratação, conforme indicado nestas NORMAS GERAIS.

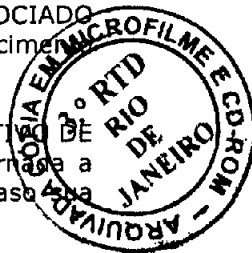
- 4.5.1. Às opções referidas na Cláusula anterior, aplica-se o previsto na Cláusula 8 destas NORMAS GERAIS, que regula o financiamento automático do SALDO REMANESCENTE, ficando, contudo, ressalvada a possibilidade de, a critério do EMISSOR, em qualquer das modalidades de TRANSAÇÕES referidas, (i) não vir a ser consentido novo financiamento mediante o pagamento mínimo ou (ii) vir a ser consentido o financiamento automático do SALDO REMANESCENTE, sob determinados percentuais fixados pelo EMISSOR, e informados no ato de contratação da operação e/ou no DEMONSTRATIVO DE PAGAMENTO.
- 4.5.2. Os ENCARGOS incidentes em cada OPERAÇÃO DE CRÉDITO serão indicados no próprio DEMONSTRATIVO DE PAGAMENTO, nos termos das Cláusulas 7, 8 e 9 destas NORMAS GERAIS.
- 4.6. Em caso de retirada do ASSOCIADO do SISTEMA, fica a critério do EMISSOR e/ou da ADMINISTRADORA a cobrança antecipada dos valores ainda não pagos pelo ASSOCIADO, cobrança essa que poderá ser efetivada mediante a emissão de um DEMONSTRATIVO DE PAGAMENTO específico.
- 4.7. A utilização do CARTÃO DE CRÉDITO pelo ASSOCIADO sensibilizará o LIMITE DE CARTÃO DE CRÉDITO concedido pelo EMISSOR ao ASSOCIADO, que retornará ao seu valor original à medida que os DEMONSTRATIVOS DE PAGAMENTO forem sendo, total ou parcialmente, quitados pelo ASSOCIADO, na forma estabelecida na Cláusula 8.11 destas NORMAS GERAIS.
- 4.8. O ASSOCIADO não poderá ultrapassar o LIMITE DE CARTÃO DE CRÉDITO que lhe fora originalmente concedido pelo EMISSOR, incluindo-se o valor financiado e os respectivos ENCARGOS, salvo se, excepcionalmente, o EMISSOR, a seu exclusivo critério, autorizar previamente a TRANSAÇÃO. O eventual excesso deverá ser pago na data de vencimento cumulativamente ao valor total ou ao pagamento mínimo, conforme o caso.

## **CLÁUSULA 5 - RECLAMAÇÕES**

5. Para cada TRANSAÇÃO efetuada pelo SISTEMA, a ADMINISTRADORA gerará, automaticamente, uma confirmação ao ASSOCIADO via endereço eletrônico de e-mail, caso o ASSOCIADO tenha disponibilizado um endereço eletrônico válido à ADMINISTRADORA, com os valores de cada TRANSAÇÃO, inclusive SAQUES.
- 5.1. Caberá ao ASSOCIADO, caso a TRANSAÇÃO não seja reconhecida, informar tal fato imediatamente ao ESTABELECIMENTO e à ADMINISTRADORA, por qualquer meio possível, inclusive por meio eletrônico.
- 5.1.1 O não cumprimento do disposto na Cláusula 5.1 acima, implicará na aceitação da TRANSAÇÃO efetuada pelo ASSOCIADO frente ao ESTABELECIMENTO.
- 5.1.2 Qualquer alteração do endereço eletrônico de e-mail do ASSOCIADO deverá ser imediatamente comunicada à ADMINISTRADORA.
- 5.2. O EMISSOR e/ou a ADMINISTRADORA não se responsabilizam pela eventual restrição do ESTABELECIMENTO ao uso do CARTÃO DE CRÉDITO, nem pela qualidade ou quantidade de bens ou serviços adquiridos, ou por diferença de preço, cabendo unicamente ao ASSOCIADO conferir a exatidão dos valores das TRANSAÇÕES, a efetiva prestação de serviços, a forma de parcelamento, se houver, bem como promover, sob sua conta e risco, qualquer reclamação contra o

## ESTABELECIMENTO.

- 5.3. Na hipótese de o ASSOCIADO não ter cadastrado seu endereço eletrônico para o recebimento da confirmação da TRANSAÇÃO, conforme a Cláusula 5 acima, o eventual questionamento acerca de TRANSAÇÃO indicada no DEMONSTRATIVO DE PAGAMENTO deverá ser feito por escrito junto à ADMINISTRADORA, no endereço indicado na Cláusula 1, até a data de vencimento indicada no respectivo Demonstrativo de Pagamento. Caso o questionamento seja parcial, o ASSOCIADO deverá fazer o pagamento da parte incontroversa até a data de vencimento indicada no respectivo DEMONSTRATIVO DE PAGAMENTO.
- 5.4. O ASSOCIADO que pagar integralmente o débito indicado no DEMONSTRATIVO DE PAGAMENTO, e apresentar reclamação acerca de TRANSAÇÃO, terá estornada a importância paga, devidamente corrigida monetariamente pelo IGP-M, caso a reclamação seja considerada procedente pelo EMISSOR.
- 5.5. Caso o ASSOCIADO não tenha pago o valor da TRANSAÇÃO questionada, a improcedência da reclamação implicará na cobrança dos ENCARGOS máximos sobre o valor inadimplido, até a data do efetivo pagamento, observado o disposto nestas NORMAS GERAIS.



## **CLÁUSULA 6 - DOS LANÇAMENTOS**

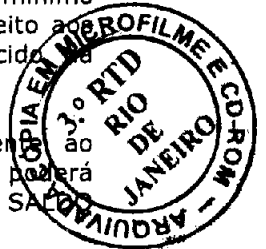
6. O EMISSOR comunicará ao ASSOCIADO, pelo DEMONSTRATIVO DE PAGAMENTO a ser encaminhado para o endereço por ele indicado, todas as informações sobre as TRANSAÇÕES e pagamentos efetuados, valores de tarifa de inscrição, ENCARGOS e demais valores correspondentes aos encargos previstos na Cláusula 8 destas NORMAS GERAIS, saldo anterior e atual, valor do pagamento mínimo, se houver, data de vencimento e instruções para pagamento, entre outras informações que vier a julgar serem necessárias.
- 6.1. Para todos os fins previstos na legislação em vigor, sem prejuízo do disposto na Cláusula 5.1.1, o não questionamento pelo ASSOCIADO a respeito de quaisquer lançamentos contidos no respectivo DEMONSTRATIVO DE PAGAMENTO, até sua data do vencimento, implicará o reconhecimento e a aceitação incondicional pelo ASSOCIADO dos lançamentos expressos naquele documento e contabilizados nos livros do EMISSOR, valendo o DEMONSTRATIVO DE PAGAMENTO, acompanhado de cópia destas NORMAS GERAIS, como prova de seu débito, ressalvado ao ASSOCIADO o direito de reaver as quantias pagas indevidamente, conforme vier a ser efetivamente comprovado.
- 6.2. O ASSOCIADO reconhece que a digitação, pelo ESTABELECIMENTO, da TRANSAÇÃO no SISTEMA caracteriza sua aceitação via SISTEMA, tendo como fato gerador o respectivo comprovante de venda.

## **CLÁUSULA 7 - LIQUIDÇÃO DO DEMONSTRATIVO DE PAGAMENTO**

7. O ASSOCIADO deverá, até a data de vencimento indicada no DEMONSTRATIVO DE PAGAMENTO:
- a) efetuar o pagamento do total do saldo devedor ali indicado, hipótese em que não ocorrerá a cobrança de ENCARGOS (excetuando na hipótese de haver SAQUES, OPERAÇÃO PARCELADO - EMISSOR e/ou financiamento automático do SALDO REMANESCENTE); ou
  - b) efetuar, caso essa opção encontre-se disponível no DEMONSTRATIVO DE PAGAMENTO, pagamento igual ou **superior** ao mínimo, e inferior ao total indicado no DEMONSTRATIVO DE PAGAMENTO, hipótese em que a diferença apurada entre o saldo devedor e o pagamento efetuado ("**SALDO**

**REMANESCENTE")** ficará sujeita a cobrança de ENCARGOS, contados a partir da data de vencimento do DEMONSTRATIVO DE PAGAMENTO.

- 7.1. Caso o ASSOCIADO efetue o pagamento igual ou superior ao mínimo e inferior ao total indicado no DEMONSTRATIVO DE PAGAMENTO, o SALDO REMANESCENTE será lançado automaticamente no DEMONSTRATIVO DE PAGAMENTO do mês seguinte acrescido dos ENCARGOS.
- 7.2. Verificada a inadimplência decorrente do não pagamento, na data de vencimento, do DEMONSTRATIVO DE PAGAMENTO, de valor igual ou superior ao mínimo indicado no DEMONSTRATIVO DE PAGAMENTO, o ASSOCIADO ficará sujeito aos ENCARGOS indicados na Cláusula 8.3, observado, ainda, o estabelecido na Cláusula 9.
- 7.3. Observado o disposto na Cláusula 4.5.1 acima, caberá exclusivamente ao SISTEMA fixar, no DEMONSTRATIVO DE PAGAMENTO, o valor mínimo que poderá ser pago pelo ASSOCIADO para fins de financiamento automático do SALDO REMANESCENTE, sem sujeitar-se às penas previstas na Cláusula 9.
- 7.4. Os pagamentos com cheques serão considerados quitados somente após a compensação destes.
- 7.5. O ASSOCIADO deverá pagar as importâncias devidas em INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS, por intermédio da ficha de compensação contida no próprio DEMONSTRATIVO DE PAGAMENTO ou por outros meios admitidos pelo SISTEMA.
- 7.6. Na hipótese de o ASSOCIADO não receber o DEMONSTRATIVO DE PAGAMENTO até 2 (dois) dias antes da data de seu vencimento, deverá o ASSOCIADO obter o seu saldo devedor na CENTRAL DE ATENDIMENTO, ou ainda, por outro meio admitido pelo SISTEMA e solicitar orientação sobre a forma de pagamento. O não recebimento do DEMONSTRATIVO DE PAGAMENTO não exime o ASSOCIADO da responsabilidade de pagamento do seu débito na data de vencimento, sob pena de cobrança dos encargos previstos na Cláusula 9.

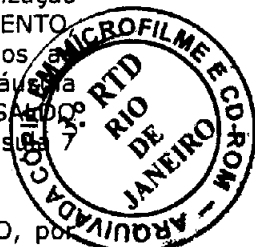


## **CLÁUSULA 8 - DO FINANCIAMENTO**

8. O pagamento parcial do saldo devedor expresso no DEMONSTRATIVO DE PAGAMENTO, na forma autorizada pela Cláusula 7 (b), resultará no automático financiamento, pelo EMISSOR, do SALDO REMANESCENTE, a ENCARGOS especiais, indicados no DEMONSTRATIVO DE PAGAMENTO, e válidos até a data de vencimento do próximo DEMONSTRATIVO DE PAGAMENTO, quando então passarão a vigorar os ENCARGOS indicados no DEMONSTRATIVO DE PAGAMENTO sob a rubrica ENCARGOS máximos, caso o financiamento não tenha sido liquidado até a referida data na forma indicada no respectivo DEMONSTRATIVO DE PAGAMENTO.
- 8.1. Sempre que o ASSOCIADO optar pelo financiamento, por meio do pagamento mínimo, será cobrado no próximo DEMONSTRATIVO DE PAGAMENTO pelo valor de suas TRANSAÇÕES, acrescido do SALDO REMANESCENTE anterior e dos ENCARGOS especiais aplicados até a data de vencimento, que serão aqueles indicados no DEMONSTRATIVO DE PAGAMENTO anterior. Na eventualidade de pagamento em atraso e/ou em desacordo com o disposto na Cláusula 7, aplicar-se-á o disposto nas Cláusulas 8.3 e 9 destas NORMAS GERAIS.
- 8.2. O financiamento automático do SALDO REMANESCENTE, na forma autorizada na Cláusula 7 (b), terá ENCARGOS especiais indicados no próprio DEMONSTRATIVO DE PAGAMENTO, por prazo certo e ajustado de um mês, e deverá ser liquidado até a data de vencimento do DEMONSTRATIVO DE PAGAMENTO subsequente para que não incidam, a partir de então, os ENCARGOS máximos indicados no mesmo DEMONSTRATIVO DE PAGAMENTO.

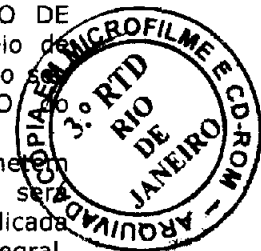
*[Handwritten signature]* 7

- 8.3. A falta, atraso de pagamento ou pagamento inferior ao valor mínimo expresso no DEMONSTRATIVO DE PAGAMENTO resultará no financiamento, pelo EMISSOR, do saldo devedor inadimplido, o qual estará sujeito aos ENCARGOS máximos vigentes, indicados no DEMONSTRATIVO DE PAGAMENTO, os quais incidirão até a data do seu efetivo pagamento.
- 8.4. Cada OPERAÇÃO PARCELADO-EMISSION e/ou SAQUE realizados pelo ASSOCIADO, por meio da utilização do CARTÃO, serão objeto de financiamento pelo EMISSOR, aplicando-se ENCARGOS especiais pré-fixados, que serão informados ao ASSOCIADO no momento da contratação, incidentes desde a data de realização da TRANSAÇÃO, até a data de vencimento do DEMONSTRATIVO DE PAGAMENTO quando passarão a vigorar os ENCARGOS máximos, também informados ao ASSOCIADO no momento da contratação, e demais valores previstos na Cláusula 9 caso não haja a liquidação ou a contratação de financiamento do SAQUE REMANESCENTE por meio do pagamento mínimo, na forma prevista na Cláusula (b).
- 8.5. Os ENCARGOS poderão ser obtidos a qualquer momento pelo ASSOCIADO, por intermédio da CENTRAL DE ATENDIMENTO, e serão também previamente e adequadamente informados ao ASSOCIADO em espaço próprio no DEMONSTRATIVO DE PAGAMENTO.
- 8.6. Sem prejuízo do modo e prazo como o ASSOCIADO venha a liquidar o seu saldo devedor, o EMISSOR efetuará o pagamento ao ESTABELECIMENTO na forma e prazo admitidos pelo EMISSOR e pelo ESTABELECIMENTO em contrato específico.
- 8.7. O EMISSOR informará, no DEMONSTRATIVO DE PAGAMENTO, o percentual máximo dos ENCARGOS, especiais, máximos e rotativos, aplicáveis a cada uma das TRANSAÇÕES.
- 8.8. No caso de rescisão destas NORMAS GERAIS, com o conseqüente vencimento antecipado de todas as obrigações pecuniárias do ASSOCIADO, os ENCARGOS aplicados desde o vencimento do último DEMONSTRATIVO DE PAGAMENTO serão aplicados até a data de vencimento para liquidação de todos os valores devidos. Caso não ocorra o pagamento das obrigações pecuniárias vencidas antecipadamente, na data indicada, incidirão sobre o débito os ENCARGOS sob a rubrica ENCARGOS máximos indicados no último DEMONSTRATIVO DE PAGAMENTO, sem prejuízo do disposto na Cláusula 9.
- 8.9. Se, por superveniência de normas legais ou regulamentares, alterarem-se as atuais condições aplicáveis a ativos, passivos, receitas e resultados das instituições financeiras às quais se submetem a operação objeto destas NORMAS GERAIS, especialmente na ocorrência de instituição de tributos, contribuições ou empréstimos compulsórios, o valor do LIMITE DE CARTÃO DE CRÉDITO concedido poderá ser reduzido até o montante do efetivo saldo devedor, mediante prévia comunicação ao ASSOCIADO.
- 8.10. Fica esclarecido que nos ENCARGOS não estão incluídas as tarifas bancárias e despesas de registro de qualquer natureza, as quais são responsabilidade do ASSOCIADO.
- 8.11. O ASSOCIADO fica ciente de que o LIMITE DE CARTÃO DE CRÉDITO concedido somente será reconstituído, observados os seguintes critérios:
- a) o EMISSOR, por meio do SISTEMA, concederá em favor do ASSOCIADO um LIMITE DE CARTÃO DE CRÉDITO para a realização de TRANSAÇÕES decorrentes da utilização do CARTÃO DE CRÉDITO, que poderá ser utilizado pelo ASSOCIADO, sempre observadas as opções disponíveis no SISTEMA. O LIMITE DE CARTÃO DE CRÉDITO será concedido segundo critérios próprios de





- análise e corresponderá ao valor máximo que poderá ser utilizado pelo ASSOCIADO em TRANSAÇÕES com o CARTÃO DE CRÉDITO;
- b) o EMISSOR poderá, a seu exclusivo critério, reduzir o LIMITE DE CARTÃO DE CRÉDITO do ASSOCIADO, devendo tal redução ser informada por meio eletrônico para os ASSOCIADOS que tenham disponibilizado um endereço eletrônico, conforme Cláusula 5.1, e por meio da CENTRAL DE ATENDIMENTO, para todos os ASSOCIADOS. Compete ao ASSOCIADO consultar previamente a CENTRAL DE ATENDIMENTO, inclusive por meio da Internet, para verificar se o LIMITE DO CARTÃO DE CRÉDITO autoriza a realização da TRANSAÇÃO que pretenda contratar. O ASSOCIADO que não aceitar o novo LIMITE DE CARTÃO DE CRÉDITO poderá solicitar seu cancelamento, sem que haja o vencimento antecipado de suas obrigações pecuniárias, ficando, contudo, vedada a realização de qualquer nova TRANSAÇÃO com o CARTÃO DE CRÉDITO, ou o financiamento automático do saldo devedor por meio de pagamento mínimo. O EMISSOR, ainda, poderá, a qualquer tempo e ao seu exclusivo critério, aumentar o LIMITE DE CARTÃO DE CRÉDITO do ASSOCIADO;
  - c) os valores das TRANSAÇÕES realizadas pelo ASSOCIADO comprometerão proporcionalmente o seu LIMITE DE CARTÃO DE CRÉDITO, que será restabelecido, após a verificação do pagamento efetuado, na forma indicada nestas NORMAS GERAIS. Caso o pagamento não seja feito de forma integral, o restabelecimento do LIMITE DE CARTÃO DE CRÉDITO também será proporcional;
  - d) nas compras efetuadas mediante pagamento parcelado, o LIMITE DE CARTÃO DE CRÉDITO ficará comprometido em relação ao valor total da TRANSAÇÃO, havendo o descomprometimento proporcional, na medida em que cada parcela for liquidada; e
  - e) tanto as OPERAÇÕES PARCELADO-ESTABELECIMENTO quanto as OPERAÇÕES PARCELADO-EMISSOR comprometerão o LIMITE DE CARTÃO DE CRÉDITO nos termos acima especificados.



#### **CLÁUSULA 9 - FALTA OU ATRASO DE PAGAMENTO**

- 9. O pagamento de valor inferior ao mínimo, a falta, ou o atraso de pagamento por parte do ASSOCIADO de suas obrigações principais ou acessórias, no prazo indicado no DEMONSTRATIVO DE PAGAMENTO, o sujeitará à cobrança dos itens a seguir indicados, sem prejuízo da faculdade de o EMISSOR considerar vencido este contrato em todas as suas obrigações e exigir de uma só vez e de imediato, o pagamento de todo o saldo devedor indicado no DEMONSTRATIVO DE PAGAMENTO, incluindo o valor referente às compras parceladas:
  - a) ENCARGOS às taxas de mercado, cujos percentuais máximos serão aqueles informados no DEMONSTRATIVO DE PAGAMENTO sob a rubrica ENCARGOS máximos. Os ENCARGOS serão cobrados *pro rata die* e devidos até o efetivo pagamento;
  - b) MULTA sobre o saldo devedor na data da liquidação do DEMONSTRATIVO DE PAGAMENTO, conforme percentual máximo permitido pela legislação, atualmente de 2% (dois por cento); e
  - c) Juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, ou fração de mês em atraso, aplicados a partir de 30 (trinta) dias contados do início da incidência dos ENCARGOS máximos, calculados sobre o total em atraso, acrescido dos respectivos ENCARGOS e da multa, devidos até o efetivo pagamento.
- 9.1. A ADMINISTRADORA poderá cobrar, ainda, as despesas incorridas para realização de cobrança amigável, cabendo ao ASSOCIADO igual direito, a qual será de 10% (dez por cento) do valor total devido no pagamento, ou, desde que comprovado, valor superior.
- 9.2. A ADMINISTRADORA poderá, ainda, solicitar ao ESTABELECIMENTO que bloqueie novas vendas ao ASSOCIADO, através de quaisquer meios de pagamento, com

recursos próprios ou de terceiros, até que o saldo devedor seja devidamente regularizado, exclusivamente quando o ESTABELECIMENTO não for interveniente garantidor.

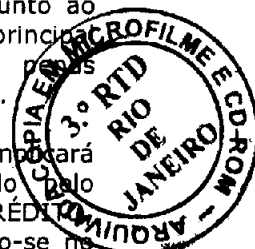
- 9.3. O EMISSOR e/ou a ADMINISTRADORA poderão, na hipótese da Cláusula 9 acima, incluir o ASSOCIADO e/ou seus DEVEDORES SOLIDÁRIOS, nos órgãos de proteção ao crédito, enquanto em mora ou inadimplente(s) com a(s) sua(s) obrigação(ões) de pagamento assumida(s) com base no presente.
- 9.4. A ADMINISTRADORA poderá emitir Cédula de Crédito Bancário em nome do ASSOCIADO, representativa da operação de financiamento contratada junto ao EMISSOR, sendo que tal Cédula deverá indicar claramente as obrigações, principais ou acessórias, tais como juros, atualização monetária, tributos e demais convencionais do respectivo financiamento, sempre em sua exata condição.
- 9.4.1. A eventual representação do crédito por Cédula de Crédito Bancário não impedirá em qualquer modificação no financiamento originalmente contratado pelo ASSOCIADO por meio da utilização do LIMITE DE CARTÃO DE CRÉDITO, continuando a incidir sobre seu débito os mesmos ENCARGOS, vencendo-se no mesmo prazo e podendo ser efetuado o pagamento na forma prevista no respectivo DEMONSTRATIVO DE PAGAMENTO, e nestas NORMAS GERAIS.
- 9.4.2. Para tanto, o ASSOCIADO outorga, neste ato, mandato à ADMINISTRADORA, em caráter irrevogável e irretratável, na forma do artigo 684 do Código Civil brasileiro, para que, em seu nome, assine a Cédula de Crédito Bancário em favor do EMISSOR, sempre no limite e nas exatas condições da TRANSAÇÃO contratada.

#### **CLÁUSULA 10 - ALTERAÇÕES**

10. O EMISSOR e/ou a ADMINISTRADORA poderão introduzir modificações nas condições destas NORMAS GERAIS, mediante comunicação escrita, informações ou mensagens lançadas no DEMONSTRATIVO DE PAGAMENTO ou mediante redação de novo documento prevendo as NORMAS GERAIS para a concessão de LIMITE DE CARTÃO DE CRÉDITO, procedendo ao registro no competente Cartório de Registro de Títulos e Documentos.
- 10.1. O exercício de qualquer dos atos descritos na Cláusula 3 destas NORMAS GERAIS, após a comunicação da alteração indicada na Cláusula 10 anterior, implica, de pleno direito, a aceitação e adesão irrestrita do ASSOCIADO às novas condições.
- 10.2. A CENTRAL DE ATENDIMENTO informará aos ASSOCIADOS, quando solicitada, sobre eventuais modificações ocorridas nas NORMAS GERAIS, que estarão sempre disponibilizadas na Internet, independente do registro no competente Cartório De Títulos E Documentos.

#### **CLÁUSULA 11 - RETIRADA**

11. O ASSOCIADO poderá retirar-se do SISTEMA a qualquer tempo, operando tal retirada efeitos imediatos. A retirada do ASSOCIADO do SISTEMA por iniciativa do EMISSOR e/ou ADMINISTRADORA se dará mediante aviso prévio escrito de 15 (quinze) dias ao ASSOCIADO, exceto quando a retirada ocorrer nas hipóteses da Cláusula 11.1.
- 11.1. Fica a critério do EMISSOR e/ou da ADMINISTRADORA retirar o ASSOCIADO do SISTEMA com o conseqüente cancelamento do CARTÃO DE CRÉDITO, a qualquer tempo, independentemente de aviso prévio ou qualquer comunicação escrita ao ASSOCIADO, ocorrendo uma das seguintes hipóteses:



- a) a violação de qualquer das disposições previstas nestas NORMAS GERAIS;
- b) o não pagamento dos débitos na respectiva data de vencimento;
- c) o ASSOCIADO encontrar-se em processo de recuperação judicial ou extrajudicial, ou tiver sua falência decretada;
- d) a constatação de restrições creditícias dos sócios do ASSOCIADO;
- e) a infringência aos limites atribuídos pelo EMISSOR; e
- f) a realização de TRANSAÇÕES desrespeitando as leis e regulamentação aplicáveis.

11.2. Constituirá, também, inadimplemento do ASSOCIADO a verificação, pelo EMISSOR, a qualquer tempo, de não serem verídicas ou completas as informações e comunicações prestadas pelo ASSOCIADO ou a constatação de qualquer ação omissiva a ele imputáveis visando ingresso ou permanência irregular no SISTEMA.

## **CLÁUSULA 12 - CANCELAMENTO E BLOQUEIO DO CARTÃO DE CRÉDITO**

12. A responsabilidade do ASSOCIADO pelo uso do LIMITE DE CARTÃO DE CRÉDITO cessará, em relação às operações subsequentes, no momento do recebimento pelo EMISSOR, de comunicação solicitando o cancelamento e bloqueio do CARTÃO DE CRÉDITO. As TRANSAÇÕES efetuadas até o momento da comunicação serão de exclusiva responsabilidade do ASSOCIADO.

12.1. Baseada na avaliação periódica cadastral e creditícia do ASSOCIADO, que levará em conta restrições, tais como protestos e registros nos serviços de proteção ao crédito, ou ainda alteração nas informações cadastrais do ASSOCIADO obtidas no momento da concessão do LIMITE DE CARTÃO DE CRÉDITO, o EMISSOR, a qualquer tempo, poderá negar autorização para que o ASSOCIADO realize TRANSAÇÕES ou bloquear os CARTÕES DE CRÉDITO emitidos pela ADMINISTRADORA em favor do ASSOCIADO, ou ainda não permitir o desbloqueio dos respectivos CARTÕES DE CRÉDITO, até o momento em que o ASSOCIADO esteja em conformidade com os critérios de risco de crédito estabelecidos pelo EMISSOR e já utilizados quando de sua admissão ao SISTEMA.

12.2. Caso sejam detectados pelo EMISSOR indícios ou suspeitas de uso indevido do CARTÃO DE CRÉDITO, o EMISSOR poderá bloquear o CARTÃO DE CRÉDITO até a conclusão das investigações, sem prejuízo das responsabilidades contraídas pelo próprio ASSOCIADO.

12.3. O bloqueio do CARTÃO DE CRÉDITO mencionado na Cláusula anterior será baseado na análise do comportamento habitual do ASSOCIADO na sua utilização, podendo, ainda, o EMISSOR se certificar junto ao ASSOCIADO com o intuito de confirmar as TRANSAÇÕES realizadas.

## **CLÁUSULA 13 - SISTEMA SUPPLIERCARD DE FINANCIAMENTO DE CARTÕES**

13. Para viabilizar o custeio do SISTEMA SUPPLIERCARD DE FINANCIAMENTO DE CARTÕES, e com o objetivo de ampliar as fontes de captação de recursos, atendendo assim aos interesses dos ASSOCIADOS, o EMISSOR poderá participar de operações de natureza financeira, bem como ceder seus créditos a terceiros, desde que autorizado pela legislação e/ou por atos normativos do Banco Central do Brasil.

13.1. Em nenhuma hipótese a viabilização do custeio do SISTEMA SUPPLIERCARD DE FINANCIAMENTO DE CARTÕES poderá implicar na modificação das condições originais das obrigações assumidas pelo ASSOCIADO, especialmente as características do financiamento contratado.

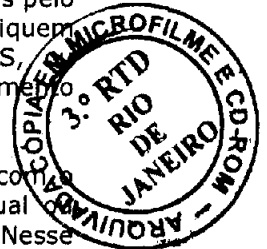
13.2. O crédito do EMISSOR, representado pelo valor financiado pelo ASSOCIADO, inclusive ENCARGOS e demais acessórios, poderá ser cedido a terceiros, sejam ou



*Handwritten signature*

não instituições financeiras, conforme artigo 287 do Código Civil brasileiro e atos normativos do Banco Central do Brasil.

- 13.3. Na forma da legislação vigente, a cessão do crédito do EMISSOR a terceiros poderá ser realizada por meio de endosso em Cédula de Crédito Bancário, representativa do valor do respectivo crédito.
- 13.4. A cessão do crédito do EMISSOR a terceiros e a eventual representação do crédito por Cédula de Crédito Bancário, não implicarão em qualquer modificação da obrigação originalmente contratada pelo ASSOCIADO.
- 13.5. Serão nulos de pleno direito, e não gerarão efeitos, quaisquer atos praticados pelo EMISSOR e/ou pela ADMINISTRADORA, em nome do ASSOCIADO, que impliquem na realização de negócios diversos dos previstos nas NORMAS GERAIS, assunção de obrigações, encargos ou compromissos diferentes do financiamento originalmente contratado pelo ASSOCIADO com o EMISSOR.
- 13.6. Ainda que haja cessão do crédito do EMISSOR, o ASSOCIADO permanece com o direito ao financiamento automático por meio de pagamento do valor igual ou superior ao mínimo, nas hipóteses previstas nestas NORMAS GERAIS. Nesse caso, caso esta opção de financiamento encontre-se disponível ao ASSOCIADO, o EMISSOR será integralmente responsável pelo pagamento ao cessionário do crédito do valor anteriormente financiado pelo ASSOCIADO, com os recursos do novo financiamento e de acordo com a necessidade.
- 13.7. Na hipótese de o EMISSOR, por qualquer motivo, tornar-se impedido de oferecer o financiamento ao ASSOCIADO, fica a ADMINISTRADORA autorizada, por mandato expresso e irrevogável, na forma do artigo 684 do Código Civil brasileiro, a buscar recursos em outras instituições financeiras no mercado para financiar o débito do ASSOCIADO, fixando os ENCARGOS de acordo com as taxas que consiga obter. Nessa hipótese, a instituição financeira que emprestar os recursos exercerá todos os direitos e obrigações do EMISSOR previstos nestas NORMAS GERAIS.



#### **CLÁUSULA 14 - DISPOSIÇÕES GERAIS**

14. A tolerância ou transigência no cumprimento das obrigações previstas nestas NORMAS GERAIS serão consideradas atos de mera liberalidade, renunciando as partes invocá-las em seu benefício, não constituindo renúncia ou modificação do pactuado, que permanecerá válido integralmente para todos os fins de direito.
- 14.1. Os regulamentos relativos a eventuais campanhas promocionais, programas de incentivo e outros programas que propiciem benefícios adicionais ao ASSOCIADO serão divulgados separadamente, sendo que, por mera liberalidade, alguns serviços poderão ser oferecidos gratuitamente a título promocional e por prazo determinado.
- 14.2. O ASSOCIADO se obriga a manter o EMISSOR informado sobre alterações de endereço e demais dados cadastrais, independentemente de solicitação que venha o EMISSOR lhe fazer quando assim o desejar.
- 14.3. A ADMINISTRADORA manterá serviço de atendimento na CENTRAL DE ATENDIMENTO ao ASSOCIADO para consulta de saldos, tarifas, alteração de dados cadastrais, comunicação de apropriação indevida por terceiros e demais informações necessárias. Os telefones da CENTRAL DE ATENDIMENTO e outros meios de contato com a ADMINISTRADORA serão divulgados por intermédio dos meios de comunicação do SISTEMA como, exemplificativamente, mas sem exclusão de outros, DEMONSTRATIVO DE PAGAMENTO, correspondência e sistemas computadorizados. Independente dos telefones, todas as informações relacionadas ao CARTÃO DE CRÉDITO estarão igualmente disponibilizadas na

Internet, inclusive os valores dos ENCARGOS, o LIMITE DE CRÉDITO DE CARTÃO DE CRÉDITO do ASSOCIADO, e a versão vigente destas NORMAS GERAIS.

- 14.4. O EMISSOR poderá comunicar ao Banco Central do Brasil, ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras e/ou a quaisquer outros Órgãos que a legislação dispuser, a respeito das transações que possam estar configuradas na Lei 9.613/98 e demais disposições legais pertinentes à matéria.
- 14.5. Fica o ASSOCIADO ciente que, se e quando for o caso, o EMISSOR fará cumprir a regulamentação do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central do Brasil relativa ao Sistema Central de Risco de Crédito, administrado pelo último.
- 14.6. O ASSOCIADO, ao aderir a estas NORMAS GERAIS, passa a fazer parte integrante da base de clientes de todo o conglomerado a qual pertence o EMISSOR e/ou a ADMINISTRADORA, autorizando assim, o oferecimento de produtos e/ou serviços, desde que tal oferta não lhe ocasione qualquer custo.
- 14.7. O ASSOCIADO poderá, a qualquer tempo, cancelar a autorização constante desta Cláusula 14, mediante contato com a CENTRAL DE ATENDIMENTO.
- 14.8. Ao aderir a essas NORMAS GERAIS, o ASSOCIADO autoriza o EMISSOR a trocar informações com outras instituições financeiras, inclusive em razão da cessão de crédito devido pelo EMISSOR para fins cadastrais, inclusive por intermédio de centrais de risco do Banco Central do Brasil e a realização de consultas, através da ADMINISTRADORA, junto aos órgãos de proteção ao crédito como o SERASA - Centralizadora de Serviços dos Bancos S/A, Serviço de Segurança ao Crédito e Informações - SCI, etc.
- 14.9. Fica eleito o Foro da Comarca de São Paulo para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas destas NORMAS GERAIS, podendo, a critério da ADMINISTRADORA e/ou do EMISSOR, optar pelo foro do domicílio do ASSOCIADO.

Este contrato está registrado sob o nº 3166569, no 1º Oficial de Registro de Títulos e Documentos da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. O modelo de Cédula de Crédito Bancário está registrado sob o nº 3165179 no Cartório de Registro de Títulos e Documentos da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.



ARQUIVADA COM O REGISTRO  
RIO DE JANEIRO - CAPITAL - RJ

26 OUT 2006 936802

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS  
2º OFÍCIO

Este Anexo é parte integrante do Regulamento do Ourinvest Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Financeiros  
- SupplierCard, datado de 22 de outubro de 2009.

#### **ANEXO IV**

#### **CONTRATO DE CARTÃO DE CRÉDITO**

RECEBIMOS DE VOS VOUCHERS E DOCUMENTOS  
DO OFÍCIO  
26 OUT 2009 936802  
ARREVIADA TOTAL - CAPITAL  
RIO DE JANEIRO - CAPITAL - RJ

*Wen*

26 OUT 93 936802

ARQUIVADA COPIA EM MICROFILME

**CONTRATO PARA EMISSÃO DE CARTÕES DE CRÉDITO  
SISTEMA SUPPLIERCARD**

**BANCO OURINVEST S/A**, instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Paulista, nº 1728, sobreloja, 1º, 2º, 10º e 11º andares, inscrito no CNPJ sob o nº 78.632.767/0001-20, neste ato representado na forma do seu Estatuto Social, doravante denominado "EMISSION";

**SUPPLIERCARD ADMINISTRADORA DE CARTÕES DE CRÉDITO S/A**, sociedade anônima com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Paulista, nº 1728, 13º andar, inscrita no CNPJ sob o nº 06.951.711/0001-28, neste ato representada na forma do seu Estatuto Social, doravante denominada "ADMINISTRADORA"; e

[•], [QUALIFICAÇÃO], doravante denominado "ESTABELECIMENTO";

Considerando que o EMISSION pretende incentivar a associação de pessoas jurídicas ao SISTEMA da ADMINISTRADORA;

Considerando que a ADMINISTRADORA, proprietária do SISTEMA, pretende desenvolver e incentivar o relacionamento entre o EMISSION, o ESTABELECIMENTO e o ASSOCIADO;

Considerando que o ESTABELECIMENTO pretende, por intermédio do SISTEMA, conceder facilidades para os seus clientes na aquisição de bens e serviços; e

Considerando que o ESTABELECIMENTO mantém relação direta com as pessoas jurídicas adquirentes dos bens e serviços que comercializa, as quais serão o mercado alvo do EMISSION para a utilização do CARTÃO DE CRÉDITO;

resolvem, de pleno e comum acordo, celebrar o presente "CONTRATO PARA EMISSÃO DE CARTÕES DE CRÉDITO SISTEMA SUPPLIERCARD", que será regulado pelos seguintes termos e condições:

**1. DEFINIÇÕES**

**ADMINISTRADORA** - possui a definição indicada no preâmbulo.

**ASSOCIADO** - é a pessoa física ou jurídica aceita pelo EMISSION ou, por delegação do EMISSION, pela ADMINISTRADORA, de acordo com as Cláusulas 2.1 e 5.1 (b) deste CONTRATO, cuja qualificação e registro se encontram em seu banco de dados, apta a possuir o CARTÃO DE CRÉDITO, nos termos da política de concessão de crédito do EMISSION.

**BANCO DE DADOS CADASTRAIS** - possui a definição indicada na Cláusula 17.6 deste CONTRATO.

**BANCO DE DADOS DE PERFIS** - possui a definição indicada na Cláusula 17.6 deste CONTRATO.





**CARTÃO DE CRÉDITO** - é o cartão de crédito "SupplierCard" emitido pelo EMISSOR, com o nome do ASSOCIADO, e administrado pela ADMINISTRADORA, por meio do qual o ASSOCIADO, observados os termos e condições das NORMAS GERAIS, realiza as TRANSAÇÕES, nos termos da Cláusula 3.1.

**COMPROVANTE DE VENDA** - é a nota fiscal de venda correspondente à transação comercial realizada pelo ASSOCIADO mediante o uso do CARTÃO DE CRÉDITO e o documento comprobatório da aceitação pelo ASSOCIADO, conforme o caso.

**CONTRATO** - significa o presente "Contrato para Emissão de Cartões de Crédito Sistema SupplierCard", assim como seus anexos e demais aditivos.

**CRÉDITO COM INTERVENIÊNCIA** - possui a definição indicada na Cláusula 11.1.1 deste CONTRATO.

**DEMONSTRATIVO DE PAGAMENTO** - é o documento representativo da prestação de contas do SISTEMA ao ASSOCIADO, emitido e remetido pela ADMINISTRADORA a cada ASSOCIADO, no endereço por ele indicado, no qual são discriminados os débitos e créditos relativos às TRANSAÇÕES efetuadas pelo ASSOCIADO, por meio da utilização do CARTÃO DE CRÉDITO, assim como pagamento, estornos, ajustes, taxas, tarifas, ENCARGOS, valores de multa, juros moratórios, saldo anterior e atual, valor do pagamento mínimo, caso aplicável, data de vencimento e avisos em geral, o qual é (i) o meio de comunicação entre, de um lado, a ADMINISTRADORA e o EMISSOR e, de outro lado, o ASSOCIADO, e, em conjunto com a ficha de compensação bancária, (ii) o principal meio de pagamento para o ASSOCIADO, observado os termos e condições da Cláusula 5.1.1 abaixo.

**EMISSOR** - tem a definição indicada no preâmbulo.

**ENCARGOS** - é o somatório da taxa de juros, impostos, taxas, contribuições e demais tributos incidentes; bem como outras despesas, indicadas no DEMONSTRATIVO DE PAGAMENTO, decorrentes de TRANSAÇÕES efetuadas pelo ASSOCIADO por meio da utilização do CARTÃO. Os ENCARGOS especiais e máximos incidirão, conforme o caso, sempre que o ASSOCIADO (i) contratar SAQUE, OPERAÇÃO PARCELADO-EMISSOR, efetuar o pagamento parcial do DEMONSTRATIVO DE PAGAMENTO, na respectiva data de vencimento, e/ou deixar de pagá-lo na data de vencimento, inclusive na hipótese de contratação da TRANSAÇÃO referida na Cláusula 4.5 (a) das NORMAS GERAIS.

**ESTABELECIMENTO** - fornecedor de bens e serviços, parte deste CONTRATO, conforme indicado no preâmbulo, com o qual o ASSOCIADO poderá realizar TRANSAÇÕES e cujos dados cadastrais estão indicados no Anexo I a este CONTRATO.

**FRANQUIA** - tarifa que será deduzida do ESTABELECIMENTO, pela ADMINISTRADORA, e que corresponde ao percentual do valor que for considerado como perdas de crédito, nos termos e prazos acordados entre as Partes no Anexo II a este CONTRATO.

**IGP-M/FGV** - Índice Geral de Preços do Mercado, conforme calculado e divulgado pela Fundação Getúlio Vargas.

**LIMITE DE CARTÃO DE CRÉDITO** - limite máximo de crédito concedido para uso profissional, pessoal e intransferível do ASSOCIADO, unicamente para utilização do





CARTÃO DE CRÉDITO em TRANSAÇÕES e/ou OPERAÇÕES DE CRÉDITO com o ESTABELECIMENTO ou com o EMISSOR, conforme o caso. Este limite não poderá ser excedido, exceto quando e se houver prévia autorização do EMISSOR ADMINISTRADORA a seus exclusivos critérios.

**NORMAS GERAIS** - "Normas Gerais para a Concessão de Limite de Cartão de Crédito", as quais regulam as condições para a prestação dos serviços de administração do CARTÃO DE CRÉDITO, as condições para (i) a contratação de TRANSAÇÕES pelo ASSOCIADO, (ii) a utilização do LIMITE DE CARTÃO DE CRÉDITO, e (iii) o relacionamento entre o EMISSOR, a ADMINISTRADORA e o ASSOCIADO, cujos termos o ESTABELECIMENTO declara conhecer e aceitar.

**OPERAÇÃO DE CRÉDITO** - é a contratação, pelo ASSOCIADO, de OPERAÇÃO PARCELADO-EMISSION, SAQUE e/ou, caso esta modalidade de OPERAÇÃO DE CRÉDITO encontre-se disponível para o ASSOCIADO, de financiamento automático do saldo remanescente, nos termos da Cláusula 8 das NORMAS GERAIS.

**OPERAÇÃO PARCELADO-EMISSION** - possui a definição indicada na Cláusula 7.5 (b) deste CONTRATO.

**OPERAÇÃO PARCELADO-ESTABELECIMENTO** - possui a definição indicada na Cláusula 7.5 (a) deste CONTRATO.

**OUTROS PRODUTOS E SERVIÇOS FINANCEIROS** - são produtos e serviços financeiros, que, se disponíveis, podem ser adquiridos pelo ASSOCIADO, utilizando-se, para tanto, do LIMITE DE CARTÃO DE CRÉDITO, e os quais incluem, mas não se limitam a, seguros, títulos de capitalização, produtos de assistência, empréstimos parcelados, etc., excetuados os casos de OPERAÇÕES DE CRÉDITO.

**PARTES** - o EMISSOR, a ADMINISTRADORA e/ou o ESTABELECIMENTO, em conjunto ou em separado.

**REPRESENTANTES** - pessoas físicas com poderes legais para representar o ASSOCIADO em funções que incluem, mas não se limitam, a efetuar TRANSAÇÕES, e tudo mais permitido formalmente pela ADMINISTRADORA, nos termos das NORMAS GERAIS.

**SAQUE** - refere-se ao empréstimo de quantias em dinheiro, concedido pelo EMISSOR ao ASSOCIADO através de telefone ou da Internet, se disponível, mediante uso do LIMITE DE CARTÃO DE CRÉDITO. O valor de cada empréstimo estará sujeito às normas do Banco Central do Brasil e aos procedimentos e tarifas do EMISSOR. Em cada empréstimo será cobrada uma tarifa e, sobre o valor do empréstimo, incidirão ENCARGOS, que serão computados desde a data de concessão do empréstimo até o seu efetivo pagamento, observados os termos e condições definidos nas NORMAS GERAIS.

**SISTEMA** - são os procedimentos e a tecnologia operacional, de propriedade da ADMINISTRADORA, necessários à prestação do serviço de administração do CARTÃO, com o objetivo de viabilizar a realização de TRANSAÇÕES.

**SISTEMA SUPPLIERCARD DE FINANCIAMENTO DE CARTÕES** - complexo de operações de financiamento e de cessões de crédito a terceiros, com o objetivo de prover os recursos necessários para, conforme o caso, financiar as TRANSAÇÕES decorrentes do uso do CARTÃO DE CRÉDITO pelos ASSOCIADOS.



**TAXA DE CANCELAMENTO** - é a taxa utilizada para atualizar os valores a serem reembolsados a qualquer das Partes, nos termos deste Contrato, conforme indicada no Anexo II.

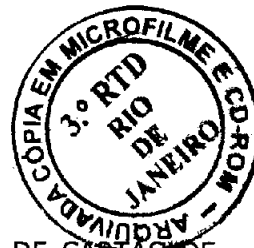
**TRANSAÇÕES** - todas e quaisquer aquisições de bens e/ou serviços realizadas pelo ASSOCIADO no ESTABELECIMENTO, por meio da utilização do CARTÃO DE CRÉDITO, com ou sem a cobrança de ENCARGOS, inclusive OPERAÇÕES DE CRÉDITO.

## **2. MERCADO ALVO**

- 2.1. O mercado alvo do CARTÃO DE CRÉDITO, objeto deste CONTRATO, são os ASSOCIADOS, pessoas físicas e jurídicas, clientes do ESTABELECIMENTO, que tenham sido aprovadas pelo EMISSOR ou, por delegação do EMISSOR, pela ADMINISTRADORA, segundo critérios de aceitação e risco estabelecidos pelo EMISSOR.

## **3. CARACTERÍSTICAS DO CARTÃO DE CRÉDITO E DO LIMITE DE CARTÃO DE CRÉDITO**

- 3.1. O CARTÃO DE CRÉDITO atribuído ao ASSOCIADO pode ser representado pela emissão física de um cartão plástico e deve permitir, com base no respectivo LIMITE DE CARTÃO DE CRÉDITO, a realização de TRANSAÇÕES, conforme vier a ser definido pelo EMISSOR e/ou ADMINISTRADORA de acordo com a política de concessão de crédito do EMISSOR, observado, ainda, as demais Cláusulas deste Capítulo e das NORMAS GERAIS.
- 3.2. O EMISSOR, por meio do SISTEMA, concederá em favor do ASSOCIADO um LIMITE DE CARTÃO DE CRÉDITO para a realização de TRANSAÇÕES e/ou OPERAÇÕES DE CRÉDITO decorrentes da utilização do CARTÃO DE CRÉDITO, que poderá ser utilizado pelo ASSOCIADO, sempre observadas as opções disponíveis no SISTEMA. O LIMITE DE CARTÃO DE CRÉDITO será concedido segundo critérios próprios de análise e corresponderá ao valor máximo que poderá ser utilizado pelo ASSOCIADO em TRANSAÇÕES e OPERAÇÕES DE CRÉDITO com o CARTÃO DE CRÉDITO.
- 3.3. O EMISSOR e/ou a ADMINISTRADORA poderão, a seus exclusivos critérios, reduzir ou aumentar o LIMITE DE CARTÃO DE CRÉDITO, mediante comunicação ao ASSOCIADO, através dos meios de comunicação descritos nas NORMAS GERAIS. O uso do CARTÃO DE CRÉDITO, após a comunicação feita ao ASSOCIADO sobre a alteração do LIMITE DE CARTÃO DE CRÉDITO, nos termos das NORMAS GERAIS, implicará na expressa concordância do ASSOCIADO ao novo LIMITE DE CARTÃO DE CRÉDITO.
- 3.4. Os valores das TRANSAÇÕES realizadas pelo ASSOCIADO comprometem proporcionalmente o seu LIMITE DE CARTÃO DE CRÉDITO, que será restabelecido, após a verificação do pagamento efetuado, na forma indicada nas NORMAS GERAIS. Caso o pagamento não seja feito de forma integral, o restabelecimento do LIMITE DE CARTÃO DE CRÉDITO também será, a critério do EMISSOR, proporcional.



- 3.5. Nas compras efetuadas mediante pagamento parcelado, o LIMITE DE CARTÃO DE CRÉDITO ficará comprometido em relação ao valor total da TRANSAÇÃO, havendo o descomprometimento proporcional, na medida em que cada parcela for liquidada.
- 3.6. Tanto as OPERAÇÕES PARCELADO-ESTABELECIMENTO quanto as OPERAÇÕES PARCELADO-EMISSION comprometirão o LIMITE DE CARTÃO DE CRÉDITO nos termos acima especificados.

#### **4. RESPONSABILIDADES DO EMISSOR**

4.1. É responsabilidade do EMISSOR:

- a) realizar as avaliações cadastrais e creditícias para aprovação e aceitação das pessoas jurídicas como ASSOCIADOS, podendo solicitar ao ESTABELECIMENTO ou aos potenciais ASSOCIADOS diretamente, sempre em nome do ESTABELECIMENTO, qualquer informação que seja necessária à respectiva aprovação do LIMITE DE CARTÃO DE CRÉDITO;
- b) conceder o LIMITE DE CARTÃO DE CRÉDITO e efetuar a manutenção do relacionamento financeiro tanto com os ASSOCIADOS quanto com os ESTABELECIMENTOS, nos termos das NORMAS GERAIS;
- c) definir o valor dos ENCARGOS a serem cobrados em casos de contratação de uma OPERAÇÃO DE CRÉDITO e/ou atraso no pagamento, conforme indicado nas NORMAS GERAIS e nos respectivos DEMONSTRATIVOS DE PAGAMENTO; e
- d) estabelecer quaisquer vantagens e/ou serviços para os ASSOCIADOS.

#### **5. RESPONSABILIDADES DA ADMINISTRADORA**

5.1. São responsabilidades da ADMINISTRADORA:

- a) implementar o SISTEMA nos ESTABELECIMENTOS;
- b) com base na política de crédito adotada pelo EMISSOR, e, nos termos do contrato específico com ele formalizado, promover e realizar as avaliações cadastrais e creditícias dos ESTABELECIMENTOS e dos ASSOCIADOS com vistas à aprovação e aceitação, se for o caso, das pessoas jurídicas como ASSOCIADOS, podendo solicitar do ESTABELECIMENTO ou dos potenciais ASSOCIADOS diretamente, sempre em nome do ESTABELECIMENTO, toda e qualquer informação necessária à avaliação antes referida;
- c) efetuar a manutenção do relacionamento comercial e administrativo com os ESTABELECIMENTOS e com os ASSOCIADOS;
- d) definir os custos de manutenção de conta e das eventuais tarifas decorrentes da utilização do CARTÃO DE CRÉDITO;
- e) fornecer o treinamento necessário aos funcionários do ESTABELECIMENTO designados para a gerência do negócio; e

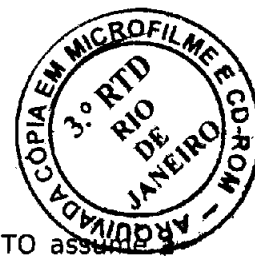


- f) informar o ESTABELECIMENTO sobre as condições e serviços constantes deste CONTRATO, inclusive quanto aos ENCARGOS em vigor, disponibilizados por intermédio de um sistema de atendimento telefônico, ou outros meios de comunicação que a ADMINISTRADORA venha a definir.

## **6. RESPONSABILIDADES DO ESTABELECIMENTO**

### **6.1. É responsabilidade do ESTABELECIMENTO:**

- a) aceitar o SISTEMA para aquisições de bens e/ou serviços por ele comercializados;
- b) disponibilizar as informações de seus clientes, respectivamente, com vistas ao cumprimento pelo EMISSOR e pela ADMINISTRADORA do previsto nas Cláusulas 4.1 e 5.1, respectivamente, e, se for o caso, para a concessão do LIMITE DE CARTÃO DE CRÉDITO;
- c) verificar a veracidade das informações cadastrais passadas, bem como pela existência de poderes para os REPRESENTANTES efetuarem TRANSAÇÕES, à exceção de SAQUES;
- d) participar do processo de divulgação e captação de novos ASSOCIADOS durante a vigência deste CONTRATO;
- e) fornecer o espaço e a tecnologia necessários para a operação do SISTEMA;
- f) oferecer aos seus clientes a opção de pagamento das TRANSAÇÕES via CARTÃO DE CRÉDITO, de acordo com as condições e ENCARGOS estabelecidos neste CONTRATO e nas NORMAS GERAIS;
- g) estabelecer contato imediato com o EMISSOR, sempre que identificar ou suspeitar de irregularidade no uso do CARTÃO DE CRÉDITO;
- h) guardar todo e qualquer documento decorrente das TRANSAÇÕES, durante o prazo de 5 (cinco) anos fiscais contados de sua respectiva elaboração, incluindo, mas não se limitando a, nota fiscal de venda, devendo apresentar esses documentos em caso de solicitação pelo EMISSOR, em até, no máximo, 48 (quarenta e oito) horas;
- i) não realizar nenhuma nova transação comercial com o ASSOCIADO que apresentar saldo em atraso com o EMISSOR, por quaisquer meios de pagamento, com recursos próprios ou de terceiros;
- j) manter cadastro físico do ASSOCIADO, contendo, no mínimo, (i) a última alteração contratual consolidada, e (ii) o cartão de CNPJ;
- k) receber e manter o termo de adesão às NORMAS GERAIS devidamente assinado; e
- l) ressarcir à ADMINISTRADORA os valores relativos à FRANQUIA, conforme percentual, prazo e correção dos valores definidos no Anexo II a este CONTRATO. Esse ressarcimento terá apuração com base mensal.

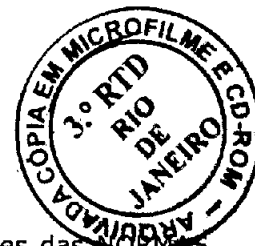


- 6.2. Mesmo na hipótese de término deste CONTRATO, o ESTABELECIMENTO assume a condição de fiel depositário, nos termos da Cláusula 6.1 (h) e do artigo 627 do Código Civil brasileiro, para guardar, como se seus fossem, os documentos cadastrais, os contratos, as garantias e outros eventuais documentos decorrentes das TRANSAÇÕES, assim como aqueles que compõem o dossiê dos ASSOCIADOS, devendo mantê-los na **[ENDEREÇO]**, função essa que aceita exercer de forma não onerosa, sob pena de incorrer nas sanções previstas na legislação em vigor aplicável à espécie.
- 6.3. Ficam o EMISSOR, a ADMINISTRADORA ou seus agentes autorizados pelo ESTABELECIMENTO a efetuar diligências periódicas nos documentos guardados, observado o prazo indicado na Cláusula 6.1 (h).
- 6.4. Caso o EMISSOR e/ou a ADMINISTRADORA necessitem de quaisquer desses documentos originais, o ESTABELECIMENTO será responsável pelo seu fornecimento no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas da solicitação feita, sob pena de responder pelos prejuízos que assim forem causados ao EMISSOR e/ou à ADMINISTRADORA.
- 6.5. O descumprimento do subitem (i), da Cláusula 6.1, implicará em multa indenizatória no valor de 20% (vinte por cento) o valor da TRANSAÇÃO.

## **7. UTILIZAÇÃO DO CARTÃO DE CRÉDITO**

- 7.1. O CARTÃO DE CRÉDITO será de uso para a captura, pela ADMINISTRADORA, de TRANSAÇÕES.
- 7.1.1. Cada TRANSAÇÃO deverá ter, obrigatoriamente, a conferência de poderes do REPRESENTANTE para utilizar o CARTÃO DE CRÉDITO, conferência essa que é de inteira responsabilidade do ESTABELECIMENTO, nos termos da Cláusula 6, à exceção de SAQUES.
- 7.2. Excepcionalmente, no caso de o sistema descrito na Cláusula 7.1 tornar-se inoperante, e mediante prévia e expressa autorização da ADMINISTRADORA, o ESTABELECIMENTO poderá utilizar-se do sistema de autorização via telefone.
- 7.3. É expressamente proibida a utilização do CARTÃO DE CRÉDITO pelo próprio ESTABELECIMENTO, para uso no ESTABELECIMENTO, com finalidade de produzir ou financiar capital de giro ou ainda para pagamento de aquisição de bens para o ESTABELECIMENTO, sendo que tal atitude será considerada infração contratual grave, sujeitando o ESTABELECIMENTO ao pagamento de multa contratual equivalente a 20% (vinte por cento) do valor da respectiva TRANSAÇÃO, sem prejuízo da possibilidade de rescisão contratual e da responsabilidade integral do ESTABELECIMENTO para com o respectivo débito efetuado. Adicionalmente, a multa dobrará para cada caso de reincidência ocorrido em um período de 1 (um) ano.
- 7.4. Equivale ao procedimento acima, a efetivação de TRANSAÇÕES que não correspondam ao efetivo fornecimento de bens e/ou serviços pelo ESTABELECIMENTO, salvo contratação expressa e por escrito em que haja a anuência da ADMINISTRADORA e do EMISSOR.

*[Assinatura]*  
7



- 7.5. Uma vez permitido pela legislação em vigor e nos termos e condições das NORMAS GERAIS, o CARTÃO DE CRÉDITO poderá ser utilizado pelo ASSOCIADO, desde que as respectivas modalidades de TRANSAÇÕES sejam previamente colocadas à sua disposição, para a contratação de SAQUES, financiamento automático do saldo remanescente, e/ou, ainda, para a realização de TRANSAÇÕES conforme as opções a seguir indicadas:
- a) "OPERAÇÃO PARCELADO - ESTABELECIMENTO" - entendendo-se essa opção como a concessão, feita diretamente pelo ESTABELECIMENTO, da facilidade de parcelamento, em 1 (uma) ou mais parcelas, das compras ali realizadas, desde que tal opção encontre-se disponível ao ASSOCIADO no SISTEMA, e sobre as quais não incidirão juros remuneratórios, salvo na hipótese de inadimplência, quando se aplicará o disposto na Cláusula 9 das NORMAS GERAIS; e
  - b) "OPERAÇÃO PARCELADO - EMISSOR" - entendendo-se essa opção como a concessão, feita diretamente pelo EMISSOR, da facilidade de parcelamento, em 1 (uma) ou mais parcelas, mediante autorização prévia deste, na forma e condições admitidas pelo SISTEMA, hipótese em que ocorrerá a imediata contratação de uma operação de financiamento, sobre a qual incidirão ENCARGOS, informados no momento da contratação.
- 7.6. Na hipótese de desistência da TRANSAÇÃO entre o ASSOCIADO e o ESTABELECIMENTO, a referida TRANSAÇÃO somente poderá ser estornada mediante autorização expressa do ESTABELECIMENTO.

## **8. CAPTURE DE TRANSAÇÕES**

- 8.1. O ESTABELECIMENTO poderá optar pelo sistema de "assinatura em arquivo", o qual se caracteriza por um sistema que permite ao ASSOCIADO realizar TRANSAÇÕES por telefone e outros meios eletrônicos, sem a assinatura física no respectivo comprovante da TRANSAÇÃO, por meio do qual o ASSOCIADO se obriga a pagar as despesas realizadas por intermédio do SISTEMA, inclusive ENCARGOS, conforme discriminados no respectivo DEMONSTRATIVO DE PAGAMENTO.
- 8.2. Para a realização de TRANSAÇÕES através de sistema "assinatura em arquivo", o ESTABELECIMENTO deverá obedecer às seguintes regras:
- a) obter a prévia e expressa autorização da ADMINISTRADORA para a realização de TRANSAÇÕES mediante a utilização do SISTEMA;
  - b) digitar corretamente os dados das TRANSAÇÕES que forem efetivadas mediante a utilização do SISTEMA; e
  - c) comprovar a formalização da TRANSAÇÃO, toda vez que lhe for solicitado pela ADMINISTRADORA.
- 8.3. Em caso de reclamação pelo ASSOCIADO quanto à veracidade de qualquer TRANSAÇÃO, realizada mediante a utilização de quaisquer dos sistemas acima, envolvendo bens ou serviços fornecidos pelo ESTABELECIMENTO, o EMISSOR deixará de repassar o respectivo valor ao ESTABELECIMENTO ou, caso já o tenha feito, debitará tal quantia dos valores futuros que lhe forem devidos, atualizada pela



TAXA DE CANCELAMENTO, até que seja comprovada pelo ESTABELECIMENTO a veracidade da realização da TRANSAÇÃO contestada, caso em que retornará a respectiva quantia ao ESTABELECIMENTO, devidamente atualizada pela TAXA de CANCELAMENTO.

- 8.4. Em caso de constatação de participação do ESTABELECIMENTO, por ato praticado por seus funcionários e/ou representantes legais, em fraudes na utilização do CARTÃO DE CRÉDITO, o EMISSOR deixará de repassar o respectivo valor ao ESTABELECIMENTO ou, caso já o tenha feito, debitará tal quantia dos valores futuros que lhe forem devidos, acrescida dos encargos e multa previstos neste CONTRATO, sem prejuízo das demais sanções previstas em Lei.

## **9. CUSTOS**

- 9.1. São custos exclusivos do ESTABELECIMENTO:

- a) os que decorrerem de implantação de programa de bonificação aos ASSOCIADOS, solicitada pelo ESTABELECIMENTO;
- b) aqueles relativos à instalação de equipamentos necessários à captura das TRANSAÇÕES;
- c) os decorrentes da realização de campanhas de marketing que visem o incremento das vendas de bens e/ou serviços do ESTABELECIMENTO tendo o CARTÃO DE CRÉDITO como meio de pagamento; e
- d) quaisquer custos decorrentes de customizações do processo padrão da ADMINISTRADORA.

- 9.2. Ressalvado o previsto na Cláusula 9.1, eventuais custos sujeitos a reembolso deverão ser pagos pelo devedor no prazo máximo de 10 (dez) dias da sua apresentação pelo credor.

## **10. RECEITAS E REMUNERAÇÃO**

- 10.1. Caberá ao ESTABELECIMENTO os valores decorrentes exclusivamente das vendas de seus produtos e/ou serviços realizadas nas dependências do ESTABELECIMENTO por meio da utilização do CARTÃO DE CRÉDITO.
- 10.2. Para os efeitos deste CONTRATO, entende-se por taxa de administração o percentual cobrado pela ADMINISTRADORA do ESTABELECIMENTO em decorrência da disponibilização do SISTEMA, percentual esse que será aplicado sobre o valor de cada compra de bens e/ou serviços pelos ASSOCIADOS nas dependências do ESTABELECIMENTO, por meio da utilização do CARTÃO DE CRÉDITO.
- 10.3. O EMISSOR poderá atuar como recolhedor e repassador das tarifas que existirem oriundas do presente CONTRATO, devidas pelo ESTABELECIMENTO à ADMINISTRADORA.
- 10.4. Fica facultado ao EMISSOR e/ou ADMINISTRADORA propor a alteração das condições contidas no Anexo II a este CONTRATO, incluindo taxas, tarifas,



comissões, etc., mediante elaboração de um novo Anexo a ser assinado pelas Partes, que substituirá o antigo em sua totalidade.

- 10.5. O ESTABELECIMENTO desde já autoriza a compensação dos créditos relativos aos repasses devidos ao ESTABELECIMENTO pelo EMISSOR, decorrentes das transações comerciais de compra e venda de bens e/ou serviços efetuadas pelos ASSOCIADOS por meio da utilização do CARTÃO DE CRÉDITO em suas dependências, com valores de qualquer natureza devidos pelo ESTABELECIMENTO ao EMISSOR e/ou à ADMINISTRADORA, sendo certo que cumpre ao EMISSOR notificar o ESTABELECIMENTO, por escrito, quando da ocorrência da compensação prevista nesta Cláusula, no prazo de até 10 (dez) dias a contar da data da sua realização.
- 10.5.1. Caso o EMISSOR tenha repassado ao ESTABELECIMENTO valores que, por força de disposição contida neste CONTRATO, não deveriam ter sido repassados, o ESTABELECIMENTO se obriga a restituir ao EMISSOR os valores repassados indevidamente, mediante dedução de valores futuros que eventualmente forem devidos pelo EMISSOR ao ESTABELECIMENTO. Em caso de inexistência de valores futuros para compensação, a restituição ocorrerá mediante crédito em conta a ser indicada pelo EMISSOR no momento oportuno, em até 10 (dez) dias após a notificação respectiva, incidindo após esse prazo atualização pela TAXA de CANCELAMENTO.
- 10.6. No prazo máximo de 90 (noventa) dias contados da liberação do(s) crédito(s), o ESTABELECIMENTO deverá conferir os pagamentos recebidos do EMISSOR com as vendas efetuadas em suas dependências que tiveram a utilização do CARTÃO DE CRÉDITO como meio de pagamento, sob pena de perda do direito de reclamar pelo não recebimento de eventuais valores que deixaram de ser repassados pelo EMISSOR.
- 10.7. Os valores devidos pelo EMISSOR ao ESTABELECIMENTO em decorrência do presente CONTRATO serão depositados a favor do ESTABELECIMENTO na data e nos termos acordados no Anexo II a este CONTRATO, sendo certo que poderá o ESTABELECIMENTO solicitar o pagamento antecipado de tais valores, o que será tratado caso a caso entre as Partes, inclusive quanto às condições financeiras provenientes de cada pagamento antecipado, o qual será realizado na forma de "desconto bancário".
- 10.8. O negócio a ser implantado prevê, basicamente, receitas com encargos financeiros decorrentes da disponibilização dos recursos para as TRANSAÇÕES, que pertencem ao EMISSOR, e de taxas e comissões ou tarifas diversas, que pertencem à ADMINISTRADORA.
- 10.9. Qualquer outro serviço efetuado pelo EMISSOR e/ou ADMINISTRADORA, aqui não relacionado, se solicitado pelo ESTABELECIMENTO, será objeto de negociação independente entre as Partes.
- 10.10. Todos os valores de preços e tarifas decorrentes do presente CONTRATO, que não correspondam a percentuais e estejam fixados em "reais", serão reajustados na menor periodicidade permitida em lei, de acordo com os índices de variação do IGP-M/FGV do período. Aqueles fixados por tabela terão a periodicidade calculada pelo prazo de validade da tabela.





## **11. INTERVENIÊNCIA**

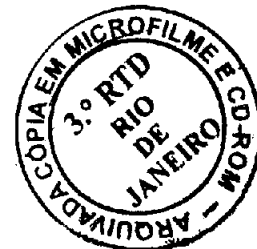
- 11.1 Sem prejuízo de outras responsabilidades e obrigações contraídas pelo presente CONTRATO, e adicionalmente a elas, o ESTABELECIMENTO, por meio da assinatura deste CONTRATO, obriga-se como devedor solidário e principal pagador, nos termos do artigo 265 do Código Civil brasileiro, pela liquidação integral de toda e qualquer obrigação originada como CRÉDITO COM INTERVENIÊNCIA e assumida pelo ASSOCIADO em razão da utilização do CARTÃO DE CRÉDITO, devendo a liquidação se dar no prazo previsto no Anexo II do presente, independente de aviso ou notificação, ainda que por compensação de valores devidos pelo EMISSOR ao ESTABELECIMENTO, renunciando assim ao benefício de ordem.
- 11.1.1. Qualifica-se como crédito com interveniência toda e qualquer transação que tenha sido implantada no CARTÃO DE CRÉDITO sem limite disponível para compra, mas que, por autorização do ESTABELECIMENTO no SISTEMA, tenha sido implantada na modalidade em questão. O ESTABELECIMENTO passa assim a ser devedor solidário e principal pagador de tais créditos ("CRÉDITO COM INTERVENIÊNCIA").
- 11.2 Seguindo a regulamentação do Banco Central do Brasil, o ESTABELECIMENTO se compromete a enviar prontamente para o EMISSOR seu cadastro completo assim como outras informações financeiras relevantes que se fizerem necessárias, a critério do EMISSOR.

## **12. SIGILO E CONFIDENCIALIDADE**

- 12.1. As Partes, mesmo após o término deste CONTRATO, manterão sigilo sobre as informações da outra Parte a que tenham acesso em virtude deste CONTRATO, incluindo, mas não se limitando, a informações de cadastro de clientes e bancos de dados, que poderão, no entanto, ser utilizados para oferta de produtos e serviços financeiros. As avenças contidas nesta Cláusula não impedem a cessão a terceiros, pelo EMISSOR, dos créditos por este detidos, nos termos da Cláusula 13 das NORMAS GERAIS.
- 12.2. Não se inclui na obrigação de sigilo, as informações de domínio público, as exigidas por autoridade constituída e as autorizadas prévia e expressamente pelo ESTABELECIMENTO e/ou pelo EMISSOR, na qualidade de legítimo detentor da informação a ser divulgada.
- 12.3. Ao EMISSOR cumpre ainda respeitar todas as disposições contidas na Lei Complementar 105/01, no tocante ao sigilo bancário advindo das operações realizadas com os ASSOCIADOS, sem prejuízo do disposto nesta Cláusula.

## **13. EXCLUSIVIDADE**

- 13.1. O ESTABELECIMENTO, por si e pelas demais empresas ligadas, coligadas, controladoras ou controladas, compromete-se a não celebrar acordos, convênios, serviços ou contratos similares com outras empresas que, direta ou indiretamente, tenham por objetivo operação similar àquela descrita neste CONTRATO e nas NORMAS GERAIS, ou, ainda, a associação de outros cartões à sua marca, salvo sob prévia e expressa concordância do EMISSOR.

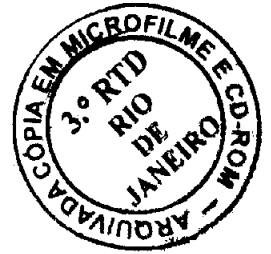


#### **14. MARCAS**

- 14.1. As Partes gratuitamente autorizam o uso do seu nome, marca, imagens e logomarcas para a divulgação do CARTÃO DE CRÉDITO, bem como autorizam sua utilização em campanhas de interesse comum, estejam elas reproduzidas em impressos, em materiais decorrentes deste CONTRATO ou, ainda, veiculadas por qualquer outro meio.
- 14.2. O direito de uso, ora conferido, em nenhuma hipótese implica transferência da propriedade de marca mesmo na hipótese de extinção ou de rescisão dos pactos ajustados.
- 14.3. Salvo com prévia, expressa e escrita autorização da proprietária, é vedado o uso isolado de marca, logomarca, nome e imagens do EMISSOR, da ADMINISTRADORA e do ESTABELECIMENTO.
- 14.4. Este CONTRATO, direta ou indiretamente, não confere poderes ou direitos a qualquer das Partes de promover o depósito ou registro, mesmo por cessão ou licença de uso, de nomes, marcas ou logomarcas por qualquer das Partes, sem a autorização prévia, expressa, escrita em documento próprio subscrito pelos representantes legais de sua legítima proprietária.
- 14.5. O custo de alterações de nomes, marcas ou logomarcas no CARTÃO DE CRÉDITO, bem como em impressos decorrentes deste CONTRATO serão suportados pela Parte solicitante, ou por ambas as Partes se advindo de norma legal.

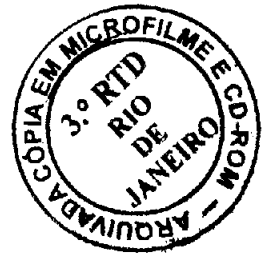
#### **15. PRAZO E RESCISÃO**

- 15.1. Este CONTRATO vigorará pelo prazo de 36 (trinta e seis) meses, contados da data de sua assinatura, sendo renovado automaticamente por prazo indeterminado.
- 15.2. Após os primeiros 18 (dezoito) meses da data da primeira TRANSAÇÃO efetuada no âmbito deste CONTRATO, este poderá ser rescindido a qualquer momento por qualquer das Partes, mediante comunicação escrita enviada à outra Parte, com antecedência mínima de 90 (noventa) dias.
- 15.3. Este CONTRATO estará rescindido de pleno direito e independentemente de notificação, interpelação judicial ou extrajudicial, sem prejuízo da Parte inocente pleitear perdas e danos, nas seguintes hipóteses:
  - a) o não cumprimento de obrigação contratual por qualquer das Partes;
  - b) o ESTABELECIMENTO encontrar-se em processo de recuperação judicial ou extrajudicial, ou tiver sua falência decretada;
  - c) as Partes, por si ou por qualquer de seus prepostos, vierem a praticar atos capazes de comprometer o bom conceito público do EMISSOR, da ADMINISTRADORA ou do ESTABELECIMENTO, conforme o caso; ou
  - d) nos casos previstos em lei.




- 15.4. Findo este CONTRATO, pelo decurso de seu prazo ou por antecipação, as Partes, sem que os acordos, fatos ou eventos abaixo mencionados ou a sua execução, direta ou indiretamente, impliquem novação ou prorrogação contratual, acordam que:
- a) as obrigações das Partes, por atos ou fatos anteriores à rescisão, perdurarão até a data de cancelamento da totalidade dos CARTÕES DE CRÉDITO;
  - b) os créditos eventualmente existentes entre as Partes serão liquidados nas respectivas datas de vencimento;
  - c) os CARTÕES DE CRÉDITO já emitidos e os contratos firmados permanecerão em vigor, válidas a autorização de uso de nome, marca ou logomarca concedidas e os direitos assegurados por este CONTRATO, até o respectivo cancelamento dos CARTÕES DE CRÉDITO, sem qualquer ônus ou encargo adicional; e
  - d) o EMISSOR poderá ofertar aos ASSOCIADOS outros produtos e serviços financeiros, tomando as medidas que julgar necessárias para esse fim, ficando vedada a transferência desses ASSOCIADOS para outros sistemas de cartão que concorram diretamente com o negócio do ESTABELECIMENTO.
- 15.5. No caso de a rescisão vir a ocorrer por iniciativa do ESTABELECIMENTO ou por fato imputável ao mesmo, o ESTABELECIMENTO ficará impedido de, pelo prazo de 2 (dois) anos contados da rescisão, promover contratação igual ou similar à contida no presente, sob pena de ressarcimento por parte do ESTABELECIMENTO à ADMINISTRADORA dos investimentos realizados pela ADMINISTRADORA no relacionamento com o ESTABELECIMENTO, limitado às despesas de desenvolvimento de customizações de sistemas, despesas de lançamento de cartões, despesas de *marketing* em geral e outras despesas diretas claramente incorridas ao longo deste CONTRATO.
- 16. VÍNCULOS**
- 16.1. Em nenhuma hipótese, os pactos deste CONTRATO ensejarão interpretação de existir quaisquer vínculos ou obrigação trabalhista, securitária, previdenciária, ou mesmo, empregatícia entre os representantes, prepostos, contratados, colaboradores e/ou funcionários das Partes.
- 16.2. No caso de ser promovido contra o EMISSOR e/ou a ADMINISTRADORA qualquer procedimento judicial ou administrativo, pelos empregados ou prepostos do ESTABELECIMENTO, compromete-se o ESTABELECIMENTO a requerer a exclusão do EMISSOR e/ou da ADMINISTRADORA da lide, assumindo o pólo passivo dos respectivos procedimentos, bem como indenizando-os por toda e qualquer quantia que o EMISSOR e/ou a ADMINISTRADORA venham a desembolsar, em virtude dos mencionados procedimentos. O EMISSOR e/ou a ADMINISTRADORA têm as mesmas obrigações acima definidas perante o ESTABELECIMENTO, no caso de procedimentos judiciais ou administrativos aqui mencionados.

**17. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**



- 17.1. O atraso ou falta de cumprimento de obrigação contratual por motivo de comprovada força maior ou de caso fortuito, na forma do parágrafo único do artigo 393 do Código Civil brasileiro, exonera a responsabilidade atribuída por este CONTRATO, mas tão somente com relação ao evento, sempre interpretado de forma restrita.
- 17.2. Este CONTRATO expressa e contém todos os acordos e condições estipuladas pelo EMISSOR, ADMINISTRADORA e pelo ESTABELECIMENTO, substituindo quaisquer outros entendimentos anteriores das Partes, os quais, mesmo que celebrados formalmente, neste ato e data são dados por resiliados integral, mútua e reciprocamente.
- 17.3. As Partes responderão perante terceiros, isoladamente, por qualquer ato praticado fora das condições ora ajustadas. A tolerância, omissão ou transigência não implicará renúncia, novação ou modificação do pactuado, constituindo mera liberalidade, conforme se convencionou, renunciando as Partes invocá-las em seu benefício.
- 17.4. Se uma das Partes deixar de cumprir quaisquer das disposições contidas neste CONTRATO, a Parte prejudicada poderá exigir que a inadimplente cumpra rigorosamente as condições aqui previstas, sob pena de rescisão deste CONTRATO, sem prejuízo da Parte inocente pleitear perdas e danos.
- 17.5. Ressalvada a possibilidade de o EMISSOR e/ou de a ADMINISTRADORA cederem seus créditos em razão da utilização dos CARTÕES DE CRÉDITO pelos ASSOCIADOS, nenhuma das Partes poderá ceder ou transferir os direitos e obrigações oriundos deste CONTRATO, mesmo que parcialmente, sem o aviso prévio e o expresso consentimento da outra Parte. No caso de cessão ou transferência, a cessionária ou sub-rogação estará subordinada, sem reservas ou restrições, aos termos deste CONTRATO e aos acordos e documentos dele decorrentes.
- 17.6. Para os efeitos do presente CONTRATO, entende-se por "BANCO DE DADOS CADASTRAIS" o conjunto de informações relativas à razão social, endereço, telefone, CNPJ, dos ASSOCIADOS, constituído por força da parceria ora contratada entre as Partes. Por outro lado, entende-se como o "BANCO DE DADOS DE PERFIS" o conjunto de informações creditícias relativas à utilização dos CARTÕES DE CRÉDITO pelos ASSOCIADOS, informações essas devidamente protegidas pelas disposições trazidas pela Lei Complementar nº 105/01. A eventual cessão de créditos a terceiros, e, em razão disso, a liberação do BANCO DE DADOS CADASTRAIS e do BANCO DE DADOS DE PERFIS ao terceiro cessionário do crédito, não configurará violação às disposições da Lei Complementar nº 105/01 desde que as informações fornecidas ao terceiro cessionário sejam estritamente relacionadas ao devedor do crédito cedido.
- 17.7. O BANCO DE DADOS CADASTRAIS e o BANCO DE DADOS DE PERFIS poderão servir de base para o EMISSOR e/ou a ADMINISTRADORA, a seu critério e em benefício próprio, ofertar outros produtos e/ou serviços seus e/ou de outras empresas, não identificados com as atividades do ESTABELECIMENTO.
- 17.7.1. O previsto na Cláusula 17.7 vigorará mesmo após a extinção do CONTRATO, nas bases ora contratadas, sendo certo que, após 90 (noventa) dias da extinção, perderá eficácia a restrição ali prevista.

 14

26 OUT 1993 936802

ARQUIVADA COM O REGISTRO DE ATOS E DOCUMENTOS  
RIO DE JANEIRO - CAPITAL - RJ

- 17.8. Para que tenham validade legal, todas as modificações ou aditivos a este CONTRATO deverão ser feitos por escrito, com a assinatura dos representantes legais das Partes.
- 17.9. O ESTABELECIMENTO se responsabiliza pela exatidão das informações contidas neste CONTRATO, e autoriza o EMISSOR a trocar informações com outras instituições financeiras, para fins cadastrais, inclusive por intermédio de centrais de risco do Banco Central do Brasil e a realização de consultas, através da ADMINISTRADORA, junto aos órgãos de proteção ao crédito como o SERASA - Centralizadora de Serviços dos Bancos S/A, Serviço de Segurança ao Crédito e Informações - SCI, etc.
- 17.10. A tolerância e as concessões recíprocas terão caráter eventual e transitório e não configurarão, em qualquer hipótese, renúncia, transigência, remição, perda, modificação, redução ou ampliação de qualquer direito, faculdade, privilégio, prerrogativa ou poder conferido a qualquer das partes nos termos deste Contrato, assim como, quando havidas, o serão, expressamente, sem o intuito de novar as obrigações previstas neste Contrato.

As Partes elegem o Foro da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas deste CONTRATO.

São Paulo, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
ESTABELECIMENTO

\_\_\_\_\_  
EMISSOR

\_\_\_\_\_  
ADMINISTRADORA

TESTEMUNHAS:

\_\_\_\_\_  
Nome / CPF

\_\_\_\_\_  
Nome / CPF



26 OUT 1993 936802

ARQUIVADA COM. DE INSCRIÇÃO  
RIO DE JANEIRO - CAPITAL - RJ

**ANEXO I**

**CONTRATO PARA CONCESSÃO DE LIMITE DE CRÉDITO SISTEMA SUPPLIERCARD**

Este Anexo é parte integrante do Contrato celebrado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_, e substitui o Anexo I de \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

**DADOS CADASTRAIS DO ESTABELECIMENTO**

CNPJ nº:

Razão social:

Nome fantasia:

Ramo de Atividade:

Endereço:

Bairro:

Cidade:

UF:

CEP:

Contato:

Cargo:

DDD: Telefone:

Ramal:

DDD:

Fax:

Telefone Cadastrado (1):

Telefone Cadastrado (2):

Telefone Cadastrado (3):



26 OUT 1993 936802

ARQUIVADA Cópia em Microfilme  
RIO DE JANEIRO - CAPITAL - RJ

**DADOS CADASTRAIS DO(S) SÓCIO(S) e/ou DIRETOR (ES)**

Nome:

CPF nº:

RG (nº e Órgão Emissor):

Nacionalidade:

Estado Civil:

Profissão:

Endereço (Rua, nº, Complemento):

Nome:

CPF nº:

RG (nº e Órgão Emissor):

Nacionalidade:

Estado Civil:

Profissão:

Endereço (Rua, nº, Complemento):

**DOMICÍLIO BANCÁRIO (Pagamento ao ESTABELECIMENTO)**

Banco:

Nome do Banco:

Agência nº:

Nome da Agência:

Cta Corrente nº :



26 OUT 2011 936802

ARQUIVADA COMPLETAMENTE  
RIO DE JANEIRO - CAPITAL - RJ


ANEXO II

**CONTRATO PARA CONCESSÃO DE LIMITE DE CRÉDITO SISTEMA SUPPLIERCARD**

**CONDIÇÕES COMERCIAIS**

• Taxa de administração	[•] %
• Taxa de administração com interveniência	[•] %
• Taxa de Cancelamento	[•] %
• FRANQUIA de perdas de crédito	[•] %
• Prazo (em dias) para exercício da FRANQUIA	[•] dias
• Encargos nas OPERAÇÕES DE CRÉDITO	[•] a.m.
• Taxa de desconto na antecipação de recebíveis	CDI + [•] % a.m.
• Encargos de FINANCIAMENTO	[•] % a.m.
• Juros de Mora, conforme o caso	[•] % a.m.
• Multa por atraso	[•] %
• Dias de atraso para incidência da multa	[•] dia
• Tolerância de novas vendas para associado em atraso	até [•] dias de atraso
• Encargos de correção de interveniência e FRANQUIA	[•] % do CDI
• Prazo da liquidação da interveniência	[•] dias
• Tarifa de manutenção de extrato	R\$ [•]

Para viabilizar o custeio do SISTEMA OURINVEST DE FINANCIAMENTO DE CARTÕES, e com o objetivo de ampliar as fontes de captação de recursos, atendendo assim aos interesses dos ASSOCIADOS, o EMISSOR poderá participar de operações de natureza financeira, bem como ceder seus créditos a terceiros, desde que autorizado pela legislação e/ou por atos normativos do Banco Central do Brasil.





## ANEXO V

### DEMONSTRATIVO DE PAGAMENTO

<b>&lt; LOGO &gt;</b> Associado Número do Cartão CNPJ		<b>Vencimento</b>					
<b>Data</b>	<b>Pedido</b>	<b>Taxa*</b>	<b>Histórico</b>	<b>Valor Compra</b>	<b>Parcela</b>	<b>Crédito</b>	<b>Débito</b>
<small>           Ao utilizar seu cartão sua empresa aderiu ao NORMAS GERAIS PARA A CONCESSÃO DE LIMITE DE CARTÃO DE CRÉDITO, registrado sob o nº 3166569 no 1º Ofício de Registro de Títulos e Documentos da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.         </small>							<b>Subtotal:</b>
<b>Encargos de Crédito Rotativo -</b> Encargos Máximos (incidentes após vencimento) - * Encargos Especiais				Pontos Acumulados Programa Fidelidade (a) Pontos Utilizados até o Momento (b) Pontos Disponíveis Programa Fidelidade (a-b)			
							<b>Valor Total</b>
Pague qualquer valor entre o Pagamento Mínimo e o Valor Total e refinance seu saldo automaticamente. O uso do Pagamento Mínimo não diminui seu limite de compra disponível.							<b>Pagamento Mínimo</b>

<b>Bradesco   237-2   Recibo do Cliente</b>	
CLIENTE	CARTÃO
NÚMERO	VENCIMENTO
TOTAL DA FATURA	PAGAMENTO MÍNIMO
	VAL. PAGO

<b>Bradesco 237-2</b>					
LOCAL DE PAGAMENTO					VENCIMENTO
CLIENTE					AGÊNCIA / CÓDIGO CLIENTE
DATA DO DOCUMENTO	Nº DO DOCUMENTO	ESPECIE DOCUMENTO	ACEITE	DATA DO PROCESSAMENTO	ADESIC NÚMERO
USO DO BANDEJO	CIP	CARTÃO	MONTAR	QUANTIDADE	VALOR
Instruções (Todas conformações deste modelo são de exclusiva responsabilidade do cedente)					1 - VALOR DO DOCUMENTO
					2 - DESCONTOS PAGAMENTOS
					3 - OUTRAS DEDUÇÕES
					4 - MORA / MULTA
					5 - OUTROS ACRESCIMOS
					6 - VALOR COBRADO
SACADO					CNPJ/CNP
Saque/Avulsa					
Autenticação mediante FOLHA DE COMPENSAÇÃO					

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS  
 1º OFÍCIO  
 26 OUT 2009 936802  
 ARREMATADA COM O NÚMERO 936802  
 RIO DE JANEIRO - CAPITAL - RJ

## ANEXO VI

### POLÍTICA DE COBRANÇA

#### Processos de cobrança

A área de Cobrança da SupplierCard tem como objetivo a recuperação e o monitoramento de créditos concedidos inadimplentes.

Cada estabelecimento/fornecedor tem uma regra específica de cobrança que varia de acordo com o tipo de contrato estabelecido.

A atuação da área de Cobrança será balizada conforme o acordado com os estabelecimentos/fornecedores, podendo a SupplierCard utilizar, além de sua estrutura própria de cobrança, a estrutura de cobrança destes.

#### Régua de cobrança

A cobrança em atraso segue uma régua que define a linha de tempo relativa ao atraso no pagamento de faturas. Para cada intervalo de tempo de atraso decorrido, há uma ação diferenciada considerada para sua atuação. Destacamos a seguir o tratamento dado a cada período de tempo de atraso transcorrido, de acordo com o estabelecimento/fornecedor.

#### Régua de cobrança Votorantim

Todos os clientes da Votorantim apresentam limites com interveniência, ou seja, em caso de inadimplência do cliente, o estabelecimento/fornecedor, no caso a Votorantim, deverá realizar a liquidação das faturas em atraso. Dessa maneira, as ações de cobrança cumprem a seguinte cronologia:

- **Cinco dias de atraso**  
Acionamento telefônico pela filial Votorantim.
- **15 dias de atraso**  
Envio do cliente para a Serasa pela SupplierCard.
- **25 dias de atraso**  
Inclusão do cliente no PEFIN (sistema que centraliza informações de pendências financeiras).
- **65 dias de atraso**  
Execução da interveniência. A Votorantim efetua o pagamento da parcela em atraso do cliente acrescida de correção.

#### Régua de cobrança Eletrodireto

No caso da Eletrodireto, os clientes podem ter limites de compra (risco SupplierCard) e limites de interveniência (risco Eletrodireto). A régua de cobrança tem o seguinte funcionamento:

- **Um dia de atraso**  
Bloqueio de novas compras.
- **Três dias de atraso**  
Acionamento telefônico pela SupplierCard.
- **15 dias de atraso**  
Envio do cliente para a Serasa.
- **25 dias de atraso**  
Inclusão do cliente no PEFIN.
- **65 dias de atraso**  
Execução da interveniência (quando for o caso). A Eletrodireto efetua o pagamento da parcela em atraso do cliente acrescida de correção.

REGISTRO DE ATOS E DOCUMENTOS  
26 OUT 2009 936802  
SERVICO DE REGISTRO DE ATOS E DOCUMENTOS  
RIO DE JANEIRO - CAPITAL - RJ

Este Anexo é parte integrante do Regulamento do Ourinvest Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Financeiros - SupplierCard, datado de 22 de outubro de 2009.

#### **Régua de cobrança Aldo Componentes Eletrônicos**

Os contratos realizados pela Aldo Componentes Eletrônicos não possuem interveniência.

- **Um dia de atraso**  
Bloqueio de novas compras e envio automático de *e-mail* pelo sistema para a Aldo Componentes Eletrônicos.
- **Cinco dias de atraso**  
Acionamento telefônico pela SupplierCard.
- **15 dias de atraso**  
Envio do cliente para a Serasa.
- **25 dias de atraso**  
Inclusão do cliente no PEFIN.
- **30 dias de atraso**  
Execução da franquia (multa). A Aldo Componentes Eletrônicos efetua o pagamento de 25% do valor da parcela em atraso do cliente como forma de multa pelo seu atraso.

Para todos os clientes dos estabelecimentos/fornecedores, quando o cliente da SupplierCard adere ao contrato de concessão de limite de cartão de crédito, ele passa a ser responsável pelo pagamento dos extratos das compras realizadas. O normativo de concessão de limite determina que para cada operação realizada pelo cliente poderá ser emitida uma Cédula de Crédito Bancário (CCB) em nome deste, representativa da operação de financiamento contratada. De posse desse documento, a SupplierCard poderá tomar as medidas cabíveis em caso de inadimplemento do cliente, como negativação, protesto ou ajuizamento.

*UFR*

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS  
3º OFÍCIO  
26 OUT 2009 936802  
ASSERVAÇÃO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS  
RIO DE JANEIRO - CAPITAL - RJ

## ANEXO VII

### POLÍTICA DE CONCESSÃO DE CRÉDITO

A Política de Concessão de Crédito é feita inicialmente pela Administradora, em nome da Cedente, a qual realiza a análise de crédito dos Titulares em relação a cada um dos Estabelecimentos individualmente, pré-aprovando um limite de crédito exclusivo para aquisição de mercadorias no respectivo Estabelecimento.

Inicialmente analisa-se o histórico de compras e pagamentos junto ao Estabelecimento, utilizando-se, para tanto, do histórico de relacionamento de cada Titular com respectivo Estabelecimento para conferir um limite de crédito adequado para aquisição de mercadorias financiadas, ressalvados os casos em que o Estabelecimento for interveniente garantidor, casos em que não é verificado tal historio.

- **Análise da Documentação.** Dentre as informações analisadas, destacam-se:

- a) Dados da Empresa:
  - (i) CNPJ;
  - (ii) Razão Social;
  - (iii) nome fantasia;
  - (iv) Inscrição Municipal;
  - (v) Inscrição Estadual;
  - (vi) número de funcionários;
  - (vii) data da fundação;
  - (viii) objeto social;
  - (ix) endereço;
  - (x) tempo de endereço;
  - (xi) nome e dados de pessoa de contato;
  - (xii) faturamento mensal;
  - (xiii) nome e dados do contador; e
  - (xiv) e-mail;
- b) Dados dos Sócios:
  - (i) CPF/CNPJ;
  - (ii) Nome/Razão Social;
  - (iii) nome fantasia;
  - (iv) qualificação;
  - (v) Inscrição Municipal;
  - (vi) Inscrição Estadual;
  - (vii) identidade;
  - (viii) nome cônjuge / nome contato;
  - (ix) telefone;
  - (x) endereço;
  - (xi) tempo de endereço;
  - (xii) e-mail;
  - (xiii) filler; e
  - (xiv) sequencial;
- c) Histórico de Pagamentos:
  - (i) data do vencimento original;
  - (ii) valor do vencimento original;
  - (iii) data do pagamento;
  - (iv) valor do pagamento; e
  - (v) tipo de liquidação;
- d) Fluxo de Caixa

RECEBIMOS DE TÍTULOS E DOCUMENTOS  
DO OFÍCIO  
26 OUT 2009 936802  
ARQUIVADO EM  
SIS DE JÁNEIRO - CAPITAL - RJ

Este Anexo é parte integrante do Regulamento do Ourinvest Fundo de Investimento em Direitos Financeiros - SupplierCard, datado de 22 de outubro de 2009.



- (i) data da compra;
- (ii) valor da compra;
- (iii) data do vencimento; e
- (iv) valor do vencimento;

- **Análise de crédito.** Essa análise inclui a consulta a bancos de dados internos e externos, como o Serasa, buscando informações tanto positivas quanto negativas do proponente. Baseadas nas informações cadastrais, são feitas consultas tanto da pessoa jurídica quanto dos sócios da empresa. Os cadastros "Restritivos" são tratados conforme seu tempo de permanência e sua relevância e, em regra geral, os cadastros "Restritivos" na figura dos sócios desqualificam o proponente a receber crédito. Apenas cadastros "Restritivos" muito antigos e de baixo valor não afetam a análise e aprovação do potencial Titular.

- **Definição do limite.** Para proponentes com bom histórico de crédito e pagamento e sem "Restritivos" relevantes, é utilizado como referência para limite de crédito o valor médio de crédito utilizado no Estabelecimento. Para proponentes com histórico de atraso, tal limite é ajustado para baixo ou pode não ser concedido.

- **Aumentos de limite.** Conforme histórico de pagamento dentro do banco emissor, o Titular pode periodicamente solicitar aumento de limites previamente estabelecidos.

- **Associados sem histórico.** Para Titulares com pouca experiência junto ao Estabelecimento, e sem "Restritivos" relevantes, são atribuídos limites mínimos, que podem ser aumentados com o tempo, de acordo com performance de pagamento dele.

- **Bloqueio de novas vendas.** No caso de atrasos por parte do Titular, a Cedente poderá bloquear suas compras futuras.

- **Interveniência.** O Estabelecimento pode, caso assim o deseje, definir limites dentro de seu limite global aprovado pelo comitê da Cedente para aumentar limites de crédito aos respectivos Titulares.

- **Atualizações Cadastrais.** A troca de arquivos diária feita com cada Estabelecimento contempla o recebimento de alterações cadastrais, baseada inclusive em alterações no endereço de entrega das mercadorias.

- **Limite Máximo por Titular.** O limite de crédito máximo autorizado no "Sistema de Crédito" varia de acordo com as características do mercado de cada Estabelecimento, podendo chegar no valor de até R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais). As vendas acima desse limite de crédito somente poderão ser aprovadas com interveniência do Estabelecimento.

- **Crédito rotativo.** Titulares com bom histórico podem ainda receber um segundo limite para refinancear suas compras de mercadoria. Esse segundo limite é sempre de 50% (cinquenta por cento) do limite de compra. Da mesma maneira, o pagamento mínimo dentro de um extrato nunca pode ser inferior a 50% (cinquenta por cento) do saldo devedor.

*UFM*

Este Anexo é parte integrante do Regulamento do Ourinvest Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Financeiros - SupplierCard, datado de 22 de outubro de 2009.


O pagamento dos Direitos Creditórios adquiridos pelo Fundo será feito por cada Titular na rede de compensação bancária, conforme boleto bancário emitido pelo Banco Bradesco S.A.

Titulares em atraso têm bloqueadas suas novas compras de mercadorias junto ao Estabelecimento, conforme parâmetros estabelecidos por cada um dos Estabelecimentos.

Em caso de atraso, os seguintes procedimentos de cobrança são seguidos adicionalmente àqueles já adotados por cada Estabelecimento:

- a plataforma de cobrança da administradora faz ligações entre três e cinco dias após o vencimento do direito creditório, cobrando o saldo devedor em aberto;
- em até 15 dias do atraso, um arquivo com todos os Titulares nessa situação é enviado ao Serasa, que envia imediatamente uma comunicação a cada um dos Titulares, dando-lhes um prazo de 10 dias para que o saldo devedor em aberto seja quitado; e
- passado tal prazo, o nome do Titular passa a constar como devedor no PEFIN do Serasa.

A Cédula de Crédito Bancário (CCB) prevista no contrato de adesão do associado é o instrumento de execução judicial.

  
REGISTRO DE FILAS E DOCUMENTOS  
3º OFÍCIO  
26 OUT 2011 936802  
ABRUVADA CCB - 11/10/2011  
RIO DE JANEIRO - CAPITAL - RJ

## ANEXO VIII

### TERMO DE ADESÃO

#### TERMO DE ADESÃO AO OURINVEST FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS FINANCEIRO-SUPPLIERCARD E RECIBO DO PROSPECTO

Pelo presente termo de adesão e para todos os fins de direito, o investidor abaixo assinado, em atendimento ao disposto no Artigo 23, Parágrafo Único da Instrução nº 356, de 17 de dezembro de 2001, conforme alterada ("Instrução CVM 356/01"), expedida pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") adere, expressamente, aos termos do regulamento ("Regulamento") e do Prospecto ("Prospecto") do Ourinvest Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Financeiro-SupplierCard ("Fundo"), cujos conteúdos declara conhecer e aceitar integralmente.

Exceto se definido de outra forma no presente termo de adesão, os termos e expressões neste empregados têm os mesmos sentidos respectivamente designados a eles no Regulamento.

O investidor também declara:

- (i) ser investidor qualificado, nos termos da regulamentação vigente;
- (ii) concordar com a intenção de que os Direitos Creditórios sejam mantidos na carteira do Fundo até suas datas de vencimentos;
- (iii) ter recebido uma cópia do Prospecto e do Regulamento do Fundo, bem como conhecer e reconhecer como válidas e obrigatórias as suas normas, aderindo formalmente, nesse ato, às suas disposições;
- (iv) ter total ciência da política de investimento do Fundo e do grau de risco desse tipo de aplicação financeira em função das características de seus ativos, tal como disposto no Regulamento, e que poderá ocorrer perda do capital investido no Fundo;
- (v) ter ciência de que o objetivo do Fundo não representa garantia de rentabilidade;
- (vi) ter ciência de que as operações do Fundo não contam com a garantia do Administrador, de qualquer mecanismo de seguro ou do Fundo Garantidor de Crédito (FGC);
- (vii) ter ciência de que, no exercício de suas atividades, o Administrador tem poderes para praticar todos os atos necessários à administração e à gestão da carteira do Fundo, observando o disposto no Regulamento, no Prospecto e na legislação vigente, podendo definir como atuar dentro das possibilidades legais e de mercado;
- (viii) que tomou ciência da possibilidade de alteração do Regulamento em decorrência de normas legais ou regulamentares, ou de determinação da CVM, independentemente de realização de Assembleia Geral, nos termos do Artigo 26, Parágrafo Único, da Instrução CVM 356/01;
- (ix) que as informações do Fundo serão divulgadas no periódico "Monitor Mercantil", de circulação nacional;
- (x) que tomou ciência das regras sobre resgate, conforme constantes no Regulamento; e
- (xi) que conforme disposto no Artigo 60 da Instrução CVM 356/01, admite-se a utilização de meio eletrônico como forma de correspondência válida nas comunicações entre o Administrador e os Quotistas do Fundo.

[local], [•] de [•] de [•]

Denominação social/Nome do Investidor:

[nomes e cargos dos representantes legais]

CNPJ/MF:



26 OUT 2009 936802

RECEBUEMOS DOCUMENTOS  
DO OFÍCIO

## ANEXO IX

### NOTIFICAÇÃO DE RESGATE

Aviso nº [•]

Data: [•].

A Olivera Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., na qualidade de administradora do "OURINVEST FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS FINANCEIROS-SUPPLIERCARD" ("FUNDO") vem, por meio desta, informar a V.Sa., na qualidade de quotista sênior do FUNDO, que em [data], foram solicitados resgates de quotas subordinadas no valor total de R\$ [•], valor esse que representa [•]% do patrimônio do FUNDO na presente data.

Atenciosamente,

OLIVEIRA TRUST DTVM. S.A.

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS  
DE OFÍCIO  
26 OUT 2009 936802  
ASSOCIADA CORP. DE INVESTIMENTOS  
RIO DE JANEIRO - CAPITAL - RJ

OLIVEIRA TRUST DTVM S.A.





(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

**Demonstração Financeira da Bunge Alimentos S.A. – 31/12/2007**

**Originadora do OURINVEST FIDC FINANCEIROS SUPPLIERCARD, responsável por mais que 20% (vinte por cento) dos créditos cedidos ao Fundo**



# BUNGE ALIMENTOS S.A. E CONTROLADAS

CNPJ 84.046.101/0001-93

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,  
Nos termos da Lei e dos Estatutos Sociais, submetemos à consideração de Vossas Senhorias (o Balanço Patrimonial), as Demonstrações do Resultado, das Origens e Aplicações de Recursos e das Mutações do Patrimônio Líquido levantadas em 31 de dezembro de 2007.

correspondente ao exercício social encerrado naquela data, juntamente com as Notas Explicativas.  
Caspar (SC), abril de 2008  
A Administração

### BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E DE 2006 (Em milhares de reais)

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado		Passivo e Patrimônio Líquido	Nota	Controladora		Consolidado	
		2007	2006	2007	2006			2007	2006	2007	2006
<b>Circulante</b>											
Caixa e bancos		16.063	45.138	17.535	46.406	Circulante					
Aplicações financeiras		230.330	10.996	241.299	25.503	Empréstimos e financiamentos	10	63.692	59.724	246.816	60.939
Clientes	4	628.627	496.671	962.931	588.634	Fornecedores		892.685	791.197	1.039.953	844.807
Estoques	5	1.832.603	1.198.108	1.897.089	1.276.986	Pré-pagamentos de exportações	11	3.210.130	1.943.445	2.382.149	2.200.893
Acréscimos a fornecedores		329.986	794.547	544.864	896.531	Salários e encargos sociais		57.516	50.418	57.801	51.888
Impostos a recuperar	6	250.374	182.190	254.171	184.129	Obrigações tributárias		48.445	21.322	48.772	27.028
Imposto de renda e contribuição social diferidos	15	87.885	39.308	87.885	89.306	Imposto de renda e contribuição social		86.713	-	92.388	942
Partes relacionadas		187.562	1.634	231.772	26.339	Partes relacionadas		5.306	1.696	729.682	2.200
Outros créditos a receber		915.117	181.130	929.635	258.557	Provisão para benefícios		4.200	4.200	4.200	4.200
Despesas do exercício seguinte		11.555	14.042	13.904	14.270	Outras contas a pagar		241.565	171.434	765.363	177.937
Total do circulante		4.712.102	3.015.964	5.181.285	3.406.663	Total do circulante		4.610.312	3.043.426	5.427.634	3.364.934
<b>Ativo não circulante</b>											
Realizável a longo prazo						Passivo não circulante					
Partes relacionadas	6	6.433	67.291			Exigível a longo prazo					
Impostos a recuperar	6	114.423	96.462	114.534	96.575	Empréstimos e financiamentos	10	13.951	163.113	111.488	377.748
Partes relacionadas						Pré-pagamentos de exportações	11	922.139	1.112.626	922.139	1.113.043
Imposto de renda e contribuição social diferidos	15	436.945	294.304	436.945	294.304	Partes relacionadas		27.753	29.890	-	-
Depósitos e caixas		60.266	61.794	60.466	61.939	Provisão para contingências	12	166.761	145.859	166.799	151.023
Bens destinados à venda		74.838	70.636	75.050	70.828	Provisão para benefícios		53.756	43.188	53.756	43.188
Acréscimos a fornecedores		514.661	468.695	576.512	467.112	Provisão para passivo a descoberto em controlada		326.347	252.025	-	-
Títulos a receber		2.052	5.346	2.052	5.346	Outras contas a pagar		270	64	2.416	21.728
Outras contas a receber		166.242	124.354	165.264	105.465	Total do não circulante		3.510.927	1.599.270	1.256.398	1.706.726
Total do ativo		1.375.880	1.186.632	1.439.823	1.191.623	Participação dos acionistas minoritários				26.326	863
<b>Passivo</b>											
Capital social		13	1.261.273	97.602	53.480	Patrimônio líquido					
Reserva de capital						Capital social	13	1.372.373	1.261.273	1.372.373	1.261.273
Reserva de lucros						Reserva de capital		238.423	97.602	238.423	97.602
Prejuízos acumulados						Reserva de lucros		694.997	694.997	694.997	694.997
Total do passivo						Prejuízos acumulados		(233.449)	(119.164)	(233.449)	(119.164)
Total do passivo e patrimônio líquido						Total do passivo e patrimônio líquido		2.272.344	1.935.208	2.272.344	1.935.208

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

### DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (CONTROLADORA) PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E DE 2006 (Em milhares de reais)

Saldo em 31 de dezembro de 2005	Nota	Reserva de capital		Reserva de lucros		Prejuízos acumulados	Total
		Capital social	Incentivos fiscais	Reserva de lucro	Reserva legal		
Aumento de capital com reservas conforme deliberação da AGF realizada em 24/02/2006	13	1.007.991	157.282		53.480	641.517	1.860.270
Aumento de capital conforme deliberação da AGF realizada em 28/03/2006		119.916	(119.916)				
Redução de capital conforme deliberação da AGF realizada em 20/12/2006		134.801					134.801
Agio sobre incorporação		(933)	915	(43.595)			(43.595)
Compensação de agio de incorporação com reservas			(43.595)	13.595			
Subvenções para investimentos			102.896				102.896
Distribuição de juros sobre o capital próprio						(15.000)	(15.000)
Prejuízo do exercício						(84.164)	(84.164)
Saldo em 31 de dezembro de 2006	13	1.261.273	97.602	53.480	641.517	1.935.208	
Aumento de capital conforme deliberação da AGF realizada em 31/08/2007		310.600					310.600
Subvenções para investimentos			140.821				140.821
Distribuição de juros sobre o capital próprio						(80.000)	(80.000)
Prejuízo do exercício						(34.285)	(34.285)
Saldo em 31 de dezembro de 2007	13	1.572.373	238.423	53.480	641.517	2.233.449	2.272.344

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E DE 2006 (Valores expressos em milhares de reais, exceto os da nota 14a)

<b>1. CONTEXTO OPERACIONAL</b> A Companhia e suas controladas têm como atividade preponderante a industrialização e comercialização de cereais e sementes oleaginosas, seus derivados e sucedâneos.	<ul style="list-style-type: none"><li>Os bens destinados à venda são registrados pelo custo de aquisição, líquido da depreciação e das provisões para prováveis perdas na sua realização.</li><li>Os passivos são demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais, quando o caso.</li><li>A provisão para imposto de renda e contribuição social é constituída com base na legislação vigente.</li><li>A provisão para contingências refere-se a questões trabalhistas, previdenciárias, tributárias, comerciais e civis e está registrada de acordo com a avaliação de risco efetuada pela Administração, apoiada por seus consultores jurídicos, inclusive quanto à sua classificação no longo prazo.</li><li>Os custos, as contribuições e o passivo atuarial relativos a benefícios a empregados são determinados na data do balanço, por métodos independentes (nota explicativa nº 18).</li><li>Os empréstimos e financiamentos são atualizados pelas variações monetárias e cambiais, determinadas em cada modalidade, incorridas até a data do balanço.</li><li>(c) <b>Permanente</b> Demonstrado ao custo corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995, combinado com os seguintes aspectos:<ul style="list-style-type: none"><li>Os investimentos em controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial.</li><li>A depreciação do imobilizado é calculada pelo método linear, às taxas anuais mencionadas na nota explicativa nº 8, que levam em consideração a vida útil econômica dos bens. Os juros incorridos nos financiamentos de projetos de construção, modernização e expansão de unidades industriais foram capitalizados e alocados aos custos dos correspondentes bens em andamento.</li><li>O diferido é amortizado pelo método linear, em períodos de cinco a dez anos, a partir do início das operações ou dos benefícios decorrentes dos ativos que originaram o diferido.</li><li>Os ativos são fundamentados, substancialmente, na expectativa de lucro futuro nos negócios.</li><li>As provisões para perdas são contabilizadas quando não há expectativa de recuperar o valor residual do ativo.</li></ul></li><li>(d) <b>Demonstrações financeiras consolidadas</b> As demonstrações financeiras consolidadas abrangem as demonstrações financeiras da Bunge Alimentos S.A. e das sociedades controladas mencionadas na nota explicativa nº 7.3b). As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas em conformidade com os princípios básicos de consolidação e dispositivos regulatórios aplicáveis. Assim sendo, foram eliminadas as participações de uma empresa em outra, os saldos de ativos e passivos, as receitas e despesas e os lucros ou prejuízos realizados entre empresas, bem como foram consolidadas as empresas controladas e controladas em conjunto, essas últimas pelo percentual de participação da controladora.</li></ul>
<b>2. REESTRUTURAÇÃO SOCIETÁRIA</b> Em fevereiro de 2006, como parte da reestruturação societária do grupo Bunge, de seus investimentos no Brasil, foi aprovada a incorporação de forma reversa, da totalidade do patrimônio da controladora Bunge Alimentos Participações Ltda. pela controlada Bunge Alimentos S.A., com o objetivo de simplificar a estrutura societária do grupo e redução de custos. Essa reestruturação transformou a Bunge Alimentos S.A. em subsidiária da Bunge BHL Holdings BV (99,97%) e Bunge Cooperative U.A. (0,03%), ambas com sede na Holanda.	
<b>3. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS</b> Principais práticas contábeis e critérios de consolidação: (a) <b>Demonstrações financeiras</b> As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As aplicações de maneira uniforme em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2007. Na elaboração de demonstrações financeiras é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações financeiras (controladora e consolidado) incluem, portanto, várias estimativas referentes a provisões necessárias para passivos contingentes, determinação de provisões para imposto de renda e outras similares; os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas. (b) <b>Aparuração do resultado, ativos e passivos circulantes e a longo prazo</b> O resultado é apurado pelo regime de competência. Os ativos são apresentados pelo valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, as variações monetárias ou cambiais e os correspondentes rendimentos auferidos. A provisão para perdas no recebimento de créditos é constituída em bases consideradas suficientes pela Administração para a cobertura de eventuais prejuízos na realização dos valores a receber de clientes, cujo saldo é apresentado deduzido dessa provisão, no curto e longo prazos. Os estoques são demonstrados pelo custo médio das compras ou custo de produção, inferior aos custos de reposição ou aos valores de realização. As importações em andamento são demonstradas ao custo acumulado de cada importação. Os adiantamentos concedidos aos fornecedores de soja relativos à safra do ano seguinte, cujo preço de compra é fixado em termos fixos, são classificados nos estoques. Por outro lado, os adiantamentos concedidos aos fornecedores de soja, cujo preço de compra ainda não tem sido fixado, são classificados como adiantamentos a fornecedores. Os impostos diferidos, decorrentes dos prejuízos fiscais, das bases negativas de contribuição social e das diferenças temporárias, são demonstrados pelos valores prováveis de recuperação.	

### DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E DE 2006 (Em milhares de reais)

Nota	Controladora		Consolidado	
	2007	2006	2007	2006
<b>Receita bruta de vendas</b>				
Mercado interno	7.110.862	5.425.567	7.206.429	5.444.026
Mercado externo	6.569.426	5.179.076	6.460.637	7.342.631
Tributos, devoluções e abatimentos	13.680.288	10.604.643	16.667.066	12.786.657
<b>Receita líquida de vendas</b>	10.081.492	8.555.937	10.990.159	8.658.998
Custo dos produtos vendidos	12.508.796	9.749.546	15.576.707	11.927.659
<b>Lucro bruto</b>	(2.427.304)	(1.193.609)	(4.586.548)	(3.268.661)
<b>Receitas (despesas) operacionais</b>				
Comerciais	(1.799.000)	(1.627.274)	(1.850.726)	(1.638.480)
Correções administrativas	(140.928)	(145.953)	(168.133)	(164.681)
Depreciação e amortização	622.190	253.350	271.133	257.112
Depreciação apropriada ao custo	116.740	118.958	123.542	121.234
Equivalência patrimonial	7c	(382.867)	(136.926)	-
Variação cambial em investimentos no exterior	7c	11.896	17.584	12.111
Outros resultados operacionais	14	(86.520)	(38.584)	(87.085)
<b>Lucro (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro</b>	(2.544.869)	(2.065.545)	(2.341.422)	(1.959.661)
<b>Resultado financeiro e cambial</b>	(183.662)	(118.539)	(110.053)	66.082
<b>Resultado financeiro e cambial</b>	124.987	226.198	125.696	235.561
Receitas financeiras	(278.135)	(287.400)	(317.730)	(479.151)
Despesas financeiras	265.076	67.667	264.854	67.667
Variação cambial, líquida	(80.000)	(42.000)	(80.000)	(42.000)
Juros sobre o capital próprio	41.928	(35.575)	47.189	(217.922)
<b>Prejuízo operacional</b>	(151.734)	(154.114)	(117.233)	(151.841)
<b>Receitas (despesas) não operacionais, líquidas</b>	(16.598)	(34.020)	(19.315)	(34.032)
<b>Prejuízo operacional antes do imposto de renda e da contribuição social</b>	(168.332)	(188.134)	(136.548)	(185.873)
Imposto de renda e contribuição social	(457)	1.688	6.827	198
Corrente	54.304	60.282	54.304	60.282
Diferido	54.047	61.970	47.677	60.470
<b>Prejuízo antes da participação dos acionistas minoritários</b>	(114.285)	(126.164)	(88.871)	(125.493)
Participação dos acionistas minoritários			(25.414)	(761)
<b>Reversão dos juros sobre o capital próprio</b>	60.000	42.000	80.000	42.000
<b>Prejuízo do exercício</b>	(14.285)	(84.164)	(34.285)	(84.164)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

### DEMONSTRAÇÕES DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E DE 2006 (Em milhares de reais)

Nota	Controladora		Consolidado	
	2007	2006	2007	2006
<b>Origens de recursos</b>				
De acionistas e terceiros	346.165	198.142	-	59.075
Operações sociais	140.821	102.896	140.821	102.896
Incentivos fiscais				
Redução do realizável a longo prazo				38.193
Aumento do exigível a longo prazo	2.793	202.327	39.367	222.741
Transfêrencia do ativo permanente para o passivo circulante	24.161		30.035	
<b>Aplicações de recursos</b>	513.940	503.365	210.223	422.905
Operações sociais				
No realizável a longo prazo	22.597	188.193	164.516	
Ativo permanente:				
Investimentos	21.923	6.142	202.428	225.141
Imobilizado	217.397	83.601		
Diferido	2.307	88	2.307	6.033
Transfêrencia do realizável a longo prazo para o circulante		3.025		3.025
Juros sobre o capital próprio	60.000	15.000	80.000	15.000
Agio sobre incorporação	40.464	485.686	40.464	485.686
Reserva de agio sobre incorporação		(43.595)		(43.595)
<b>Aumento (redução) do capital circulante líquido</b>	129.252	(341.765)	(288.078)	(375.586)
<b>Operações sociais</b>	(34.285)	(84.164)	(34.285)	(84.164)
Despesas fiscais que não afetam o capital circulante				
Participação dos acionistas minoritários			25.414	761
Variações monetárias e cambiais de longo prazo	(192.750)	(79.668)	(211.627)	(312.029)
Depreciação e amortização	262.190	253.350	271.133	257.112
Equivalência patrimonial	7c	382.867	136.926	-
Variação cambial em investimentos no exterior	7c	(11.896)	(17.584)	
Provisão para contingências e outros	51.778	3.186	51.778	3.186
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(142.641)	(57.672)	(142.641)	(57.672)
Provisão para perdas na realização de ativos	19.987	37.338	19.987	37.338
<b>Redução do ativo permanente</b>	10.555		2.846	6.671
Imobilizado	360	6.630	8.684	7.672
Diferido	346.165	(58.342)	(6.534)	59.075
<b>Variações no capital circulante</b>	4.712.102	3.015.964	5.181.285	3.406.663
No fim do exercício	3.015.964	3.425.821	3.406.663	3.618.434
No início do exercício	1.696.138	(409.857)	1.774.622	(211.771)
<b>Passivo circulante:</b>	4.610.312	3.043.426	5.427.634	3.364.934
No fim do exercício	3.043.426	3.111.518	3.364.934	3.207.119
No início do exercício	1.566.886	(68.092)	2.062.700	163.815
<b>Aumento (redução) do capital circulante líquido</b>	129.252	(341.765)	(288.078)	(375.586)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.





# BUNGE ALIMENTOS S.A. E CONTROLADAS

CNPJ 84.046.101/0001-93

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005 E DE 2004 (Valores expressos em milhares de reais)

A medida que são realizadas as contratações firmes de vendas físicas com entrega futura, as operações de proteção na CBOF são simultaneamente liquidadas, produzindo resultados (ganhos ou perdas) que serão apropriados no momento em que os embarques forem efetivamente realizados e as correspondentes receitas de vendas forem reconhecidas.

Em 31 de dezembro de 2007, a parcela dos resultados decorrentes de tais operações, cujos embarques irão ocorrer durante o próximo exercício, correspondem a uma perda líquida de R\$ 249.234 (perda de R\$ 42.161 em 2006).

### (c) Concentração de risco de crédito

O risco de crédito é reduzido em virtude da diversificação da carteira de clientes e dos procedimentos de controle que monitoram esse risco. Historicamente, a Companhia e suas controladas não têm registrado perdas significativas em suas contas a receber.

### (d) Exposição cambial

A Companhia tem contratado operações financeiras com derivativos, visando à proteção de sua exposição a moedas para os passivos de curto prazo, decorrentes da aquisição de matérias-primas e de contratos de financiamentos com a finalidade de expunção de suas atividades industriais.

### 17. PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS E RESULTADOS

Em atendimento à Lei nº 10.101, de 19 de dezembro de 2000, e com cálculo nos termos de acordo sindical firmado, a Companhia mantém a política de conceder participação nos lucros e resultados a seus funcionários, vinculada ao seu plano de ação e ao alcance de objetivos

específicos, os quais são estabelecidos e acordados no início de cada ano. As despesas no exercício de 2007 correspondem a R\$ 26.129 (controladora e consolidado).

### 18. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

#### (a) Plano de pensão, assistência médica e seguro de benefício definido

Em 31 de dezembro de 2007, o valor do passivo atuarial, representado por planos de assistência médica e seguros concedidos a inativos, desde que preenchidas determinadas condições, correspondem ao valor de R\$57.956 (R\$47.388 em 2006), sendo registrado o valor de R\$4.200 (R\$43.200 em 2006) na rubrica "Provisão para benefícios", no passivo circulante, e R\$53.756 (R\$43.188 em 2006) no passivo não circulante.

O passivo atuarial refere-se à responsabilidade da Companhia na complementação de aposentadorias e pensões relacionadas ao plano de assistência médica e seguro. Essas obrigações foram calculadas por atuário independente e representam o valor presente dos benefícios e das pensões. No passado, a política do Grupo Bunge era conceder na inatividade o mesmo plano de assistência médica que o empregado tinha na atividade desde que fosse aposentado pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS e tivesse pelo menos 20 anos de tempo de serviço na Companhia. Essa política foi extinta em 16 de janeiro de 1981 e, portanto, contemplou empregados que se aposentaram até essa data.

As premissas atuariais utilizadas para o cálculo da obrigação estão uniformes em relação às adotadas no exercício anterior.

#### (b) Plano de benefícios previdenciários de contribuição definida

A suplementação da aposentadoria dos funcionários da Companhia está a cargo da Bungeprev, uma entidade fechada de previdência privada, estabelecida sob a forma de sociedade civil, sem fins lucrativos, com autonomia administrativa e financeira, da qual a Companhia é uma das patrocinadoras. As contribuições mensais são calculadas com base em 200% da contribuição básica do participante. O plano foi instituído na forma de "Contribuição Definida".

As contribuições são principalmente efetuadas pela patrocinadora. No exercício de 2007, a Companhia efetuou contribuições no valor de R\$7.199 (R\$1.846 em 2006) para custeio dos planos de benefícios.

### 19. SEGUROS

Em virtude das características de operações multilocalizadas, a Companhia e suas controladas contrataram seguro especial de riscos operacionais, que cobre sinistros de incêndio, ventaval, inundação, granizo e outros, cuja cobertura é julgada suficiente, levando-se em consideração os riscos envolvidos, o sistema de proteção existente e a natureza dos bens. Adicionalmente, a Companhia possui cobertura de seguros de transporte de mercadorias, danos pessoais e veículos.

### A DIRETORIA

Almir José Girardi  
Contador - CRC/SC 010767/O-9

*Fundo*

**Ourinvest Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios Financeiros - SupplierCard**  
CNPJ/MF nº 08.692.888/0001-82

*Cedente*

**Banco Ourinvest S.A.**  
CNPJ/MF nº 78.632.767/0001-20  
Avenida Paulista, 1728, sobreloja, 1º, 2º, 10º e 11º andares  
01310-200  
São Paulo – SP

*Estruturador, Coordenador e Líder de Distribuição*

**Banco Ourinvest S.A.**  
CNPJ/MF nº 78.632.767/0001-20  
Avenida Paulista, 1728, sobreloja, 1º, 2º, 10º e 11º andares  
01310-200  
São Paulo – SP

*Administradora*

**Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e  
Valores Mobiliários S.A.**  
CNPJ/MF nº 36.113.876/0001-91  
Av. das Américas, nº 500, bloco 13, Gr. 205  
22640-100  
Rio de Janeiro – RJ

*Custodiante*

**Banco Itaú S.A.**  
CNPJ/MF nº 60.701.190/0001-04  
Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha  
nº 100 – Torre Itaúsa  
04344-902  
São Paulo – SP

*Agente Cobrador Bancário*

**Banco Bradesco S.A.**  
CNPJ/MF nº 60.746.948/0001-12  
Cidade de Deus, Vila Yara, s/nº  
06029-900  
Osasco – SP

*Agência Classificadora de Risco*

**Moody's América Latina Ltda.**  
CNPJ/MF nº 02.101.919/0001-05  
Av. Nações Unidas, nº 12.551, 16º Andar  
04578-903  
São Paulo – SP

*Assessor Legal*

**Motta, Fernandes Rocha Advogados**  
CNPJ/MF nº 35.808.211/0001-30  
Alameda Santos, 2335 – 11º andar  
01419-002  
São Paulo – SP

*Empresa de Auditoria*

**KPMG Auditores Independentes**  
CNPJ/MF nº 57.755.217/0001-29  
Rua Renato Paes de Barros, nº 33  
04530-904  
São Paulo – SP